

A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS



A POLÍTICA EXTERIOR DA URSS

SET-OUT/7



A DEFESA NACIONAL

Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros
FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

SUMÁRIO

A POLÍTICA EXTERIOR DA URSS — <i>Embaixador Ilmar Penna Marinho</i>	5
PROGRAMA NUCLEOELÉTRICO BRASILEIRO — <i>Um Programa-Escola</i> — <i>Cel Eng R/1 Luiz Francisco Ferreira</i>	27
O BRASIL E O ATLÂNTICO-SUL — <i>Cel Hermes de Araujo Oliveira (Exército Português)</i>	37
FATORES GEOPOLÍTICOS NA AMÉRICA LATINA — <i>Lewis A. Tambs</i>	45
A DOUTRINA DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA — <i>Prof Antonio Arruda</i>	65
AERONAVES V/STOL E SUA EVOLUÇÃO — <i>Ten Cel Av Aldir Raposo Martins</i>	75
A PRESENÇA DE CUBA — <i>Profª Therezinha de Castro</i>	107
A ESTRATÉGIA SOVIÉTICA EM 1978 — <i>Jean Louis Gahery</i>	113
CONHECENDO O INIMIGO INTERNO — <i>A. De Lannes</i>	127
AS LINHAS FLUIDAS DA AÇÃO MULTILATERAL DO BRASIL — <i>Wayne A. Seicher</i>	137
AS FORÇAS DE MANUTENÇÃO DA ORDEM NA FRANÇA — <i>Lucien Mandeville, Jean-Louis Loubet del Bayle, e Alain Picard</i>	153
A DEFESA CIVIL E AS CALAMIDADES — <i>Cel Eng R/1 Hélio de Magalhães Tibery</i>	171
CONTAINER: UMA TECNOLOGIA À DISPOSIÇÃO DOS TRANSPORTES MILITARES — <i>Cap Eng OEM Luiz Alberto Chagas Braga</i>	179
INFORMAÇÕES	189
LIVROS	203



A POLÍTICA EXTERIOR DA URSS

Ilmar Penna Marinho

Diplomata de carreira, hoje aposentado, é Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais e Doutor em Direito pela Faculdade da Universidade do Rio de Janeiro. Nomeado Cônsul de Terceira Classe em 1936, ascendeu a todos os postos da carreira, tendo sido promovido a Ministro de 1º Classe, por merecimento, em 1961.

Foi professor de Direito Internacional Privado do Instituto Rio Branco e é membro efetivo da Sociedade Brasileira de Direito Internacional. Publicou diversos trabalhos e monografias e vários livros de Direito Internacional, destacando-se o Tratado sobre a Nacionalidade, obra em 4 volumes.

Desempenhou cargos da maior relevância no Serviço Diplomático e inúmeras comissões como membro ou chefe de delegação do Brasil em importantes reuniões e organismos internacionais. Entre os principais cargos e comissões desempenhados destacam-se: Oficial de Gabinete de Ministros de Estado em várias oportunidades; Encarregado de Negócios em Bruxelas e Paris; Chefe do Departamento de Administração e Secretário-Geral, interino, do Ministério das Relações Exteriores; Chefe da Missão do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos (OEA), de 1961 a 1968; Presidente do Conselho da OEA (1965); Embaixador do Brasil em Moscou (1969 e 1974) e Embaixador junto à UNESCO, Paris, 1974 a 1978.

A política exterior da União Soviética, um dos grandes vencedores do último conflito mundial e um dos mais ativos membros da sociedade internacional contemporânea, resulta sem dúvida alguma: em primeiro lugar, do importante papel que ela desempenhou durante a referida conflagração; e, em seguida, do desejo de compartilhar com os Estados Unidos a liderança do mundo, especialmente após o momento em que ela se transformou em superpotência nuclear.

Dentro dessa concepção, simples e realista, é fácil compreender porque o campo de ação da sua política exterior se estende a todos os Continentes, os problemas em que se acha ela envolvida são os mais relevantes do mundo moderno e os objetivos que ela persegue abrangem não somente a defesa dos interesses nacionais soviéticos, mas, também, a daqueles considerados como corolários inevitáveis e lógicos de sua dupla condição de superpotência planetária e, ao mesmo tempo, líder do movimento marxista-leninista no orbe.

Desta maneira, ao se analisar a política externa soviética, cumpre ressaltar que dois núcleos de problemas devem ser tomados na devida consideração: aí os

decorrentes de seu "status" de superpotência mundial, co-líder ou co-rival dos Estados Unidos e co-responsável com eles pela manutenção da paz e da segurança internacionais; b) os resultantes de sua condição de grande potência marxista-leninista, líder do movimento socialista no mundo, situação que, depois de 1955, divide, aliás, com a China Comunista.

Essa dupla fisionomia da política externa soviética torna bastante complexa e difícil a sua análise e a sua definição, máxima quando se trata de distinguir entre o que se convencionou denominar de "política de poder" e o que se poderia definir como "política de penetração ideológica", para implantação do regime comunista em todos os países do universo.

Embora, examinados do prisma teórico, esses dois aspectos estejam perfeitamente caracterizados e sejam de grande utilidade para uma exata compreensão do comportamento internacional da URSS, eles, na prática, aparecem intimamente vinculados, prevalecendo ora os interesses nacionais do Estado Soviético sobre as considerações de ordem ideológica e ora estas últimas sobre aqueles. Naturalmente, às vezes não é fácil distinguir quando estão em jogo os interesses nacionais e quando entram em cena as considerações de ordem ideológica. Tanto mais quanto, em via de regra, o Governo soviético apresenta as suas decisões como diretrizes de ordem doutrinária, procurando, assim, justificar medidas políticas nacionais que, na verdade, estão mais ligadas ao expansionismo do Estado Soviético do que propriamente à defesa da ideologia marxista-leninista.

Não há dúvida, porém, de que o último objetivo que a longo prazo visualiza a política externa da União Soviética é, de fato, a derrubada do capitalismo e a implantação do comunismo em todas as nações do mundo. Esse escopo, aliás, deflui claramente da aplicação pura e simples das leis históricas de Karl Marx à ação política da União Soviética, mas pode, também, ser considerada como uma consequência inevitável e lógica do impeto expansionista russo — tantas vezes exemplificado pela História — e, agora, envolto em uma fraseologia marxista-leninista, em uma roupagem ideológica que procura torná-lo mais compatível com a época em que vivemos, absolutamente refratária a quaisquer tipos de imperialismo.

Evidentemente, para atingir essa finalidade suprema, que é a hegemonia do mundo, a União Soviética empenha-se com ininterrupto afinco, mobilizando todos os seus recursos e energias. Seu afã na consecução desse fim é permanente e mesmo quando manifesta o desejo de cooperar economicamente ou de conviver pacificamente com um país capitalista, tal atitude deve ser interpretada como simples manobra dilatória destinada a contemporizar com as injunções do momento, isto é, a fortalecer ainda mais a potencialidade do Estado Soviético para que possa ele levar avante, com maiores probabilidades de êxito, o seu acometido. Nesta ordem de idéias, seria, portanto, perigoso pensar que uma efetiva colaboração com os soviéticos possa ser realizada, sem graves riscos, para o país capitalista que a estabelecer, porquanto, em virtude do sentido ideológico e do caráter expansionista de sua política exterior, a União Soviética tem sempre muito mais a ganhar do

que o seu interlocutor. Esse é um equívoco fatal e dramático em que têm incorrido muitos países, especialmente os Estados Unidos que, em Teerã em 1943, em Yalta em 1944 e em Potsdam em 1945, permitiram que a União Soviética se expandisse perigosamente e se tornasse uma superpotência tão poderosa, a ponto de se verem compelidos a dividir, com ela, a liderança do mundo. Não obstante, porém, essa advertência, impregnada de sentido histórico, a União Soviética vai levando a cabo com intocável tenacidade e fria determinação sua política de expansionismo, praticando, assim, fórmula jamais vista de imperialismo concomitantemente territorial e ideológico. Brandindo as bandeiras da paz, da coexistência pacífica, da colaboração econômica, da assistência técnica, da solidariedade ideológica e, até, da ajuda militar, a União Soviética vai, com efeito, marcando a sua presença em todas as partes do planeta através dos Partidos Comunistas nacionais, dos movimentos estudantis de contestação, das bem articuladas agitações sociais, dos hábeis acordos de assistência técnica e econômica, quando não através de seus soldados, como na Tchecoslováquia, ou de seus navios, como no Oceano Índico, no Mediterrâneo Oriental e, até, nas águas limpidas do Caribe, ou, o que é mais grave, através dos mercenários de países por ela totalmente satelizados, como sucedeu em Angola, em Moçambique e na Etiópia.

Essa dupla característica da política externa soviética, de ter como objetivo a longo prazo, não só a hegemonia do mundo, mas a implantação do regime comunista em todas as Nações, inclusive os Estados Unidos, pode ser observada em todas as áreas geográficas do planeta.

Para uma melhor compreensão do problema, seria de bom alvedrio fazer uma esquematização da política externa soviética, distinguindo-a consoante a categoria dos países com os quais a União Soviética mantém relações. Assim sendo, afigura-se conveniente examinar a política exterior da URSS sob os seguintes prismas:

- 1 — relações da URSS com os países da Europa Oriental ou aqueles em que o Partido Comunista está no poder;
- 2 — relações da URSS com os países chamados progressistas;
- 3 — relações da URSS com os países capitalistas e industrializados, a saber: Europa Ocidental, Estados Unidos, Canadá, Austrália e Japão;
- 4 — relações da URSS com o chamado Terceiro Mundo: Ásia, África e América Latina.

1 — AS RELAÇÕES DA UNIÃO SOVIÉTICA COM OS ESTADOS DA EUROPA ORIENTAL OU AQUELES EM QUE O PARTIDO COMUNISTA ESTÁ NO PODER

Caracterizam-se essas relações pelo comprehensível empenho da URSS em manter a liderança e a unidade do movimento comunista internacional, por quanto

mediante tal liderança e unidade consegue garantir seu domínio sobre esses Estados. Desde algum tempo, porém, o movimento comunista internacional vem apresentando fissuras graves, provocadas por divergências profundas que têm impedido que esse movimento se apresente como um todo monolítico e indiviso. As causas dessas divergências são múltiplas, ora de ordem doutrinária, em virtude do anacronismo dos dogmas fundamentais da filosofia marxista-leninista, hoje obsoletos face aos problemas concretos da nossa época, ora de natureza irredentista, em virtude de surtos nacionalistas que procuram arrancar alguns países da inflexível tutela soviética, ora, finalmente, de caráter contingencial, por força de injunções imperativas da conjuntura internacional.

A primeira e sensacional dissensão ocorrida no seio do bloco socialista verificou-se com a Iugoslávia. Naturalmente, não cabe aqui rememorar todos os fatos que já pertencem à História e que determinaram o repúdio à liderança soviética por parte da Iugoslávia e seu ingresso no grupo dos não-alinhados. As razões não foram só de ordem política, embora, com a invasão da Tchecoslováquia, as considerações políticas se tenham reforçado; foram, outrossim, de ordem econômica e irredentista. E bastante lógicas e compreensíveis. Os países da Europa Oriental necessitaram de ajuda econômica para desenvolver seus recursos e modernizar suas indústrias. Precisam, ainda, vender seus produtos por melhores preços do que aqueles que lhes são impostos pela URSS. Foi o que sucedeu com a Iugoslávia e foi, sem dúvida, a origem da crise tchecoslovaca em 1968. Temendo, entretanto, que as vinculações econômicas com o mundo ocidental debilitassem os laços de dependência desses países com o Kremlin, os soviéticos por muito tempo se opuseram a esses contatos dos seus satélites com o Ocidente, salvo em casos excepcionais e mediante prévio beneplácito do Governo de Moscou. E é perfeitamente lógico que os soviéticos se opusessem, pois que a liberalização e a modernização das economias dos países socialistas implicava, a curto ou a longo prazo, uma liberalização consequente dos respectivos sistemas políticos.

Dentro dessa linha de raciocínio, pode-se dizer que as deficiências setoriais da economia da URSS constituem, ainda hoje, uma das principais causas da crise que se observa no movimento comunista internacional, no que diz particularmente respeito aos países da Europa Oriental, que a doutrina da soberania limitada de Brejnev procura, a todo custo, manter sob a irrespirável dominação política da URSS. Apesar de sua enorme capacidade tecnológica e industrial para a produção de armamentos ultra-sofisticados, e de seus indiscutíveis avanços no campo científico, a URSS está muito longe de ser um país totalmente desenvolvido. Poderemos mesmo, com toda a objetividade e imparcialidade, defini-la como uma superpotência subdesenvolvida. Não há incoerência nessa definição e o contraste que nela se vislumbra resulta, evidentemente, da realidade desconcertante em que vivem os soviéticos, ao mesmo tempo, superpotentes e subdesenvolvidos. Porque, de fato, ao lado de uma superpotência militar e tecnológica coexiste um imenso país que, afora os grandes centros industriais e as grandes cidades como Moscou, Leningrado, Kiev, etc. apresenta peculiaridades semelhantes às que prevaleciam no tempo de Catarina

II, a Grande. Certo, é de admirar como pode um país sobreviver nessas condições. A verdade, porém, é que a União Soviética possui, concomitantemente, a superestrutura militar e tecnológica de uma superpotência mundial e a infra-estrutura econômico-social de um país subdesenvolvido. Assim sendo, necessita a URSS de seus recursos econômicos para o próprio desenvolvimento e para a elevação do baixo nível de vida de seu povo. Isto explica porque a União Soviética hesita em outorgar aos países da Europa Oriental a ajuda que estes solicitam. Tanto mais quanto solicitam eles ajuda econômica para desenvolver as respectivas economias naqueles setores que são do seu próprio interesse, enquanto a União Soviética, em nome de uma solidariedade ideológica cada vez mais precária, quer forçá-los a desenvolver suas economias unicamente em função dos inconfessáveis interesses do Kremlin. A deserção da Iugoslávia, a crise tchecoslovaca, os acontecimentos verificados na Polônia e os pruridos de rebeldia da România só estão para testemunhar a procedência dessa assertiva.

Naturalmente, ao admitir-se que a URSS, do ponto de vista de sua infra-estrutura econômica, é ainda um país subdesenvolvido e com um nível de vida baixo, urge compreender que se trata de um subdesenvolvimento setorial. Não se aplica o enunciado à sua indústria pesada, especialmente a ligada a fins bélicos, nem à sua indústria extrativa. A crítica visa, sobretudo, às deficiências soviéticas em matéria de indústria leve, média e de bens de consumo.

No tocante à agricultura, tem sido ela o calcanhar-de-aquiles da URSS. Muitos acreditam, não sem razão, que foi por motivo da falência de seu programa agrícola que saiu Kruchev. Mais tarde, em 1972, a crise agrícola que assolou o país — e de todos conhecida — provocou o maior déficit jamais registrado na URSS desde a última guerra mundial: 600 milhões de rublos, aproximadamente 827 milhões de dólares. Depois disso, as condições da agricultura soviética melhoraram, mas, estão longe de serem satisfatórias. Não fora o auxílio dos países-satélites e as compras realizadas no Ocidente, a situação econômica da União Soviética teria sido dramática.

Voltando à discrepância com a Iugoslávia é certo que Tito fez as pazes com os dirigentes soviéticos, mas jamais conseguiram estes que a Iugoslávia voltasse a ser o satélite obediente e submisso dos primórdios. Ao contrário, não só manteve a sua posição de líder dos não-alinhados, como se aproximou do Ocidente e dos Estados Unidos, firmando com aquele e com estes, importantes acordos comerciais que não só vincavam de modo indelével a sua posição econômica independente, mas a livravam da "entreprise" política do Kremlin.

A segunda grande divergência ocorrida no âmbito do movimento comunista internacional foi maoísmo, variante chinesa do marxismo-leninismo. Divergência a princípio ideológica, de tal forma se foi aprofundando que hoje assume as preocupantes proporções de um verdadeiro conflito entre as duas grandes nações. Naturalmente, logo que Mao Tsé-Tung tomou o poder, as relações entre a URSS e a China foram as melhores possíveis. A China Comunista, que acabara de sair de uma luta gigantesca, carecia de apoio substancial, que lhe foi dado com a

maior generosidade pelo governo de Moscou. O famoso encontro entre Stálin e Mao Tsé-Tung, em 1949, ilustra muito bem essa fase auspíciosa da estreita colaboração entre as duas potências comunistas. O ídilio era total e os Estados Unidos constituíam o único problema dos dois grandes aliados. A unidade do movimento comunista era um fato incontestável com a tão-só heresia de Tito.

Não durou muito, porém, a "entente" sino-soviética, porquanto já na Conferência de Bandung, em 1955, Chou En-lai demonstrou que a China tinha uma interpretação própria quanto à condução do movimento comunista. Não só com referência aos Estados Asiáticos, mas com respeito à África. Quanto à doutrina da coexistência, defendida pelos russos, opunham-lhe os chineses fortes restrições, condicionando a sua aceitação ao abandono, por parte dos Estados Unidos, de sua política de intervenção na Ásia e alhures. Ademais, passava Mao Tsé-Tung a sustentar que a guerra com o mundo capitalista era inevitável e conviria fazê-la, imediatamente, pois os Estados Unidos não passavam de um tigre de papel. E nessa ordem de idéias, resolveu a China apoiar as "Guerras de Liberação", na Ásia, na África e na América Latina, coagindo a União Soviética a desenvolver intensa ação diplomática para não ser posta de lado na evolução dos acontecimentos e para neutralizar a crescente influência chinesa no tocante à liderança do movimento comunista internacional.

Pondo em execução um plano de estratégia revolucionária mundial, diferente e mais agressivo do que o da União Soviética, os chineses atacaram o revisionismo soviético e a pretensa acomodação dos interesses soviéticos com o mundo ocidental e especialmente com os Estados Unidos, sustentando que a URSS estava mais preocupada com a situação europeia, com o problema alemão, com as questões inerentes à sua própria segurança, ao seu desenvolvimento como nação do que com a implantação do comunismo no chamado Terceiro Mundo, máxime na Ásia, na África e na América Latina, onde mais se acentuavam as contradições econômicas e onde condições mais propícias se vislumbravam para a ação subversiva destinada a transformar o mundo contemporâneo num mundo comunista. De doutrinárias, apenas, as dissensões entre os dois colossos comunistas se foram agravando, a ponto de se considerar iminente a guerra entre eles por volta do outono de 1969, quando choques armados se verificaram na fronteira sino-soviética. As relações entre os dois países melhoraram, mas as divergências persistem. Não só no plano doutrinário, havendo o Partido Comunista Chinês deixado de comparecer tanto ao Congresso Internacional dos Partidos Comunistas realizado em julho-agosto de 1969, quanto ao XXIV Congresso do Partido Comunista da União Soviética, reunido em março-abril de 1971, em Moscou, mas, também, no campo das relações interestatais, onde os antagonismos e as tensões parecem cada vez mais profundos.

O último estágio da divergência sino-soviética, antes do desaparecimento de Chou En-lai e de Mao Tsé-Tung, caracterizou-se pelas repercussões da viagem do Presidente Richard Nixon a Pequim e a Moscou, bem como pelas de Brejnev aos Estados Unidos e de Pompidou à China, acontecimentos esses que, sem dúvida

alguma, abriram perspectivas novas para a paz do mundo e lançaram as bases de uma nova configuração de conjuntura internacional. Ademais, fatos posteriores acentuaram ainda mais essas tendências de recomposição política do Mundo, como a entrada da China nas Nações Unidas, o difícil cessar-fogo no Vietnam, as reuniões do Salt em Helsinque (depois Genebra), a Conferência para redução de forças em Viena, a realização da Conferência de Cooperação e Segurança Européia em Helsinque, a queda de Nixon, a derrota de Ford e a vitória de Carter, nos Estados Unidos, bem como a substituição de Podgorni, no Presidium do Soviete Supremo da União Soviética, por Brejnev.

Não se poderá naturalmente afirmar que o mundo já deixou de ser bipolar e que os dois centros de poder internacional se tenham fragmentado, tanto do lado comunista, quanto do lado ocidental. Todavia, os acontecimentos acima referidos parecem indicar que a consistência e a sobrevivência da concepção dicótoma de poder mundial que, após a crise dos mísseis de 1962, substituiu a confrontação dos dois blocos, característica do pós-guerra e da guerra fria que se lhe seguiu, estão sendo postas em cheque.

Aliás, buscando justificar e explicar essa multipolarização do Mundo, o então Secretário de Estado Rogers, em famosa alocução, afirmou que três condições existiam em nossos dias, completamente diferentes das que prevaleciam há vinte anos atrás: a primeira no sentido de que o mundo não era mais bipolar — um mundo comunista e outro livre — mas sim multipolar, com cinco centros de poder não necessariamente iguais, mas todos eles importantes e que, sem dúvida, se tornariam mais importantes no futuro: os Estados Unidos, a União Soviética, a Comunidade Européia, o Japão e a República Popular da China. Em segundo lugar, as ideologias que existiam hoje eram mais proliferadas do que as que se vislumbravam logo após a Segunda Guerra Mundial.

Antes, considerava-se o mundo comunista como um todo monóltico, agora, reconheciam-se nele sérias diferenças, tais como as que existem no mundo livre.

Finalmente, havia muito mais independência no mundo de hoje do que existia antes, e tudo parecia indicar que ela se iria acelerar e intensificar nos anos vindouros.

Foi dentro dessa concepção renovadora que o governo de Washington procurou estruturar a sua estratégia mundial e sua política de desengajamento progressivo, cônscio de que a função de "gendarme da paz e da democracia" estava superada pelos tempos com a recuperação econômica do Japão, da Alemanha, da Europa Ocidental e, ainda, com o desenvolvimento acelerado do chamado Terceiro Mundo.

Não obstante a satisfação e os aplausos que acolheram por toda parte a tese da multipolarização do poder mundial, a URSS não parece inclinada a adotá-la, pelo menos neste momento. Ao contrário, sua diplomacia vem habilmente se opondo a um pronto reconhecimento da nova filosofia norte-americana. Em primeiro

lugar, porque a URSS prefere a continuação de um mundo bipolar, em que tenha apenas de dialogar em termos de superpotência com os Estados Unidos, a um mundo multipolar, em que se veja compelida a debater os problemas da paz e da segurança internacionais com várias potências de primeira grandeza. Desta maneira, o problema se reduz à alternativa: ou manter o diálogo bilateral com os Estados Unidos ou substituir os mesmos naquelas áreas em que se verificar o desengajamento norte-americano.

Que o mundo marche para a multipolarização do poder internacional e que outros pólos de poder surjam no futuro e, entre eles, o Japão, a China e a Europa Ocidental (e num futuro mais distante o Brasil, a Índia, o Canadá e a Austrália) é bem possível e ninguém o contesta. Até agora, porém, os Estados Unidos continuam a ser considerados pelo Kremlin como a única superpotência digna desse título, o único interlocutor planetário válido, o único rival sério dos soviéticos no titânico esforço que desenvolvem no sentido de transformarem a URSS na primeira potência do mundo. Quanto a isso, os soviéticos estão tranqüilos, pois não obstante os vaticínios de Rogers, Kissinger e Nixon, o mundo continua bipolar. Se os Estados Unidos se desengajarem muito rapidamente de seus compromissos ou se debilitarem militarmente, a União Soviética irá sistematicamente ocupando, um a um, os espaços vazios, políticos e econômicos, deixados por Washington.

Destarte, ao enfoque realista da conjuntura internacional dos norte-americanos em termos de futuro, os soviéticos contrapõem um enfoque não menos realista em termos de presente. Para os norte-americanos, o mundo já deixou de ser bipolar e passou a multipolar. Portanto, urge atuar em consequência e promover um rápido desengajamento dos Estados Unidos, tendente a reduzir as longas linhas de seus compromissos internacionais. Para os soviéticos, o mundo continua bipolar e se os Estados Unidos não se dispuserem a manter o diálogo russo-americano, de que a viagem de Brejnev aos Estados Unidos é exemplo eloquente, arriscar-se-ão a enfrentar um maciço e contundente monólogo soviético, porquanto os centros de poder indicados na doutrina Rogers-Nixon-Kissinger não estão, ainda, em condições de atuar como tais, conforme demonstrou o desfecho da guerra entre a Índia e o Paquistão Ocidental. Daí a razão pela qual, preocupada com um desengajamento prematuro dos Estados Unidos, a China vem intensificando ultimamente a sua política anti-soviética, inclusive hipotecando ostensivo apoio ao Mercado Comum Europeu, à Organização do Tratado Atlântico Norte e a todas as tentativas tendentes a conter o expansionismo do Kremlin, inclusive acelerando seu esforço armamentista.

Durante a Conferência dos Não-Alinhados, realizada em Argel, em setembro de 1973, a diplomacia chinesa esteve bastante ativa e muitas das dificuldades encontradas pela URSS nesse conclave podem ser atribuídas à ação desenvolvida por Pequim. Outrossim, por ocasião da visita do Presidente Pompidou a Pequim, Chou En-lai, ainda vivo, repeliu vigorosamente a hegemonia bipolar das duas superpotências, declarando nessa oportunidade que apoiava a Europa ocidental contra o expansionismo soviético e alertava os países europeus ante o perigo de uma inter-

venção militar da URSS, perigo que a China também corria, mas contra o qual vinha, de há muito, tomando as mais drásticas e sérias medidas preventivas.

Pode-se afirmar, sem receio de equívoco, que a dissensão, hoje, entre a URSS e a China é tão profunda e séria quanto a que antagonizava a URSS e os Estados Unidos nos remotos tempos da guerra fria.

E, nem a morte de Chou En-lai, ocorrida em janeiro de 1976, nem a do Presidente Mao Tsé-Tung, sobrevinda em setembro do mesmo ano, influiram, como alguns círculos pró-soviéticos esperavam, na posição da China, bastando aqui lembrar o gesto das novas autoridades chinesas rejeitando as mensagens de pesames, as coroas de flores e outras manifestações de pesar dos Partidos Comunistas da URSS e dos países considerados por Pequim como subordinados a Moscou.

Não se faz mister recorrer a documentos secretos nem a interpretações sibilinas para traçar um quadro tanto quanto possível exato das tensões que separam chineses e soviéticos. Todos os dias notícias procedentes respectivamente de Moscou e de Pequim focalizam, de modo convincente, os mais salientes aspectos dessa polêmica veemente.

Em suas invectivas quase cotidianas alegam, coléricos, os chineses que os soviéticos põem atualmente em vigor um dispositivo militar de tal envergadura que só poderá ser definido como de amplitude planetária. Por que? Para que? Contra quem? Não pelo fato de que temam os soviéticos que os Estados Unidos, o Japão, a Europa Ocidental os ataquem. Para os chineses há uma motivação mais lógica, compreensível e ponderável, que urge buscar em outros horizontes: a China.

Efetivamente, durante a rápida viagem que fiz com um grupo de amigos pela Ásia (Japão, China, Hong-Kong, Tailândia, Índia e Irã), em setembro de 1975, pude verificar que o formidável potencial militar russo constitui motivo de viva inquietação, não só para os chineses mas para outros povos asiáticos, especialmente tailandeses e iranianos.

Na China, há não só um inquieto sentimento de preocupação quanto a uma possível agressão por parte da URSS, mas um verdadeiro frenesi anti-soviético, que se vislumbra em todas as camadas da população chinesa.

Todavia, se existe uma espécie de histeria anti-soviética, em grande parte alimentada pelas próprias autoridades chinesas, não existe uma atmosfera de temor e muito menos de pânico.

Vários chineses me disseram sorrindo — eles estão sempre sorrindo — que os russos poderiam entrar na China mas de lá não sairiam... Perguntei-lhes se diante da enorme superioridade tecnológica e militar da URSS, não receavam que os soviéticos fizessem uma guerra relâmpago, semelhante à campanha de Hitler na Europa e neutralizassem, em pouco tempo, todos os centros vitais chineses. Resposta: a não ser que utilizassem a bomba atômica, e, nesse caso, a represália chinesa seria imediata, com grande prejuízo para os russos, não poderiam estes, empregando armamentos clássicos, aniquilar novecentos milhões de habitantes.

A superioridade numérica era também digna de consideração. Os norte-americanos, com toda a sua grande e incontestável superioridade tecnológica, não haviam conseguido impor-se ante a enorme superioridade numérica dos adversários. Ponderei que os vietnamitas haviam recebido notável ajuda técnica e militar de seus aliados. Mas meus interlocutores chineses, com grande vivacidade, replicaram que a China não era um país indefeso como o Vietnã. Sem falar nos armamentos atômicos, matinham pelo menos cento e sessenta divisões blindadas, três milhões e meio de homens em armas e mais de uma centena de mísseis de ogiva nuclear de um alcance médio de dois mil quilômetros. Naturalmente, reconheceram que tais meios eram modestos em face da indiscutível superioridade bélica soviética, porém, não deixavam de constituir uma ponderável força de dissuasão de caráter defensivo, pois a China não possuía meios nem pretendia atacar a URSS.

Exemplo, aliás, da estratégia puramente defensiva e não ofensiva da China era a existência de uma impressionante quantidade de abrigos antiatômicos que os chineses construíram com ensorgelado afã, como se o ataque soviético estivesse iminente.

Enfim: não só pude verificar, durante a nossa viagem, a existência de um sistemático e profundo sentimento anti-soviético, mas tive a impressão, assim como os meus companheiros de viagem, que os chineses estão prevenidos e dispostos resolutamente a resistirem a uma guerra preventiva que, porventura, contra eles pretenda a URSS desencadear.

A terceira grande divergência dentro do contexto do movimento comunista internacional foi representada por Fidel Castro, que, em dado momento, procurou ignorar a liderança soviética e fazer a guerra subversiva por sua própria conta, dispondo, para tanto, do apoio da China. Certos sintomas, porém, parecem confirmar que, a partir dos meados de 1968, ocorreu uma indiscutível acomodação e, em seguida, completa sujeição de Castro à liderança soviética. Sua discrepancia fundamental com a União Soviética reposava na tática a ser empregada no processo de implantação do comunismo na América Latina. Ao contrário da União Soviética, que preconizava uma evolução lenta e pacífica, que fosse gradativamente corroendo e desintegrando os sistemas capitalistas, Fidel advogava ação mais violenta e imediata, consubstanciada na guerra de guerrilha de caráter rural ou urbano. O malogro das operações de Che Guevara na Bolívia, as consequências totalmente nefastas das cisões internas dos Partidos Comunistas latino-americanos, a política de Moscou de crescente cooperação econômica e cultural com os países do Continente, a deterioração da economia cubana, estreitamente vinculada, de um lado, à produção de açúcar adquirida a preço preferencial pela URSS e, de outro, à permanente assistência do Kremlin (que permitiram à economia cubana sobreviver), fora fatores decisivos para a normalização das relações entre Cuba e a URSS. O comparecimento de Cuba ao XXIV Congresso do Partido Comunista Soviético e os sucessivos pronunciamentos de Fidel Castro, especialmente o que fez em Argel, em 1973, por ocasião da Conferência dos Não-Alinhados, foram paulatinamente dando a justa medida do alinhamento do "enfant terrible" do comunismo internacional à liderança de Moscou.

Presentemente, Fidel Castro está não só totalmente satelizado pelo Kremlin, mas transformou Cuba num reduto de mercenários a serviço do expansionismo soviético na África. A intervenção de Cuba na Angola, a participação ativa na Guerra da Etiópia contra a Somália, a presença de cubanos em vários pontos do continente africano demonstram que já não se trata mais, para Fidel Castro, de simples alinhamento ideológico a Moscou, porém, de completa sujeição aos desígnios hegemônicos do imperialismo soviético.

Finalmente, a quarta grande dissidência no âmbito do movimento comunista internacional pode consubstanciar-se pela posição dos Partidos Comunistas da Europa Ocidental, que não detêm o poder em seus países, mas constituem uma considerável força eleitoral, e de alguns da Europa Oriental que, embora detendo o poder opõem certas restrições à liderança soviética.

No que diz respeito aos Partidos Comunistas da Europa Ocidental, dos quais o PC Italiano é o mais típico, têm eles uma responsabilidade perante os seus membros e o eleitorado nacional que o próprio PCUS desconhece. São eles obrigados a curvar-se diante das contingências do eleitorado local e a admitir, inclusive, que os "slogans" leninistas-marxistas, já bastante gastos e superados, não mais empolgam as massas eleitorais, principalmente as classes operárias, que atingiram, nesses países, tal prosperidade e segurança material que se encontram indiferentes às vantagens acenadas pela propaganda comunista. Isso reflete o grau de desenvolvimento político e econômico desses países, onde o Partido Comunista deve enfrentar, como na França, pujantes organizações de esquerda não comunistas com perspectivas de bem-estar social muito mais sedutoras para o eleitorado local do que as oferecidas pelo Partido Comunista Francês. Os amplos meios de informação vigorantes nesses países, a liberdade de imprensa e, sobretudo, a tradição democrática de seus povos não podem deixar de influenciar a doutrina, a tática e a ação desses Partidos Comunistas que se vêem impelidos, inclusive, a se emancipar das rígidas diretivas soviéticas e a se tornar mais flexíveis de maneira a fazerm face, com êxito, a certas situações novas que os dogmas já ultrapassados do marxismo-leninismo não previram nem poderiam prever.

Ultimamente, a posição de independência desses Partidos Comunistas, especialmente o PCI, o PCF e o PCE se tornou mais acentuada, dando origem ao que se convencionou chamar de Eurocomunismo. Os três líderes desse movimento autonomistas são: Enrico Berlinguer, Secretário-Geral do Partido Comunista Italiano, Georges Marchais, Secretário-Geral do Partido Comunista Francês, e Santiago Carrillo, Secretário-Geral do Partido Comunista Espanhol.

Não obstante as divergências existentes entre os três Partidos, todos são acordes em defender uma política de solidariedade internacional, baseada na independência de cada Partido para traçar o seu programa de ação de acordo com as injunções de ordem política do meio social respectivo. Sem pretender definir de modo claro e preciso o Eurocomunismo, ainda em fase experimental, poderíamos destacar como características fundamentais desse movimento, as seguintes:

1º repúdio à ditadura do proletariado, que constitui um dos dogmas básicos e intangíveis do marxismo-leninismo;

2º) autodeterminação e independência em relação ao PCUS, isto é, autonomia plena do PCI, do PCF e do PCE para desenvolver o seu programa de ação sem depender de interferência ou da orientação e muito menos da tutela do Partido Comunista da União Soviética.

3º) respeito efetivo e real, e não apenas teórico ou formal, às liberdades públicas e aos direitos essenciais do homem, particularmente:

- a) a liberdade de escolher vias políticas diferentes;
- b) as liberdades individuais e coletivas;
- c) os direitos econômicos e sociais;
- d) os direitos à cultura e à informação;
- e) os direitos políticos decorrentes das instituições democráticas;
- f) as garantias judiciais;

4º) a adoção da democracia pluralista e renúncia à idéia do Partido único, no caso o Comunista;

5º) elaboração de uma filosofia socialista própria aos Partidos Comunistas da Europa Ocidental, de onde uma coordenação de suas políticas e programas de ação.

Naturalmente, o Governo de Moscou reagiu violentamente ao Eurocomunismo, que Ponomarev classificou de traição ao ideal comunista. Por ocasião, entretanto, da Conferência dos Partidos Comunistas, realizada em Berlim entre 29 e 30 junho de 1976, a URSS viu-se compelida a aceitar o pleno direito dos Partidos Comunistas estrangeiros de escolherem diferentes caminhos na luta pelo socialismo, o princípio da absoluta igualdade entre eles e, sobretudo, o preceito de não-ingrédia, acontecimento que o Express de 11 de julho de 1976 sintetizou na frase: "non à la reverence".

Além desse fenômeno que ocorre no mundo ocidental, é de salientar que mesmo em alguns Estados em que o PC detém o poder são feitas certas reservas à liderança soviética como, por exemplo, na Albânia, na Iugoslávia e na Romênia. São conhecidas as posições intransigentes dos Partidos Comunistas da Albânia e da Iugoslávia e suas restrições à chamada doutrina Brejnev, da soberania limitada, bem como a do Partido Comunista Romeno no que tange à necessidade de uma maior autonomia por parte dos Partidos Comunistas nacionais. São, sem dúvida, matizes do movimento comunista internacional que não podem deixar de ser ressaltados, pois, demonstram que ele deixou de ser uma peça única, monolítica e sem fissuras.

Conclui-se, portanto, do exposto, que do ponto de vista da pureza ideológica de sua ortodoxia, existe uma perceptível ruptura das linhas-mestras do marxismo-leninismo. Internamente, dois fatos importantes o atestam: um processo de contestação que abala em seus alicerces toda a construção filosófica do marxismo-leninis-

mo e, de outro lado, o malogro do Comunismo como sistema econômico, pelo fato da URSS ter sido obrigada a aceitar capitais e investimentos do mundo ocidental e até dos Estados Unidos para desenvolver seus recursos naturais, o que constitui uma inegável concessão feita pelo Kremlin em detrimento do dogmatismo absoluto de Marx, Engels e Lenine. Externamente, sob o hábil pretexto da doutrina da coexistência pacífica, a URSS, com o grande sentido da realidade e com o frio pragmatismo que caracteriza a sua diplomacia, não tergiversou em colocar os interesses do Estado Soviético acima das considerações de ordem ideológica. Naturalmente, isso tudo sem abandonar uma das constantes da sua política internacional que é a da implantação do regime comunista em todos os países do universo.

Quanto ao movimento internacional comunista propriamente dito, não há dúvida que as diversas fissuras mencionadas no transcurso desta conferência constituem indiscutível enfraquecimento do movimento, que perde, ao mesmo tempo, em coesão ideológica e em força de penetração política. Seria, porém, arriscado afirmar que a fragmentação da liderança do movimento comunista mundial em vários pólos ideológicos diferentes represente o fim do movimento. A coexistência de várias formas de comunismo, desde o vermelho púrpura até o cor-de-rosa pálido, é perfeitamente factível. Urge, apenas, não esquecer que a competição entre a URSS e a China não se opera apenas no campo ideológico, mas também no político, no econômico, no militar (convencional ou nuclear) e no psico-social.

2 — AS RELAÇÕES DA UNIÃO SOVIÉTICA COM OS PAÍSES TIDOS COMO PROGRESSISTAS

Chamaremos países progressistas àqueles que nela se apóiam para a consecução de seus fins políticos e econômicos, demonstrando independência com referência às potências capitalistas, especialmente os Estados Unidos. Caracterizam-se essas relações pelo esforço de Moscou em mantê-los sob sua área de influência, com vistas a uma futura integração política no mundo comunista. Nessa mesma categoria, devem ser incluídos os chamados "movimentos de libertação nacional", pois, embora não sendo Estados no sentido jurídico da palavra, a eles se assimilam por apoarem-se na União Soviética em sua luta contra as "potências imperialistas". Com respeito a esses Estados e movimentos, a URSS se vê na contingência de enfrentar uma acirrada concorrência por parte da China, que está levando ao terreno diplomático naquelas áreas subdesenvolvidas as mesmas profundas divergências ideológicas, políticas e estratégicas que caracterizam as relações entre o maolismo e o chamado "imperialismo social soviético".

A luta pela liderança nessas áreas é refletida no caso da Tanzânia e da Zâmbia. Nesses países, o prestígio da China esteve em rápida ascensão em virtude do auxílio que os chineses prestaram para a construção de uma ferrovia ligando a Zâmbia Mediterrânea ao porto de Dar-es-Salam, na Tanzânia. Mais de mil técnicos e operários qualificados chineses foram enviados para a construção dessa ferrovia vital para o escoamento da produção de cobre da Zâmbia para o Oceano Índico, sem ter que passar pela Rodésia. Além disso, a China, desde o princípio de 1970,

procurou tornar-se o mais relevante elemento na formação militar da Tanzânia. Oficiais e Conselheiros militares se encarregaram do treinamento não só do exército da Tanzânia mas, também, das guerrilhas que operavam em Moçambique, antes da independência dessa ex-colônia portuguesa. A China, durante muito tempo, foi o principal fornecedor de armas abaixo do custo, tanto para o exército regular da Tanzânia e da Zâmbia, quanto para as guerrilhas.

A penetração chinesa na costa oriental africana diminuiu bastante após a morte de Chou En-lai e de Mao Tsé-Tung mas os chineses ainda exercem certa influência, disputando com a URSS o domínio dessa área. A diferença entre a influência chinesa e a soviética é que a primeira foi sempre mais generosa e os conselheiros chineses principalmente econômicos e técnicos. Os russos buscam e obtêm, sobretudo, uma implantação militar e uma cobertura política, graças a governos-satélites que investem no poder. Este aspecto deve ser tomado em consideração para a análise do comportamento geográfico da expansão naval soviética em águas não tradicionais e poderá precisar com mais exatidão as verdadeiras motivações do Kremlin em seu ensofregado afã de estar presente em todos os mares do mundo, quem sabe mesmo, em próximo futuro, nas águas tépidas do Atlântico Sul.

Outros pontos de competição entre os imperialismos soviético e chinês, no âmbito dos Estados progressistas, são o Sudeste Asiático e o Oriente Médio. No Sudeste Asiático, a política soviética de amplo apoio ao Vietnã caracteriza-se por seus interesses estratégicos: não só evitar a penetração norte-americana nesse setor, mas, também, impedir a expansão diplomática e militar chinesa. Dando completo apoio militar aos vietnamitas, a União Soviética faz frente à influência tanto chinesa quanto norte-americana e garante a sua presença numa área que lhe é de enorme importância estratégica, sobretudo em função de seu litígio com a China. No Oriente Médio, os soviéticos perderam muito terreno com a defecção do Egito e a tradicional oposição do Irã e da Arábia Saudita, mas procuram manter sua influência, graças ao apoio da Síria, do Iraque, da Líbia e da OLP.

De qualquer modo, à medida que se instalem regimes progressistas, a competição entre soviéticos e chineses marcará a sua presença com o escopo precípicio de saber quem imporá sua tática de implantação do comunismo, quem exercerá sua influência sobre a área conquistada, quem afirmará a sua liderança.

3 — AS RELAÇÕES DA UNIÃO SOVIÉTICA COM OS PAÍSES INDUSTRIALIZADOS E DESENVOLVIDOS

As relações da URSS com tais países, especialmente os da Europa Ocidental, os Estados Unidos, o Canadá e o Japão colocam-se num plano sumamente interessante. O malogro das previsões de Marx quanto à iminência da revolução proletária nesses países, a começar pela Alemanha, e a consequente implantação do comunismo no mundo, levou o Partido Comunista da União Soviética à revisão da sua política com relação a eles. Não ignora o Governo de Moscou que a existência

de governos comunistas na Europa Oriental se deve basicamente a uma imposição alicerçada nas armas e que esse feito, realizado ao término da 2ª Guerra Mundial, não tem condições de repetir-se. Todo um vasto e complexo sistema de segurança ocidental, repousante na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), tem, até agora pelo menos, impedido o alastramento do domínio soviético ao ocidente europeu. Daí porque o esforço da diplomacia soviética se tem concentrado em desfazer essa aliança, utilizando, para tanto, todos os processos imagináveis. O desmantelamento da OTAN, continua, mais do que nunca, a ser um dos objetivos principais da política exterior da URSS. No atingimento desse escopo, o Kremlin não descansará, pois a tenacidade na perseguição de determinado objetivo é uma constante característica da política externa soviética. Aliás, a tarefa da URSS foi facilitada pela política de alguns membros da OTAN. Inegavelmente, a política de distensão com a URSS, inaugurada pelo Presidente Kennedy após a crise dos mísseis em 1962, e a posição "sui generis" da França dentro da OTAN, defendida pelo General De Gaulle como consequência de sua política de aproximação com Moscou foram, sem dúvida, profundos golpes desferidos, ao mesmo tempo, na sonhada unidade européia e, sobretudo, na consistência orgânica e tática da OTAN. Tanto mais a França e os Estados Unidos se aproximavam de Moscou, quanto mais sofria a OTAN em razão de ser, em força e em coesão. Isso naturalmente sem a contrapartida de um correspondente enfraquecimento do Pacto de Varsóvia ou um afrouxamento dos laços de suzerania que prendem os membros do Pacto à URSS. Muito ao contrário, a invasão da Tchecoslováquia e os posteriores tratados bilaterais firmados com a própria Tchecoslováquia e a Romênia comprovam que esses laços estão mais cerrados do que nunca e que a URSS continua, com maestria, pondo em prática a sua filosofia consistente no aforismo: o que é meu é intocável, o que é dos outros é passível de negociação. Desmantelar, pois, a OTAN ou negociar a sua desagregação, enquanto são fortalecidos os vínculos que unem os membros do Pacto de Varsóvia, continua a ser um dos relevantes alvos da política exterior soviética. Outro postulado básico na política soviética e intimamente ligado ao precedente é o de obter a aceitação, por parte da Europa Ocidental, "das realidades decorrentes do fim da Segunda Guerra Mundial". Já para o alcance desse desígnio, muito contribuiu o tratado firmado em 1970 entre a URSS e a RFA, por força do qual os soviéticos conseguiram, após longos anos de tenaz espera, a consagração das fronteiras novas da Europa, mediante o reconhecimento do Império que suas vitórias militares de 1945 lhe proporcionaram e a tão almejada adesão da Alemanha Ocidental à partilha do antigo "Reich" em dois Estados independentes. Isso tudo sem pagar muito, pois, a contrapartida foi apenas a vaga possibilidade de a Alemanha Ocidental penetrar economicamente nas áreas herméticas dos Estados-satélites. Com efeito, mesmo na parte atinente à cooperação entre a URSS e a Alemanha Ocidental, os maiores ganhadores ainda foram os soviéticos, porquanto o estabelecimento de um intercâmbio tecnológico, especialmente no tocante às indústrias leve, média e de bens de consumo, permitirá à União Soviética preencher o vácuo existente em sua infra-estrutura econômica e deixar de ser apenas uma usina de indústria pesada e tecnológica vinculada a fins bélicos para tornar-se uma potência industrial na completa acepção desse termo.

Da mesma forma, o Governo soviético, com a sua costumeira pertinácia, perseguia e conseguiu a realização da Conferência Européia de Segurança. Quando proposta em Budapeste, em princípios de 1968, foi ela acintosamente ignorada pelos ocidentais na sessão da OTAN, realizada na primavera daquele ano. Todavia, já na reunião de Bruxelas, transcorrida em dezembro de 1969, foi admitida como desejável por uns, como necessária por outros e como possível, por todos. A reunião de Roma representou uma completa rendição à tese soviética, sob o pretexto de haver um interesse geral na realização da discutida conferência.

A insistência das autoridades soviéticas pela realização da Conferência de Segurança Européia era bem compreensível, pois através dela pretendia a URSS consolidar as suas conquistas territoriais, obter o reconhecimento de sua tutela sobre os países socialistas da Europa Oriental, estender sua influência política sobre os da Europa Ocidental e reduzir ao silêncio as outrora poderosas e vigilantes baterias da Organização Atlântica. A Conferência iniciou, por fim, os seus trabalhos preliminares em 12 de novembro de 1972 em Helsinque, terminando em 1º de agosto de 1975. Consoante o que ficou decidido, após longos debates e difíceis negociações, a Conferência focalizou três categorias de problemas fundamentais: a) segurança européia; b) cooperação econômica, científica, técnica e meio ambiente; c) contatos humanos e intercâmbio intelectual, isto é, a livre circulação de homens e informações e cooperação nos domínios da cultura e da educação.

Paralelamente à crescente influência política na Europa, a União Soviética desenvolve intensa campanha em prol da cooperação econômica e tecnológica com os países ocidentais, tendo deles obtido impressionante e crescente ajuda. Neste caso, a União Soviética mui habilmente busca tirar todo proveito possível da coexistência pacífica com os sistemas econômicos diferentes, sobrepondo seus interesses nacionais imediatos às considerações ideológicas. Exemplos típicos dessa política são os importantes acordos firmados com a Itália, a Grã-Bretanha, a França, a Alemanha Federal e recentemente o Japão.

No que concerne aos Estados Unidos da América, a conduta da União Soviética adquire características especialíssimas, dentro do quadro geral de suas relações com os países capitalistas desenvolvidos e industrializados. Apesar de uma sensível melhoria dessas relações depois das viagens do Presidente Nixon a Moscou e do Senhor Leonid Brejnev a Washington e dos transcedentais atos concluídos, especialmente o relativo à limitação de armas nucleares, os Estados Unidos continuam a ser considerados pelos órgãos da propaganda soviética como o adversário principal, dentre todos os inimigos do comunismo, como o baluarte das forças reacionárias e o exemplo perfeito do último estágio capitalista: o imperialismo. É principalmente contra os Estados Unidos que se dirige a política internacional soviética, muito embora a China ocupe, hoje, lugar de destaque entre os alvos preferidos do Kremlin.

Não obstante a permanente hostilidade dos órgãos da propaganda soviética contra o Governo norte-americano, a União Soviética, mui realisticamente, sempre reconheceu a existência de interesses comuns com os Estados Unidos, decor-

rentes de sua condição especial de superpotência nuclear. Esse reconhecimento encontrou expressão concreta, primeiro, nas conversações do Salt, realizadas em Helsinque, Viena e de novo em Helsinque e, depois, nas viagens do Presidente Nixon a Moscou e do Secretário-Geral Leonid Brejnev a Washington, encontros verdadeiramente históricos e que pelos resultados concretos consubstanciados nos inúmeros acordos assinados e nos entendimentos certamente havidos, tiveram, sem dúvida, as mais claras e profundas ressonâncias quanto à manutenção da paz e da segurança no mundo.

Obviamente, semelhante estado de coisas conflita, de modo perceptível, com as afirmações doutrinárias da propaganda marxista-leninista. No entanto, fatos são fatos e teorias são teorias. E mais importante para o Kremlin do que toda a ideologia marxista-leninista sustentada pelos puros do Partido, como Suslov, são os capitais norte-americanos necessários ao desenvolvimento da Sibéria e outras regiões inexploradas da URSS e a ajuda maciça da tecnologia capitalista, particularmente a dos Estados Unidos, que os russos preferem à francesa, italiana, alemã e japonesa e por meio da qual esperam poder ajustar a sua débil infra-estrutura econômica de país subdesenvolvido à sua alta condição de superpotência militar.

Naturalmente, aceitando de um lado vultosos investimentos das potências capitalistas para a industrialização de seus recursos naturais e, de outro, criticando os Estados do chamado Terceiro Mundo por receberem os mesmos auxílios, a URSS coloca-se ideologicamente em posição bastante contraditória. Tais considerações metafísicas pouco afetam, entretanto, o frio pragmatismo do Kremlin, pois com o aproveitamento de seus imensos recursos naturais, a URSS não só continuará a ser uma das mais poderosas potências militares, mas, também, se transformará, do ponto de vista de sua infra-estrutura econômica, em uma potência altamente industrializada.

Exemplos concretos da cooperação tecnológica prestada pelo Ocidente à URSS: um terço da colheita de beterraba é tratada em usinas instaladas na URSS pelo oeste; um terço da cerveja soviética é produzida por cervejarias construídas pelos ocidentais; mais de um terço do cimento soviético provém de usinas, importadas dos países capitalistas; o equivalente de cinco milhões de dólares de transferência de tecnologia vai cada ano do ocidente para a URSS; os subsídios fornecidos pela FIAT foram tão consideráveis que permitiram aos soviéticos construir veículos blindados de transporte de pessoal, cuja eficiência ficou comprovada no transcurso da Guerra de 1973 entre israelenses e árabes; finalmente, parece que uma máquina especial de grande precisão, fornecida pelos Estados Unidos, tornou possível à URSS a construção das ogivas de múltiplas cabeças dos seus mísseis.

Isso, do ponto de vista unicamente político e estratégico, porque do ângulo econômico, os italianos, por exemplo, viram que os carros FIAT que haviam ensinado os russos a construir voltavam, mais tarde, sob o nome de LADA para competir, a preços irrisórios, no mercado internacional, com os FIAT fabricados na Itália.

No que tange às relações da URSS com outras potências industrializadas, como a Austrália, o Canadá e o Japão, elas vêm melhorando consideravelmente,

tendo sido assinados importantes acordos de cooperação técnica entre a URSS e tais países.

4 — AS RELAÇÕES DA URSS COM O CHAMADO TERCEIRO MUNDO

Caracterizam-se essas relações pela perseguição de dois objetivos preciosos: a) retirar, a curto ou a longo prazo, a influência dos Estados Unidos e demais Estados capitalistas dessa área, mediante uma hábil política de intensa cooperação econômica, assistência técnica, ajuda militar, intercâmbio cultural e ingente propaganda; b) implantar, a longo prazo, o regime marxista-leninista nos países do chamado Terceiro Mundo que ainda não tenham sido comunistados.

Naturalmente, não se trata aqui de países progressistas, mas aqueles em que a influência predominante é a norte-americana, a francesa, a inglesa, a alemã, ou onde a URSS não comande ainda as ações. É o que ocorre em extensas áreas da Ásia, da África e da América Latina, onde a União Soviética aproveita em seu próprio benefício as circunstâncias políticas, econômicas e sociais prevalecentes. É mais uma questão de tática do que de estratégia. Consciente de que todos os caminhos são válidos, a URSS emprega para cada caso concreto uma tática condizente, explorando aqui as reivindicações sociais, ali a miséria e a ignorância das massas, acolá as dificuldades oriundas do problema racial. Se o regime vigente é o democrático, a tática é a de conquistar o poder pelos meios constitucionais, como no Chile, por ocasião da eleição do Presidente Allende. Se o regime é militar, o caminho é buscar a dissensão entre as forças armadas, de molde a ser implantado o socialismo ou o comunismo, através de um golpe militar. Se o país é católico, a infiltração da igreja por elementos "progressistas" é o caminho escolhido, como ocorre em vários países de formação religiosa católica. Ademais, greves, demonstrações estudantis, infiltração dos meios de informação (rádio, imprensa, televisão), atividades que dificultem a ação governativa e uma constante exacerbação dos elementos subversivos e revolucionários.

A penetração soviética no chamado Terceiro Mundo faz-se, naturalmente, de modo muito mais cauteloso e prudente do que a realizada nos Estados progressistas, mas a tática e os objetivos a colmar são os mesmos. Luta contra as forças reacionárias, guerra de morte contra o imperialismo norte-americano, ataque violento contra as oligarquias e empresas capitalistas. Subversão pelos processos que melhor se coadunem com o meio ambiente. Inclusive, mediante a ação terrorista. Porque, apesar da URSS repudiar publicamente o terrorismo e a violência em suas proclamações oficiais, a verdade é que ela não está indiferente a todos esses movimentos.

Na estratégia de sua penetração na América Latina, urge compreender o verdadeiro alcance do total alinhamento de Fidel Castro, neste momento, à URSS. Enquanto existiu a "heresia castrista", toda a ação subversiva na América Latina de origem cubana, inclusive a incursão de Che Guevara, escapava ao controle de

Moscou e até se voltava agressivamente contra a sua diretiva política de implantar, a longo prazo, paulatinamente, e não por meios violentos, sistemas socialistas de inspiração marxista-leninista. Enquanto Cuba agia por própria conta e fazia o jogo das forças de "ultra-esquerda", ela se opunha aos designios soviéticos na América Latina e dificultava as relações que o Kremlin mantinha e desejava incrementar com o Continente. O retorno de Cuba ao alinhamento soviético significa a sua rejeição — pelo menos aparente e oficial — à linha violenta da ação terrorista e a capitalização de suas energias revolucionárias em benefício da posição da URSS. Tudo isso é muito claro e não há como iludir-se quanto ao papel que Cuba desempenhou, desempenha e continuará desempenhando na subversão política, econômica e social do Continente ou, em outras palavras, na sovietização da América Latina. Alguns analistas acreditam num "gentlemen's agreement" entre Washington e Moscou quanto à América Latina. A verdade, porém, é que a América Latina constitui campo aberto para a ação político-revolucionária de Moscou, agora mais do que nunca reforçada graças a sua completa ascendência sobre Cuba.

Mais impressionante do que a penetração da URSS na América Latina, onde após o malogro de Che Guevara na Bolívia; o desmantelamento dos Tupamaros, no Uruguai; a queda de Allende no Chile; a ascensão de Videla na Argentina e a mudança de rumos no Peru, a URSS perdeu muito terreno — é, sem dúvida, a expansão soviética na África. Ali, efetivamente, a dominação da URSS, que já era considerável e mantinha sob seu controle a Argélia, a Líbia, a Guiné Francesa, o Mali, a Nigéria, o Benin, o Congo Brazaville, a Uganda, a Tanzânia, o Madagascar, e a Somália, estendeu-se à Angola, ao Moçambique, à Guiné Bissau e agora à Etiópia. É inacreditável que, inclusive, as ex-colônias portuguesas — Angola, Guiné Bissau e Moçambique — se tenham tornado um condomínio soviético-cubano sem que países a elas estreitamente vinculados hajam feito sequer um protesto simbólico ou exercido qualquer tipo de pressão diplomática sobre a URSS, principal responsável pela reinstalação do colonialismo na África e pelas tropelias dos mercenários de Fidel Castro nesse Continente.

E não fora a atitude firme e decidida da França e do Marrocos, o próprio Zaire teria caído nas mãos do imperialismo soviético-cubano, como ocorreu com os países acima citados.

A política externa da União Soviética é muito clara e pode sintetizar-se nestes termos: subversão através de diversas organizações comunistas internacionais e dos marxistas-leninistas locais, por um lado; por outro lado, ofensiva de convivência pacífica, de cooperação econômica, de assistência técnica, de intercâmbio cultural, de ofertas de crédito e de intensas transações comerciais.

Naturalmente, essa política de cooperação tem sentido diferente, consoante o escopo que ela persegue. Com os países capitalistas industrializados, de alto nível tecnológico, inclusive os que acoimam de imperialistas, visa ela à obtenção de resultados concretos e tangíveis; há ali uma perceptível predominância das considerações econômicas e tecnológicas sobre as de caráter político ou doutrinário. Com os países subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento, há uma indiscutível

predominância das considerações políticas sobre as econômicas. Porque a cooperação não é um fim; é um meio. É um meio para, a longo prazo, subverter a ordem política estabelecida e implantar um regime marxista-leninista pró-soviético.

Conforme acentuei, a União Soviética, de um lado aceitando investimentos maciços das potências capitalistas para o aproveitamento e industrialização de seus imensos recursos naturais e, de outro lado, persistindo em seus esforços armamentistas, não só continuará a ser uma das mais poderosas potências militares do mundo, mas ainda logrará transformar-se, do ponto de vista de sua estrutura econômico-social, em uma potência altamente industrializada. A ajuda ocidental, talvez ao mesmo tempo ingênua, inconsciente e suicida, vai permitir à URSS: 1º) fazer face às dificuldades de ordem econômica que a assolam; 2º) reerguer sua agricultura bastante precária; 3º) elevar o nível de vida de seu povo, sem que, com tudo isso, tenha de ressentir-se em seu permanente esforço armamentista. E, naturalmente, sem que seja ela, tampouco, obrigada a relaxar a sua política de infiltração subversiva, para o que dispõe do preciso instrumental consubstanciado nos Partidos Comunistas espalhados pelo mundo afora ou, se se trata de ação mais vigorosa, dos seus mercenários cubanos.

Medidas preventivas contra a política expansionista soviética vêm sendo adotadas no momento, apenas pela China continental que, conforme assinalei, extremamente preocupada com a política de expansionismo do Kremlin, vem ultimamente intensificando a sua política anti-soviética e se aproximando, cada vez mais, do mundo ocidental.

Não obstante isso, os prognósticos parecem indicar uma franca progressão dos soviéticos, sendo que a fascinante teoria da fragmentação dos centros de poder mundial, poderá ter sérias consequências se, ao invés de evoluir no sentido de um sistema pentagonal de equivalente potencialidade, descamar para uma concentração excessiva de poder na URSS, para o que, aliás, teriam concorrido os países ocidentais, uns por omissão e outros, o que é mais grave, por efetiva contribuição, consistente no fortalecimento do poderio industrial e econômico da União Soviética, talvez a única condição que lhe falta para tornar-se a mais poderosa nação do mundo.



PROGRAMA NUCLEOELÉTRICO BRASILEIRO UM PROGRAMA-ESCOLA

Luiz Francisco Ferreira

Coronel de Engenharia R/I. Declarado Aspirante a Oficial, na Escola Militar do Realengo, em setembro de 1942.

Possui os cursos da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, da Escola Superior de Guerra, de Informações, e da Escola de Engenharia do Exército dos Estados Unidos em Fort Belvoir (Advanced Course).

Foi instrutor na Academia Militar das Agulhas Negras, da ECE-ME e da Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai. Comandou o Batalhão Escola de Engenharia, foi subdiretor da Escola Nacional de Informações e Chefe de Gabinete do Estado-Maior das Forças Armadas.

É presentemente Chefe do Departamento de Administração do Ministério das Minas e Energia e assessor do Ministro para assuntos nucleares.

Introdução

Muito já se tem falado e escrito a respeito do Acordo sobre Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear, entre o Brasil e a República Federal da Alemanha, concluído em Bonn, a 27 de junho de 1975, comumente conhecido como o Acordo Nuclear Brasil-Alemanha.

Evitando repetir o que já é do conhecimento de todos, procurarei abordar o aspecto multiplicador do Acordo, em termos de tecnologia e desenvolvimento do Programa Nucleoelétrico Brasileiro. Entendendo por esse Programa todas as atividades contidas no Protocolo de Cooperação Industrial decorrente do Acordo, e assinado também em Bonn, no mesmo dia 27 de junho, pelos Ministros das Minas e Energia do Brasil e de Pesquisa e Tecnologia da RFA, acrescidas essas atividades de outras que as complementam, além de englobar a construção de Angra I.

Este Programa, que se deve estender por 15 anos, é o que nós poderíamos chamar de um Programa-Escola.

Antecedentes

Como surgiu este Programa?

Vamos nos remontar à história de Angra I.

Em 1968, a Central Elétrica de Furnas SA, hoje FURNAS Centrais Elétricas SA, recebeu delegação de responsabilidade para construir a primeira usina nuclear brasileira.

Dado o caráter pioneiro do empreendimento no País e a natureza inédita da maioria dos problemas relacionados com essa tarefa, FURNAS procurou assessorar-se convenientemente, valendo-se da experiência de empresas de eletricidade de outros países, que já haviam enfrentado problemas similares. Assim, para assessoria técnica durante a fase inicial, contratou os serviços de uma firma de consultoria especializada em assuntos nucleares, de reputação internacional, a "NUS — Nuclear Utility Services Corp", dos Estados Unidos da América, que por sua vez se associou, para fins de engenharia convencional e apoio técnico local, à firma "SELETEC — Serviços Eletrotécnicos Ltda.", do Rio de Janeiro.

Procedeu-se à escolha do local da usina e em junho de 1970 foram expedidos convites para concorrência de fornecimento de equipamento a 7 fabricantes pré-selecionados.

Foi solicitado aos concorrentes que apresentassem proposta global, abrangendo o fornecimento do equipamento completo da usina (tanto na parte nuclear como na convencional), a montagem de todo o equipamento fornecido, a fabricação do combustível, a supervisão técnica dos ensaios e de todas as operações necessárias à colocação da usina em pleno funcionamento, bem como assistência à FURNAS para treinamento do pessoal destinado à operação. Foi explicitamente excluída da solicitação das propostas a execução de todas as obras civis, tanto do edifício da usina propriamente dita como dos edifícios dos serviços auxiliares, bem como o fornecimento do envoltório de aço de contenção do reator.

Por essa razão, essa concorrência não foi do tipo clássico de "turn-key" ("caixa preta", chave na mão) na qual a responsabilidade integral do empreendimento repousa sobre um único proponente, que recebe o terreno limpo e entrega as chaves à empresa proprietária, na acepção literal do termo. Acresce ainda que os fornecedores foram incentivados a dividir com a indústria nacional, na medida do possível, a fabricação de componentes, bem como a dar participação, nos serviços dessa natureza, a firmas de montagem e engenharia nacionais.

Como o projeto de uma usina nuclear está intimamente ligado ao tipo de equipamento a ser fornecido, é prática quase generalizada atribuir-se ao fabricante a responsabilidade da elaboração do projeto e detalhamento da usina, tanto na parte nuclear como na parte térmica, o que ocorreu em Angra I.

As propostas foram apresentadas em janeiro de 1971, tendo comparecido 5 dos 7 fabricantes pré-selecionados, a saber:

Fabricante	País	Tipo de Reator
General Electric	EUA	Água leve fervente (BWR)
Kraftwerk Union (AEG)	RFA	Água leve fervente (BWR)
Kraftwerk Union (Siemens)	RFA	Água leve pressurizada (PWR)
The Nuclear Power Group	Inglaterra	Água leve fervente moderado a água pesada (SGHWR)
Westinghouse	EUA	Água leve pressurizada (PWR)

Em maio de 1971 foi aprovado o resultado da concorrência sendo escolhida a Westinghouse. Entre outros fatores, sua proposta era a que melhor contemplava a participação de indústria nacional no fornecimento de componentes da usina. A Westinghouse associou-se, para fins de montagem, à Empresa Brasileira de Engenharia (EBE) e, de projeto, às firmas Gibbs & Hill, Inc., de Nova York, e Promon Engenharia S. A. do Brasil.

Quatro meses depois foi realizada a concorrência entre construtoras nacionais para a execução das obras civis da usina.

O Programa

No Governo do Presidente Médici, foi estabelecido um grupo de trabalho sob a coordenação geral da ELETROBRÁS, para a elaboração de um plano de atendimento de energia elétrica às regiões sul/sudeste do País.

Os resultados desse estudo indicaram, até 1990, uma carência de 10.000 MW que deveria ser suprida por usinas nucleares, o que representava a construção e operação de mais 8 usinas de 1.200 MWe, até aquele ano.

A decisão de construir Angra I, bem como seu inicio de construção, teve o mérito de nos alertar para a problemática envolvida em um programa nucleoelétrico e, com isto, nos permitiu identificar as dificuldades com que iríamos nos defrontar.

Desde muito tempo o Brasil vem formando e aperfeiçoando cientistas — o átomo já não tem muitos mistérios para nós — mas a tarefa Angra I e a necessidade de enfrentar um programa muito maior deram-nos o sentimento do hiato existente entre o que fazer e o como fazer, isto é, entre a ciência e a tecnologia, entre a Universidade e a Indústria.

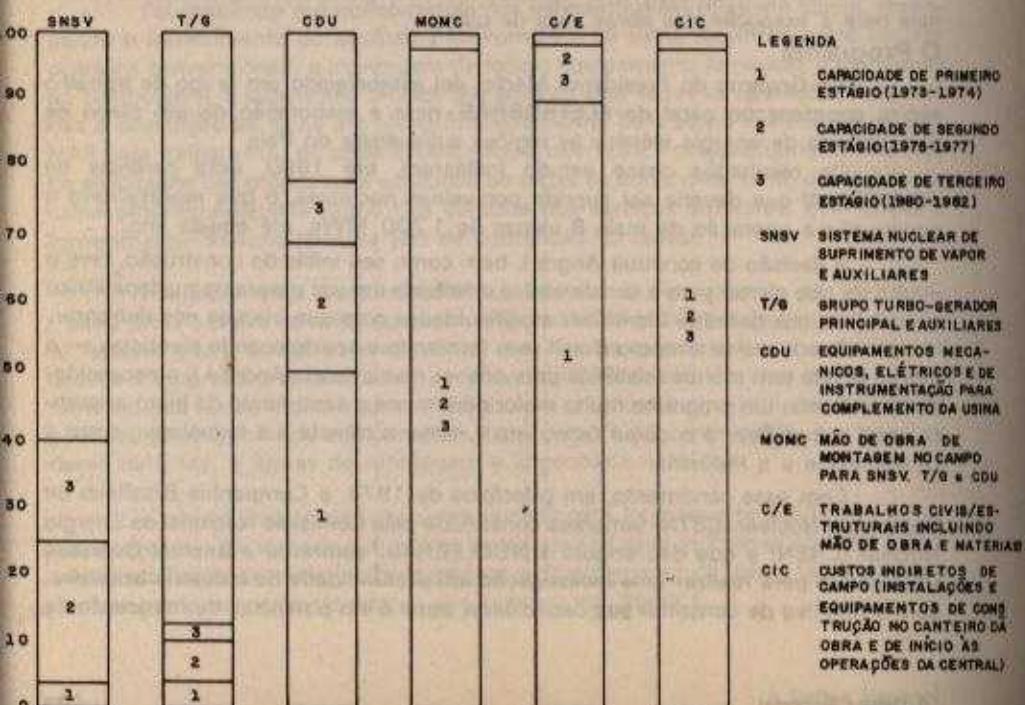
Com esse sentimento, em princípios de 1973, a Companhia Brasileira de Tecnologia Nuclear (CBTN) (empresa constituída pela Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) e que deu origem à NUCLEBRÁS) contratou a Bechtel Overseas Corporation para realizar uma investigação em profundidade da indústria brasileira, com o objetivo de constatar sua capacidade, atual e em potencial, de fabricação de

componentes para centrais nucleares à base de reatores a água leve pressurizada. Para isso, entre outras providências, foi:

- elaborada uma Encyclopédia de Componentes contendo descrições técnicas de 1.464 componentes de uma usina nuclear típica, moderna, de 1.000 MWe;
- desencadeada uma extensa pesquisa dos processos mais avançados e da maquinaria mais moderna empregados na fabricação de componentes nucleares;
- efetuado pela Montor, associada brasileira da Bechtel, um estudo de firmas industriais brasileiras, visando a identificar candidatos, em potencial, à fabricação de componentes para centrais nucleares (após um meticuloso processo de seleção, foi identificado um grupo representativo de 79 firmas para o programa de inspeção);
- realizada a inspeção das 79 firmas em apreço, por cinco equipes de engenheiros e inspetores qualificados, pertencentes aos quadros da CBTN, Bechtel e Montor, as quais utilizaram questionários e instruções de inspeção especificamente formulados para esse fim.

Essa investigação produziu uma série de conclusões e recomendações. As principais deficiências encontradas foram nos setores de ensaios, tratamento térmico, usinagem pesada, tratamento de superfícies, capacidade de projeto, experiência com materiais especiais e práticas de garantia e controle de qualidade.

O gráfico abaixo mostra sinteticamente o resultado desse levantamento, em termos de capacidade brasileira, em potencial, àquela época.



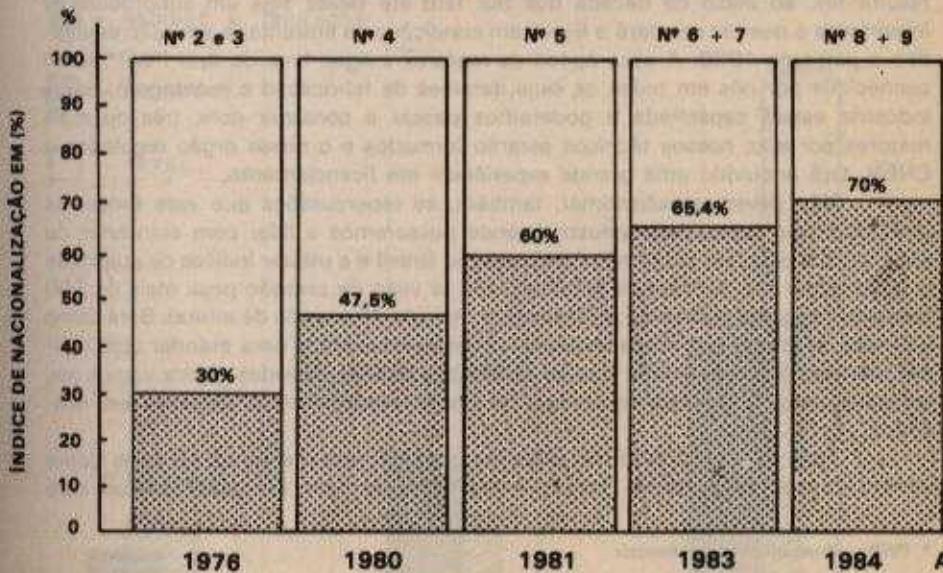
A Cooperação Externa

Pelo exposto vemos que, quando fomos procurar um parceiro externo para empreender o programa de 8 usinas, já tínhamos consciência de nossas deficiências e de como superá-las ao longo do tempo. Sabíamos que esse programa deveria contemplar um processo gradual e contínuo na introdução da nova tecnologia, de modo que ela pudesse se compatibilizar com as potencialidades do País no campo econômico-financeiro, com as possibilidades de nossa indústria e com a infra-estrutura empresarial existente e, sobretudo, com o pessoal qualificado para a execução do processo de implantação.

Queríamos, ainda, adquirir autonomia em matéria de combustível nuclear e assim implantar indústrias que contemplassem todo o ciclo desse combustível, o que de certa forma também influiu no escalonamento cronológico da construção das usinas.

Os parceiros escolhidos foram os alemães, por melhor se adaptarem às nossas premissas. Daí, nasceu o Acordo Brasil-RFA, onde a transferência de tecnologia foi adequadamente equacionada a ponto de, nas negociações do Protocolo de Cooperação Industrial, já ficarem estabelecidos os índices mínimos de nacionalização para as diferentes usinas do Programa, como consta no quadro a seguir:

**PROGRAMA CRESCENTE DE FABRICAÇÃO DE
COMPONENTES DE CENTRAIS NUCLEARES NO PAÍS
TODOS COMPONENTES DA CENTRAL
(METAS MÍNIMAS DE NACIONALIZAÇÃO)**



Essas metas mínimas de nacionalização, que representam o limite curto, já foram reavaliadas em maio de 1977, sendo atualmente as seguintes:

Nº 2 e 3	Nº 4	Nº 5	Nº 6 e 7	Nº 8 e 9
36.3%	57%	72.6%	79.7%	85%

Paralelamente o Governo criou, em julho de 1976, o Pronuclear, um programa que dará a infra-estrutura de recursos humanos necessária ao cumprimento da tarefa e que prevê a formação no período 1976/1985 de mais de 4.000 profissionais de nível superior e de cerca de 5.600 de nível médio, perfazendo um total em torno de 10.000 técnicos.

Importância e Oportunidade do Programa

Ora, com as fontes primárias de energia de que dispomos, sua previsão de aproveitamento e o nível atual de conhecimento, a energia nuclear é a única, de porte, disponível para complementar a produção necessária de energia prevista até o fim do século.

Temos um elevado potencial hidráulico, estimado em todo o País em cerca de 150.000 MW, do qual cerca de 50% situa-se na Amazônia, distante mais de 2.000 quilômetros, em média, dos principais centros de consumo. Supondo todo esse potencial utilizado, prevê-se que o mesmo estará esgotado ao fim do século. Acrescente-se a isto, que um sistema confiável não deve se basear exclusivamente em usinas hidrelétricas, ainda mais em um montante como este que está sendo considerado. A recente seca, ocorrida este ano, nos Estados do Sul do País, reforça esta argumentação.

A grande virtude do Programa Nucleoelétrico não é tanto os 10.000 MWe resultantes, ao início da década dos 90. Isto até talvez seja um subproduto. O importante é que ele colocará o Brasil em condições de enfrentar a situação energética a partir de 1990. A essa época os reatores a água leve do tipo PWR* serão conhecidos por nós em todos os seus detalhes de fabricação e montagem; nossa indústria estará capacitada e poderemos passar a construir dois, três ou mais reatores por ano; nossos técnicos estarão formados e o nosso órgão regulador, a CNEN, terá adquirido uma grande experiência em licenciamento.

Não devemos subestimar, também, as repercussões que este Programa terá em nossa capacidade industrial, onde passaremos a lidar com estruturas de dimensões e peso até então não fabricadas no Brasil e a utilizar índices de qualidade com os quais não estávamos familiarizados (o vaso de pressão pesa mais de 500 toneladas e os trocadores de calor medem mais de 20 metros de altura). Será como um novo despertar em nossa indústria: primeiro crescemos para atender com rapidez um mercado consumidor que se expandia a índices elevados, agora vamos nos sofisticar, adquirindo uma tecnologia de ponta, extremamente exigente em qualidade.

Todo esse progresso não pode ser adquirido em menos de 15 anos. Como vemos, os resultados desse Programa não são para hoje. Ele deve frutificar com

* PWR — Pressurised Water Reactor

toda pujança na década de 90 e, até lá, tem a vantagem ainda de nos fornecer alguns milhões de quilowatts de potência.

Por isto, não tem sentido dizer-se que devíamos esperar um pouco, pois ainda temos um grande potencial hidráulico. Uma indústria não se prepara de uma hora para outra e habilidades e conhecimentos não se adquirem num salto. Não seria possível à indústria, sem adequada preparação, passar a fabricar, a partir de 1990, de 6 a 7 unidades por ano, se nada fosse executado antes. Onde estaria o pessoal qualificado? Onde estaria a estrutura necessária?

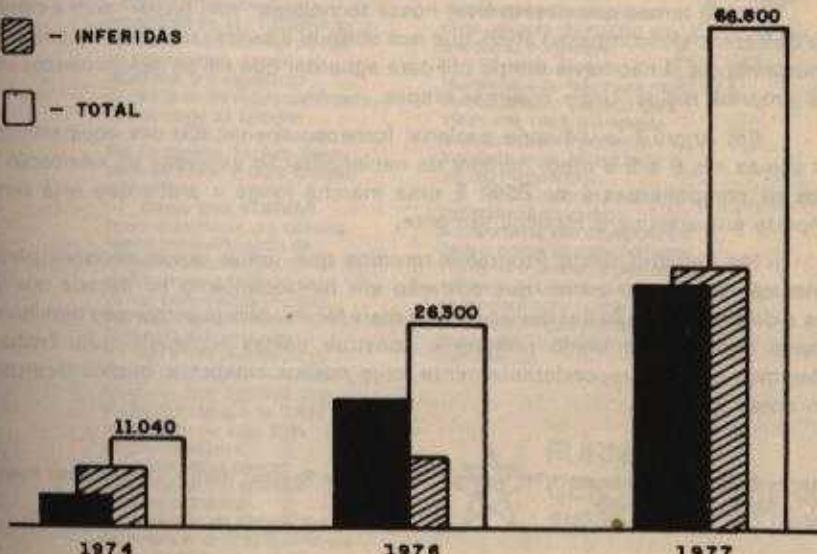
Outra crítica comum ao Programa é de que nós não temos urânia. Pois bem, nós já temos urânia suficiente para suprir, por toda a vida, 10 reatores de 1.300 MWe, e o crescimento de nossos recursos, com a intensificação da pesquisa nos últimos anos, tem sido gratificante, o que nos deixa muito otimistas quanto ao futuro. O gráfico a seguir mostra esse crescimento.

Por outro lado, mesmo que não tivéssemos urânia — que não é o nosso caso — qual seria uma outra solução para a década dos 90? A Alemanha Ocidental não dispõe de urânia e já tem 11 reatores em produção e prevê para 1985 uma

RESERVAS DE URÂNIO

TONELADAS DE U₃O₈

- — MEDIDAS E INDICADAS
- ▨ — INFERIDAS
- — TOTAL



capacidade nuclear instalada de 24.000 MWe. O mesmo acontece com o Japão que planeja para aquele mesmo ano uma capacidade nuclear de 35.000 a 49.000 MWe.

Há ainda os que dizem que o reator tipo PWR ficará obsoleto em pouco tempo. Pois bem, a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), em setembro de 1974, estimou que o mundo terá no ano 2000 uma capacidade nuclear instalada provável de 3.600.000 MWe, podendo atingir a cifra de 5.300.000 MWe. Excluindo os países socialistas, essa capacidade provável fica reduzida a 2.960.000 MWe, dos quais 60% do tipo água leve (LWR), 29% regeneradores (FBR), 7% de alta temperatura (HTR), 3,5% de água pesada (HWR) e 0,5% de outros tipos. Dos LWR, prevê que 60% sejam a água pressurizada do tipo Angra (PWR) e 40% do tipo água fervente (BWR).*

Conclusão

É certo que os reatores atualmente em uso, com exceção dos FBR que ainda estão em fase de desenvolvimento, são grandes consumidores de urânio, combustível de existência limitada no mundo, e que se estima estejam superados a partir da segunda década do próximo século. Contudo, é certo também que, até hoje, o mundo não apresentou nada melhor para vencer o espaço de tempo, de energia escassa, que nos separa da época em que serão usuais os reatores a fusão ou o tão sonhado uso do hidrogênio como fonte energética. Fazendo isso, esses reatores terão cumprido a sua missão e terão dado à humanidade essa folga tão necessária entre a exaustão do petróleo e dos potenciais hidráulicos e as novas fontes que se espera estejam em uso no primeiro quarto do próximo século: as fontes praticamente inexauríveis.

Até lá temos que desenvolver nossa tecnologia "pari passu" com a ciência, para desfazer o descompasso atual, que nos obrigou a buscar um sócio na empreitada nuclear, pois já não havia tempo útil para aguardar que ela se desenvolvesse com seus próprios meios. Urgia queimar etapas.

Em Angra I, a indústria nacional forneceu apenas 8% dos equipamentos. Nas usinas nºs 8 e 9 a meta mínima de nacionalização esperada na fabricação de todos os componentes é de 85%. É uma marcha longa e árdua que está sendo cumprida entusiástica e meticulosamente.

No decorrer deste Programa teremos que tomar novas decisões para a construção de outras usinas que entrarão em funcionamento na década dos 90, após a de nº 9. Deverão ser decisões bem mais fáceis, pois já estaremos terminando o curso intensivo de como projetar e construir usinas nucleoelétricas. Então já poderemos contar, preponderantemente, com nossos cientistas, nossos técnicos e com nossa indústria.

* FBR — Fast Breeder Reactor; HTR — High Temperature Reactor; HWR — Heavy Water Reactor; BWR — Boiling Water Reactor.



O BRASIL E O ATLÂNTICO-SUL

Hermes de Araujo Oliveira

Coronel da Reserva do Exército Português. Possui os cursos de Infantaria e de Estado-Maior, do Exército Português, de Contraguerra, na Argélia, e Curso Complementar de Informações, na França.

Foi adjunto para problemas da África, no Ministério de Ultramar, e responsável pelo serviço de informações sobre o Terceiro Mundo, no Ministério da Defesa Nacional.

1. OS GRANDES DESAFIOS AO BRASIL

DBrasil é, queram ou não, a chave da América do Sul que, por sua vez, será o que ele for. Circunda-o uma cintura de países unidos, acima de quaisquer dissensões, por uma mesma origem hispânica, uma semelhança de tradições históricas entrelaçadas e, sobretudo, uma unidade lingüística, sem considerar os costumes e a cultura, embora hoje bastante diferenciados pela desigual contribuição dos contingentes nativos e pela força moderadora do meio físico diverso. Velhas desconfianças e litígios os separam, sem dúvida, mas não parecem de molde a impedir uma composição de interesses e uma conjugação de esforços, quando se trata de satisfazer a todas as ambições e todos os ressentimentos à custa do vizinho exótico, hoje, para eles, rico demais.

Dentre esses países destacam-se três por seu potencial — a Argentina ao sul, a Venezuela e a Colômbia ao noroeste, para não falar no Chile e no Equador por não terem fronteiras com ele.

Mesmo articulados em blocos — tanto o antigo Vice-Reinado da Prata (contando com o recurso da economia uruguaia) como a Grande Colômbia (acrescida da Venezuela e do Equador) — o potencial de cada um deles apresenta-se, de momento, ainda bastante inferior ao do Brasil, que constitui, sem dúvida, o elemento fundamental do continente.

A análise do mapa da distribuição demográfica brasileira mostra que, para além de uma faixa da ordem de 300 km de profundidade, contados a partir da costa — que, por nela se concentrarem 3/4 da população, define o *ecumênico* nacional — estende-se o Brasil marginal: vazio, inexploreado em sua maior parte, desvitalizado pela falta de gente a integrar-se na comunidade nacional e cuja grande expressão física, hoje ainda quase completamente passiva, importa valorizar,

Mercê de sua fraca densidade demográfica (pouco mais de 11 hab./km²), da pequena disponibilidade dos recursos técnicos e de sua civilização ainda em estágio muito distante do clímax, o Brasil é um país cujo "espaço econômico" (o solo em efetiva exploração econômica) representa infima parte do "espaço político" (o solo de fato ocupado pelos brasileiros e parte integrante da vida política nacional), por sua vez porção insignificante do "espaço físico", aquele que realmente está englobado pelas fronteiras do país. Na verdade, o espaço ecumônico deste mundo imenso, chamado Brasil, é ainda faixa relativamente estreita ao longo do litoral atlântico, pelo que nem o espaço político coincide com o espaço físico — pois muitas são ainda as regiões imensas a desbravar — nem o espaço econômico chega a ser metade do espaço político — visto bem pequenas serem as possibilidades de exploração do solo e do subsolo em larga escala, com proveito máximo.

Pode-se dizer, em síntese, que o Brasil era — e em grande parte ainda é — uma franja costeira humana, a cinturar um vastíssimo deserto de homens. É o imenso "hinterland", quase deserto ainda, à espera de vitalização, possuidor de riquezas desconhecidas que, com razão ou sem ela, a alma popular instintivamente sempre imaginou portentosa; é um espaço cuja potencialidade de atração vem acrescido da continentalidade de outros países mediterrânicos e até mesmo de imensas áreas cisandinhas de nações do Pacífico, com ameaças atuais ou potenciais que só se poderão afirmar cada vez mais com o tempo; é, além de tudo isso, uma geometria que faz do Brasil um país voltado para dentro e onde os grandes rios e numerosos afluentes conduzem naturalmente ao coração do continente.

Por outro lado, o continente sul-americano, pobre em homens mas rico em terras, encontra-se colocado entre a Ásia, de pensamento meditativo, e a Europa, de pensamento racional e lógico, e isolado entre dois imensos oceanos, o Pacífico e o Atlântico. Encostado à majestosa Cordilheira dos Andes, voltou as costas ao primeiro daqueles continentes — a Ásia — e debruçou-se sobre o segundo destes oceanos, o Atlântico. Daí sua vocação ser fundamentalmente ocidental e não oriental. É compreensível, pois, que a atração do mar se exerça igualmente sobre o Brasil, até porque muito a favorece sua situação, dominante na costa ocidental do Atlântico-Sul, onde uma vasta massa de seu território se projeta para leste, a criar o estrangulamento Natal-Dacar, e uma extensa linha de costa de quase oito milhares de

quilômetros acentua a feição marítima de seu território, acessível a todas as linhas que cruzam os oceanos.

Assim, se de um lado está a terra, do outro está o mar, não um mar qualquer, mas o oceano mais unificado do globo, o de maior vitalidade do mundo, caminho sem igual das civilizações modernas, que liga o Brasil aos centros de produção e cultura do hemisfério norte, de onde lhe vêm e virão os mais fortes impulsos de renovação e de progresso, toda a técnica moderna, as ciências e as artes, do qual dependerá sempre sua prosperidade. Mais: onde o vasto litoral favorável, não muito recortado é certo, mas com bons portos em número satisfatório e em conveniente localização, e o dominante "promontório nordestino" a penetrar profundamente naquele oceano ao encontro da África — sem falar nas duas posições avançadas de Fernando de Noronha e Trindade — lhe abre, sem dúvida, francas perspectivas, não só de alicerçar em bases sólidas aquela prosperidade, libertando-o de uma deplorável escravidão às frotas de bandeiras estranhas, mas também de garantir por si próprio, contra quaisquer ameaças extracontinentais, suas extensas costas vulneráveis.

Verifica-se, assim, encontrar-se o Brasil em presença de um dilema muito mais importante amanhã do que hoje: *o do antagonismo entre as forças continentais e as atrações marítimas*. E se este dilema o obriga a voltar-se para terra, debruçando-se sobre si mesmo, numa luta ingente de integração da totalidade de seu espaço na vida nacional, impõe-lhe também que se volte para o mar, em busca dos contatos com as grandes civilizações mundiais, para se projetar no mundo e realizar seu imperativo de universalidade. Cumprir essas duas missões corresponde para o Brasil a aceitar dois grandes desafios.

O primeiro deles nasce do grande vazio nacional, o mais extenso do mundo depois do Saara e das regiões polares, onde o homem continua a ser o grande ausente, onde tudo é gigantesco, desde os problemas a enfrentar até a maior selva virgem do mundo a vencer. Está ele na base da aceleração do processo de desenvolvimento econômico e social do Brasil, pela utilização racional e adequada de suas terras e de seus potenciais, através de um gigantesco programa de ampliação de suas fronteiras econômicas. É a consciência da indispensabilidade de integrar na economia da Nação uma área um pouco superior à metade do território nacional, conquistando-a e colonizando-a. É a consciência de dar ao Brasil sua real e exata dimensão.

E a nova fronteira que se projeta nesse vazio vai dar ao espaço político nacional as dimensões de seu apoio físico. Será a grande fronteira que simboliza a caminhada rumo ao futuro de um povo decidido a ocupar seu lugar no mundo, de um Brasil que pretende ser, não simples espectador da História, mas sim um dos protagonistas do amanhã.

O segundo desafio chama-se Atlântico

Ocupa o Brasil grande parte da margem americana sobre esse oceano. Tudo quanto possui de importante e significativo em população, economia e posi-

ções localiza-se ao longo dessa margem, tornando marcante a predominância do ecumeno nacional sobre o interior. Assim, posição geográfica, continentalidade e extenso litoral voltado para um único oceano são elementos de uma fatalidade geográfica que confere ao Brasil um destino marítimo. Os caminhos do mar são, na verdade, de ordem vital para a integração e para o desenvolvimento do País. A política de expansão do Brasil não pode tomar outro rumo que não seja o do Atlântico.

E no entanto, por ironia do destino, no Atlântico está o perigo para o Brasil

2. O BRASIL E A ÁFRICA

Os caminhos do mar — estrada por onde, no passado, a civilização se expandiu — são hoje a artéria vital do mundo, pela qual circulam os principais produtos indispensáveis à sobrevivência e ao progresso da humanidade, tais como cereais, minérios e petróleo. Essa dependência constitui, nos nossos dias, a fraqueza do Ocidente. Bastará dizer que, por eles, transita o petróleo importado pela Europa Ocidental (97%) e pelos EUA (33%), além de 70% das matérias-primas estratégicas de que, em conjunto, ambos carecem.

Para que petróleo e matérias-primas possam ser utilizados, indispensável se torna que os caminhos por eles seguidos possam ser percorridos, desde as origens até os pontos de destino. Isso significa o imperativo de os mares estarem livres.

Entre esses caminhos, destaca-se a rota do Cabo, o caminho do petróleo. A sua liberdade é, pois, vital. Falar em rota do Cabo é falar em Oceano Índico e falar em Oceano Atlântico é falar em África. Nascida no primeiro daqueles oceanos, aquela rota vem findar no segundo, acompanhando sempre o continente africano. Neste torna-se, assim, fundamental para a criação de bases que garantem aquela liberdade. Quem se instalar na África Austral será senhor da rota do Cabo, e quem estiver de posse desta dominará o Atlântico-Sul. Nessa circunstância reside a velha aspiração russa de se estabelecer em África, desde o Índico ao Atlântico. A alteração espetacular da situação político-estratégica daquele continente, após a retirada dos portugueses, com ocupação das posições de Angola e Moçambique, representou o primeiro passo para a realização efetiva dessa aspiração. Ao mesmo tempo, abriu-lhe as portas para o avanço em direção ao sul, criando assim condições que permitirão aos soviéticos estabelecer o domínio total da rota do petróleo.

Dessa maneira, instalada em costa oriental africana, a União Soviética passa a controlar a navegação no Índico Ocidental e a ameaçar os mais importantes centros de fornecimento de petróleo; sua presença na costa ocidental do mesmo continente confere-lhe capacidade de intervenção ativa no Atlântico-Sul e de ameaça ao continente sul-americano.

Assim, a África Austral, último reduto do Ocidente em África, integrado hoje pela Rodésia, a Namíbia e a República da África do Sul, assume importância estratégica decisiva. Na medida em que se identifica com a mais importante das

rotas marítimas, por estabelecer a ligação entre os dois oceanos mais navegados da humanidade. Nele se concentram, pois, as atenções do mundo.

A batalha por sua posse prossegue, sendo intensos os esforços em curso na montagem do dispositivo para o assalto a suas posições. A presença russa nessa batalha deu ao problema significado político-estratégico de dimensão global, atento o caráter vital do petróleo.

Tem a África particular significado para o Brasil. O futuro desse continente encontra-se, não no continente sul-americano, mas na Europa e, sobretudo, em África. É uma realidade geopolítica determinada, além do mais, pelas relações do passado e pela identidade das raízes lusíadas da metafísica de cultura. Em busca de sua realização plena, a África Negra dispôs, por muito tempo, de apenas dois caminhos: WASHINGTON e MOSCOU; depois, surgiu-lhe um terceiro: PEQUIM. Hoje, se o Brasil o quiser, pode apresentar-lhe um quarto: BRASÍLIA. Os interesses do Brasil apontam, na verdade, para a África. Caminhar nessa direção é, pois, um imperativo nacional. Mas terá de ser um caminhar em ritmo cada vez mais acelerado para que as inúmeras vantagens favoráveis ao Brasil não se tornem inúteis, por esse chegar demasiado tarde. Os competidores, além de persistentes, atuam em velocidade. A luta é de contra-relógio, em que os acontecimentos galopam de dia para dia: o que ontem era uma verdade deixou de o ser hoje, o que hoje é uma realidade positiva deixará de o ser amanhã. E, nessa corrida, vencerá aquele que conceber mais depressa e mais depressa dar execução a essas concepções.

3. O BRASIL E O ATLÂNTICO

Pensar em África implica, todavia, a obrigação de pensar no Atlântico-Sul.

Porque por ele fluem os valiosos produtos de trocas comerciais brasileiras, além do petróleo importado do Médio-Oriente e do minério de ferro exportado para o Extremo-Oriente, o Atlântico-Sul tornou-se a área geográfica e geoestratégica de segurança nacional do Brasil. E essa área passou a estar perigosamente ameaçada a partir do momento em que as forças navais russas obtiveram no Atlântico-Sul o apoio de que tanto necessitavam, surgindo em frente do continente sul-americano a força expansionista soviética.

A sobrevivência nacional impõe ao Brasil que procure, quanto antes, na outra margem do Atlântico, a segurança longínqua de que tanto necessita. Sua incomensurável potencialidade exige, por sua vez, que abra, desde já, no continente africano, as janelas para sua projeção no mundo futuro. Assim, a ameaça de hoje e a realidade de amanhã apontam numa mesma e única direção: a África. Por isso, afirmamos e repetimos: nela, sobretudo, está o futuro do Brasil. E a construção deste passa pela garantia da livre utilização do Atlântico-Sul, uma vez que, sem essa liberdade, a presença do Brasil no continente africano será uma utopia. Daí o imperativo de assegurar.

A presença soviética na África Austral significa, antes do mais, a posse de extraordinária base de assalto ao continente sul-americano, a uma distância perfei-

tamente coberta pelo alcance dos meios modernos de que dispõe. Por outro lado, a ocupação dos excelentes portos em sua costa ocidental — Cabo, Simonstown, Moçâmedes, Lobito e Luanda — transformou o Atlântico, de oceano que era, em largo rio que passou a ser facilmente transponível a partir dessa margem hostil.

Surgiu, assim, no sul, uma ameaça concreta e real que, por haver alterado o equilíbrio de forças existente no Atlântico-Sul e ter determinado graves perigos em potencial para o continente sul-americano, *reclama a definição urgente de bases de uma estratégia*. E essa estratégia não poderá firmar-se sem participação dos países sul-americanos, que haverão de se unir, apesar dos fatores que os possam desunir.

Porque por aquele oceano passam hoje, obrigatoriamente, as riquezas do mundo, transformou-se ele num dos pontos nevrálgicos e explosivos no quadro da conjuntura mundial. Como consequência, tornou-se imperativo inalienável da estratégia universal defendê-lo contra o desafio que o controle russo da rota marítima do petróleo pode lançar à sobrevivência do Ocidente.

4. A DEFESA DO ATLÂNTICO-SUL

Por tradição, apenas alterada quando da Segunda Guerra Mundial, o Brasil sempre deu predominância à segurança interna. Hoje, porém, tudo está modificando. As profundas alterações sofridas, nos últimos dez anos, pelo contexto geoestratégico do hemisfério sul, envolveram, como não podia deixar de ser, o continente sul-americano e, com ele, o Brasil, obrigando a uma revisão de conceitos sobre segurança.

Assim, o Brasil, para sobreviver ao gravíssimo perigo que passou a ameaçá-lo, não poderá deixar de considerar a transferência de sua tradicional preocupação de segurança no plano interno para o plano externo.

O Atlântico-Sul é vital não só para o Ocidente mas também, e não menos, para o Brasil. Todavia, o Ocidente, obcecadamente voltado para o norte, teima em ignorar o perigo que paira sobre ele ao sul e cujos contornos estão bem esclarecidos e definidos, parecendo não acordar para tão dramática realidade. Terá, pois, o hemisfério sul de chamar a si a responsabilidade de garantir a liberdade de movimentos no mar, criando uma aliança própria.

A afirmação, tão frequente, de que seu potencial será insuficiente para, por si só, dar garantia de um escudo capaz de cumprir a missão não tem valimento algum. Quando se trata da sobrevivência nacional, o dever há de ser cumprido, apesar de tudo e contra tudo, sem curar de saber quanto custa ou se supera a própria vida. E a defesa do Atlântico-Sul é um imperativo dessa sobrevivência.

Carece igualmente de validade justificar a inação com base na existência de tratados — TIAR e plano militar no âmbito da JID, com os consequentes Plano de Defesa do Tráfego Marítimo Interamericano e a Organização Interamericana de Controle e Proteção do Tráfego Marítimo — pois nenhum deles conseguiu, até hoje, o menor recuo nas intenções expansionistas soviéticas.

É no quadro do hemisfério sul que as bases da solução hão de ser estabelecidas. E esse quadro não se limita aos países atlânticos da América do Sul. Estende-se à própria África, onde existem três realidades estratégicas que de modo algum podem ser ignoradas: Angola, Moçambique e a República da África do Sul. Correspondem, a primeira à costa africana atlântica, fronteira ao Brasil, e a segunda à costa Índica, flanqueadora da rota. Nelas se localizam os melhores portos naturais do continente, todos eles testas de vias férreas que penetram no interior, dois dos quais, por permitirem a ligação das duas costas — Lobito—Beira — se revestem do mais alto significado geoconômico e, em especial, geoestratégico. Porque se trata de realidades de expressão portuguesa não só na tradição mas também, e sobretudo, na língua e na cultura, o Brasil encontrará nelas a unidade de pensação e ação dada pela identidade de destino lusiada que haverá de os ligar no futuro.

Apresenta-se a terceira daquelas realidades, também, como peça indispensável à segurança da rota do Cabo e do Atlântico-Sul, porque, além de Índica é também atlântica, visto encontrar-se a cavaleiro de ambos os oceanos, passando obrigatoriamente por suas costas todos os navios que trafegam nos dois grandes mares. Assim, por lógica e por necessidade, a África do Sul tem de participar da solução. Mas a existência do "apartheid" dá lugar a um dilema trágico: ou combater com firmeza a ameaça, ignorando temporariamente o drama do "apartheid", a ser de novo considerado logo que eliminada aquela, ou então alegar o "apartheid" como problema fundamental e combatê-lo, permitindo que, entretanto, a ameaça se concretize e crie uma irreversível situação de morte. *Cumpre ao Ocidente fazer uma opção. O Brasil, porque é também Ocidente, tem de participar dessa opção.*

5. CONCLUSÃO

E surge, naturalmente, uma situação angustiosa: tem o Brasil de construir em África o seu futuro beneficiando-se, mercê de seu destino lusiada, das excepcionais vantagens de que desfruta junto dos povos negros, o que haverá de fazer através do Atlântico-Sul; sofre o Brasil, através do mesmo Atlântico-Sul, de grave ameaça partida de forças expansionistas baseadas em África. Quer dizer: o Atlântico-Sul é, para o Brasil, simultaneamente, o caminho promissor de penetração em África e o caminho ameaçador de invasão da América do Sul, o que significa ser, na realidade, a área geopolítica e geoestratégica de segurança nacional.

Como caminho de penetração em África, tem de ser mantido livre; como caminho de invasão, tem de ser barrado. *Impõe-se, pois, a criação de um dispositivo que, integrado pelas realidades estratégicas sul-americanas e sul-africanas, permita o cumprimento de missão tão complexa sem, todavia, comprometer o futuro dos países participantes.* Um deles é o Brasil, que tem seu futuro em África.

Como consequência, não poderá furtar-se à opção.



FATORES GEOPOLÍTICOS NA AMÉRICA LATINA

Lewis A. Tambs

O autor deste artigo, enviado especialmente para publicação em A DEFESA NACIONAL, é professor da Arizona State University, de Tempe, Arizona. Escreveu em 1964 um estudo que intitulou "Geopolitical Factors in Latin America" publicado no livro "Latin America: Politics, Economics and Hemisphere Security", coordenado por Norman A. Bailey e editado pela Editora Praeger, de Nova York, em 1965. O presente artigo é uma atualização, para 1978, dos conceitos expressos no artigo anterior. Para o leitor sul-americano, que saberá corrigir ou relevar algumas colocações discutíveis do autor, o artigo tem o valor de mostrar como são vistos, nos Estados Unidos, por pessoas estudiosas, alguns problemas cruciais do desenvolvimento das nações latino-americanas e lhe permitirá extrair suas próprias conclusões sobre as teses do autor.

Passam os presidentes e os políticos; os imperativos geográficos e as aspirações nacionais são constantes. Nos quatorze anos que se seguiram à apresentação que fiz, em julho de 1964, de um estudo sobre "Fatores Geopolíticos na AMÉRICA LATINA", ao Centro de Estudos Estratégicos da Universidade de GEORGETOWN, na Cidade de WASHINGTON, D.C., aquele truísmo mostrou-se sempre verdadeiro.¹

O documento inicial postulou a presença de dois grandes pólos estratégicos da AMÉRICA LATINA: o nexo andino do "macizo boliviano" e o mar fechado do CARIBE. Ampliando estudos do brasileiro MARIO TRAVASSOS e do boliviano JAI-ME MENDOZA, a tese apresentou o conceito da região de CHARCAS como "heartland". Abarcando mais ou menos a área da atual BOLÍVIA, esta região central controla as cabeceiras dos dois maiores sistemas hidrográficos da AMÉRICA DO SUL e o Rio da Prata; é atravessada por duas rotas transcontinentais — BUENOS AIRES/LIMA e SANTOS/ARICA — ambas diretas e diagonais. Tal como o "hear-

"land" eurasiano de MACKINDER, CHARCAS está a salvo de ações provindas do mar, é rica em recursos naturais e dispõe-se em posição central.

Aquele estudo continha ainda uma segunda tese: a de que "a ARGENTINA e o BRASIL estão engajados em uma titânica batalha econômica, demográfica e diplomática pela hegemonia da AMÉRICA DO SUL".

Foram imediatas as reações à tese da CHARCAS. Em 1965, ROLF HINDER, redator do "Zeitschrift für Geopolitik", anunciaría a formulação de uma nova teoria sobre o "heartland". Dois anos depois, o brasileiro GOLBERY DO COUTO E SILVA afirmava que a BOLÍVIA, o PARAGUAI, RONDÔNIA e MATO GROSSO constituíam a união dos setores geopolíticos da AMÉRICA DO SUL. Em 1969, o boliviano RAUL BOTELHO GONSALVES chamava a atenção de seus conterrâneos para a situação estratégica de seu país, ao mesmo tempo em que o argentino JUAN E. GUGLIAMELLI repetidamente reconhecia a validade da tese da permanente confrontação entre as AMÉRICAS Portuguesa e Espanhola.²

Entretanto, ainda que a geografia tenha influência sobre os povos e a política, é o homem quem faz a História. Como previ no estudo original, os comunistas, tendo se apossado de CUBA, a chave do MEDITERRÂNEO DO NOVO MUNDO, em seguida procurariam se apossar do eixo das AMÉRICAS. A BOLÍVIA iria servir como foco de uma revolução continental. Concentrando-se em CAMIRI, ERNESTO "Che" GUEVARA encetou uma campanha para a conquista de CHARCAS. Todavia, apesar de adotar uma estratégia correta, a tática e a tecnologia foram lastimáveis. A contra-insurreição, apoiada pelos ESTADOS UNIDOS, e o nacionalismo boliviano combinaram-se para frustrar as guerrilhas de GUEVARA e este pagou o preço da derrota em 1967.

Este mesmo ano assinalou, para o BRASIL, o início de um período de sete anos de crescimento econômico-industrial sem precedentes. Os militares revolucionários brasileiros, ao contrário de outros países, já tinham um plano ao chegar ao poder. Orientados por um grupo de intelectuais militares e em íntima ligação com diplomatas e tecnocratas civis, que cursaram a Escola Superior de Guerra (ESG), as Forças Armadas impulsionaram o BRASIL para o "status" de superestado.

Os Presidentes militares brasileiros, HUMBERTO DE ALENCAR CASTELO BRANCO (1964/67), ARTUR DA COSTA E SILVA (1967/69), EMÍLIO GARRASTAZU MÉDICI (1969/74) e ERNESTO GEISEL (1974 aos dias atuais), baseados na característica essencialmente ocidental e cristã do BRASIL e convencidos de que a estabilidade internacional é básica para o desenvolvimento brasileiro, abandonaram a prematura política externa independente, de Terceiro Mundo, dos presidentes JÂNIO QUADROS (1961) e JOÃO GOULART (1961/64) e alinharam-se francamente à potência dominante, os ESTADOS UNIDOS.

Todavia, a ESG e o ITAMARATI tinham, para o BRASIL, uma visão mais ampla do que a de simples estado associado a uma potência mundial. Tendo estabelecido o ano 2001 como o ano de emergência do BRASIL como superestado, os Ministros da Fazenda, ROBERTO CAMPOS (1964/1967), DELFIM NETO (1967/1974) e MÁRIO SIMONSEN (1974 aos dias atuais), elaboraram um progra-

ma que formaria a base de uma moderna sociedade industrial. Ao rejeitar o redistributivismo romântico e estabilizar a situação social, deram inicio a um plano de formação de capitais ao estimular a poupança e o lucro, conter a alta de salários e encorajar o investimento externo. Assim os positivistas militares brasileiros conseguiram acelerar a industrialização, assimilar tecnologia e expandir as exportações de produtos agrícolas e manufaturados, fazendo com que, de 1968 a 1974, o BRASIL apresentasse um dos índices mais elevados de crescimento econômico no Mundo de pós-guerra.³

Ademais, o Ministro dos Transportes, MÁRIO ANDREAZZA (1967/1974), seguindo princípios geopolíticos, continentalizou e colonizou o País ao construir extensa rede rodoviária. Tudo foi feito sem sacrifício da elite agrícola que, ao contrário, foi induzida a expandir-se juntamente com o setor industrial.

Os ESTADOS UNIDOS, a EUROPA OCIDENTAL e o JAPÃO reagiram favoravelmente ao modelo brasileiro. Empréstimos, subsídios, investimentos e tecnologia abundaram para a AMÉRICA portuguesa. Depois de reconhecer a afinidade brasileiro-americana, o Presidente NIXON, em dezembro de 1971, por ocasião da visita do Presidente MÉDICI a WASHINGTON, proclamava que o BRASIL era o líder natural da América Latina.

O Secretário de Estado HENRY KISSINGER (1969/1977) foi ainda mais longe. Diante do impasse nuclear e aparentemente sentindo a pouca disposição norte-americana de usar a força e face ao concomitante declínio da posição militar dos ESTADOS UNIDOS em relação à UNIÃO SOVIÉTICA, procurou transformar a confrontação da Guerra Fria em uma competição ideológica, industrial e tecnológica. Neste tipo de confronto, certamente os EUA levariam a melhor. Ademais, iria empenhar o mundo multipolar que surgia do equilíbrio de terror atômico, em lugar da bipolarização do pós-guerra. Com realismo, KISSINGER destacou quatro nações com que os EUA cooperariam intimamente e que atuariam como centros de estabilidade em suas respectivas áreas: o JAPÃO, na ÁSIA ORIENTAL, o IRÁ, no ORIENTE MÉDIO, a REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA, na EUROPA OCIDENTAL e o BRASIL, na AMÉRICA DO SUL.

Mas, infelizmente, a UNIÃO SOVIÉTICA não seguiu tal orientação. Ao rejeitar o plano de jogo industrial-tecnológico-ideológico e adotando a "détente" como disfarce, a URSS continuou sua política colonialista de penetração nos domínios do império econômico norte-americano. Para isso, usa suas armas mais eficazes: a agitação e a subversão.

Logo após a 2ª Guerra Mundial, os ESTADOS UNIDOS tentaram sofreer as ambições soviéticas com a Doutrina da Contenção, de GEORGE KENNAN. Mas aquela contenção era, basicamente, defensiva. A iniciativa passou aos soviéticos.

Infiltrando-se no fechado sistema de alianças erigido na Fimbría Eurasiana e no Crescente Interno pela Doutrina da Contenção — em sua essência, uma atualização da tese de Sir HALFORD MACKINDER do poder terrestre versus o poder marítimo — os russos começaram a apoiar as guerras de "libertação nacional" e a fomentar a subversão. Ao mesmo tempo, ignorando os protestos de seu

povo consumidor, os comunistas concentraram os vastos recursos na área-pivô eurasiana, na produção de armas nucleares e no desenvolvimento da tecnologia espacial.

Em uma década, iriam eles quase que atingir a paridade. A guerra atômica tornou-se fora de cogitações. Os artefatos nucleares e os mísseis balísticos intercontinentais não eram operacionais. E o Mundo voltara, ainda que temporariamente, aos clássicos conceitos geopolíticos. Tendo estudado e assimilado Sir HAROLD MACKINDER, o General KARL HAUSHOFER e o Almirante ALFRED THAYER MAHAN, os russos, particularmente o Marechal-de-Campo V. P. SOKOLOVSKY e o Almirante SERGI J. GORSHKOV, optaram por uma grandiosa aventura.

Os possuidores do "heartland" eurasiano iriam desafiar os Povos Oceânicos dos Crescentes Interno e Insular da tese MACKINDER-KENNAN. Passaram a ser objetivos primordiais da política soviética a construção de uma armada de alto-mar e o controle das terras litorâneas do Globo.

Por volta de 1959, os russos já se haviam imiscuído em quatorze grandes pontos de estrangulamento marítimo: cinco mares interiores: Mar da CHINA MERIDIONAL, MEDITERRÂNEO, Mar do NORTE, Mar da NORUEGA e o CARIBE; dois canais interoceânicos: SUEZ e PANAMÁ, e sete pontos críticos de passagem: Estreito de MÁLAGA, SRI-LANKA (CEILÃO), Chifre da ÁFRICA, Canal de MOÇAMBIQUE, Cabo da BOA ESPERANÇA, GIBRALTAR e Estreito de MAGALHÃES.

Diante da subversão, da insurreição e do poderio marítimo soviético, os ESTADOS UNIDOS reagiram. CUBA, em 1962, foi posta de quarentena e eliminadas uma série de golpes de FIDEL CASTRO na orla do CARIBE. Com intervenção militar, foi contida em 1965, uma revolução na REPÚBLICA DOMINICANA que ameaçava a principal rota que, pela Passagem de MONA, leva o petróleo da VENEZUELA para os EUA. Ocupou a ilha uma Força Interamericana de Paz, composta de fuzileiros navais norte-americanos e uma Brigada Latino-Americana, sob o comando do notável geopolítico brasileiro CARLOS DE MEIRA MATTOS. A participação brasileira foi de importância capital, pois, ao anunciar a adesão de seu país àquela operação, o Presidente CASTELO BRANCO expressava oficialmente pela primeira vez, o conceito de fronteiras brasileiras ideológicas. Um ponto de vista de notáveis consequências futuras.

Na BOLÍVIA, os guerrilheiros de GUEVARA eram sufocados em 1967. Em 1971, outro desafio esquerdista em CHARCAS terminou com a queda do General JUAN JOSÉ TORRES.

Em fins de 1972, os Tupamaros uruguaios tinham sido abatidos e, no ano seguinte, a ameaça ao Estreito de MAGALHÃES era eliminada com a derrubada da FRAP e de SALVADOR ALLENDE no CHILE.

No Sudeste Asiático, no entanto, os norte-americanos e seus aliados não foram tão bem sucedidos.

Os Presidentes JOHN KENNEDY e LYNDON JOHNSON, de acordo com a Organização do Tratado do Sudeste Asiático e a pedido do Governo do VIETNAME

DO SUL, incrementaram o auxílio militar àquela área, no afã de conter a expansão comunista e manter o controle do Mar da CHINA MERIDIONAL. Em 1965, foram empregadas, em valor crescente, forças terrestres, aéreas e navais.

A condução da luta estava quase toda nas mãos do Presidente JOHNSON e seu Secretário de Defesa, ROBERT MACNAMARA. Rejeitando a opinião dos altos comandos militares, MACNAMARA e seus assessores civis (os "tais"), que não compreendiam a essência da guerra — impor nossa vontade ao inimigo — confiaram demais na tecnologia e, assim, esposaram uma política de escalada gradual e de volumoso armamento contra os norte-vietnamitas apoiados por MOSCOU. A guerra foi perdida no Rio POTOMAC, não no MEKONG. Venceram os princípios maoístas da guerra do povo, de que o homem pode suplantar a máquina e de que os ESTADOS UNIDOS eram um tigre de papel.

Destarte, SAIGON caiu em 11 de março de 1975, apesar dos últimos esforços do Governo NIXON de impedir o apoio russo, invadindo o CAMBOJA, bloqueando o porto de HAIPHONG e empregando os elementos nacionalistas do VIETNAME DO SUL.

As pedras do dominó começavam a vacilar. Caiam o VIETNAME, o CAMBOJA e o LAOS. Em abril, tremiam PORTUGAL, ESPANHA e MARROCOS, afetados pelo Plano ORAN de 1974, da UNIÃO SOVIÉTICA. MOÇAMBIQUE e ANGOLA sucumbiram. OS ESTADOS UNIDOS assistiam inertes, paralisados que estavam por sua incapacidade de impor a democracia wilsoniana na INDOCHINA, contidos pelo fracasso da máquina e divididos pela defecção de seus intelectuais. Os aliados dos EUA — JAPÃO, IRÃ, ALEMANHA OCIDENTAL e BRASIL — ao sentirem a crise metafísica, trataram de se pôr a salvo.

Outros velhos amigos — CORÉIA DO SUL, FORMOSA, ISRAEL e ÁFRICA DO SUL, chamados de estados-párias — sentindo o futuro abandono, mais cedo ou mais tarde, por parte dos EUA, adotaram desesperadas medidas defensivas: a opção nuclear ou a aliança com a UNIÃO SOVIÉTICA.

O BRASIL, que firmemente apoiara os ESTADOS UNIDOS nas duas guerras mundiais e que, desde 1964, pôs-se ao lado destes na Guerra Fria, começava a questionar a atitude norte-americana.⁶ As condições econômicas adversas apressaram a ruptura. Já enfraquecido pela crise do petróleo em 1973 e pela simultânea desaceleração do ímpeto de sua economia, o BRASIL via-se diante do desastre, já que dependia muito do petróleo importado e tinha as vias de transporte desse petróleo postas em perigo pelas forças adversas em MOÇAMBIQUE e ANGOLA.

O florescente comércio marítimo do BRASIL com o JAPÃO, já ameaçado pela determinação norte-americana de entregar o Canal do PANAMÁ ao castrista OMAR TORRIJOS, mais perigava ao ver FORMOSA inclinar-se para a RÚSSIA em face da reaproximação de WASHINGTON com PEQUIM. O equilíbrio de forças no Mar da CHINA MERIDIONAL começava a desfazer-se com a prometida retirada norte-americana da CORÉIA DO SUL. Para o BRASIL, qualquer ameaça a seu comércio de ultramar é extremamente séria; por tudo isso, começou a afastar-se dos ESTADOS UNIDOS.

Outros golpes seguiram-se. Em MANILHA, na reunião do Fundo Monetário Internacional em outubro de 1976, DAVID ROCKEFELLER, do Chase MANHATTAN BANK (um dos maiores credores do BRASIL), criticou a política monetária do Ministro SIMONSEN e "recomendou uma acentuada redução nos ambiciosos programas brasileiros de desenvolvimento".

Em seguida, os Presidentes GERALD FORD e JIMMY CARTER tentaram impedir o Acordo Nuclear de 1975 entre o BRASIL e a ALEMANHA OCIDENTAL, acordo que dotará o BRASIL de oito usinas atômicas para suplementar o caro petróleo importado e as atuais e projetadas usinas hidrelétricas. Apesar da recusa alemã em ceder, decresceu, ainda mais, a confiança de brasileiros e alemães na liderança norte-americana. Receiou-se, ainda, que os ESTADOS UNIDOS e a UNIÃO SOVIÉTICA estivessem procurando, secretamente, manter a hegemonia nuclear.

O término da aliança do BRASIL com os ESTADOS UNIDOS ocorreu em março de 1977, já então enfraquecida pela crise energética e os consequentes problemas do balanço de pagamentos e agravada pelas perdas norte-americanas no Sudeste Asiático, na GUINÉ, em MOÇAMBIQUE e em ANGOLA em 1975. Recusando-se a aliar-se a uma potência em declínio, o BRASIL declarou-se independente. O Governo Brasileiro, contrapondo-se ao que considerou uma intromissão em assuntos de política interna, rejeitou um auxílio militar norte-americano de 50 milhões de dólares porque este ligava-se a um relatório sobre a situação dos direitos humanos no BRASIL. O BRASIL denunciou, unilateralmente, o acordo de defesa mútua em 1952.

Destarte, ainda que aceitando o capital e a tecnologia norte-americanas, o BRASIL não mais acata a liderança dos EUA nos assuntos mundiais; ao contrário, alinhou-se com o JAPÃO, o IRÃ e a REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA, as outras três potências emergentes no novo mundo multipolar.

A declaração de independência brasileira para com os ESTADOS UNIDOS foi acompanhada de intensa ofensiva econômica e diplomática na ÁFRICA, na ANTÁRTICA e na AMÉRICA DO SUL.

Diante dos perigos que corriam as rotas de transporte do petróleo proveniente do IRÃ, pelo Cabo da BOA ESPERANÇA, e buscando manter algo da presença luso-brasileira, GEISEL reconheceu os regimes socialistas de MOÇAMBIQUE e ANGOLA. Com auxílio japonês, acelerou a expansão de sua Armada. O plano atual prevê uma projeção naval iraniana para o sul ao longo da costa oriental da ÁFRICA, ao passo que os brasileiros, unidos talvez com o URUGUAI e a ARGENTINA em uma Organização do Tratado do Atlântico Sul (OTAS), cobrem a costa ocidental da ÁFRICA, do Cabo da BOA ESPERANÇA até a GUINÉ, onde os soviéticos já dispõem de uma base naval em DACAR. A consolidação da OTAS está sendo retardada pela resistência brasileira à inclusão da REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL, ao que são favoráveis os uruguaios e os argentinos. Entretanto, o surgimento da ÁFRICA DO SUL como potência nuclear pode amainar a atitude brasileira, a despeito de seu

desejo de manter relações com MOCAMBIQUE e ANGOLA. Prevalecerão, provavelmente, o pragmatismo econômico e os imperativos estratégicos.

Para o BRASIL, as rotas marítimas do petróleo e o comércio com o Extremo Oriente fizeram também incrementar seu interesse pela ANTÁRTICA. Em 1975, o BRASIL assinou o Tratado da ANTÁRTICA, que, temporariamente, internacionalizou o Continente Branco, destinando-o a fins pacíficos e científicos. Mas os brasileiros, na crença de que o Tratado era mais uma ação dos EUA e da URSS para monopolizar o Globo, esposaram ainda a tese da defrontação ou dos setores, de THEREZINHA DE CASTRO, a qual daria ao BRASIL pretensões territoriais na ANTÁRTICA. O BRASIL começou a preparar, no REINO UNIDO, uma equipe de exploração ao Pólo Sul.

A ANTÁRTICA não só domina uma rota para o Oceano ÍNDICO e para o ORIENTE MÉDIO, como controla um dos acidentes capitais do PACÍFICO: as vias marítimas que passam pela extremidade meridional da AMÉRICA DO SUL.¹⁰

Os brasileiros estão convencidos de que o Oceano PACÍFICO é o oceano do futuro, já que setenta por cento dos recursos inexplorados do globo dispõem-se ao longo da orla da bacia do PACÍFICO, que inclui o Oceano ÍNDICO. As trocas comerciais entre o BRASIL e o JAPÃO vêm aumentando e já atingem oito por cento do comércio exterior brasileiro.

Se o Canal do PANAMÁ cair em mãos hostis ao BRASIL, restam a este apenas duas rotas marítimas para o PACÍFICO. A primeira, pelo Cabo da BOA ESPERANÇA, embora um pouco mais longa (RIO DE JANEIRO—PANAMÁ—YOKOHAMA: 21.427 km; RIO DE JANEIRO—Cabo da BOA ESPERANÇA—YOKOHAMA: 21.533 km) é controlada pelos soviéticos. A segunda, pelo Cabo HORN, é precária. Em face dos riscos dos Cabos da BOA ESPERANÇA e HORN e da atual situação internacional da ANTÁRTICA, o BRASIL terá, provavelmente, de buscar outro acesso ao PACÍFICO e a rota através de CHARCAS é a via mais direta pelo Continente.

O sonho brasileiro de superpotência prevê a criação de uma confederação transcontinental, não por conquistas mas através da hegemonia política e econômica na AMÉRICA DO SUL. Assemelhando seu programa aos desempenhos passados dos ESTADOS UNIDOS e da UNIÃO SOVIÉTICA, ambos orientados do ATLÂNTICO para o PACÍFICO, o BRASIL busca uma passagem transcontinental. A mais viável é a ferrovia SANTOS—ARICA, através da BOLÍVIA e do CHILE.

Desde 1919, o BRASIL vem apoiando a pretensão boliviana de uma saída para o mar. Ao tomar posse em 1974, o Presidente GEISEL ofereceu os bons ofícios do Governo Brasileiro a dois de seus convidados: os Presidentes HUGO BANZER, da BOLÍVIA e AUGUSTO PINOCHET, do CHILE. Meses mais tarde, em junho de 1974, GEISEL e BANZER assinaram a Convenção de COCHABAMBA sobre estudos de viabilidade para construção de uma estrada de ferro de SANTA CRUZ DE LA SIERRA a COCHABAMBA, único trecho inexistente da ferrovia SANTOS—ARICA. A BOLÍVIA e o CHILE tinham também chegado a um acordo, mas a contraproposta peruana fez romper as negociações e o acordo foi abortado no início de 1976.

Todavia, no fim deste ano, o PERU, que até então contestara a liderança brasileira, começava a orientar-se para a órbita deste.

Em outubro de 1976, os Presidentes MORALES BERMUDES, do PERU e GEISEL, do BRASIL, reuniram-se no Alto SOLIMÓES e assinaram um acordo comercial a respeito de importação de petróleo e cobre peruanos em troca de produtos manufaturados. O PERU, juntamente com a BOLÍVIA, o EQUADOR e a COLÔMBIA, aderiu ao Pacto Amazônico, que trata do desenvolvimento conjunto daquela bacia. Estas repúblicas do PACÍFICO, todas membros do Pacto Andino, foram levadas ao Pacto Amazônico não só pelo espetacular progresso econômico brasileiro, mas, também, por influência da tecnologia.

A tecnologia pode alterar as relações geopolíticas. Após a 2^a Guerra Mundial, as aeronaves de grande alcance, as armas nucleares e os mísseis balísticos intercontinentais negaram, por algum tempo, a arte da geopolítica. A construção do Canal do PANAMÁ, a Rodovia Transamazônica e a Estrada Perimetral Norte modificaram radicalmente o equilíbrio geopolítico na Bacia Amazônica. Com a abertura do Canal do PANAMÁ, em 1914, as nações do PACÍFICO na AMÉRICA DO SUL espanhola conquistaram uma via aquática direta tanto para o ATLÂNTICO como para as, até então, inacessíveis terras a leste dos ANDES. Entretanto, esta saída atlântica e oriental ficou comprometida quando, em 1974, pelos acordos KISSINGER/TACK, os EUA prometeram entregar o Canal do PANAMÁ ao General OMAR TORRIJOS. O PERU e o EQUADOR ficam, particularmente, afetados por um possível fechamento do canal ou aumento de suas taxas, já que 41 e 51 por cento de seu comércio marítimo passam por ali.

Com sua tradicional rota atlântica em perigo, as repúblicas de língua espanhola do PACÍFICO viram-se obrigadas a voltar-se para a AMAZÔNIA, como uma saída atlântica, onde o sistema fluvial foi reforçado e ampliado pela inovação tecnológica da Rodovia Transamazônica. Esta virada para o BRASIL e para leste afetou ainda mais o já periclitante Grupo Andino e pressagia a atração das nações em torno da Bacia Amazônica para a órbita brasileira. De início, apenas a VENEZUELA se absteve, mas em novembro de 1977, o Presidente CARLOS ANDRÉS PÉREZ aderiu surpreendentemente ao Pacto Amazônico e proclamou seu apoio ao desenvolvimento nuclear brasileiro.

A inesperada iniciativa do Presidente ANDRÉS PÉREZ assinalou o fim de três velhos acertos: 1º — o relacionamento especial entre a VENEZUELA e os EUA; 2º — a tentativa, por parte das nações do Pacto Andino, de criar uma aliança econômica antibrasileira; e, 3º — o eixo ARGENTINA—VENEZUELA.

Geopoliticamente, aquela atitude representa o começo da continentalização da VENEZUELA. Até então, este país esteve inteiramente dentro do âmbito do CARIBE, dominado pelos EUA. Agora, ao buscar a proteção brasileira, orienta-se para o concerto da AMÉRICA DO SUL.

A retirada venezuelana da órbita norte-americana começou com a fundação, em 1960, da Organização dos Países Produtores de Petróleo. No ano seguinte, ela decepcionou-se com a liderança estadunidense na abortada invasão de CUBA,

em Praia GIRÓN. O nacionalismo venezuelano e os petrodólares aceleraram a separação. O colapso da ligação WASHINGTON—CARACAS completou-se com a formação do Sistema Econômico Latino-Americano (ISELA) em 1974/75, com o reconhecimento diplomático de CUBA em 1975 e com a nacionalização das empresas mineradoras e petrolíferas norte-americanas em 1974 e 1975.

Muitas dessas atitudes venezuelanas de afastamento de WASHINGTON e de aproximação com o Terceiro Mundo iniciaram-se ainda na Presidência de RAFAEL CALDERA (1969/1974). Em fevereiro de 1973, CALDERA visitou seis capitais sul-americanas num esforço de formar uma frente antibrasileira; no ano seguinte, ele levava a VENEZUELA para o Grupo Andino. A união das nações de língua espanhola por CALDERA foi promovida, em parte, pelo crescimento econômico do BRASIL, a construção da Transamazônica, a projetada Perimetral Norte, o estabelecimento de campos de pouso e instalações militares em RORAIMA, o aumento populacional de BOA VISTA e a subsequente penetração para a fronteira da VENEZUELA. O encontro entre os Presidentes CALDERA e MÉDICI, na cidade fronteiriça de SANTA ELENA DE UAIREN, em 1973, pouco serviu para reduzir as tensões. Até a decisão conjunta de pavimentar a rodovia em construção MANAUS—BOA VISTA—SANTA ELENA—EL TIGRE—CARACAS, simplesmente exacerbou os receios venezuelanos.¹²

Entretanto, a pretensão venezuelana de liderar a AMÉRICA espanhola estava fadada ao fracasso. Faltavam os fatores geopolíticos de espaço, posição, população e diretrizes. Ademais, as contradições dentro do Grupo Andino impediram qualquer cooperação permanente entre seus membros. A ligação BUENOS AIRES—CARACAS mostrou-se químérica. JUAN DOMINGO PERÓN, que em seu primeiro governo (1946/1955), pretendeu uma aliança antibrasileira com a VENEZUELA, faleceu cerca de um ano após sua volta e a coalizão de CALDERA fracassou. O governo subsequente de JORGE VIDELA procurou atrair o PERU e a VENEZUELA para uma aliança contra o BRASIL, mas em 1976 já era tarde.

A VENEZUELA estava cercada pelo norte, leste e oeste por nações cada vez mais castristas — PANAMÁ, JAMAICA e GUIANA — e ligada ao BRASIL por crescentes atividades econômicas e pela Rodovia MANAUS—CARACAS. Tendo que escolher entre os decadentes anglo-americanos (com o castrista CARIBE) e os americanos portugueses, cada vez mais poderosos e mais independentes, ANDRÉS PÉREZ optou pelo futuro e pelo Continente. Com a adesão venezuelana ao Pacto Amazônico, o BRASIL restringiu, em segurança, suas iniciativas na Bacia AMAZÔNICA. Com tempo a seu favor, o BRASIL viu aumentar-lhe o papel centralizador em face do retraimento mundial dos EUA e da próxima perda do Canal do PANAMÁ. Tudo isto levou as nações andinas a voltarem-se para a AMAZÔNIA e o BRASIL, onde já existe uma infra-estrutura para a integração: a Transamazônica e a Perimetral Norte. Com a AMAZÔNIA em segurança, o BRASIL voltou-se para o Rio da PRATA, onde enfrenta seu mais forte rival pela hegemonia continental, a ARGENTINA.

O BRASIL utilizou cinco poderosas armas ao enfrentar a supremacia argentina na Bacia do PRATA: afinidade ideológica, penetração econômica, inovação

tecnológica, superioridade demográfica e diplomacia hidrelétrica. A proclamação de CASTELO BRANCO a respeito das fronteiras filosóficas brasileiras em 1965, combiniou-se com a atividade da Esquerda na BOLÍVIA, PARAGUAI e URUGUAI e cooperou para que o BRASIL tivesse acesso a essas nações, antes ligadas à ARGENTINA. Este progresso ideológico foi seguido da expansão econômica que correspondeu, na ARGENTINA, a uma era de confusão e retração (1971/76).

Enquanto a ARGENTINA se voltava para seus problemas internos, o BRASIL procurava preencher o vácuo na Bacia do PRATA. Assim, assinou este uma série de acordos com a BOLÍVIA (COCHABAMBA, em 1974 e BRASÍLIA, em 1977), com o PARAGUAI (ASSUNÇÃO, em 1971, 1973 e 1975) e com o URUGUAI (RIVERA, em 1975), os quais transformaram aqueles ex-protetorados portenhos em parceiros políticos e econômicos do BRASIL. Depois de 1975, aumentou ainda mais a integração, com o surgimento dos corredores de exportação, uma inovação tecnológica.

BUENOS AIRES sempre acreditou no determinismo geográfico. Sua posição de porto na embocadura do complexo fluvial PARAGUAI—PARANÁ parecia assegurar à ARGENTINA o predomínio perene no Rio da PRATA. Ademais, sendo BUENOS AIRES o ponto focal do sistema ferroviário, não só da ARGENTINA mas também do PARAGUAI e da BOLÍVIA, isto parecia garantir a continuação do controle portenho. Mas o delta progrediu, veio a época dos "containers" e dos supernavios e BUENOS AIRES, apesar da extensa dragagem, foi ultrapassada pelos três corredores brasileiros de exportação. São três funis, já em 1930 sugeridos por MÁRIO TRAVASSOS, os quais demandam as águas profundas do ATLÂNTICO, vindo da Bacia do PRATA. A primeira rota parte da Mesopotâmia argentina, passa o URUGUAI e o RIO GRANDE DO SUL até o porto de RIO GRANDE. O segundo corredor liga o CHACO, PARAGUAI, MISSIONES, SANTA CATARINA e PARANÁ ao porto de PARANAGUÁ. Já o terceiro eixo vai da BOLÍVIA para leste através de CORUMBÁ, CAMPO GRANDE e SÃO PAULO até o porto atlântico de SANTOS. Desta forma, a rasa e lodosa BUENOS AIRES fica estagnada. O sistema fluvial foi flanqueado pela infra-estrutura; a geografia dominada pela moderna tecnologia. A BOLÍVIA, o PARAGUAI e o URUGUAI foram atraídos para a órbita brasileira e os luso-brasileiros realizaram seu velho sonho de conquistar uma fronteira natural no Rio da PRATA.¹³

A superioridade geográfica acentuou o progresso ideológico, econômico e tecnológico. Quase dois terços dos 110 milhões de brasileiros vivem no Sul (RIO GRANDE DO SUL, SANTA CATARINA e PARANÁ), no Sudeste (SÃO PAULO, RIO DE JANEIRO, MINAS GERAIS e ESPÍRITO SANTO) e no Centro-Oeste (CAMPO GRANDE, GOIÁS e MATO GROSSO). Com uma taxa anual de crescimento demográfico de 2,8% (1960/1975), estima-se que, no ano 2000, a população brasileira ultrapasse 200 milhões de habitantes. Peio menos, 50% dessa população estarão concentrada no Sul, Sudeste e Centro-Oeste, próximos das fronteiras vivas do URUGUAI, da ARGENTINA, do PARAGUAI e da BOLÍVIA. Nenhuma dessas nações tem população e taxa de crescimento demográfico que se comparem às do colosso brasileiro: URUGUAI — 2.700.000 e 0,7%; ARGENTINA — 25 milhões e 1,5%;

PARAGUAI — 2.600.000 e 2,9% e **BOLÍVIA** — 5.600.000 e 2,6%. O **URUGUAI**, a **ARGENTINA** e a **BOLÍVIA** estão, particularmente, em situação precária, já que a concentração de mais da metade de sua população está bem afastada das fronteiras, em torno da capital e principal porto (**URUGUAI** e **ARGENTINA**) e nos **ANDES** (**BOLÍVIA**).¹⁵ A propriedade dos americanos portugueses lhes dá preponderância. Eles seguirão seu tradicional método de expansão indireta: infiltração, colonização e integração.

A **ARGENTINA**, todavia, conseguiu lançar uma contra-ofensiva. Atacou o **BRASIL** em seu calcanhar-de-aquiles: a energia.

Desde 1973 o **BRASIL** vem buscando desesperadamente fontes alternativas de energia: atômica e hidrelétrica. Procurando aproveitar ao máximo o potencial do **PARANÁ Superior**, o **BRASIL** construiu uma série de barragens que culminaram no acordo com o **PARAGUAI** para um projeto conjunto em **ITAIPU**. A **ARGENTINA**, com seu projeto de **Yaciretá** e **Corpus** no Médio **PARANÁ**, protestou.

Durante o segundo e breve governo de **PERÓN** (1973/74), melhoraram ligeiramente as relações entre **BUENOS AIRES** e **ASSUNÇÃO**. Entretanto, o milagre econômico brasileiro, a atitude agressiva do Ministro do Exterior, **ANTÔNIO AZEREDO DA SILVEIRA**, para com as queixas argentinas de que **ITAIPU** punha em risco **Corpus**, bem como os esforços energéticos brasileiros para que o **PARAGUAI** mudasse sua freqüência elétrica de 50 para 60 ciclos por segundo (o que permitiria integrar os sistemas dos dois países), tudo parecia fadado ao sucesso. Só depois que a Marinha Argentina assumiu a conduta da política externa é que se iniciou um esforço coordenado para salvaguardar o **ATLÂNTICO SUL** e alterar o equilíbrio na Bacia do **PRATA**.

A Marinha Argentina, ao contrário do Exército, dispõe de uma doutrina estratégica. Foi elaborada pelo Almirante **SEGUNDO STORNI** em 1916 e, desde então, tem prevalecido no pensamento naval daquele país. Baseando sua análise em **MAHAN**, **FRIEDRICH**, **RATZEL**, **CAMILLE VALLAUX** e **HERMAN BEYTHIEN**, **STORNI** salientou que, já que a **ARGENTINA** depende da importação e da exportação, deve manter abertas as rotas marítimas para a **EUROPA**, a **AMÉRICA DO NORTE** e a **ÁSIA**. Assim, as relações argentinas com seus vizinhos irão variar, como veremos:

BRASIL: políticas de paz e paralelas.

1) Porque o **BRASIL** está a cavaleiro das rotas marítimas para a **EUROPA** e para a costa leste da **AMÉRICA DO NORTE** por mais de 3.500 km, do **RIO GRANDE DO SUL** à Ilha de **FERNANDO DE NORONHA**.

2) Porque o **BRASIL** e a **ARGENTINA** compartilham do complexo fluvial **PARANÁ-PARAGUAI**, que **STORNI** considera como mera extensão do **ATLÂNTICO**.

URUGUAI: situação de Estado associado ou neutro, nunca hostil

1) Porque o **URUGUAI** compartilha do estuário do **PRATA** e pode cortar facilmente as rotas marítimas argentinas. O Canal **ÍNDIO** é particularmente vulnerável.

2) Porque o URUGUAI está próximo de BUENOS AIRES, capital e grande porto.

CHILE: intimas relações amistosas e chegar a uma confederação

1) Porque o CHILE também participa do Estreito de MAGALHÃES, passagem para o PACÍFICO.

2) Porque o CHILE controla as rotas marítimas, para a ÁSIA Oriental e para a costa oeste das AMÉRICAS.

3) Porque irão aumentar os interesses argentinos no PACÍFICO e é mais fácil e mais econômico chegar aos portos chilenos por ferrovia através dos passos transandinos, do que contornar, por navio, o Cabo HORN.

PERU: amizade.

Porque, tal como o CHILE, o PERU está a cavaleiro das vias de comunicação da ARGENTINA com a costa norte-americana do PACÍFICO.

Ilhas FALKLAND: reincorporação à República Argentina

1) Porque, por sua posição, as FALKLAND ameaçam a costa argentina e dominam o Estreito de MAGALHÃES e o Cabo HORN.

2) Em 1916, STORNI previu que o valor comercial e estratégico das Ilhas FALKLAND diminuiria, com a abertura do Canal do PANAMÁ (1914). Não obstante, em face do duvidoso futuro controle deste Canal, a partir de 1978 aquelas ilhas voltam a ter o valor estratégico de antes de 1914.¹⁶:

STORNI estabeleceu ainda certas diretrizes para o desenvolvimento interno da ARGENTINA, as quais a capacitariam para defender seus interesses nacionais e aproveitar todo seu potencial.

Bases Navais:

1) Uma grande base em SAN CLEMENTE DE TUYÚ, disposta logo ao Sul do ponto mais setentrional do Cabo de SANTO ANTONIO.

2) Uma base secundária em DESEADO, na PATAGÔNIA.

3) Instalações navais em BAHIA BLANCA, PORTO MADRYN no GOLFO NOVO, RIO GALLEGOS e THETIS, na extremidade oriental do Cabo HORN.

Indústria:

Desenvolvimento da indústria de construção e reparação naval, expansão da Marinha Mercante e modernização da frota pesqueira.

Infra-estrutura:

Uma ferrovia partindo de BUENOS AIRES na direção Sul, paralela aos ANDES e percorrendo toda a PATAGÔNIA.¹⁷

No gênio geopolítico de STORNI pode-se vislumbrar algo da OTAS, constatar uma acomodação com o BRASIL e perceber uma possível confederação de

língua espanhola no Cone Sul, a qual contrabalançaria a preponderância dos portugueses americanos no centro da AMÉRICA DO SUL.

Inspirados por STORNI, os altos comandos navais tomaram a iniciativa. O Comandante EMILIO MASSERA e os Ministros do Exterior, CÉSAR GUZZETTI e OSCAR MONTES, percebendo que havia apenas três linhas de ação face ao BRASIL — submissão, acomodação e confrontação — buscaram, simultaneamente, a estabilidade e a OTAS. Tentando arrefecer a questão de ITAIPU, iniciaram, em junho e julho de 1977, contatos diretos com seus correspondentes brasileiros. Almirante GERALDO DE AZEVEDO HENNING, GUALTER MAGALHÃES e o Brigadeiro DÉLIO JARDIM DE MATOS.¹⁸

Para os almirantes argentinos era quase certo contar com uma recepção favorável. Nos fins de 1976, os militares brasileiros já tinham demonstrado disposição de negociar com os argentinos, em virtude de seu desencanto com a pouca determinação norte-americana de enfrentar o desafio comunista e do receio de que o novo Governo CARTER procurasse impedir o acordo nuclear germano-brasileiro e fomentasse o descontentamento interno ao apoiar a Oposição, sob o disfarce dos direitos humanos. A ruptura formal em março de 1977 da aliança brasileiro-norte-americana mais convenceu muitos oficiais superiores de que era desejável a acomodação com a ARGENTINA.¹⁹

O Almirante MASSERA deu curso às iniciativas de meados de 1977 com uma visita ao Presidente ALFREDO STROESSNER, do PARAGUAI, em agosto daquele ano. Em ASSUNÇÃO, os esforços argentinos para manter abertas as opções foram muito bem auxiliados pelo Embaixador NORBERTO SERGIO NOVOA.²⁰

A questão da freqüência era crucial. O PARAGUAI está destinado a ser a capital energética do Continente, o KUWAIT da AMÉRICA DO SUL. O PARAGUAI tem três projetos hidrelétricos conjuntos. ITAIPU, com o BRASIL, irá gerar 12 milhões de kW. Os outros dois, com a ARGENTINA (CORPUS e YACIRETÁ), vão produzir cerca de 3.500.000 kW, respectivamente. Assim, metade do total de 18 milhões e meio de kW estarão ao dispor do PARAGUAI que, com pequena indústria, terá cerca de 9 milhões de kW para exportar. O BRASIL padronizou sua freqüência em 60 ciclos.

A ARGENTINA, o URUGUAI, o CHILE, as áreas urbanas da BOLÍVIA e parte do PERU adotam o sistema de 50 ciclos. Nos meses de setembro e outubro de 1977 cresceram as pressões de BUENOS AIRES e BRASÍLIA sobre ASSUNÇÃO. Em novembro desse ano, a despeito de os relatórios de informação argentinos dizerem o contrário e dos preparativos do Palácio San Martín para punir BRASIL e PARAGUAI com represálias econômicas, ASSUNÇÃO anunciou que conservaria o sistema de 50 ciclos. A momentosa atitude de STROESSNER foi mais motivada pela necessidade de satisfazer o nacionalismo paraguaio do que assinalar um realinhamento com a ARGENTINA.

A aplicação da Doutrina STORNI conseguiu estabilizar temporariamente a Bacia do PRATA. A Marinha Argentina anunciou, então, a próxima construção de um porto de águas profundas em PUNTA MEDANOS, ponta mais meridional do

Cabo de SANTO ANTONIO e próxima do local proposto por STORNI para uma instalação naval em SAN CLEMENTE DE TUYÚ. É um óbvio esforço de recuperar a natural supremacia geográfica no Rio da PRATA e contrabalançar os três corredores brasileiros de exportação.

Seguiu-se a ele um acordo com o PERU para auxiliá-lo na construção de uma usina elétrica nuclear.

Simultaneamente a estes projetos, a ARGENTINA prosseguiu em suas conversações com o Reino Unido visando a ter para si as Ilhas FALKLAND, seja pela compra das ações da Companhia das Ilhas FALKLAND, seja pela anexação direta.

A estas iniciativas, inspiradas por STORNI, provavelmente seguir-se-ão a "détente" e o "rapprochement" com o CHILE.

A controvérsia sobre o Canal de BEAGLE e as conflitantes pretensões na ANTÁRTICA não são questões insolúveis. Ademais, considerando que os interesses a longo prazo da ARGENTINA e do CHILE são convergentes, não se pode excluir a possibilidade de uma união final, como sugeriu STORNI.

Apesar de tudo, mesmo que tenham sucesso todos esses esforços, isto é, parceria com o PARAGUAI, construção de YACIRETÁ e CORPUS, no Médio PARA-NÁ, construção do porto de MEDANOS e confederação com o CHILE, com tudo isso a ARGENTINA conseguiria, quando muito, complicar as coisas para o BRASIL, nunca abatê-lo.

A dianteira brasileira sobre a ARGENTINA, seja econômica, industrial, tecnológica, viária ou demográfica, é tão grande que não será eliminada. Como assinala no estudo original, "Fatores Geopolíticos na AMÉRICA LATINA", a ARGENTINA provavelmente perdeu a disputa pelo controle do Continente com a Guerra da Tríplice Aliança, em que auxiliou o BRASIL a esmagar o PARAGUAI. Ademais, CHARCAS é ainda a região capital, o eixo das AMÉRICAS.

A partir de 1964, o BRASIL e a BOLÍVIA vêm-se aproximando cada vez mais. Durante o regime esquerdistas do Gen. JUAN JOSÉ TORRES (1970/71), cresceu a sensibilidade brasileira para com a localização estratégica de CHARCAS. Aplicando a doutrina das fronteiras ideológicas de CASTELO BRANCO, o ex-Embaixador brasileiro HUGO BETHLEM propugnou por uma "ocupação protetora" do "Heartland".²²

Simultaneamente, afiorou no BENI e em SANTA CRUZ o separatismo, mas o cisma boliviano foi evitado com a saída de TORRES.

BANZER assumiu a presidência em agosto de 1971 com as bênçãos brasileiras. Como o socialista SALVADOR ALLENDE ainda dominava o CHILE, o Itamarati, apoiou fortemente a velha aspiração boliviana de uma "saída al mar". Em abril de 1972, em CORUMBÁ, os Presidentes GARRASTAZU MÉDICI e BANZER realizaram conversações sobre o minério de ferro de MUTUM, exportação de gás de SANTA CRUZ e as saídas para o ATLÂNTICO e o PACÍFICO. Todavia, os custos de construção de uma usina siderúrgica para fundir o minério de MUTUM utilizando gás boliviano, bem como a construção do trecho faltante entre SANTA CRUZ DE LA

SIERRA e COCHABAMBA, da ferrovia SANTOS—ARICA, estão além das possibilidades econômicas brasileiras.

Com isso, BANZER virou-se para BUENOS AIRES. Mas o já velho Presidente PERÓN rudemente o rechaçou. Retornando para o BRASIL, BANZER assinou com GEISEL a Convenção de COCHABAMBA em junho de 1974, a qual foi aperfeiçoada em agosto de 1977, quando do encontro dos dois presidentes em BRASÍLIA. Através dos acordos sobre minério de ferro, gás, petróleo, siderúrgicas, rodovias e da continua emigração de posseiros para o oriente boliviano, o BRASIL avançou-se, se não ascendeu sobre a ARGENTINA na disputa pelo controle de CHARCAS. Esta vantagem aumenta com a implementação do Pacto Amazônico, o qual por sua vez, foi deflagrado, em parte, pelo iminente colapso do poderio norte-americano na outra grande área estratégica do Continente: o CARIBE.

A retirada estadunidense do Canal do PANAMÁ pressagia o abandono de GUANTANAMO e a independência de PORTO RICO. CUBA castrista, apoiada pelos soviéticos, e o BRASIL, aliado da VENEZUELA, estão preenchendo o vácuo de poder no CARIBE, criado pela redução da presença norte-americana. Embora CASTRO não tenha conseguido subverter a orla do CARIBE durante a década de 1959/1969, ele teve notável sucesso, desde então, na conversão ao socialismo do PANAMÁ, da JAMAICA e da GUIANA.

CUBA comunista, como agente da UNIÃO SOVIÉTICA, aspira ao controle do CARIBE. Tal desafio chamou o BRASIL à arena.

A progressão brasileira para a costa setentrional da AMÉRICA DO SUL é defensiva. Originariamente, os geopolíticos brasileiros consideraram o Mediterrâneo do Novo Mundo na esfera de influência dos ESTADOS UNIDOS. Este conceito foi válido enquanto perdurou a aliança brasileiro-americana e enquanto durou a liderança mundial dos ESTADOS UNIDOS. Perdeu sua validade com o retraimento destes para a Fortaleza América. Em consequência, o BRASIL ampliou o trecho MANAUS—BOA VISTA e, para mais ao norte, a Perimetral Norte até GEORGETOWN, na GUIANA e CARACAS, na VENEZUELA, em apoio à contenção do desafio. A ameaça comunista no CARIBE fez, também, arrefecer o ardor venezuelano pelo emprego do Pacto Andino como uma aliança antibrasileira e levou CARACAS para a AMAZÔNIA e à associação com o BRASIL.

Passados quatorze anos da apresentação original dos "Fatores Geopolíticos na AMÉRICA LATINA", o fechado Mar do CARIBE e a região de CHARCAS ("heartland"), são ainda centros de titânica disputa. Em 1964, "a ocupação soviética de CUBA abalou, mas não abateu a hegemonia ianque no Mediterrâneo do Novo Mundo".²³ O notável aumento do poderio marítimo soviético, a intromissão russa nos quatorze pontos marítimos de estrangulamento, a derrota norte-americana no Sudeste Asiático e a consequente diminuição de sua vontade de agir, tudo isto fez com que o controle do CARIBE fosse disputado pela combinação cubano-soviética e pela coalizão brasileiro-venezuelana. Ademais, como previmos em 1964, "os comunistas, já de posse da região capital, o CARIBE, concentraram seus esforços na conquista da região-chave da AMÉRICA DO SUL: a BOLÍVIA".²⁴

"Instável, o continente ainda oscila na luta das grandes superpotências pelo pivô".²⁶ Mas a oscilação está diminuindo. Ao inclinar-se a balança para o BRASIL, a ARGENTINA, dentro da Doutrina STORNI, busca a acomodação ao mesmo tempo que tenta a supremacia no Cone Meridional. Estamos assistindo ao findar das condições criadas pelos Tratados de MADRI (1750) e SANTO ILDEFONSO (1777), ambos com os intentos geopolíticos de destinar a Bacia AMAZÔNICA a PORTUGAL e a Bacia do PRATA à ESPANHA. Tal como no século dezoito, quando a ameaça britânica às AMÉRICAS portuguesa e espanhola convenceu as duas coroas a chegarem a um acordo, hoje o perigo soviético leva à cooperação entre ARGENTINA e BRASIL. Em consequência, está surgindo na AMÉRICA DO SUL uma reprodução do mapa de 1911 de OTTO TANNENBERG.

TANNENBERG prognosticou que, por volta do ano 2000, a AMÉRICA DO SUL estaria dividida entre o Império Britânico e a ALEMANHA. LONDRES dominaria o Cone Sul; BERLIM, o centro da AMÉRICA DO SUL, da saliência brasileira ao PACÍFICO peruano. Hoje, aquelas capitais coloniais estão substituídas pelas das nações líderes naturais: BUENOS AIRES e BRASÍLIA. É uma lógica divisão geográfica, étnica, cultural e econômica.

A união da ARGENTINA com o CHILE, como previu STORNI, é mais do que um simples interesse mútuo, bem como a união alfandegária das nações amazônicas — sugerida pelos peruanos já em 1932 — é um grande passo para a cooperação continental.²⁷ Estas duas medidas — união ao sul e mercado comum no centro e ao norte — podem levar a uma confederação continental, o que possibilitaria aos povos hispânicos retomar seu lugar ao sol e desempenhar o papel que lhes cabe nos assuntos mundiais.

TANNENBERG propugnou pela cooperação entre as potências coloniais na submissa AMÉRICA DO SUL. Será que os atuais dirigentes dos destinos do Continente não podem cooperar para a defesa mútua e o progresso de toda a AMÉRICA DO SUL? São decisões diplomáticas, tomadas por homens e não determinadas pela geografia. O ontem foi muito influenciado pelas montanhas, rios e "canyons". Hoje, predominam a tecnologia, a indústria e as finanças. Mas o amanhã está nas mãos, coração e alma dos sul-americanos. O BRASIL já passou de uma posição insular para continental e com uma visão global. A ARGENTINA deve fazer o mesmo. Esta é a hora da decisão.

(Traduzido por JUAREZ DANTON VIANNA DE ABREU GOMES)

BIBLIOGRAFIA

1. Lewis A. Tambs, "Geopolitical Factors in Latin America", in Norman A. Bailey, ed., *Latin America: Politics, Economics and Hemispheric Security* (New York: Praeger, 1965), pág. 31-49.
2. Rolf Hinder, "Eine neue Herzland-Theorie", *Zeitschrift für Geopolitik*, 16:39 (Mar.-Abr. 1968), pág. 52-55; Raúl Botelho Gosálvez, *Cultura Boliviana*, 6:33 (Feb. 1969), pág. 4; Juan E. Gugliamelli, "Argentina-Brazil: enfrentamiento o alianza para la liberación", *Estrategia*, 36 (Set.-Out. 1975), pág. 9; Golbery do Couto e Silva, *Geopolítica do Brasil*, 2^a ed. (Rio de Janeiro: José Olympio, 1967), pág. 87-89.

3. Inter-American Development Bank, *Economic and Social Progress in Latin America: 1975 Report* (Washington: IBD, 1976), pág. 169.
4. William Perry, *Contemporary Brazilian Foreign Policy: The International Strategy of an Emerging Power* (Philadelphia: Foreign Policy Research Institute, 1976), pág. 39; Roger W. Fontaine, *Brazil and the United States* (Washington and Stanford: AEI-Hoover, 1974), pág. 26-28, 43-44, 113-115; Norman Gall, "The Rise of Brazil", *Commentary*, 63:1 (Jan. 1977), pág. 45-55; Peter D. Bell, "Brazilian-American Relations", in Riordan Roett, *Brazil in the Sixties* (Nashville: Vanderbilt University, 1972), pág. 77-104; Ronald M. Schneider, *Brazil, Foreign Policy of a Future World Power* (Colorado: Westview Press, 1977); Jordan M. Young, "Brazil: World Power 2000?" *Intellect* 105:2385 (June 1977), pág. 401-409.
5. Lewis A. Tamba, "Strategy, Sea Power and Survival: The Case for Retaining the Isthmian Canal", testemunho perante a Comissão de Relações Exteriores do Senado, *Congressional Record* 123:163 (11 Out. 1977), págs. 16.972-73. Geoffrey Kemp, "The New Strategic Map", *Survival* (Londres), 19:2 (Mar.-Abr. 1977), págs. 50-59.
6. Carlos Meira Mattos, "A Evolução, Conceito de Poder e Sua Avaliação", *Revista do Colegio Interamericano de Defense*, 4:1 (junho 1976), págs. 3-6.
7. *Latin American Economy Report*, 29 Out. 1976, pág. 129.
8. Roger W. Fontaine, "The End of a Beautiful Friendship", *Foreign Policy*, (Outono de 1977), págs. 166-174.
9. Carlos de Meira Mattos, *A Geopolítica e as Projeções do Poder* (Rio de Janeiro, José Olympio, 1977), págs. 115-124; Nelson Freire Lavanère-Wanderley, "Evolução Estratégica Depois da Segunda Guerra Mundial", *A Defesa Nacional*, nº 870 (3º Trimestre 1976), págs. 3-47; *Latin American Economic Report*, 1 jul. 1977, pág. 1; *Ibidem*, 24 Jun. 1977, pág. 94; *Ibid.*, 21 Out. 1977, pág. 178; *Latin America*, 14 Mai. 1976, pág. 151; *Ibid.*, 17 Dez. 1976, pág. 390; *Latin American Political Report*, 14 Out. 1977, pág. 314.
10. Therezinha de Castro, *Rumo à Antártida* (Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1975); Carlos Mastorilli, "Brasil y la Antártida: A Propósito de la Tesis de Therezinha de Castro", *Estratégia* 43/44 (Nov.-Dez. 1976 — Jan.-Fev. 1977), págs. 112-118.
11. Entrevista Ago.-Set. 1977.
12. John D. Martz, "Venezuelan Foreign Policy Toward Latin America", in Robert D. Bond, ed., *Contemporary Venezuela and Its Role in International Affairs* (Nova York, Conselho sobre Relações Estrangeiras, 1977), pág. 163; *Brazil Export 73: Rodovia*, nº 305 (edição especial, 1973), págs. 84-85; *O Estado de São Paulo*, 16 de novembro de 1977, págs. 5-6.
13. Mário Travassos, *Projeção Continental do Brasil*, 3ª ed. (São Paulo, Ed. Nacional, 1938), pág. 99-103; M. Travassos, *Introdução à Geografia das Comunicações Brasileiras* (Rio de Janeiro, José Olympio, 1942) págs. 115, 129-138, 146-147; "Brazilian Export Corridors", *Latin American Economic Report* 18 Mar. 1978), págs. ; Héctor C. Sauret, "Geopolítica en la Mesopotamia Argentina", manuscrito inédito, 64 págs., 1977.
14. Inter-American Development Bank, *Annual Report 1976* (Washington, D. C.: IABD, 1977), pág. 86.
15. Thomas E. Weil, *Area Handbook for Argentina* (Washington, D. C., Foreign Area Studies, American University, 1974), págs. 29-58; Thomas E. Weil, *Area Handbook for Bolivia* (Washington, D. C., Foreign Area Studies, American University, 1974), págs. 45-70; Thomas E. Weil, *Area Handbook for Brazil* (Washington, D. C. Foreign Area Studies, American University, 1975), págs. 24-37, 351-352.
16. Segundo R. Stormi, *Intereses Argentinos en el Mar* (Buenos Aires, A. Moen, 1916) págs. 22, 26-28, 68, 92-97.
17. *Ibid.*, págs. 17, 101-105; Juan E. Gugliamelli, "Argentina Insular o Peninsular?", *Estratégia*, 41-42 (maio a agosto de 1976), págs. 5-25.
18. *Latin American Political Report*, 12 de agosto de 1977, pág. 248.

19. Lavenere-Wanderley, "Evolução Estratégica", *A Defesa Nacional* nº 670 (3º Trimestre 1976), págs. 33-44; Carlos de Meira Mattos, "Estratégia Militar Brasileira — Reflexões", *A Defesa Nacional*, nº 673 (3º Trimestre 1977), págs. 5-9; Entrevistas, Ago.-Set. 1977.
20. *Jornal do Brasil*, 14 Ago. 1977, pág. 7.
21. Ruben J. de Hoyos, "The Integrational Point in the La Plata River Basin Hydroelectrical Development", doc. apresentado à International Studies Association, Toronto, Canadá, 25 Fev. 1976; Ruben de Hoyos, "La Plata Basin Hydroelectric Development, Juridical Frontiers, Political Frontiers", estudo apresentado na Universidade de Oklahoma-Norman, 25-26 Mar. 1976; Adalberto P. Lucchini, *Geopolítica del Cono Sur: La Cuenca del Plata* (Buenos Aires, Juárez, 1971) págs. 119-218; Jorge Nelson Gualco, "Dos Modelos Opuestos", *La Cuenca del Plata* (Buenos Aires, Tierra Nueva, 1974), pág. 41-53; Juan E. Gugliamelli, memorando inédito sobre Itaipu, agosto de 1977; *Latin American Political Report*, 25 de novembro de 1977, pág. 365.
22. Paulo E. Schilling, *Brasil Va a la Guerra* (Buenos Aires, Schapire, 1974), págs. 72-74; Pablo R. Sanz, *El Espacio Argentino* (Buenos Aires, Piesamar, 1976), págs. 179-200; Miguel Angel Scenna, *Argentina-Brasil* (Buenos Aires, La Bastilla, 1975), págs. 395-406; Bernardo Quagliotti de Bellis, *Uruguay en el Cono Sur* (Buenos Aires, Tierra Nueva, 1976), págs. 140-143.
23. L. A. Tambs, "Geopolitical Factors", *Latin America*, pág. 49.
24. *Ibidem*.
25. *Ibidem*.
26. Otto R. Tannenberg, *Gross Deutschland: die Arbeit des 20 Jahrhunderts* (Leipzig, B. Volger, 1911).
27. Emilio Romero, *Geografía del Pacífico Sudamericano* (México-Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 1947), pág. 167.

Reprodução Interdita



A DOUTRINA DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA

Antonio de Arruda

Bacharel em Direito, magistrado e jurisconsulto. Diplomado pela Escola Superior de Guerra (turma de 1960) e pelo Colégio Interamericano de Defesa (Washington).

Como magistrado em Mato Grosso, foi Procurador-Geral da Justiça, Presidente do Tribunal de Justiça e Presidente do Tribunal Regional Eleitoral.

Professor de Introdução à Ciência do Direito da Universidade Federal de Mato Grosso. Membro e ex-presidente da Academia Mato-Grossense de Letras.

Na ESG foi Chefe da Divisão de Assuntos Psicosociais e da Divisão de Assuntos Políticos. É membro, atualmente, de sua Junta Consultiva.

Pretendemos aduzir, neste e no próximo número desta Revista, algumas considerações sobre a Doutrina da Escola Superior de Guerra. Trata-se de um resumo das pesquisas que vimos realizando e que têm sido objeto de publicações internas, na Escola.

Inicialmente, diremos algo sobre a origem da Escola Superior de Guerra e os princípios fundamentais que nortearam a sua implantação, bem como as características de sua Doutrina e do seu Método de Trabalho.

No próximo número, focalizaremos os conceitos básicos que consubstanciam essa Doutrina, com alguns dos seus marcos mais expressivos.

1 — ORIGEM DA ESG

A destinação inicial dada à Escola Superior de Guerra foi a de proporcionar aos Oficiais Superiores das três Forças um Curso de Alto-Comando, delineado pelo Decreto-lei 4.130, de 26 de fevereiro de 1942. Pelo art. 31 deste decreto-lei, o

Curso de Alto-Comando seria freqüentado por Oficiais Generais e Coronéis, e teria por finalidade "o estudo das questões referentes ao emprego das Grandes Unidades estratégicas e à direção da guerra; e ainda das operações de ordem técnica e de serviço, relacionadas com o emprego dessas Grandes Unidades".

Essa idéia só foi retomada, em 1948, com o Decreto nº 25.795, de 22 de outubro, que estabeleceu normas para a organização da Escola Superior de Guerra, a qual deveria ministrar o Curso de Alto-Comando, a que se referia o Decreto-lei 4.130, mas já agora extensivo a Oficiais da Marinha e da Aeronáutica (art. 1º). Esse decreto determinou ainda que o Estado-Maior-Geral (hoje Estado-Maior das Forças Armadas — EMFA) organizaria a ESG, devendo também submeter o seu Regulamento à aprovação do Presidente da República, dentro de 120 dias (arts. 2º e 3º).

Procurava-se então efetivar o Curso, criado sob a inspiração do último conflito mundial e da possível eclosão de outro, com o alinhamento inevitável do País ao bloco ocidental. Daí a ênfase aos assuntos militares dada ao Instituto que se projetava. Daí também a sua denominação — Escola Superior de Guerra — que se tornou inadequada em face da alteração posterior dos seus objetivos, denominação que já se tentou mudar, sem êxito.¹

Ocorreu que, segundo tradição oral da Escola, o General CÉSAR OBINO, então Chefe do EMFA, viajou, em 1948, aos Estados Unidos, onde visitou o "National War College". Ali falou de uma Escola similar que se estava implantando no Brasil, e as autoridades americanas solicitamente ofereceram uma Missão Militar para auxiliar nessa implantação, o que foi aceito.

Em dezembro de 1948, o General OSWALDO CORDEIRO DE FARIAS foi colocado à disposição do EMFA, para elaborar o anteprojeto do Regulamento da ESG, juntamente com o Cel SADY FOLCH, Cel Av ISMAR P. BRASIL, Ten Cel AFFONSO HENRIQUE DE MIRANDA CORREA, Capitão-de-Fragata CELSO A. DE MACEDO SOARES GUIMARÃES e Ten Cel IDALIO SAR DENBERG. Já ali se encontrava a Missão Militar Americana, composta do Cel. WILIAM J. WERBECK, Cel Av ALVORD VAN PATTEN ANDERSON JR. e CMG LOWE H. BIBBY.²

Durante os estudos para a redação do Regulamento da Escola, novas idéias surgiram, centradas em um documento da lavra do Ten Cel IDALIO SAR DENBERG,

1 — A impropriedade do nome da Escola tem sido ressaltada desde os primeiros anos do seu funcionamento. Já em 1955, o Almirante Ernesto de Araújo, então Comandante, afirmara que a ESG não é uma Escola no sentido usual da palavra, nem a Guerra é o objeto primordial dos seus estudos — nem Escola, nem Guerra, conforme a expressão que o uso consagrou. Não é Escola, porque ali não há professores; nem ela é de Guerra, porque, como observou um outro Comandante, o Brig. Ajalmor Mascarenhas, "é mais de preservação da paz que um Instituto de preparação para a Guerra". O apego à tradição tem impedido que se efetivem as propostas para a mudança do nome da Escola — "Instituto Brasileiro de Estudos de Segurança Nacional" (Gen Lya Tavares); "Instituto de Altos Estudos Nacionais" ou "Escola Superior de Estratégia Nacional" (Gen Augusto Fragoso) etc.

2 — Gen O. Cordeiro de Farias. Discurso, na ESG, por ocasião da passagem do Comando ao Gen Juarez Távora.

sob o título "Princípios Fundamentais da Escola Superior de Guerra". Trata-se de princípios até hoje vigentes, em essência, na Escola, e até então inéditos no País.³

2 — OS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Considerou-se, desde logo, desaconselhável que copiasse a nossa Escola o "National War College". Este seria o grande inspirador, mas não o seu único modelo.⁴ Com efeito, a Escola Americana, atuando em um meio desenvolvido, podia dedicar-se preferentemente aos assuntos da guerra, despreocupada da solução dos problemas nacionais, entregues a elites formadas por um sistema educacional de comprovada eficácia. No Brasil, porém, mais do que a preparação para a guerra, a tarefa prioritária seria a de formar elites para a solução dos problemas do País, em tempo de paz.⁵ Dessas considerações nasceram os princípios, formulados com rara intuição, e que tiveram marcante influência na gênese e na evolução da ESG.

Entre esses princípios, mencionaremos os que afirmam que a Segurança Nacional é função mais do Potencial Geral da Nação do que de seu Potencial Militar, e que o desenvolvimento do Brasil tem sido retardado por motivos suscetíveis de remoção, exigindo-se, para a sua aceleração, que se utilize a energia motriz contida nas elites capazes de assumir os encargos de direção e administração do esforço nacional de construção: isto se conseguiria com a criação de um instituto de altos estudos, que funcionasse como centro permanente de pesquisas. Por outro lado, urgiria substituir o método nacional de pareceres pelo hábito de trabalho em conjunto. A idéia central contida nesses princípios era a de que o desenvolvimento não depende só de fatores naturais, mas principalmente de fatores culturais. Reside sobretudo na capacidade dos homens chamados para as funções de direção, mudados, porém, os hábitos de trabalho então vigentes. O que se propunha para a nova Escola era algo contrário a um dos traços peculiares ao Caráter Nacional brasileiro, e dos mais arraigados — o individualismo. Era um desafio que se deparava aos idealizadores da Escola e que esta tem procurado vencer, ao longo dos anos.

3 — A ESG EM SUA FEIÇÃO DEFINITIVA

A nova orientação decorrente desses fatos que acabamos de expor iria influir na fixação dos objetivos da ESG, criada, em sua feição definitiva, pela Lei 785, de 20 de agosto de 1949, não mais restrita a militares, mas congregando também civis de "atuação relevante na orientação e execução da Política Nacional" (art. 5º). Segundo esta lei, a ESG, como instituto de altos estudos, destina-se a

3 — "Princípios Fundamentais da Escola Superior de Guerra", documento oferecido ao A. pelo Gen Idiálo Sardenberg. Este documento foi transcrito na publicação da ESG DV5-78 (Continuação).

4 — Gen O. Cordeiro de Farias, Disc. Cit. Também: Depoimento, na ESG, em 20.08.74, na cerimônia do 25º aniversário da Instituição.

5 — Doc. cit. "Princípios Fundamentais da Escola Superior de Guerra".

"desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários para o exercício das funções de direção e para planejamento da Segurança Nacional" (art. 1º).

O primeiro Regulamento da ESG — Decreto nº 27.264, de 28 de setembro de 1949 — especificou esses objetivos, no art. 3º, pelo qual os problemas ali estudados versariam sobre: a) Assuntos Nacionais (problemas básicos ligados ao desenvolvimento do potencial nacional); b) Assuntos Internacionais (Política Externa e suas relações com a Segurança Nacional, especialmente quanto aos problemas referentes ao hemisfério ocidental); c) Assuntos Militares (emprego das Forças Combinadas, valor das Forças Armadas necessárias à execução da Política Nacional, na paz e na guerra, Planejamento Estratégico, Mobilização Nacional).

Vê-se, pois, que a ESG, idealizada inicialmente para a habilitação de militares para as funções de Alto-Comando, passou a congregar civis e militares, e evolreu para consolidar conhecimentos necessários ao exercício das funções de direção e ao planejamento da Segurança Nacional — considerada esta no seu significado mais amplo, não mais circunscrita ao conceito tradicional de Defesa.

Além disso, desde os primórdios da Escola, despontava o binômio Segurança e Desenvolvimento, que sempre orientou os trabalhos nela realizados. Segurança interligada ao Desenvolvimento, eis como se processou a inflexão da Doutrina da ESG.

4 — CARACTERÍSTICAS DA DOUTRINA DA ESG

A Doutrina que se vem formulando na ESG apresenta algumas características básicas, especialmente:

I) **NORMATIVA** — A Doutrina da ESG, como qualquer outra, é normativa, porque exprime um mandamento, colocado no plano do dever ser. Mas é um mandamento cuja obrigatoriedade nasce de uma disciplina intelectual e se limita aos respectivos períodos letivos.

II) **DINÂMICA** — Refletindo a Realidade, e sujeita a constantes discussões, a Doutrina da ESG é dinâmica, flexível, buscando sempre o aperfeiçoamento, através de novas pesquisas e experiências.

III) **ADOGMÁTICA** — Como corolário das características anteriores, a Doutrina da Escola não obedece a dogmas aprioristicamente formulados e impostos, os quais não se coadunam com os princípios democráticos a que a ela se filia.⁶

IV) **HUMANÍSTICA** — Há, em toda colocação doutrinária da ESG, um fim último, que é o Homem, centro das suas preocupações. Os estudos que

6 — O 3º Regulamento da ESG (Dec. nº 50.352, de 17.03.61), ao fixar os seus objetivos, no art. 2º, estabeleceu que deviam moldar-se "segundo orientação geral que vise sempre à reafirmação da democracia brasileira". O Regulamento de 1963 (Dec. nº 53.080, de 04-12-63) reproduziu, em termos análogos, a mesma prescrição.

nela se processam estão voltados para a valorização do Homem, para o seu bem-estar, e, mais do que isso, para o Bem Comum, que consubstancia as aspirações máximas da comunidade.

Uma conferência de 1970, embora dissertando em tese, resumiu bem essas características, nos termos seguintes:

"A Doutrina Política é orientadora da ação, destina-se basicamente à formulação de uma Política. A Doutrina é, pois, normativa, exprime-se através de regras ou normas, de aplicação geral ou específica. A Doutrina Política, originária de princípios teóricos, pode ter aplicação universal, pelo menos nos países que adotam instituições políticas idênticas. Entretanto, a Doutrina Política fugirá ao seu objetivo, se não se ajustar também às peculiaridades de cada país, se não se amoldar às suas tradições históricas e às aspirações ou características do seu povo. Um sistema político pode ser universal, mas a Doutrina que orienta a sua aplicação, em cada unidade política, há de ser nacional, sob pena de perder o melhor da sua eficácia.

"Há aspectos da Doutrina Política que demonstram grande persistência, no tempo e no espaço. Contudo, a Doutrina não pode ter caráter dogmático, pois deve ser dinâmica e acompanhar a evolução da sociedade política a que se refere, para que se adapte a novas conclusões e a novos princípios, num incessante processo de renovação e aprimoramento."⁷

5 — O MÉTODO

Do admirável conjunto de princípios já citados e que inspiraram a criação da Escola Superior de Guerra extraiu-se a concepção de um Método de Trabalho, que ela iria perfilar e que, durante anos de evolução e aperfeiçoamento, constitui uma das suas contribuições à cultura brasileira. Não se trata propriamente de chegar à solução concreta dos problemas brasileiros, mas da busca de um método que resolva qualquer problema, através da análise e da interpretação dos fatores de toda ordem que o condicionam.

O Método de Trabalho adotado na ESG, com base nos princípios da Didática de nível superior e da Lógica Formal, envolve um sistema de estudos e pesquisas sócio-individualizados. A preferência recai nos Trabalhos de Equipe, de que, como já vimos, a ESG foi pioneira, no Brasil.

Em termos esquemáticos, os estudos são feitos através dos seguintes processos:

CONFERÊNCIA E PALESTRA — Na ESG, a Conferência é uma exposição formal sobre determinado tema, com o fim de fornecer dados e informações

7 — Política, Conceitos Fundamentais, C3-123-70, pág. 24. Equipe da DAP. Dirigente e Relator: Desemb. Antônio de Arruda. O Manual Básico da ESG (MB-77/78) transcreveu, na pág. 88, o trecho mencionado.

para posteriores atividades letivas. É apresentada por pessoa credenciada, quase sempre estranha à Escola.

A Palestra é a exposição informal, com o mesmo fim da Conferência, prolatada em geral por elementos do Corpo Permanente, e, em princípio, em equipe.

DEBATE — Os Debates constituem atividade que se segue à Conferência, Palestra ou a outros trabalhos letivos. Têm eles função complementar, de oferecer ao expositor ou à equipe responsável pelo trabalho a oportunidade para focalizar novos aspectos do tema.

O termo "Debates" vem dos primeiros tempos da Escola, quando realmente podia haver diálogo entre os participantes e o expositor. Com o intuito de ordenar melhor os trabalhos e evitar tumulto, que às vezes ocorria, a Escola resolveu mudar o sistema. Hoje, os Debates se limitam a perguntas e respostas, ficando ao debatedor a faculdade de fazer nova inscrição — esgotada a lista inicial de debatedores — para outra pergunta ou pedido de esclarecimentos sobre a anterior.

Além de ficar restrito a uma pergunta em cada inscrição tem o debatedor o prazo máximo de 5 minutos para expô-la. É-lhe vedado também apontar falhas na exposição ou fazer referências desaírosas a quem quer que seja.

Para orientar os trabalhos, há um Controlador de Debates, que representa o Comandante, no ato, podendo resolver qualquer incidente, inclusive cassar a palavra ao debatedor que infringir as normas regulamentares.

DEMONSTRAÇÃO — É atividade complementar e procura apresentar aspectos característicos da técnica de execução de determinado trabalho, mediante exemplificação prática ou representação tão aproximada quanto possível da realidade. Na Demonstração, ressaltam-se os pontos essenciais da técnica a demonstrar, buscando a compreensão de normas de conduta mais aconselháveis, e que por isso tenham observância consentida. Neste processo, admite-se, pela caracterização impressionante, que se realcem as falhas mais comuns, na execução da técnica a demonstrar.

TRABALHOS DE EQUIPE — Para os Trabalhos de Equipe, os estagiários são divididos em grupos e se desenvolvem sob a coordenação de um deles (Dirigente), designado pelo Departamento de Estudos, e com a assistência de um elemento do Corpo Permanente (Ligaçāo).

Além do Manual Básico da Escola, os estagiários podem recorrer à bibliografia indicada em uma Ficha de Orientação, preparada pela Divisão de Estudos responsável pelo trabalho.

São Trabalhos de Equipe, na ESG:

Discussão Dirigida — Este trabalho, que substituiu a antiga Leitura e Discussão, aprimorando-a, é um processo de estudo sócio-individualizado, destinado à compreensão, esclarecimento e fixação da Doutrina e do Método.

Precede a Discussão Dirigida uma Palestra de Orientação, de 15 a 30 minutos e, para motivá-la, há alguns tópicos que constam da Folha de Orientação.

Na discussão dos tópicos, a ESG não exige que os estagiários chequem a um consenso, pois o seu objetivo é o de levantar idéias para melhor entendimento do tema proposto. No final da tarde, durante hora e meia, há uma sessão de Debates, em que a equipe do Corpo Permanente responsável pelo tema responderá às dúvidas e questões arguidas pelos estagiários.⁶

Simpósio e Trabalho de Grupo — São trabalhos coletivos, mas o Simpósio visa a aprofundar aspectos da Doutrina e do Método, enquanto o Trabalho de Grupo tem em vista a solução de um problema ou a formação de um juízo de valor sobre determinado assunto. É semelhante o processo a que eles obedecem. Ambos têm as seguintes fases: preliminar ou preparatória; pesquisas; discussão; elaboração e apresentação de um relatório.

O relator é um dos estagiários da equipe, escalado pelo Dirigente, e tem a incumbência de registrar o resultado das contribuições individuais e da discussão, traduzindo-o em um relato sucinto, para expô-lo depois em auditório.

Trabalho de Planejamento — É uma forma especial de Trabalho de Grupo e se desenvolve através de etapas, conforme se esclarecerá no próximo número, na segunda parte deste trabalho.

Seminário — O Seminário tem por objetivo reunir um grupo de estagiários com especialistas em determinado assunto, a fim de esclarecê-lo e estudá-lo em profundidade. Faz-se em pequenos grupos, nas salas de estudos, ou em plenário, no auditório, podendo os especialistas pertencer ou não aos quadros da Escola.

As conclusões do Seminário podem ser resumidas em um relatório, que o Dirigente encaminhará ao Departamento de Estudos.

Usa-se também o Seminário, âmbito do Corpo Permanente, para estudo e discussão de temas, basicamente os relativos à Doutrina e ao Método.

Painel — Atividade que consiste na apresentação de um tema, perante o auditório, por especialistas (três a cinco) sob a orientação de uma das Divisões de Estudos.

Após breve apresentação do assunto, o Dirigente ou Coordenador dará a palavra aos diversos especialistas, para a sua exposição, dentro do tempo conven-

6 — Anteriormente, os temas teóricos e doutrinários eram apresentados através de Conferências e Debates, no período da manhã. À tarde, nas salas de estudos, os grupos faziam a Leitura e Discussão, para fixar os conceitos expostos na Conferência. Em 1973, o Gen Bina Machado, no Comando da ESG, determinou ao Departamento de Estudos que os temas teóricos e doutrinários fossem reunidos e enfeixados em 8 Manuais, que hoje se reduzem a um Manual Básico para a Doutrina e um outro volume para os temas teóricos (Nota Complementar de Estudos). Recomendou ainda o Gen Bina mais ênfase aos trabalhos de equipe. Surgiu então a Discussão Dirigida, onde, estudando previamente o assunto no Manual Básico e em outros textos fornecidos pela Escola ou constantes da Biblioteca, os estagiários, reunidos em grupos, ficaram em condições de aprofundar os conceitos em discussão.

Exceptionalmente, o Departamento de Estudos mantém para alguns temas o método anterior de Conferências e Debates.

cionado. Há depois uma Discussão livre e espontânea entre os especialistas, seguindo-se um período de Debates.

Trabalho Especial — TE — O Trabalho Especial substitui o antigo Trabalho de Turma que se destinava a servir de subsídio para o Planejamento, e que consistia na elaboração de uma monografia sobre determinado tema distribuído pelo Departamento de Estudos a cada estagiário. Era, pois, um trabalho individual, considerado coletivo por formar um conjunto harmônico.

A partir de 1973, com o Trabalho Especial, a ESG instituiu um sistema idêntico ao anterior, só que em grupo de três estagiários para cada tema. Os estagiários elaboravam a sua monografia e o grupo, um relatório resumido sobre o tema.

Em 1978, a ESG retornou ao sistema de monografias individuais, mantendo a denominação de Trabalho Especial.⁹

6 — FASES DA EVOLUÇÃO DA DOUTRINA E DO MÉTODO DA ESG

Esquematicamente, podemos considerar quatro fases, na evolução da Doutrina e do Método da Escola:

1^a Fase — De 1949 a 1952 — Nesta fase, teve predominância o estudo da Conjuntura, em que os temas eram tratados isoladamente, subdivididos em assuntos nacionais, internacionais e militares, de acordo com o primeiro Regulamento da Escola, já citado, que estruturou inicialmente o Departamento de Estudos em três Divisões, correspondentes aos mencionados assuntos.

Começou-se, nesta fase, o método de trabalho em equipe, em substituição ao "método dos pareceres", a que se referiram os mencionados Princípios Fundamentais, que inspiraram a criação da Escola.

2^a Fase — De 1953 a 1967 — Em 1953, teve início o estudo da Doutrina, com ênfase na Segurança, de acordo com os objetivos dados à ESG pela Lei que a criou e pelos seus Regulamentos subsequentes. Naquele ano, conforme veremos na segunda parte deste trabalho, esboçaram-se os primeiros conceitos doutrinários, reunidos na conferência proferida pelo próprio Comandante da Escola, General JUAREZ TÁVORA: "A Segurança Nacional, a Política e a Estratégia: Conceituações e Inter-relações".¹⁰

9 — Além das atividades citadas, faz a ESG também diversas Visitas de Estudos e duas ou três Viagens de Estudos, para que os estagiários e integrantes do Corpo Permanente possam ter contato direto com aspectos relevantes de determinadas áreas.

Há ainda o Estudo de Estado-Maior e o Exercício de Estado-Maior, trabalhos especializados, atribuídos exclusivamente ao CEMCFA.

10 — A-01-53.

3^a Fase — De 1968 a 1973 — Após 1967, a ESG passou a dar, nos seus estudos, ênfase ao Desenvolvimento, sem descurar da Segurança, tendência institucionalizada, em 1973, pelo Regulamento que entrou em vigor, que ampliou a missão primitiva da Escola — de Planejamento da Segurança Nacional — estendendo-a para a da "Formulação da Política Nacional de Segurança e Desenvolvimento" (Dec. 72.699, de 27 de agosto de 1973, art. 24, § 1º).

Estabeleceu-se assim uma fase, cujos estudos constituíram o que se pode chamar uma *Doutrina de Política Nacional*, abrangendo, portanto, os dois campos de Desenvolvimento e de Segurança.

Quanto ao Método, não houve mudança sensível com relação ao período anterior.

4^a Fase — Após 1973 até esta data — Nesta fase, manteve-se a situação da 3^a, quanto à Doutrina, mas, no que tange ao Método, passou-se a dar ênfase aos Trabalhos de Equipe, notadamente com a adoção da Discussão Dirigida.

Este período caracterizou-se pela adoção do Manual Básico, que condensou os antigos conceitos doutrinários e técnicos e pela ampliação dos textos escolares, através de volumes com Leituras Selecionadas, espécie de antologia de autores quase sempre estranhos à ESG, e de Notas Complementares de Estudos, que contêm conceitos doutrinários ainda não devidamente consolidados. Ver a respeito a Nota 8.



AERONAVES V/STOL E SUA EVOLUÇÃO

Aldir Raposo Martins

Tenente-Coronel-Aviador, da Turma de 1960, promovido ao posto atual, por merecimento, em 30 Abr. 78.

Possui os cursos militares da Escola de Aeronáutica, de Caça, da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, de Helicópteros, de Transporte Aéreo, de Estado-Maior da Aeronáutica, CPI da ECEMAR e "Instrument Pilot Instructor School" e "A.T.C. Instructor", os dois últimos realizados nos Estados Unidos da América do Norte.

Foi instrutor de caça e desempenhou diversas funções de Operações e Informações na Força Aérea Brasileira.

É, atualmente, instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica, prestando serviços na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

INTRODUÇÃO

Os primeiros conflitos, envolvendo aeronaves supersônicas, foram os do Vietnã e o Indo-Paquistanês. Neles, durante os violentos combates aéreos, muitas lições foram aprendidas. Uma delas, é que a velocidade supersônica pouco importa, porque dificilmente o piloto excede MACH 1 e, se o faz, é de forma marginal. Torna-se quase impossível realizarem-se manobras violentas de combate acima de 900 km/h.

Entre 1955 e 1960, a velocidade máxima dos caças em serviço subiu de 1.000 km/h para 2.700 km/h, o equivalente a 320 km/h por ano. Isto ocorreu devido, principalmente, ao tremendo desenvolvimento alcançado pela propulsão a jato e uma paralela melhoria na estrutura das aeronaves.

Muito trabalho foi preciso para compatibilizar os aviões altamente supersônicos com os campos de pouso então existentes. Nas decolagens e nos pousos, as

velocidades eram bastante altas. As pistas tinham que ser extensas e muito bem niveladas. Para segurar os pontudos e velozes caças, foram colocadas barreiras de emergência nas cabeceiras. Mesmo em pistas de 3.000 m, a incidência no seu uso era grande. Por isso, seu comprimento foi aumentado para 4.000 m. Além do mais, os pneus de alta pressão exigiam uma grossa camada de concreto como revestimento. Os pátios e toda a área de manobra tinham que ser extremamente limpos por causa do perigo de ingestão de detritos pelos motores a jato.

Sob o ponto de vista tático, o disfarce, o logro e a camuflagem tornaram-se impraticáveis para as grandes extensões de um aeródromo-base. A aviação de reconhecimento inimiga, utilizando-se de sensores modernos, pode efetuar todo o levantamento operacional de uma base, num único passe. A aviação de ataque considera este objetivo dos mais fáceis de neutralizar, mesmo enfrentando uma poderosa defesa antiaérea. Os exércitos, equipados com foguetes de artilharia e mísseis táticos, são capazes de infligir pesados danos aos aeródromos convencionais, tornando-os inúteis. Gastos enormes são feitos na compra de sistemas de defesa superfície-ar e superfície-superfície, visando tornar os campos de pouso inexpugnáveis. Mesmo assim, estão sempre sob ameaça.

Por esses e outros motivos, o homem arrefeceu a louca corrida pelas altas velocidades. Na atmosfera terrestre, passou a otimizar os meios de que dispõe, dentre essas otimizações, nossa atenção se volta para uma área de desafio tecnológico — A AERONAVE V/STOL. Este é o assunto que abordaremos. De inicio, faremos a apresentação dos protótipos construídos antes da primeira aeronave V/STOL atingir *status operacional* — o Harrier. Depois, divagaremos sobre o seu emprego operacional e, mais tarde, conjecturaremos sobre o seu futuro.

Por mais que desejássemos, não conseguimos trazer as informações aqui apresentadas ao nível de compreensão para um público leigo em aeronáutica. Perdoem-me, pois, aqueles que mesmo interessados por este desprevensioso trabalho, não estejam familiarizados com certos termos introduzidos por uma tecnologia aeronáutica mais moderna. A esses, faço votos que pesquisem, pois, certamente, dessa pesquisa surgirão ardorosos entusiastas deste ramo de atividades que nós tanto amamos, a AERONÁUTICA.

OS PROTÓTIPOS V/STOL

O VERTIPLANO

Estamos na década dos anos 50. Nossas autoridades aeronáuticas, entendendo que não podíamos ficar tecnologicamente estáticos, procuraram incentivar o desenvolvimento de projetos que visassem a atender faixas ainda vírgens no mercado aeronáutico mundial. Uma equipe de engenheiros alemães, chefiados pelo Sr. Focke, responsável por renomados aviões de combate da Luftwaffe, durante a Segunda Guerra Mundial, foi contratada pelo nosso Ministério para trabalhar no desenvolvimento de uma aeronave revolucionária — O VERTIPLANO.

Seu primeiro protótipo chegou a tomar forma. Com vagar e muito esforço, foram construídas a fuselagem e a empunhadura. As asas, giratórias em torno de sua longarina central chegaram a ser iniciadas. A deficiência de disponibilidade, no mercado mundial, de um grupo moto-propulsor adequado, fez com que o projeto tivesse de ser adaptado para receber os velhos motores dos aposentados P-40.

A inexistência de um parque industrial compatível com a magnitude do projeto; o ceticismo dos fabricantes estrangeiros; a deficiência de mão-de-obra especializada; e, principalmente, nossa insuficiência tecnológica de então, baldaram as esperanças de uma entusiasmada equipe de alemães e brasileiros.

Atualmente, jaz o Vertiplano no pátio de destroços do CTA. Talvez merecesse a honra de figurar no Museu Aero-Espacial do Campo dos Afonsos. Ele representa nossa participação no desenvolvimento de uma aeronave V/STOL de forma quase que pioneira.

Hoje, vemos ser a rotatividade das asas inadequada. Também o é o grupo-propulsor com ponto de força numa hélice. O projeto do CL-84 aeronave experimental dos Estados Unidos e Canadá, e que veremos mais adiante, foi o único com hélice e asa rotativa a alcançar relativo sucesso nos ensaios de vôo. A sustentação-jato, seja por motores exclusivos ou por empuxo-vetorado, demonstrou ser o único sistema capaz de alçar verticalmente uma pesada aeronave e de fazê-la atingir velocidades supersônicas em vôo nivelado.

Donde se conclui ter sido o VERTIPLANO um rebento precoce.

SHORT SC-1

O SC-1 foi a primeira aeronave de asa fixa inglesa, destinada às pesquisas no campo das decolagens e poucos verticais.

Seus testes tiveram início em dezembro de 1956, porém seu primeiro vôo só ocorreu em 2 de abril de 1957, na localidade de Boscombe-Down. Nesta ocasião, foram utilizadas técnicas convencionais de decolagem. Em seguida, foram realizados vôos pairados, utilizando-se de um gigantesco guincho, especialmente construído para suporte da aeronave. A primeira decolagem vertical livre só iria se realizar em 25 de outubro de 1958 e, a transição completa do vôo vertical para o horizontal e vice-versa, daí a quase dois anos.

O SC-1 era dotado de cinco motores a jato Rolls-Royce RB-108, dos quais quatro, montados em pares na fuselagem, destinavam-se a proporcionar empuxo vertical nas decolagens e poucos, e o quinto fornecia potência necessária ao deslocamento em vôo horizontal. Cada par de motores de sustentação podia girar em torno de seu eixo e o empuxo orientado para frente ou para trás, permitindo assim, a transição do vôo nivelado para o vertical e vice-versa. Inclinando-os para trás, aumentava-se o empuxo para a frente e realizava-se o vôo horizontal. Inclinando-os para a frente, vindo de um vôo nivelado, desacelerava-se a aeronave até o vôo pairado.

Em todos os cinco motores existiam válvulas de sangria nos compressores que forneiam ar sob pressão para uma tubulação central. Este ar era utilizado para o controle e estabilização do voo pairado, através de pequenos tubos de escapamento localizados nas pontas das asas, no nariz e na cauda. Estes escapamentos eram controlados por um sistema auto-estabilizante de comando eletro-hidráulico. Posteriormente, um novo sistema de estabilização do tipo MK 3 permitiria que se fizessem as transições de pouso e decolagem, verticalmente. O segundo protótipo SC-1, equipado com esse novo sistema, depois de 81 vôos normais, acidentou-se em 2 de outubro de 1963, matando seu piloto. O defeito no giroscópio, causador do infarto, foi corrigido e nele incorporado um sistema de controle automático para desenvolvimento de pesquisas relativas à aproximação e pouso com má visibilidade. A aeronave também foi reconstruída, recomeçando seus testes em 1966.

Depois de 1967, quando os dois protótipos estavam realizando provas na Base Aérea de Bedford, não mais se ouviu falar dessas aeronaves de pesquisas.



Fig. 1 — O segundo protótipo do SC-1 depois de sua reconstrução.

O P-1127 — KESTREL

Seu projeto teve início em 1957. Foi uma iniciativa particular da Hawker-Siddeley, incentivada pela Bristol Siddeley Engines Ltd. a qual desejava desenvolver um motor de empuxo vetorado que iria permitir sustentação-jato para operações de decolagem, pouso vertical e empuxo para o voo horizontal. Isto seria conseguido através de quatro tubos de escapamento articulados.

Em 1959, o Ministério da Aviação da Inglaterra encomendou seis protótipos do P-1127. Os norte-americanos se interessaram pelo projeto e desenvolvimento do motor, hoje conhecido como B.S. 53 Pegasus.

O primeiro protótipo, preso a um guincho gigante, iniciou seus testes de voo 17 meses após o início de sua construção, prazo bastante curto em se tratando de um projeto de tal vulto.

Em setembro de 1961, transições de voo vertical para o horizontal e vice-versa foram realizadas com sucesso pela primeira vez com a aeronave totalmente livre.

O programa de pesquisas desenvolveu-se mais rapidamente com a produção dos outros cinco protótipos. Testes foram realizados nas mais variadas gamas de situações, sendo que especial atenção foi dada à operação de campos de pouso de grama. Velocidades supersônicas também foram perseguidas e alcançadas.

No início de 1962, a Inglaterra, os Estados Unidos da América e a Alemanha colocaram uma encomenda de nove aeronaves destinadas a ser avaliadas em operações aerotáticas.

Aproveitando-se desta nova produção, a Hawker-Siddeley, introduziu uma série de modificações no bordo de fuga das asas, na cauda, nas entradas de ar do motor e aumentou em vinte e três centímetros a fuselagem dianteira.

O Kestrel era uma aeronave monoplace leve e relativamente pequena, com uma asa inteiriça colocada na parte superior da fuselagem e com uma angulação para baixo. O trem de pouso triciclo tinha pernas principais em linha; na perna dianteira, somente uma roda e na traseira, duas. A perna dianteira era comandável direcionalmente da nacelle. Pequenas rodas de suporte lateral, escamoteáveis nas carenagens de ponta de asa, completavam seu apoio no solo. Tomadas de ar do motor Pegasus eram localizadas de cada lado da fuselagem logo depois da carlinga e suas bordas podiam ser infladas como um grande e bulboso lábio.

Esta foi a aeronave que deu origem ao Harrier inglês e ao AV-8A norte-americano.



Fig. 2 — Uma visão das linhas aerodinâmicas do KESTREL.

O VJ-101C

Em 1959, por sugestão do Ministério da Defesa da Alemanha Ocidental, foi fundado um consórcio, sob a sigla EWR, reunindo projetistas renomados de três importantes indústrias, a Bölkow, a Heinckel e a Messerschmitt. Este consórcio recebeu a tarefa de desenvolver uma aeronave de interceptação MACH 2 VTOL. Em 1964, a Heinckel retirou-se da sociedade.

Dois protótipos do VJ-101C foram construídos e testados com o propósito de fornecer dados necessários ao desenvolvimento de uma aeronave definitiva que preenchesse as especificações do Ministério da Defesa.

A aeronave era construída em alumínio leve com ligas de titânio e aço somente nas áreas quentes, próximo aos motores. Sua construção era simples e muito leve. Por detrás da carlinga pressurizada, equipada com cadeira de ejeção para altitude e velocidade zero, existia um compartimento onde se localizavam dois motores de sustentação-jato R.B. 145. Esses eram utilizados exclusivamente nos vôos verticais e de baixa velocidade. Mais atrás, encontravam-se dois grandes tanques de combustível, a fuselagem traseira e finalmente a cauda.

Em cada ponta de asa existiam casulos com dois motores R.B. 145 cada, sendo que, no segundo protótipo, estes motores eram equipados com requeimadores. Atravessando todo o casulo, foram colocados eixos falsos entre os dois motores e neles eram localizadas as caixas de engrenagem, as linhas de combustível e de fluido hidráulico. Fabricadas pela Rolls-Royce, em cooperação com a EWR, tinham os casulos movimentos giratórios por comando hidráulico.

Ensaios demorados foram feitos até a obtenção de eficientes entradas de ar. Os motores da fuselagem eram cobertos por uma carenagem quando em voo nivelado. Esta se abria até uma determinada posição para permitir o funcionamento desses motores nas operações VTOL. Os motores de ponta de asa, durante as operações verticais, recebiam ar de uma abertura lateral que surgia ao redor de todo o casulo pela movimentação de sua parte anterior para a frente.

Forças de sustentação triangular permitiam o controle da aeronave pela simples modulação da potência de cada conjunto de motores, dispensando assim, sistemas mais complexos. Após a partida dos motores, todos eram ligados a uma mesma manete de aceleração e, por meio da qual, o empuxo total podia ser controlado coletivamente, visando uma decolagem vertical. O controle diferencial era conseguido por meio do acomplamento das manetes individuais de potência nos comandos de voo normais da aeronave. Estes só se tornavam efetivos, aerodinamicamente, quando os motores das asas eram levados para a posição horizontal e a ação dinâmica do vento relativo passava a atuar sobre as suas superfícies.

Um piloto automático especial foi desenvolvido para permitir operação VTOL quando em condições meteorológicas adversas.

Nas manobras de pouso, os flaps eram baixados a 415 km/h e abertas as portas superiores e inferiores da fuselagem, permitindo assim, dar partida nos dois

motores afi localizados. A 315 km/h, os casulos de ponta de asa eram girados até uma posição de 45° e levados para os 90° com a velocidade de 91 km/h. Durava noventa segundos a transição do voo nivelado para o pouso vertical total.

O VJ-101C apresentou uma tecnologia bastante simplificada de operação V/STOL e uma velocidade máxima nivelada de MACH 1.08. Tudo leva a crer que tenha servido de inspiração ao desenvolvimento do Forger russo.



Fig. 3 — O VJ 101 C durante um voo pairado.

O DASSAULT MIRAGE III-V

A presença francesa na corrida mundial atrás de uma aeronave de combate V/STOL, surgiu com um projeto derivado do MIRAGE III-E. Modificações foram realizadas na célula, alongando-se a fuselagem e dando nova angulação ao bordo de ataque, em consequência do aumento da corda da asa.

A princípio, propulsionado em voo horizontal por um turbojato SNECMA TF-104 foi substituído, logo em seguida, por um turbofan TF-106 com pós-combustão, o que lhe permitiu alcançar velocidade da ordem de MACH 1.35.

A sustentação nas decolagens verticais era proporcionada por oito motores Rolls-Royce RB-162 de 3525 lbs. de empuxo cada, e montados aos pares na fuselagem central, para frente e para trás dos alojamentos do trem de pouso principal. O ar necessário para o TF-106 era conduzido por uma tubulação que passava entre os motores verticais. O empuxo combinado de todos estes motores permitia ao protótipo conduzir uma quantidade de combustível suficiente para todos os testes normais de voo.

Um sistema de estabilização, utilizando-se de ar sob pressão, sangrado do compressor, com orifícios de escape no nariz, cauda e ponta de asa, era empregado.

O segundo protótipo, equipado com um turbofan TF-30 da Pratt & Whitney, voou pela primeira vez em junho de 1966 e alcançou velocidade de duas vezes a do som, fato este inigualado até então por aeronaves deste tipo.

O armamento do modelo de séries visaria seu emprego inclusive em conflitos nucleares. No ventre de sua fuselagem, havia um compartimento único para transporte de armamento. As tarefas principais a ele atribuídas seriam de reconhecimento e emprego tático nuclear a baixa altitude e altas velocidades, de dia ou de noite, e em qualquer condição meteorológica. Para tal, seria equipado de um radar de acompanhamento de terreno e um piloto automático.

Segundo as declarações de autoridades aeronáuticas francesas, os dois MIRAGE III-V são os primeiros experimentos necessários a uma segunda geração de aeronaves V/STOL, o que poderia conduzir a um duradouro programa de produção. Porém, não se tem conhecimento de que tal presságio tenha se tornado em realidade.



Fig. 4 — O Mirage III - V efetuando uma decolagem vertical.

O DORNIER DO-31E

Esta foi a única aeronave V/STOL de transporte tático que se teve conhecimento. Era dotada de dois motores Pegasus 5.2 com empuxo vetornado de 15.500 lbs. cada, localizados sob as asas, e mais dois casulos de ponta de asa contendo cada um quatro turbojatos RB 162-40 com 4.400 lbs. Nos casulos, os motores de sustentação eram montados em linha e seus escapamentos podiam ser vetorados em até 15° para frente ou para trás, ajudando assim, na transição do voo vertical para o horizontal e vice-versa. Para maior estabilidade, os casulos eram inclinados 15° para fora.

O DO-31E apresentava uma disponibilidade de carga útil variável entre 6.600 a 11.000 lbs. Em seu compartimento de carga podiam ser alojados até 36 combatentes equipados. Sua tripulação constituía-se de dois pilotos.

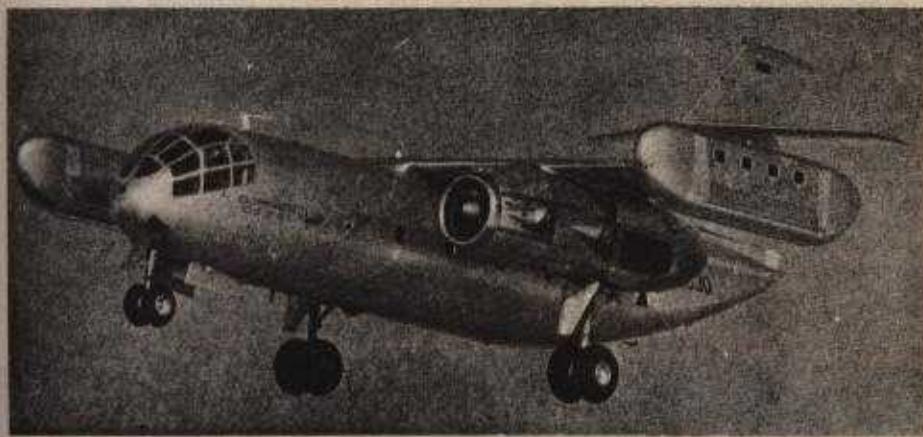


Fig. 5 — O primeiro protótipo do DO-31 E

A versão de produção do DO-31 sofreria algumas modificações em relação ao protótipo. Os casulos dos motores seriam deslocados das pontas de asa para a sua metade. Os jatos de sustentação, neles instalados, passariam a ser cinco ao invés de quatro. Estes casulos poderiam ser retirados quando da operação não VTOL e, em seus lugares, colocados tanques suplementares de combustível. Infelizmente, o DO-31 não atingiu as linhas de produção e seu protótipo, hoje, resta em paz em algum lugar da Alemanha.

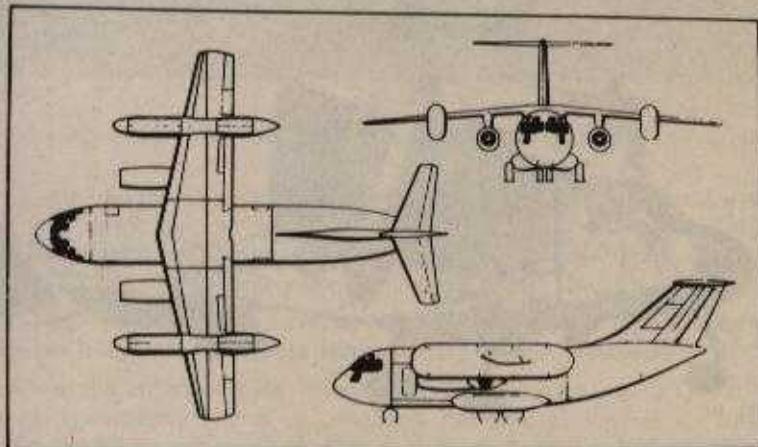


Fig. 6 — O desenho da versão de produção do DO-31

O CANADAIR CL-84

Como resultado de um programa de desenvolvimento conjunto Canadair — Governo do Canadá, surgiu o CL-84, aeronave bimotora turboélice de asa rotativa. O primeiro protótipo voou em 1967. Outros três exemplares foram encomendados para avaliação nas Forças Armadas Canadenses. Esta avaliação foi completada com sucesso. Em inicio de dezembro de 1972, uma aeronave CL-84-1 foi entregue ao Centro de Pesquisa de Patuxent River, Maryland, para um programa tripartido (Estados Unidos, Inglaterra e Canadá) de pesquisa de voo por instrumentos em aeronave V/STOL.

Tripulações dos três países operaram a aeronave objetivando:

- O controle de aeronave V/STOL nas áreas terminais;
- A necessidade de sistema HUD durante as transições;
- O perfil de desempenho; e
- A operação embarcada.

O último estágio da avaliação da Marinha norte-americana foi feito a bordo do Porta-Helicópteros "U.S.S. GUADALCANAL" durante dez dias e depois foi estudado seu emprego em operações anti-submarinas. Essas avaliações tiveram por propósito verificar a adequabilidade do projeto CL-84 ao sistema de armas do Navio de Controle dos Mares (SEA CONTROL SHIP).



Fig. 7 — O CL-84 numa transição do voo vertical.

As aplicações previstas para ele são: as de reconhecimento e vigilância, apoio tático, transporte, escolta de helicóptero, evacuação aeromédica, busca e salvamento, guerra anti-submarina, ligação, treinamento V/STOL e transporte de um centro de cidade para outro.

Especial atenção foi dada à substancial capacidade de carga nas decolagens curtas.

Esta foi a aeronave de asa giratória e motor turboélice que atingiu o estágio mais avançado de desenvolvimento, porém sem alcançar o emprego operacional.

O RUSSO FORGER



Fig. 8 — Uma aproximação do FORGER para o convés do KIEV.

Quando o primeiro navio-aeródromo construído na Rússia, o KIEV, navegou em águas do Mediterrâneo, em julho de 1976, não foi somente o navio que chamou a atenção dos agentes de informações do Oeste, mas, também, uma aeronave de combate V/STOL completamente nova que estava no seu convés.

O surgimento desta aeronave, de longa data, foi previsto, mas as suas linhas aerodinâmicas foram uma completa surpresa para muitos observadores.

A entrada em serviço do "Forger", como é conhecido pela OTAN, trará, sem dúvida, considerável efeito na estratégia das forças militares do Oeste. A Marinha Soviética não somente acrescentou nova dimensão para a capacidade de aeronaves embarcadas, como, também, permitiu reforçar consideravelmente a validade da concepção representada pelo Hawker Siddeley Harrier.

ANTEPASSADOS

Em 1967, na exposição de Domodedovo, os soviéticos demonstraram, publicamente, três aeronaves STOL de combate, adaptadas com motores de sustentação (chamadas pela OTAN — Faithless, Fishbed-G e Flagon-B), e uma aeronave experimental V/Stol de empuxo vetorado, batizada de Freehand. Alguns anos mais tarde, fontes de informações norte-americanas identificaram uma aeronave V/Stol, alcunhada de RAM-G, que se presumia ser destinada a utilização no KIEV, em fase de construção nos estaleiros navais do Mar Negro. O RAM-G possuía um motor de propulsão de empuxo vetorado e motores dianteiros e traseiros de sustentação.

Aparentava entretanto, não ter a aeronave sofrido qualquer desenvolvimento após os testes de avaliação.

Muito pelo contrário, os engenheiros soviéticos concentraram-se num projeto que tinha certa semelhança com a aeronave alemã ocidental EWR VJ-101C, caça-bombardeiro projetado nos anos sessenta, e o último programa conjunto teuto-americano, o AVS, abandonado em 1969. Nesta mesma época nascia o Forger. A nova aeronave, equipada com dois motores de sustentação na frente e um único motor de empuxo vetorado atrás, possuía tubos de escapamento articulados.

Embora as especificações exatas, deixadas transparecer para a aeronave que equipará o KIEV e seus navios irmãos, não sejam ainda conhecidas, é claro, pela concepção do Forger, que a equipe de desenvolvimento russa concentrou-se num VTOL ac invés de um STOL, o que aparenta indicar que o armamento ou a capacidade de carga da aeronave não foi o principal critério na sua concepção.

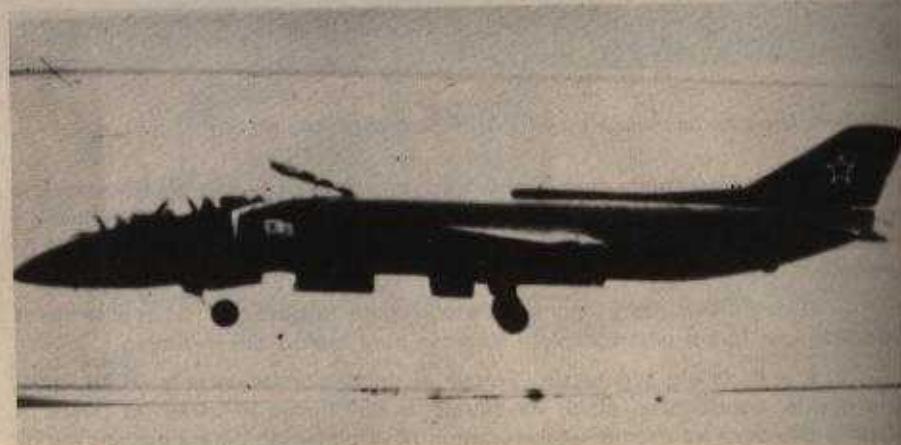


Fig. 9 — O FORGER B, biplace, em voo de instrução.

Entretanto, é garantido que a aeronave foi concebida e desenvolvida especialmente, para utilização a bordo dos navios da classe do KIEV, os quais não deverão, em futuro próximo, transportar outros tipos de aeronaves de asa fixa.

O elevador traseiro, que se destina a elevar a aeronave do hangar, sob o tombadilho, para o convés de voo, é dimensionado para o comprimento da versão biplace do Forger e a envergadura da aeronave com a asa dobrada.

Foi aceito, de forma ampla, ser o Forger consequência do trabalho dos escritórios Yakovlev, desde que eles desenvolveram o YAK-36 Freehand, aeronave experimental de decolagem vertical. Mas, é mais provável ser a aeronave fruto de colaboração entre dois construtores soviéticos.

Duas versões do novo caça naval VTOL soviético já foram até então identificados pela OTAN: a aeronave de combate monoplace e o treinador biplace chamado FORGER B. Este tem um alongamento de três pés, tanto à frente como para trás das asas; o primeiro, para acomodar a cadeira do instrutor e o segundo, para não alterar o centro de gravidade.

A AERONAVE

Basicamente, é uma aeronave monoplano de asa média e de aspecto convencional, com um peso estrutural de no mínimo 3.000 kg.

A fuselagem não mostra variações nas características ortodoxas de construção, a não ser pela utilização de ligas resistentes a altas temperaturas, usadas na parte traseira da fuselagem, ao redor e atrás do escapamento articulado.

O grupo motopropulsor comprehende um turborreator de 17.800 lbs de empuxo vetornado para os vôos verticais e nivelados, e dois motores de sustentação-jato, montados logo após a nacelle, um atrás do outro, com 7.950 lbs de empuxo cada. Estes últimos destinam-se a produzir sustentação equilibrada em torno do centro de gravidade nas operações VTOL. O motor principal é alimentado por entradas de ar laterais, cada uma com seis portas de alívio de sucção, destinadas a melhorar o fluxo para o compressor durante as fases de decolagem, pouso vertical e vôo pairado. Este motor faz a exaustão de seus gases por intermédio de um escapamento bifurcado, sob a forma de orifícios de deflexão tipo "joelho articulado", que gira para baixo desde a posição horizontal até 15° além da vertical. Como no YAK-36 Freehand, a aeronave VTOL experimental, os tubos de escapamento dos jatos podem ser deflexionados 45° abaixo do plano horizontal. Isto também ocorre no plano lateral. Assim, qualquer tendência de inclinação lateral da aeronave é eliminada.

Os motores de sustentação têm uma deflexão de 15° para trás do plano vertical e são cobertos por uma grande porta de articulação traseira. Esta porta possui oito conjuntos de ranhuras que permanecem fechadas nos vôos horizontais

de alta velocidade, por meio de dobradiças sob tensão de molas. Os escapamentos desses motores passam por portas localizadas no ventre do Forger. Neles, pode haver algum tipo de defletores de jatos para o controle de estabilidade, por meio de empuxo vetorado, quando nos vôos verticais.

O combustível é transportado num tanque tipo sela, localizado em cima do motor principal e em tanques adicionais sobre e entre as entradas laterais de ar.

O compartimento de equipamentos eletrônicos é suposto situar-se na seção traseira da fuselagem, obtendo seu ar condicionado da tomada localizada na frente da longa quilha dorsal. O leme, de inclinação bastante acentuada, tem um sistema convencional de comando da superfície móvel, enquanto que o estabilizador, de incidência variável, tem grandes profundos para controle da aeronave nas baixas velocidades.

As rodas principais do trem de pouso recolhem na fuselagem, como no MIG-23 Flogger, e a roda do nariz recolhe para trás. As asas, muito limpas, têm uma razão espessura/corda de 5% e uma inclinação de 40° no bordo de ataque. O bordo de fuga da parte interna é reto, mas apresenta uma suave inclinação na parte externa. As asas têm um ângulo de incidência de somente 1° a 1,5°, o que reforça a hipótese do Forger ter sido concebido mais para operação vertical do que curta. Elas são fixadas na fuselagem por uma moldura dorsal, onde pode existir mais espaço



Fig. 10 — Dois FORGER com casulos de canhões no KIEV.

para armazenagem de combustível. Flaps do tipo FOWLER estão instalados na posição interna do bordo de fuga, enquanto que os ailerons ocupam a seção externa. Para guardar no hangar, cada asa dobra para cima à meia distância de suas pontas.

Parece evidente ter o Forger um sistema de estabilização de três eixos. As dúvidas persistem em saber como isto é conseguido. Sob o ponto de vista da Marinha Norte-Americana, ele é semelhante ao do Harrier, com tubos exaustores nas pontas de asa e na cauda. Mas não há confirmação, até então, de que use ar sangrado do compressor principal para estabilização em voo pairado. De acordo com os observadores ingleses, o controle de derrapagem pode ser obtido por meio de deflectores diferenciais, em uma ou ambas turbinas de sustentação podendo o controle de arfagem ser conseguido pela modulação de potência dos mesmos motores e do motor principal. Se a inclinação lateral pode também ser obtida por meio desses deflectores, é motivo de conjecturas. De qualquer forma, tudo indica existir um sistema de estabilização controlada por computador, visto que o tráfego de decolagem e pouso do Forger é tão estável que, obviamente, não é empregado o controle diferencial manual das manetas.

Algo que aparenta ser novidade na aeronave soviética é qualquer coisa semelhante a um sistema HUD (Heads-Up Display) visto na nacelle do Forger. Um radar computador de distância faz parte do nariz da aeronave monoplace. O conjunto padrão de antenas de IFF para o equipamento SRO-2 está localizado debaixo da cauda.

Existem quatro suportes nas asas que poderiam carregar tanques extras de combustível, equipamento de reconhecimento, bombas e mísseis ar-ar, além dos casulos de foguetes e metralhadoras já observados nas aeronaves operando do KIEV.

O Forger, aparentemente, não tem armamento de cano fixo, porém, casulos de canhões de 23 mm GSH podem ser pendurados nos pilones externos das asas.

PESO E PERFORMANCE

O Forger foi projetado para decolagem vertical do navio-aeródromo com uma carga de armamento de no mínimo 1.000 kg, em condições ISA + 15°C. Isto permitiria a utilização desta carga útil nas operações de verão do Mediterrâneo e, durante todo o ano, no Oceano Índico, Pacífico e Atlântico. Em condições ISA, uma razoável carga de combustível ou armamento poderia ser transportada, embora o número de pontos de apoio nas asas, dois de cada lado e nenhum debaixo da fuselagem, poderiam limitar a flexibilidade operacional.

O peso básico do Forger carregado para decolagem vertical é em torno de 10 toneladas (22.000 lbs), incluindo 1.000 kg (2.200 lbs) de armamento externo e 2.250 kg (5.000 lbs) de combustível interno. Por causa do longo período de

transição e do alto consumo específico dos motores, as fases da decolagem vertical da aproximação e do pouso consomem, provavelmente, 30% do combustível.

À ISA + 15°C e um peso de decolagem vertical de 10 toneladas com combustível interno, o Forger deverá ter um raio de ação de 130 mn. Para reconhecimento a grandes altitudes, com casulos de sensores ou câmaras fotográficas e dois tanques alijáveis de 100 galões cada, seu raio de ação máximo deverá se estender até 300 mn.

O Forger tem somente capacidade limitada de efetuar defesa aérea, desde que não possui um sistema de radar apropriado para áreas marítimas. Seu radar telemétrico torna-o capaz de atacar certos tipos de aviões de patrulha marítima, como o Orion e o Nimrod. Com dois tanques alijáveis e dois mísseis infravermelhos, a aeronave deve ser capaz de permanecer em alerta no ar durante uma hora, a uma distância de 100 milhas do seu porta-aviões.

Sua razão de subida inicial, após a transição do vôo vertical, é em torno de 15.000 pés por minuto, enquanto que seu teto de serviço é de 40.000 pés. Ele só é supersônico em vôo nivelado de altitude. Foi observado voando a MACH 1.05.

PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS

Durante a viagem do KIEV, do Mar Negro até Murmask, no verão de 1976, os Forgers (no máximo dois de cada vez) demonstraram métodos padronizados de decolagem e pouso. O porta-aviões era manobrado para obter um vento relativo de 10 a 15 nós num ângulo de 4° a 5° pela esquerda, o que alinharia a pista, ligeiramente angulada.

Após o teste dos três motores do Forger e a verificação do funcionamento dos sistemas, o escapamento do motor principal era girado todo para baixo e aplicada a potência máxima. A decolagem era vertical e sem oscilações até 18-24 metros de altura do convés, antes de iniciar a transição para o vôo nivelado.

A transição total até a sustentaçãoalar levou um minuto e meio. Então, os escapamentos do motor principal passaram para uma posição totalmente horizontal. Os observadores americanos e ingleses não viram o Forger manobrar na situação de vôo pairado. Mudanças de altitudes não foram utilizadas no início dos movimentos para frente e para trás.

O pouso também necessitou de uma longa transição de desaceleração antes da clássica e estável descida vertical para o convés de vôo. Nas operações verticais e visando neutralizar o movimento da aeronave para a frente, os escapamentos traseiros podem ser girados até 15° além do plano vertical, contrabalançando os 15° dos motores dianteiros de sustentação. O motor principal do Forger tem uma exaustão excepcionalmente "suja"; em todos os poucos e decolagens, uma grande quantidade de fumaça era expelida, deixando rastros de até 30 km.

O CONFRONTO COM O HARRIER

	Forger-A	Harrier MK.3	Sea Harrier	AV-8B	XFV-12A
Sistema Propulsor	1 motor principal de propulsão + 2 motores de sustentação	1 Rolls-Royce Pegasus 103	1 Rolls-Royce Pegasus 104	1 Rolls-Royce F402-RR 402	1 Pratt & Whitney F401-PW 400
Empuxo em V/STOL (kp)	.1 x 8.000 + 2 x 3.800	9.750	9.750	10.000	13.600
Envergadura (m)	7.65	7.70	7.70	9.24	8.69
Corda das asas — raiz (m)	3.65	3.56	3.56	3.56	4.98
— ext. (m)	1.16	1.26	1.26	1.07	2.25
Superfície alar (m^2)	14.60	18.68	18.68	21.37	27.20
Longitude total (m)	16.20	13.87	14.50	13.07	13.39
Distância entre as rodas	6.00	3.45	3.45	3.45	7.62
Peso, vazio (kg)	7.000	5.530	5.500	5.620	6.260
Peso máx. decolagem (kg)	13.000	11.300 +	11.500 +	13.500	—
Peso de decolagem VTO (kg)	10.000	6.900	—	—	8.840
Peso de decolagem STO (kg)	—	9.700	—	—	11.000
Carga alar máx. (kg/m^2)	675	610	—	—	—
Combustível interno (litro)	3.000	2.865	2.865	4.175	2.783
Velocidade máx. (vôo hor.)	M1.05	M0.9+	M0.9+	M0.9+	M2.0+

Fig. 11 — Tabela de confronto do FORGER A com o HARRIER e seus sucessores.

Muito embora o Forger tenha sido projetado, sem dúvida, para outro tipo de missão daquela do Harrier, estas duas aeronaves são, presentemente, as únicas rivais no campo das aeronaves V/STOL de combate. É, pois, uma tentação examinar as duas concepções e seus méritos relativos.

Observando-se as bases gerais de flexibilidade e simplicidade de operação, o Harrier apresenta vantagens, já que oferece a escolha dos tipos de operação VTOL.

V/STOL e STOL/VL, enquanto que o Forger é limitado à operação VTOL e é extremamente vulnerável durante as fases de decolagem e pouso. Há, ainda, o problema potencial de risco crescente por depender de três motores. A perda de qualquer um deles, no caso do avião soviético, é catastrófica.

Porém, em virtude da separação existente entre os motores de sustentação e propulsão no Forger, a relação entrada de ar para cada motor é melhor.

O Harrier, com sua carga aérea menor e maior relação potência/peso em voo de cruzeiro é, sem dúvida, mais manobrável e acresce a isto, o fato de poder vetar o empuxo em voo para a frente, provocando o 'VIFFING', que é de imenso valor nas situações de combate aéreo. A escolha, pelos soviéticos, de uma fina asa montada à meia altura da fuselagem, aparenta ser uma tentativa de obter velocidades mais altas. Já atingindo velocidades pouco acima da supersônica, o Forger poderia melhorar consideravelmente, com apenas um pequeno aumento na potência de seu motor principal, atingindo velocidades de penetração na ordem de MACH 1.2 a 1.3.

O projeto do Forger, tendo as partes externas da asa dobrável e somente quatro pontos de apoio, limita sua capacidade de armamento para o futuro, qualquer que seja o aumento de empuxo disponível. Mas o Forger não é uma aeronave clássica de ataque embarcada. Contrasta com o Harrier que já voou com uma carga externa de 3.600 kg (8.000 lbs.), que é o desempenho esperado em situação padrão para o futuro AV-8B. Este avião, mais moderno, será capaz de uma carga maior com os sete pontos de apoio.

Equipado com radar Blue Fox de múltiplas funções, o Sea Harrier da Marinha Real Inglesa será capaz de encontrar e avaliar uma frota inimiga. Por outro lado, o Forger tem, até agora, apenas um radar medidor de distância e aparentemente parcos recursos próprios de auxílio à navegação. Entretanto, a aeronave soviética tem algumas vantagens sobre o Harrier. Sua característica VTOL permite-lhe operar de pequenos convéses de navios com sua carga interna de combustível completa e uma pequena quantidade de armamento. Suas asas dobráveis permitem o uso de elevadores estreitos como os do KIEV e podem, ser armazenadas no hangar em maior número do que os Harrier.

A aeronave vista no KIEV presume-se fazer parte de uma quantidade de desenvolvimento de produção e refinamentos do projeto que deverá ocorrer nos dois ou três anos vindouros. Fora uma maior potência necessária, o Forger precisará de um sistema apropriado de navegação e ataque, se pretender concorrer com o Harrier, e algum método terá de ser encontrado, pela instalação de um pilone no ventre da fuselagem, de modo a aumentar a sua capacidade de armamento.

Finalmente, a vulnerabilidade dos aeródromos, que sempre foi uma preocupação para os estrategistas russos, está sendo a razão pela qual o grande número das suas aeronaves de combate de alta performance são capazes de operar em bem

drenadas pistas de grama com pneus de baixa pressão. Daí, parece ser uma mera questão de tempo o aparecimento na Europa Oriental de unidades sediadas em terra com aeronaves VTOL ou V/STOL, que poderão, não necessariamente, ser um desenvolvimento do FORGER.

Se um futuro avião soviético, que possa usar a totalidade dos 180 m de extensão do convés do navio-aeródromo KIEV para operação STOL com pesos de decolagem mais altos, está sendo projetado, só pode ser motivo para conjecturas.

AS EVOLUÇÕES DO HARRIER

O SEA HARRIER

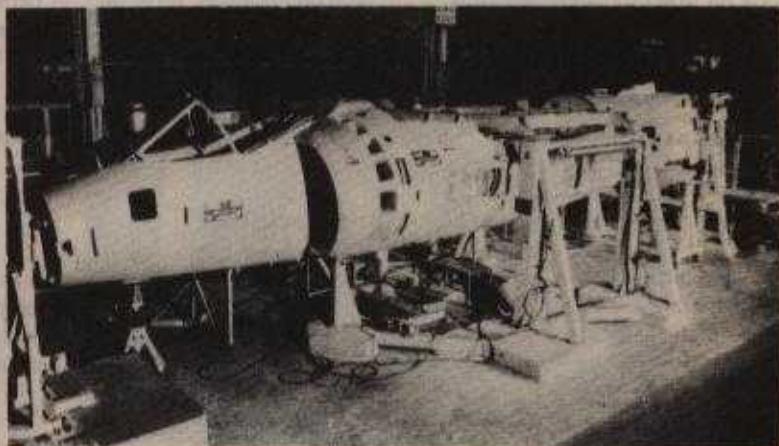


Fig. 12 — O SEA HARRIER nas linhas de produção

A saída do primeiro Sea Harrier das linhas de produção da Hawker Siddeley estava prevista para abril de 1977. Seu primeiro voo se realizaria em meados de julho. Estes eventos passaram a ter muito maior significado após o surgimento do russo FORGER. Tanto o mundo ocidental como o oriental teriam então novas aeronaves V/STOL sendo preparadas para emprego operacional em novos navios concebidos especialmente para a combinação de operação V/STOL e de helicópteros.

Já é possível detalharmos algumas modificações no SEA HARRIER que o diferenciam do HARRIER G R M-K-3. Porém, a mais visível é uma nova fuselagem dianteira com canopy mais alto, visando a operação em ambiente marítimo. Foram suprimidos sete componentes de magnésio na fuselagem e dois no motor. Preparação vem sendo feita para o emprego de mísseis teleguiados ar-ar e ar-mar.

Além de variada gama de equipamentos de navegação e de tiro dos mais sofisticados, deverá, o Sea Harrier, ser equipado com um formidável radar produzido pela Ferranti e batizado de Blue Fox. Podendo operar em duas modalidades, ar-ar e ar-solo, destina-se à interceptação, à procura (escclarecimento) e ao ataque.

Após os vôos de testes, os primeiros três Sea Harrier serão entregues à Marinha Real Inglesa. A entrada em serviço da primeira unidade experimental com seis aeronaves está prevista para 1979. O emprego operacional a bordo do HMS Harrier e Invencible dar-se-á em princípios de 1980.

Já há um grande interesse no Sea Harrier por parte de outros países. Dentre eles, ressaltam-se o Peru e o Irã. Também vem sendo dada especial atenção à atitude da Marinha Norte-Americana em relação ao avião. É concebível pensar-se que o AV-8A ou a versão americana do Sea Harrier venha a constituir-se na encomenda inicial para experiência e traquejo operacional na operação V/STOL a bordo de seus navios.

São as seguintes as tarefas e missões previstas de serem realizadas pelo Sea Harrier:

— Interceptação e Patrulha Aérea de Combate.

Seu armamento será dois canhões Aden de 30 mm e mísseis AR-AR Sidewinder com a possibilidade futura de mísseis mais avançados. O tempo de reação com decolagem vertical será de dois minutos, o raio de interceptação de 740 km (400 mn), tempo de patrulha em altitude de uma hora e velocidade de cruzeiro de MACH 8.

— Reconhecimento

Utilizando um "pod" de reconhecimento, suplementado pelo reconhecimento visual, e durante uma hora de vôo a baixa altura, o Sea Harrier pode cobrir uma área de 70.000 km² de oceano.

— Ataque

Todo ou qualquer casulo externo pode ser transportado, incluindo foguetes, bombas de queda livre e de retardo. Também será equipado com mísseis guiados ar-superfície, porém, até então, não decidiram qual o tipo, possivelmente será o HARPOON.

— Anti-Submarino

Bóias radiossônicas e torpedos anti-submarinos, poderão ser transportados. O tempo muito pequeno para decolagem vertical torna-o apropriado para este tipo de missão.

O AV-8B

Fig. 13 — O AV-8B sendo testado em um túnel aerodinâmico.

Em fevereiro de 1974, perante o Congresso norte-americano, o Chefe do Estado-Maior do Corpo de Fuzileiros Navais norte-americano declarou:

"Está confirmada nossa crença no sucesso operacional do programa AV-8A e que uma aeronave seguinte irá ao encontro das nossas necessidades para um futuro avião leve de ataque e nos permitirá alcançar nossa meta de uma força de somente aeronaves V/STOL de ataque."

Esta aeronave seguinte é o AV-8B, um desenvolvimento direto do HAR-IER AV-8A, a ser produzido pela Mc Donnell Douglas, tendo a Hawker Siddeley como principal subcontratante. O AV-8B nasceu em maio de 1973, quando foi recomendado ao Chefe de Operações Navais da Marinha Americana a necessidade operacional para um avançado avião de ataque leve, com muito maior capacidade

de carga e alcance, comparado com o AV-8A. Acreditou-se que seria a versão AV-16A com o motor Pegasus 15, bem mais possante, mas o custo deste último demonstrou ser proibitivo.

O projeto, então, se concentrou numa aeronave que utilizasse o atual Pegasus 11, mas com avanços estruturais, aerodinâmicos e no sistema de armamento como planejado para o AV-16A. A designação primeiramente usada foi de AV-8+, mas foi posteriormente modificada para AV-8B. As modificações estruturais e aerodinâmicas são as seguintes:

- Uma nova asa supercrítica;
- Novas entradas de ar; e
- Equipamento de aumento de sustentação debaixo da fuselagem.

A tecnologia da asa supercrítica foi desenvolvida inicialmente para o AV-16A, em túnel aerodinâmico de alta velocidade da NASA.

Cobrindo a gama de MACH 0.5 e 1.2, o arrasto mostrou ser menor que o estimado. O modelo do AV-16A utilizado no túnel tinha um canopy mais alto e semelhante ao do Sea Harrier. As entradas de ar também foram testadas e receberam um novo formato elíptico e um sistema auxiliar de portas duplas para entrada de ar. Os testes foram, a princípio, realizados para o motor Pegasus 15 que seria utilizado. Com o Pegasus 11, os modelos tiveram de ser redimensionados e novamente testados.

O equipamento de aumento de sustentação consiste numa comporta cruzada debaixo da fuselagem e foi inicialmente testado em túnel e depois voou em cinco configurações, numa série de decolagens e poucos verticais e vôos pairados. Grandes perdas de sustentação-jato do AV-8A foram reduzidas pela utilização de melhores técnicas de circulação, otimizando assim a geometria da asa e do flap em relação aos jatos.

O orçamento para o ano fiscal de 1977 continha 33 milhões de dólares para custeio da conversão de dois AV-8A para a configuração AV-8B. O primeiro exemplar deverá voar em dezembro de 1978 e será conhecido como YAV-8B. Cem horas serão voadas, antes que o pedido de produção seja encaminhado. Caso aprovado pela autoridade competente, a primeira de quatro aeronaves de desenvolvimento deverá estar acabada em janeiro de 1981, e a primeira aeronave da série sairá da fábrica em 1982. No total, o Corpo de Fuzileiros Navais anuncia a compra de 336 AV-8B, garantindo uma produção até 1990. O AV-8B deverá substituir o A4 e mais tarde o AV-8A. O AV-8A prestará serviço até 1990 e um programa de extensão de tempo de serviço por mais cinco anos iniciar-se-á em 1979, com a instalação de alguns itens do AV-8B, tal como o equipamento de aumento de sustentação.

Novos instrumentos e equipamentos eletrônicos serão reagrupados na fuselagem dianteira e traseira. Quatro receptores de aviso de radar estarão localizados nas pontas das asas e dois em cima do leme. Novos equipamentos e instrumentos

dos mais avançados, serão nele instalados. A câmara fotográfica no nariz do AV-8A será retirada e o Av-8B não receberá missões de tipo de reconhecimento.

Ele tem uma asa supercrítica e maiores entradas de ar laterais com uma borda elíptica em lugar do arco circular.

Terá uma configuração de armamento externo com seis pontos de suporte nas asas e um ponto sob a fuselagem, mais dois canhões de 30 mm. A capacidade máxima dos pilones é de 630 lbs nos externos; 1.000 lbs nos do meio; 2.000 lbs nos internos e 1.000 lbs no debaixo da fuselagem.

O AV-8B foi concebido para atingir os seguintes parâmetros:

Peso vazio	12.400 lbs (5.265 kg)
Peso básico operacional	22.800 lbs (10.250 kg)
Peso de operação empuxo vetornado	19.700 lbs (8.936 kg)
Peso máximo	29.400 lbs (13.335 kg)
Peso de pouso	19.400 lbs (8.800 kg)
Velocidade de afundamento nos poucos	15 pés por segundo
Límite de Fadiga	7.000 poucos
Vida útil	6.000 horas

Esta aeronave terá as mesmas performances básicas do HARRIER com uma velocidade média de MACH 0.9 ao nível do mar, de MACH 0.95 a 30.000 pés, e uma razão de subida inicial de 20.000 pés por minuto. Velocidades supersônicas podem ser alcançadas em mergulho.

Para missões de Apoio Aéreo Aproximado, o AV-8B, com seus tanques internos totalmente reabastecidos, será capaz de levar dois canhões de 30 mm e sete bombas MK 82 num peso de decolagem de 25.844 lbs. Para missões de Interdição, com um peso de decolagem de 27.950 lbs, as mesmas sete bombas, o combustível interno e mais dois tanques externos alijáveis poderão ser transportados. A carga total externa máxima nos pilones é de 8.000 lbs. Nele poderão ser transportados oito tipos de bombas de emprego geral, o mesmo número de bombas de treinamento, três tipos de bombas "CLUSTER", bombas incendiárias, depósitos de artefatos ilusórios de radar e infravermelho, bóias radiossônicas, cinco tipos de lançadores de foguetes e mísseis AIM 9B e AIM 9D/G/H. O canhão de 30 mm Aden poderá ser substituído por um DEFA.

As tabelas de capacidade de carga/raio de combate não foram ainda publicadas, mas declarações foram feitas de que o AV-8B terá o dobro do alcance do AV-8A com a mesma capacidade de armamento, ou o dobro da capacidade de armamento com o mesmo alcance.

O FUTURO DA AERONAVE V/STOL

O planejado crescimento da família do Harrier, através do Sea Harrier e do AV-8B, e o surgimento do Forger Soviético, parecem indicar que as decolagens e os poucos, verticais ou curtos (V/STOL), deverão assumir uma grande importância na década vindoura e não somente em aplicação naval. O aperfeiçoamento dos armamentos de área, as bombas inteligentes e os mísseis ar-superfície de grande precisão tornarão as bases aéreas fixas mais vulneráveis que no passado. Isto resulta, ou num maciço investimento em sistemas de mísseis dirigidos antiaéreos e pilhas e pilhas de munição de reserva para eles, e/ou apropriada dispersão das aeronaves sediadas em terra, sendo este último viável somente com a utilização das aeronaves V/STOL.

A pergunta que se faz hoje em dia é: "Como deverá desenvolver os V/STOL, depois do AV-8B, para preencher as necessidades da última década do século?" Logicamente, existem duas correntes para o caso da aeronave de combate; desenvolver um conceito inteiramente novo, ou aprimorar, ainda mais, o princípio do empuxo vetornado. No primeiro caso, a única nação do hemisfério ocidental em condições financeiras capazes de assumir tal tipo de programa são os Estados Unidos e, mesmo assim, o custo poderia ser proibitivo e o cronograma muito longo.

O PENSAMENTO DA MARINHA NORTE-AMERICANA

Muito pode se aprender da Marinha Norte-Americana que está dando uma grande atenção à tecnologia V/STOL, desde que pressentiu que este tipo de aeronave melhor atende à continua necessidade do emprego dos meios aéreos de asa fixa nos mares. Sem negar o conceito do grande navio-aeródromo, o avião V/STOL permite uma maior rapidez de reação, a possibilidade de uma maior dispersão pela frota e uma maior flexibilidade operacional, utilizando-se até de pequenos navios como plataformas.

A princípio, a Marinha Norte-Americana está a procura de dois tipos de aeronaves V/STOL: o "Tipo A" para entrar em serviço em torno de 1990; e o "Tipo B" que estaria disponível a partir de 1995.

O Tipo A, seria uma plataforma subsônica de múltiplo emprego, do tamanho do atual E-2C Hawkeye ou do S-3A. Ele poderia receber missões de guerra anti-submarina, posto aéreo radar, aeronave de ligação logística com o porta-aviões, transporte de tropa, reabastecedor no ar e busca e salvamento.

As necessidades principais neste caso serão: uma grande autonomia e capacidade de carga. A Marinha está atualmente interessada no projeto de propulsão de sustentação e deslocamento.

Pedidos à indústria para projetos de concepção deverão ser feitos em futuro próximo.

O Tipo B seria um caça tático supersônico capaz de efetuar missões aerotáticas, muito embora a Marinha não tenha necessidades definidas para este tipo de missão. O que não seria o caso dos Fuzileiros Navais. Deduções possíveis são de um sucessor do AV-8B com maior capacidade de carga, algo baseado no conceito de aumento de sustentação-alar pelo empuxo do XAV-12A, ou uma nova-propulsão de sustentação acrescida à sustentação/deslocamento. Uma nova tecnologia teria de ser desenvolvida à procura dessas exigências.

Em termos de futuro bem mais longo, a Marinha norte-americana também tem o projeto Tipo C, que é visto como o substituto do futuro helicóptero LAMP 3, ainda a ser escolhido.

Projetos como o Grumman Nutcracker estão entre aqueles sugeridos para este tipo de missão.

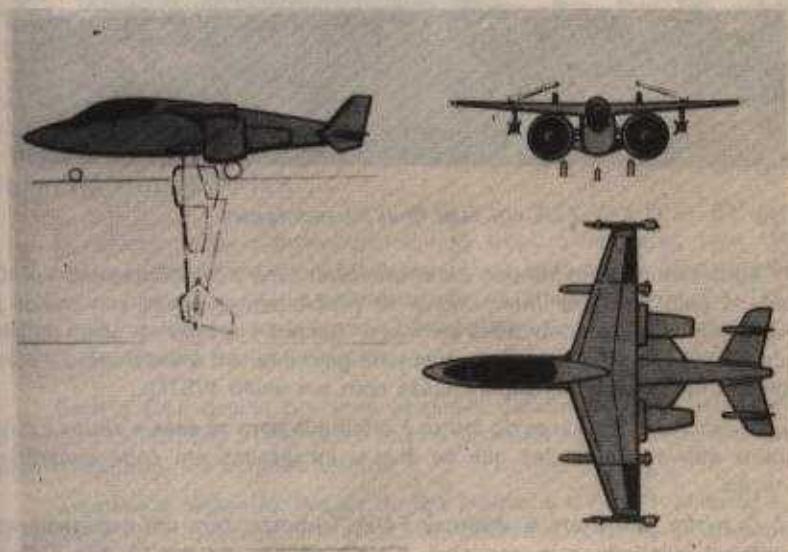


Fig. 14 — *O desenho do NUTCRACKER.*

Paralelo a esses pensamentos preliminares, fala-se que um navio especial para aeronaves V/STOL está em construção e é destinado a servir de navio-mãe para pequenas forças-tarefas que operam fora da proteção dos navios-aeródromos. Os recursos para os três projetos futuros são muito limitados. Pesquisas tecnológicas necessárias às novas ligas, projetos de motor etc., terão que ser desenvolvidas. Nos próximos anos, serão solicitadas da indústria, sugestões quanto a projetos e, se esses coincidirem com os pensamentos navais, perto de 2 milhões de dólares serão solicitados para o projeto inicial.

UMA NOVA CONCEPÇÃO



Fig. 15 — O XFV-12A em fase final de montagem.

Uma tentativa no sentido de desenvolver uma nova concepção V/STOL é apresentada pelo Rockwell International XFV-12A com sua asa aumentada pelo empuxo. O primeiro protótipo desta aeronave "Canard", deveria ter saído da fábrica antes do término de 1976. A asa aumentada pelo empuxo é vista como a solução na obtenção de velocidades supersônicas com um avião V/STOL.

A exaustão dos gases do motor é orientada para as asas e aletas e dirigida para baixo através de fendas que se abrem localizadas em cada superfície de sustentação.

O motor, um Pratt & Whitney F401 Turbofan, tem um escapamento de gases normal, alinhado com seu eixo, e uma válvula de desvio que permite a passagem dos gases para as asas e aletas. Quando o escapamento do motor é dirigido para as aberturas, um significante aumento (em teoria, oito vezes) no fluxo de ar provoca o assim chamado "Efeito Extrator", retirado pelo sistema para cada libra de ar desviado do motor. Isto proporciona um aumento da razão de empuxo na ordem de 1.6 para 1, resultando uma capacidade de sustentação vertical de Turbofan F401 em torno de 19 a 20.000 lbs, enquanto que sua potência nominal é de 16.000 lbs, sem pós-combustão, maneira que será usada no VTOL.

Originalmente, o XFV-12A deveria ter sido desenvolvido como uma aeronave de combate MACH 2, porém os complicados problemas que envolvem o projeto fizeram com que ele fosse reclassificado como um "Protótipo de Demonstração de Avançada Tecnologia".

Pouca informação tem sido liberada, mas aparenta que o Rockwell está tendo dificuldades em demonstrar a possibilidade de se obter o aumento calculado da razão de empuxo. Daí, resultando um atraso na conclusão dos dois protótipos para o vôo.

A Marinha afirma não ter planos atuais para usar este tipo de avião operacionalmente. Os resultados dos três anos de testes do programa de até então servirão de dados para o Grupo de Trabalho especialista em aeronaves V/STOL e que está planejando um futuro meio aéreo para 1990.

O primeiro vôo com decolagem e pouso convencional do XFV-12A era para ser realizado em fins de 1976, fato que não chegou ao nosso conhecimento até a presente data.

Para a primeira decolagem vertical e o vôo pairado, a aeronave será presa num gigantesco guincho de testes das instalações da NASA em Langley. Um cabo limitador permitirá a aeronave evoluir do solo até uma altitude de, no mínimo, 23 metros, podendo ainda deslocar-se horizontalmente 15 metros em qualquer direção. A Marinha acha que a concepção do XFV-12A está no mesmo estágio do Hawker P 1127 quando em 1960. Permanece a expectativa se a asa de empuxo aumentado poderá servir de base para uma futura geração de aviões de combate.

O SUPERSÔNICO HARRIER

Considerando-se a potencialidade do empuxo vetornado, seria viável ao projeto Harrier ser aprimorado em fases sucessivas além do AV-8B para proporcionar à Marinha norte-americana uma aeronave de ataque supersônica V/STOL. A participação britânica em qualquer tipo de programa de longa duração como este, dependerá da decisão dos seus chefes.

Caso a RAF decida por uma aeronave puramente convencional ou uma com limitada capacidade STOL, então todo o futuro do empuxo vetornado estará sob a responsabilidade dos Estados Unidos.

Os passos seguintes, depois do Sea Harrier e o AV-8B, poderão ser o de uma aeronave naval baseada no AV-8B, mas dotada do sistema de armamento do F18 e, em seguida, de uma outra supersônica, com a sua célula totalmente redesenhanhada. A chave para isto poderá estar no desenvolvimento do motor Pegasus da Rolls-Royce, utilizando-se do sistema de queima total nas câmaras dos escapamentos dianteiros. Neste caso, o atual Pegasus 11 produziria 29.000 lbs de empuxo e o projetado Pegasus 15 atingiria 33.000 lbs com requeimador e queima total nas câmaras.

Os custos, sem reajustes, para a construção da célula e motor para o Harrier Supersônico nos anos 90 são estimados em 1 bilhão a 1,5 bilhão de dólares.

Olhando para o passado, o mais lamentável erro cometido no campo das aeronaves V/STOL provou ter sido o cancelamento total do Hawker Siddeley P 1154 em 1965. Se o programa tivesse continuado em bases de pesquisa e desen-

volvimento de protótipo, teríamos agora, uma combinação célula-motor em disponibilidade com um sistema de "queima total na câmara" comprovado. Os problemas de erosão no solo e ingestão de ar quente também já estariam resolvidos.

CONCLUSÃO

Faz, atualmente, quinze anos desde que o Hawker P 1127 KESTREL introduziu a técnica pioneira de empuxo veteado nas decolagens e poucos verticais, o que conduziu ao desenvolvimento da aeronave de combate V/STOL. O trabalho no projeto VTOL de asa fixa, como vimos, iniciou-se antes disso, mas a simplicidade do Harrier tornou o projeto praticável pela primeira vez.

Nos anos intermediários, a sorte das aeronaves de asa fixa, de pouso e de decolagem vertical, flutuou consideravelmente desde um pensamento inicial de que sua concepção poderia ser a panacéia mundial, passando por períodos de maiores dúvidas quanto a ser ele nada mais do que um brinquedo de mágico e até a realidade atual, em que está comprovada a sua efetiva participação.

Embora os ingleses fossem capazes de obter sucesso com o Harrier, também tiveram seus desapontamentos e enveredaram por caminhos errados. Contudo, seus fracassos foram menores se comparados com os dos americanos e alemães ocidentais.

O maior problema naqueles dias longínquos, teve origem no ponto de vista errôneo de que qualquer projeto poderia ser realizado através do emprego maciço da tecnologia, esquecendo que a aviação, como qualquer outra atividade, deve estar de acordo com a realidade presente.

Algumas idéias, como a operação V/STOL nos centros das cidades, caíram por terra quando se reconheceu que o sistema total (inclusive o precioso terreno supervalorizado) acarretaria custos exorbitantes. O barulho e os problemas de segurança também eram praticamente insolúveis.

Mesmo a Real Força Aérea achou elevado o custo de operação dos Harrier de locais dispersos, porém o desembolso poderia ser recompensado sob o ponto de vista tático. Na realidade, foi o Corpo de Fuzileiros Navais norte-americano que garantiu com a concepção do empuxo veteado não se tornasse uma das ruas sem saída no setor da indústria aeronáutica, quando descobriu que o Harrier preenchia suas necessidades particulares.

Hoje, a potencialidade V/STOL é reconhecida, especialmente no setor marítimo, conforme ficou evidenciado com o surgimento da aeronave de combate Forger soviético e a evolução do Harrier.

A Marinha norte-americana tem planos de maior alcance no sentido de equipar seus navios-aeródromos, grandes ou pequenos, somente com aeronaves de combate V/STOL de asa fixa.

Nova tecnologia tornará possível maiores avanços neste campo. É do consenso geral, de que todas as aeronaves atualmente em serviço, ou sendo desenvol-

vidas para emprego operacional, estão baseadas em uma tecnologia de dez a quinze anos atrás. Atualmente, a única inovação radical é o Rockwell XFV-12A, e será muito interessante observarmos seu comportamento no futuro.

BIBLIOGRAFIA.

- Jane's All the World Aircraft — 1957-1958.
- Jane's All the World Aircraft — 1962-1963.
- Jane's All the World Aircraft — 1974-1975.
- Intervista — 1/1977.
- The Encyclopedia of Air Warfare — 1978.
- Flight International — 3 de outubro de 1974.



A PRESENÇA DE CUBA

Therezinha de Castro

Bacharel e licenciada em Geografia e História pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Professora de História do Colégio Pedro II, professora de Geo-história da Faculdade de Humanidade Pedro II.

Geógrafa do IBGE e do Instituto Brasileiro de Geografia (Política Internacional).

Membro da Sociedade Brasileira de Geografia, diretora do setor de Geografia e História do Instituto Brasileiro de Estudos Artísticos. Sócia efetiva do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

Desde sua origem, há pouco mais de trinta anos, o Tratado do Rio de Janeiro de 1947, mais conhecido pela sigla TIAR, apóia-se no princípio tático de que só os Estados Unidos tinham capacidade de projetar uma presença militar efetiva sobre qualquer rincão do hemisfério. Passados aqueles anos, vemos não só que os tempos, mas também os conceitos, mudaram.

Considerando a América Latina como ponto pacífico, os Estados Unidos dela se afastaram e, por ignorarem certas tendências, ajudaram a implantar em Cuba a suposta "democracia castrista" para salvar a ilha da "ditadura de Batista".

Assim, em 1960, Cuba se transformava numa cabeça-de-ponte para o comunismo, abalando a paz no continente. No entanto, quando em 1967 Che Guevara foi morto, ao pretender desencadear um movimento pró-comunista na selva boliviana, a exportação da revolução por parte de Cuba ficou desacreditada. Foi abandonada por Fidel Castro, que a considerou como atitude "romântica" num tempo imaturo para a "revolução social" latino-americana.

O rompimento econômico-político com Cuba fora decretado em 1962 pela OEA; expulsa e declarada "um problema do hemisfério", os 24 membros da OEA, com exceção do México, executaram a política de boicote e embargo ao governo de Havana.

Nove anos depois (1971), Galo Plaza, Secretário-Geral da OEA, afirmava que o bloqueio a Cuba não havia sido construtivo nem eficiente. No ano seguinte (1972), o Peru, sob influência de uma revolução de tendência esquerdistas, propunha ao Conselho Permanente da OEA que fosse concedido a cada país o direito de optar. A proposta foi rejeitada, mas estava aberto o caminho para reaproximações que criaram tensões unilaterais. Em 1975, vários países americanos, entre os quais a Argentina e o Chile (sob os governos Allende e Peron), que haviam rompido relações diplomáticas com Cuba, reataram-nas.

Os tempos passaram. Tão logo assumiu o governo, Carter começou a estudar as possibilidades de uma aproximação com Cuba, sem comprovar antes se havia real espírito de reciprocidade. Através de Cyrus Vance, a administração Carter mostrava-se disposta a discutir o reatamento dos laços rompidos em 1961, "sem pré-condições".

Na mesma época, em nome de um suposto "liberalismo", voltavam-se os Estados Unidos com sanções contra o Chile, o Uruguai e a Argentina, pretextando a violação dos direitos humanos, que os crédulos políticos estadunidenses não viram, ou fingiram não ver, em Cuba, quando para lá foram enviados como emissários públicos.

Por várias razões, o Brasil, como potência emergente que busca seu próprio destino, acabou, em março de 1977, por denunciar o Acordo de Assistência Militar com os Estados Unidos.

Os tempos são outros e, a despeito do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca assinado no Rio de Janeiro, os grupos que dominam atualmente os países do continente, notadamente os do Cone Sul, acusam os Estados Unidos de abandono de seus verdadeiros aliados com o consequente colapso de seu papel histórico. Colapso que os fatos passam a comprovar.

Quando o exército cubano se envolveu em Angola, os Estados Unidos, por força de uma suposta democracia, se mantiveram dentro do escapismo sem vontade. Não podendo, por ação do Congresso, atuar em Angola ao lado de Holden Roberto, o então embaixador dos Estados Unidos na ONU declarava como "fator de estabilidade a presença em Luanda das forças castristas".

Pouco depois, Cuba intervém na Cornucópia Africana, na disputa bilateral Etiópia-Somália, dando a vitória para Adis-Abeba. De nada valeram então as ameaças da Casa Branca, pois Cuba, com o aberto apoio russo, desafiou o "Tio Sam". Em se tratando de opinião pública, ficava claro que Havana não transgrediria em nada o direito internacional, já que o governo de Adis-Abeba havia solicitado a ajuda cubana para repelir uma invasão somali, estrangeira.

Faltou, para Angola e para a Somália, o imprescindível apoio dos Estados Unidos.

Combatentes internacionais, os cubanos orgulham-se de haver demonstrado que têm capacidade, como disse Fidel Castro, de "marchar para um lugar remoto e lutar ali como se estivessem em seu próprio país".

Hoje, Carter parece que já começa a ver as tropas cubanas como forças mercenárias a serviço da Rússia. Dedicação tardia, só aceita para quem sempre ignorou a dedicação de Fidel Castro ao "movimento revolucionário internacional".

A recente invasão cubana na província de Shaba, no Zaire (maio de 1978), levou a França a agir imediatamente. Estando, na ocasião, de passagem por Estocolmo, Kissinger disse muito bem que "o mundo livre tem hoje uma dívida de gratidão para com o Presidente Valery Giscard d'Estaing". A França, com seu governo centralizado e de poderes concentrados, deu notável exemplo de ação rápida quando esta rapidez tanto se impunha.

Em contrapartida, o democrático Congresso dos Estados Unidos está acabando com a liderança de seu país, pois as palavras não resolvem e a burocracia entraiva a ação. Embora o Presidente Carter tenha dito que "a Aliança Atlântica não deve limitar suas atividades à Europa, porque nos últimos anos o poder soviético se expandiu para além da área do Atlântico-Norte", que fizeram os Estados Unidos nestes últimos anos senão permitir, por "omissão democrática", essa mesma expansão?

Explica-se essa omissão, se levarmos em conta a mudança do equilíbrio do poder, em favor do Congresso, com Watergate. Desde aí, como reação, o Congresso colocou-se como um obstáculo permanente para a Presidência. Desde então, a Casa Branca sente a perda do poder, repartindo-o de modo muito desigual com um Congresso independente, onde, no caso atual da Presidência Carter, os próprios Democratas não apenas questionam o poder presidencial como se opõem a seus programas.

Ante a ditadura do Legislativo, os limites de ação do Executivo passaram a ser muito restritos nos Estados Unidos. Dentre as restrições do Congresso à autoridade presidencial podemos destacar a chamada *Lei dos Poderes de Guerra*. Limitando a ação do Presidente, essa lei concorre para afastar os Estados Unidos, cada vez mais, do cenário internacional, mesmo quando sua presença se faz necessária. A oposição do Congresso à venda do jato F-15 à Arábia Saudita, por exemplo, frustrou a estratégia diplomática dos Estados Unidos no Oriente Médio, onde mede suas forças com a União Soviética.

A Restrição da Seção 25 proíbe a assistência, durante o ano fiscal de 1978, a operações de natureza militar ou paramilitar no Zaire, a menos que o Presidente justifique-a no prazo de 60 dias perante o Congresso. Ora, se o Presidente Giscard d'Estaing fosse esperar pela justificativa, as atrocidades no Zaire continuariam e se perderia a preciosa província de Shaba. É um caso real para se

concluir que se é democracia o que existe nos Estados Unidos, então a democracia está obsoleta.

Foram as Restrições (Seção 620-B e Seção 406) que levaram o Cone Sul a se afastar militarmente dos Estados Unidos. E foi a Restrição Seção 404 que fez Angola cair sob tutela cubano-soviética.

Dante de tais Restrições, Cuba também minou o monopólio dos Estados Unidos no que diz respeito ao equilíbrio do poder numa disputa binacional latino-americana. Defendendo perante a Comissão de Relações Exteriores do Congresso dos Estados Unidos a presença cubana em Angola, o Professor Gerald Bender afirmou: "os angolanos precisavam de ajuda e escolheram os cubanos". Será porventura, válida a mesma justificativa, se numa nova situação similar a que se deu em 1965 na República Dominicana, vierem os comunistas a pedir o apoio de Cuba?

Sabemos que Fidel Castro comanda um exército equipado com as mais modernas armas russas. Sabemos, também, que a América Latina destina uma percentagem muito diminuta de seu Produto Nacional Bruto para os armamentos; percentagem considerada ínfima, se comparada à de qualquer outra região em desenvolvimento.

Sabemos que Cuba tem submetido, ultimamente, suas forças a constantes "batismos de fogo". Sabemos ainda que a última vez em que exércitos latino-americanos participaram de batalhas modernas foi na Segunda Guerra Mundial (Brasil) e na Guerra da Coréia (Colômbia).

Dante dos fatos, será mais que justo a todo Chefe de Estado-Maior latino-americano argumentar que seu país deve estar preparado para fazer frente à capacidade bélica cubana. É um fato a presença cubana. Dia a dia, Cuba vem projetando uma grande soma de dúvidas sobre o Pacto do Rio de Janeiro, de 1947, a pedra angular da estabilidade latino-americana.



A ESTRATÉGIA SOVIÉTICA EM 1978

Jean Louis Gahery

Anova constituição da URSS, adotada em 7 de outubro do ano passado, estabelece, em seu preâmbulo, que "a Grande Revolução Socialista de Outubro... criou o Estado Soviético, instrumento essencial de defesa das conquistas revolucionárias, da edificação do socialismo e do comunismo. A humanidade, em escala mundial, atingiu uma fase histórica da transição do capitalismo para o socialismo".

Esta dupla evocação de defesa da pátria do socialismo e da missão que a Rússia se atribui em relação a toda a humanidade mostra bem a ambigüidade de estratégia geral da União Soviética. É, ao mesmo tempo, a de um Estado poderoso e a de uma ideologia que não conhece fronteiras. Torna-se, pois, difícil discernir seus objetivos e seus meios. Além disso, em uma empresa de tal natureza, não é nada fácil fazer abstração de qualquer elemento passional.

Os soviéticos, sempre ciosos da arte de guardar segredo de suas intenções e de seus meios, neste caso não fazem mistério do que pretendem a longo prazo. Basta que disparmos suas declarações da fraseologia que se envolve e não taxá-los

de duplicitade, porque negligenciamos ao traduzir claramente o que eles exprimem em uma linguagem já agora bastante conhecida, a ponto de se projetar sobre a nossa.

Por mais curioso que isso possa parecer, tendo em conta a colossal potência militar que edificaram, eles continuam a se julgar ameaçados. Desejam a Paz, proclamam isso, e são sinceros. Todavia, não perdem nenhuma oportunidade de estender sua influência e sua presença no mundo, sempre porém, dizem eles, a pedido de um Estado soberano e dentro dos limites territoriais desse Estado. Se pedirem, eles partem... porém não partiriam de Praga ou de Berlim e suas tropas entrariam na Rumânia se o regime comunista estivesse aí ameaçado.

Tudo isso é coerente, pensamos poder demonstrá-lo nas linhas que se seguem, e poderá parecer tranquilizador.

Entretanto... da mesma forma que a natureza, no século XVII, tinha horror ao vácuo, a estratégia soviética tem horror ao vácuo político e militar, aparentando-se, dessa maneira, ao imperialismo colonial do século XIX. Mas um dia um vácuo que ela desejasse preencher poderia mostrar-se imperfeito. E... perguntamos nós, o que aconteceria se tal vácuo fosse diretamente ameaçado?

Dados Permanentes da Política Russa

O Estado soviético, sucessor do Império dos Czares, permanece sendo um Estado russo cujo povoamento e a geografia física influem sobre a política do regime, qualquer que seja este.

Seus reflexos atávicos, apesar do desenvolvimento atual de suas forças navais, são os de uma potência continental típica que pode ser definida do seguinte modo: potência na qual a geografia não lhe impõe limites definidos. Seu território esteve sempre aberto a invasões e ingerências que prejudicaram a realização de sua unidade. Seu dispositivo de defesa está sempre sendo exigido para que avance, pois essa potência sonha com um escudo protetor. Tal dispositivo tem a tendência a se expandir e visa à hegemonia sobre seu continente.

Toda potência continental tem seu apogeu; é a França da Monarquia, da Revolução do Império, é o Santo-Império, depois a Alemanha de Bismarck a Hitler, em nossos dias é a União Soviética e futuramente, sem dúvida, será a China.

O complexo obsidional, próprio de uma potência continental, foi sempre uma característica dominante do Estado russo que, desde a sua criação, teve que resistir aos invasores, tanto de Leste como de Oeste e do Sul: tártaros, escandinavos, poloneses, turcos, franceses e alemães.

Isso gerou nos russos uma certa desconfiança em relação ao estrangeiro, sobretudo em relação aos ocidentais, em seguida ao cisma religioso do século XI.

As intervenções estrangeiras durante a guerra civil, depois a agressão hitlerista só fizeram reforçar a obsessão de segurança entre os dirigentes do país.

Essa desconfiança em relação a estrangeiro se alia a um messianismo nacional cujas raízes são de qualquer patriotismo. O russo tem um profundo amor a sua terra e, meio confusamente, a seu país — a Santa Rússia — ao qual atribui um destino privilegiado. Porém seu fatalismo, suas tendências anárquicas e sua indolência, que são a contrapartida de sua docilidade, não permitiram a realização desse destino senão ao preço de sua submissão a um poder forte, até mesmo tirânico.

No interior, todavia, esse Poder sempre se chocou com o problema das nacionalidades. A diversidade das populações do Império havia levado os czares a praticar uma política de assimilação, que fracassou. Na União Soviética, a partir de 1917, a ideologia totalitária a serviço do Estado constitui um fator de unidade indiscutível. Um patriotismo russo. O problema, no entanto, se reveste de novos aspectos, com o aumento da proporção de outros, não russos, à população.

Para desempenhar o papel que estimava ser o seu, esse Estado continental buscou, com toda perseverança possível, acesso aos mares livres. Somente no início do século XVIII é que o Estado Russo teve acesso ao Báltico e, meio século após, ao Mar Negro apesar de ter atingido o Pacífico Norte desde antes do fim do século XVII.

O século XIX foi marcado pelas tentativas de acesso ao Mediterrâneo, favorecidas com o desmembramento do império turco e a vassalagem dos Estados cristãos dos Bálcãs.

Isso se constituiu, entretanto, em um revés. Porém no século seguinte, o fim dos impérios coloniais e o recuo da influência ocidental deram à União Soviética a possibilidade de desenvolver sua influência para além dos Estreitos, no Mediterrâneo Oriental, e, também além do Suez, no Oceano Índico.

Esse esforço, conduzido pelos sucessores daqueles que haviam "reunido" a terra russa, representa em realidade a manifestação de um imperialismo de grande potência. Bloqueado na Europa pela linha de demarcação histórica entre a civilização bizantina e a latina, o Império Russo desenvolveu sua política expansionista na Ásia até o encontro com os imperialismos rivais: o japonês e o britânico.

O surgimento do regime soviético em nada mudou essa tendência. A vitória de 1945 permitiu à URSS afastar os limites ocidentais de sua zona de influência até o Elba e, posteriormente, até os Montes da Boêmia. Na Ásia, após estabelecer um protetorado de fato sobre a Mongólia Exterior e haver arrancado alguns territórios ao Japão, enfrenta atualmente a contestação da China.

Contribuição da Ideologia

Tendo a Revolução do Proletariado nascido na Rússia e não nos países industrializados ocidentais, conforme haviam previsto Marx e Engels, os dirigentes soviéticos tiveram que se lançar à tarefa de construir o socialismo em um só país. Assim, na época de Stalin, o internacionalismo visava a proteger a URSS, base do

movimento revolucionário. Até hoje o caráter da Revolução mundial vem sendo proclamado sem cessar. Suslov, o ideólogo do Partido, ainda a 22 de outubro de 1974 em Tachkent anunciaava: "o triunfo do mundo inteiro do marxismo-leninismo, do socialismo e do comunismo" e adiante proclamava que "o processo revolucionário mundial é irreversível".

Como vemos ao messianismo nacional russo se junta o messianismo revolucionário.

O "Movimento de Libertação Nacional" dos povos oprimidos atrai muito particularmente a atenção dos soviéticos, para quem tais movimentos inserem na típica luta de classes. A intervenção da URSS a favor de tais movimentos varia muito segundo o local, época e em função da análise da relação de forças. O XXV Congresso do PC, levado a cabo em fevereiro de 1976, após a intervenção cubano-soviética em Angola, deu ênfase a esse apoio em seu programa. Aliás ela está consignada na Constituição (cap. IV) e reza: "A política exterior da URSS visa a apoiar os povos em luta por sua libertação social e progresso social".

O objetivo final, entretanto, permanece sendo o da edificação do comunismo, que necessita do aumento e acúmulo de riquezas sociais durante a etapa intermediária da sociedade socialista. Trata-se, pois, de construir um forte componente econômico e ao mesmo tempo evitar sua destruição no confronto com o capitalismo.

Assim é que Kruchev declarava em 1960: "Temos todos os motivos para pensar que atingiremos nosso objetivo entre 1975 e 1980, desde que não haja guerra".

Tratava-se ali de uma considerável evolução, pois, desde Lenine e durante quarenta anos, as guerras tinham sido encaradas como inevitáveis, já que eram inerentes ao sistema imperialista. Para Kruchev, e a doutrina não mudou depois dele, a guerra pode e deve ser evitada.

Essa reviravolta foi devida à evolução da situação a partir de 1945, às conclusões que se impunham diante da realidade nuclear e, também, pela necessidade, para os dirigentes da URSS, de tirar o seu país do subdesenvolvimento econômico para responder às aspirações, cada dia mais permanentes, de seu povo ao bem-estar.

Nikita Kruchev, desde 1959, no XXI Congresso do PC, lançava seu slogan: "em 1970 alcançar os Estados Unidos no consumo per capita". Mais ou menos na mesma época ele previa atingir o supremo objetivo, isto é, a sociedade comunista na URSS, em 1980.

É importante atentar para o fato de que esta nova concessão do problema da guerra e da paz iria tornar-se uma das causas — ou dos pretextos — para a ruptura entre Moscou e Pequim. Um fator novo e particularmente importante iria assim estar presente na elaboração da estratégia soviética.

Finalidade e Princípios da Estratégia Soviética

A finalidade do regime soviético, sempre reafirmada pelos seus dirigentes, é, conforme vimos, a edificação do comunismo. A essa finalidade eles não poderiam renunciar sem que perdessem a confiança dos povos aos quais prometeram um mundo melhor.

Será que esperam ainda alcançar esse objetivo, em futuro previsível, quando os países do Leste também sofrem os efeitos da crise mundial e o dogma do contínuo progresso material se acha em compasso de espera pelas perspectivas da penúria de energia, em prazo mais ou menos longo, pelo menos no que atinge a fontes não renováveis? Não é provável. Eis por que, sem dúvida, Brejnev apontou a seus compatriotas uma etapa intermediária, que é a da "sociedade socialista desenvolvida" definida na Constituição de 1977.

Haja o que houver, o sistema soviético necessita vencer na competição permanente que trava com o sistema liberal, denominado "capitalista", e isso a despeito da crescente ameaça que representa o crescimento, como potência, da nova China.

O princípio essencial ao qual obedece a estratégia soviética é pois o desejo de poder, que, aliás, traduz o tradicional imperialismo russo e o messianismo nacional. Trata-se para a URSS de afirmar seu status de *Superpotência*, de não somente igualar os Estados Unidos mas o conjunto de seus inimigos potenciais e aí obter a superioridade absoluta.

O princípio encontra sua aplicação no desenvolvimento de suas forças armadas, igualmente nos esforços consagrados a realizações de prestígio, como a do lançamento do primeiro satélite, em 1957, e do primeiro homem ao espaço, em 1961, e, sobretudo, no esforço de desenvolvimento econômico do país, embora este com menor sucesso.

O apoio aos Movimentos de Libertação Nacional e a penetração no Terceiro Mundo promanam, igualmente, desse período. Assim é que Brejnev, em 25 de outubro de 1976, no Pleno do Comitê Central, declarava: "Os Estados Unidos deverão levar em conta a relação verdadeira entre as forças do mundo para determinar sua política, notadamente na África, onde a recente evolução reforçou as posições do campo socialista".

A segurança interna e a externa permanecem, porém, como a constante obsessão dos dirigentes soviéticos, cujos objetivos poderiam ser comprometidos se uma parte de seu dispositivo fraquejasse.

Enfim, os objetivos estratégicos devem ser atingidos evitando-se um conflito maior e levando em conta que qualquer conflito marginal pode degenerar em conflito maior. Isso implica o recurso à estratégia indireta, de que as recentes intervenções na África são uma magistral demonstração.

Objetivos a Médio Prazo

Os objetivos da política soviética são fixados tradicionalmente por ocasião do Congresso do PC e são válidos, em princípio, por cinco anos.

A nova Constituição, obra pessoal de Brejnev, confirma, em seus 174 artigos, os objetivos que o Secretário-Geral, igualmente Chefe de Estado desde 16 de junho 77, havia tido a intenção de determinar para a política de seu país na atual etapa histórica que atravessa. Eles podem ser enunciados em quatro proposições, a saber:

- garantir a segurança do regime e do Estado na URSS;
- conservar sua tutela sobre os países do Leste europeu, em nome do "internacionalismo socialista";
- "reforçar as posições do socialismo mundial", isto é, estender a influência da URSS além dos limites atuais e controlar, o mais cerradamente possível, o movimento comunista internacional;
- elevar o nível de vida do povo soviético.

De um modo geral trata-se, para os dirigentes soviéticos, de elaborar um conjunto de forças que lhes seja favorável em todos os campos: político, ideológico, econômico, social e militar.

Uma Política adaptada — Da coexistência pacífica à "détente"

Os Princípios

Foi em 1956, no XX Congresso, que a política adaptada aos objetivos estratégicos da URSS foi definida sob a denominação de coexistência pacífica. Tal política comportava dois aspectos:

- a emulação econômica entre Estados de sistemas sociais diferentes;
- o prosseguimento da luta ideológica.

"A coexistência de Estados com sistemas sociais diferentes é uma forma de luta de classes entre o socialismo e o capitalismo." (Resolução dos 81 partidos em 1960.)

As deficiências dessa política apareceram progressivamente, no campo econômico, durante os dez anos de governo de Kruchev, ao mesmo tempo em que se acentuava o antagonismo entre a URSS e a China. Com Brejnev, a partir de 1964, tomou corpo a necessidade de acrescentar-lhe uma terceira opção, a da *cooperação econômica com o Ocidente*, ao mesmo tempo que se revigorava a tendência ao entendimento com os Estados Unidos visando a eliminar os riscos de uma guerra nuclear.

Consignada na Constituição, a coexistência pacífica produziu, a partir de 1970, segundo Brejnev, "mudanças felizes no mundo" conhecidas pela denominação de "détente".

As Implicações

a) De acordo com os objetivos estratégicos já enunciados, a "détente" implica, antes de tudo, a consolidação do *status-quo territorial e político*, na medida em que este for favorável à URSS. Isso implica:

- a intangibilidade das fronteiras resultantes da Segunda Guerra Mundial. Na Europa, após vinte anos de esforços, a URSS obteve a 30 de julho de 1975 o reconhecimento oficial e tão solene quanto possível (no mais alto nível) das fronteiras dos Estados socialistas. Mais a Leste, após a implantação de um estado de tensão permanente com a China, isto é, a partir de 1969, ela desenvolve esforços tendo em vista o estabelecimento de um sistema de segurança coletiva na Ásia (verdade é que sem grande sucesso), dos países interessados em não se indispor com Pequim;
- a manutenção do equilíbrio político bipolar (URSS x EUA), consagrado pelo acordo sobre a prevenção da guerra nuclear de 1973. A URSS é particularmente hostil à idéia de uma Europa política, que seria um elemento perturbador desse equilíbrio.

b) *Cooperação econômica*. A cooperação econômica com o Ocidente deve permitir à URSS acelerar seu desenvolvimento graças à tecnologia importada.

c) *Reforço da luta ideológica*. É indispensável, para evitar o risco de contágio de idéias liberais e para garantir a estabilidade interna, manter sob tutela os países situados na zona de influência da URSS, em nome do internacionalismo do proletariado. Justifica-se, dessa maneira, no quadro da coexistência pacífica, qualquer intervenção soviética para "defender as conquistas do socialismo", como ocorreu na Tchecoslováquia em 1968. Isto constitui, nada mais nada menos, a doutrina da soberania limitada, que foi institucionalizada na nova Constituição da República Democrática da Alemanha, em outubro de 1974.

d) *Extensão da influência soviética*. Fora das zonas cobertas pelos pactos e onde os interesses vitais de seu "sócio-adversário" não estiverem em jogo, a URSS se engaja abertamente para assegurar os regimes que aderiram a sua ideologia. Tais foram os casos do Vietnã, Laos e Angola. Esse é o caso atual da Etiópia. Em Cuba, após o revés de 1962, foi sua ajuda econômica que possibilitou a permanência do regime de Fidel Castro.

Esse é um aspecto essencial da estratégia indireta da URSS, que, progressivamente, "ocupa o terreno" e visa, dessa forma, a reduzir a liberdade de ação de seus rivais, reforçando sua própria segurança e assegurando em prazo mais longo, uma posição dominante no mundo. Além disso, mais ou menos discretamente, porém com perseverança, a URSS utiliza uma política de presença, graças à ajuda

econômica, técnica e militar (verdade que raramente gratuita) que leva os países em via de desenvolvimento e graças, também, a sua marinha e frota pesqueira.

Zonas e Eixos de Esforço

Sucedendo à guerra fria, a coexistência pacífica não modificou a zona na qual se exerce, de maneira prioritária, o choque Leste-Oeste. A Europa, berço da civilização industrial, região de maior densidade de massas populares evoluídas, com 460 milhões de habitantes, é o continente onde a URSS deve defender ao mesmo tempo suas conquistas territoriais de 1945 e as "conquistas do socialismo".

No Terceiro Mundo, na região do Mediterrâneo oriental e do Oriente Próximo, prolongada além do Suez para o oceano Índico e a Ásia meridional, situa-se uma das encruzilhadas do Mundo. O Ocidente ali tem interesses vitais e para a URSS é o local onde se situa o prolongamento moderno do eixo de esforço tradicional russo e a mais curta rota marítima entre seus territórios europeus e suas províncias do extremo oriente. É, enfim, uma região na qual a União Soviética deve conter a expansão da influência chinesa em direção ao subcontinente Indiano e à África Oriental.

A descolonização portuguesa, a revolução na Etiópia e as novas ameaças que pesam sobre os regimes brancos levaram a URSS a aproveitar a conjuntura favorável e aumentar suas ambições na África. Tirando partido das ambições de Fidel Castro e da ajuda que fornece a Cuba há quinze anos, a União Soviética empregou um exército do Terceiro Mundo em proveito direto de sua política.

Os esforços da URSS para conservar o controle do comunismo internacional e assegurar a integridade de seu território asiático a obrigam a se proteger contra a heresia chinesa e ao "chauvinismo de grande potência" da China. A rivalidade sino-soviética, bastante antiga na Ásia meridional, é todavia mais patente nos países do Sudeste asiático, sobretudo depois do retraimento americano. Manipulando velhos antagonismos, a URSS pôde fazer prevalecer sua influência no Vietnã e depois no Laos. Ao contrário, a China é mais bem aceita no Camboja e tenta apoiar a Tailândia, que tem um conflito latente com o Laos.

A ESTRATÉGIA MILITAR

Generalidades

Obedecendo aos objetivos de médio prazo da URSS, sua política de paz, reafirmada em todas as ocasiões, a estratégia geral só apresenta atualmente aspecto offensivo no domínio ideológico e em uma região geográfica, que é a África, onde militares soviéticos desempenham o papel de conselheiros ou de especialistas.

A URSS mantém, apesar disso, fora do estado de guerra, o mais poderoso exército de todos os tempos (mais de 4 milhões de homens) e o dota de material cada dia mais moderno e aperfeiçoado. Consagra 11% de seu PNB a ele, enquanto que os EUA gastam 6% e a França 3%. Esse exército tem em torno de si, no seio do

Pacto de Varsóvia, os exércitos dos países-satélites europeus (1 milhão de homens) e não dispensou nem a mobilização de duas divisões mongólicas.

A doutrina militar, expressa no trabalho "ESTRATÉGIA MILITAR", feito sob a direção do Marechal Sokolowski entre 1962 e 1968, é ofensiva e prescreve mesmo qualquer conceito de "defesa estratégica".

Não é pois sem razão que os soviéticos atribuem a sua potência militar a possibilidade de evitar o recurso à guerra pelas "forças de agressão" conforme disse em 28 de janeiro de 1975 o Marechal Gretchko, já falecido. Em um discurso lembrava ele as missões do exército soviético:

- "preservar a Pátria das investidas agressivas de seus inimigos;
- garantir, juntamente com os exércitos dos países socialistas irmãos, a defesa de toda a comunidade socialista;
- ser um baluarte invencível de paz e de segurança no mundo".

Tais missões estão bem de acordo com os objetivos estratégicos gerais da URSS. Cada uma das forças singulares concorre para sua consecução.

As Forças Nucleares Estratégicas

As forças nucleares, garantia suprema da segurança contra uma agressão, devem no mínimo, equilibrar-se à dos Estados Unidos e de seus aliados e permitir, além disso, à URSS enfrentar a ameaça chinesa.

Sua ativação foi obra de Kruchev. Seu desenvolvimento resultou em uma espécie de bipolaridade dos Estados Unidos-União Soviética e numa corrida armamentista ao mesmo tempo danosa e perigosa para os dois países.

Os soviéticos acordaram com os americanos em um princípio de limitação de armas estratégicas. É o que se propõem através das negociações SALT, que prosseguem.

Para a URSS trata-se, segundo Brejnev, da "busca de igualdade e de segurança recíprocas", isto é, de paridade.

A paridade nuclear concorre efetivamente para o estabelecimento de uma relação de forças favoráveis aos soviéticos, já que estes possuem superioridade no que tange às forças clássicas. Foi dentro desse espírito que o Comitê Consultivo do Pacto de Varsóvia, reunido em Bucarest em 25 e 26 de novembro de 1976, propôs aos signatários do acordo de Helsinque renunciarem a ser os primeiros a empregar armas nucleares em caso de conflito. Tal preposição foi retirada no âmbito da ONU e, posteriormente, na conferência de Belgrado.

A Europa, zona de esforço principal das forças aeroterrestres

A Europa permanece como centro de gravidade do dispositivo das forças aeroterrestres soviéticas. Cerca da metade do total de forças estacionadas a Oeste

do Ural faz face à Europa ocidental. A quase-totalidade das divisões dos países da Europa Oriental está sob o comando unificado do Pacto de Varsóvia.

O papel dessas forças, constantemente mantidas em alerta, é tríplice:

a) Assegurar a intangibilidade das fronteiras e, se necessário, desencadear uma contra-ofensiva contra um eventual agressor.

b) Assegurar, no âmbito do Pacto de Varsóvia, o enquadramento dos exércitos-satélites e o domínio soviético sobre os países da Europa oriental;

c) Ficar em condições de intervir, em nome "da defesa das conquistas do socialismo", para esmagar qualquer tentativa de desvio ou movimento contra-revolucionário.

A conclusão das negociações sobre os mísseis, nas quais os soviéticos não foram os proponentes, não foi de molde a prejudicá-los, ao contrário, eles poderiam ver sem desprazer a criação na Europa de uma zona especial na qual a liberdade de ação dos ocidentais estaria reduzida. Quanto ao retraimento de uma parte das forças ali estacionadas, tanto soviéticas quanto americanas, as consequências seriam diversas para o Leste e para os Ocidentais.

Dispositivo de dissuasão face à China

O dispositivo soviético, desde o mar de Aral até o Pacífico, é equivalente a pouco mais de um quarto da centena de divisões chinesas que lhe fazem face.

Além disso, seu dispositivo é insuficiente para permitir um ataque generalizado visando a uma prolongada ocupação do território chinês.

Mas, empregando as forças imediatamente disponíveis, eles possuem meios para desencadear operações com objetivos limitados. Deve-se notar, além disso, que a indústria chinesa, muito concentrada nas províncias de noroeste, é particularmente vulnerável.

O reforço do dispositivo soviético é possível, e certamente está previsto, mas não permitiria modificar a natureza das ações contra a China a que nos referimos. Seu ponto fraco é a logística, tributária de uma ferrovia moderna porém muito vulnerável. O dobramento da Transiberiana por Baikal-Amur, a 500 km mais ao norte, foi iniciado com o pretexto confessado de favorecer o desenvolvimento econômico do Extremo-Oriente soviético. Isso porém não deixa nenhuma dúvida no espírito dos chineses, que conhecem o pensamento estratégico dos responsáveis pela URSS.

As forças armadas e a estratégia indireta. Papel da Marinha e da Aviação de Transporte.

As operações militares no Extremo-Oriente durante a Segunda Guerra Mundial puseram em evidência a importância da Ásia Meridional na estratégia dos

ocidentais face a um inimigo que ocupe grande parte da China e do Sudeste Asiático.

Face ao perigo chinês, o subcontinente indiano adquire uma importância muito grande para os soviéticos, que ali têm mantido um vigoroso esforço de penetração. A Índia lhes é favorável; o conflito indo-paquistanês latente e, de modo geral, a instabilidade política que ali reina podem permitir-lhe novas oportunidades de ingerência.

A penetração na Ásia Meridional surge também como um objetivo geográfico de um esforço que, a partir do Mediterrâneo oriental, toca os países árabes e a costa oriental da África.

Nesse esforço de penetração em países ribeirinhos do Mediterrâneo Oriental e do oceano Índico, a marinha desempenha um papel privilegiado, assegurando a presença permanente e veiculando a influência soviética. Quanto à Marinha Mercante, em rápida expansão, concorre não só com a penetração econômica mas também com a militar, assegurando as entregas de armamento e material.

A esquadra, todavia, não tem como única tarefa a penetração pacífica, pois participa da dissuasão nuclear e, em caso de crise, permitirá aos soviéticos ameaçar seriamente a liberdade de ação de seus inimigos. É suficiente recordar que com seus aproximadamente 300 submarinos e mais de mil navios de combate, a Marinha soviética, articulada em quatro esquadras independentes (Báltico, Mar Negro, Ártico e Pacífico) é a segunda do mundo. Nunca na história uma potência continental dispôs de semelhante força naval.

A aviação de transporte, civil e militar, desempenha um papel análogo e presta grande apoio em período de crise. Foi assim que, por duas vezes, em dois anos, a URSS organizou operações de apoio logístico por via aérea, para Angola (1975-1976) e para a Etiópia (Nov e Dez de 1977), tendo em vista manter os regimes sujeitos a sua ideologia.

Conclusão. Obstáculos e Perspectivas

A estratégia soviética resulta de um conjunto de concepção coerente. A vontade de ação dos dirigentes é inabalável e a docilidade do povo russo não tem paralelo, pelo menos enquanto ele se sente guiado por mão firme. Por isso deve-se pensar que os objetivos gerais que foram definidos serão perseguidos com tenacidade.

Todavia não se deve subestimar os obstáculos e as resistências que essa estratégia encontra e que contribuem, pelo menos no momento, para a manutenção do equilíbrio internacional.

Na primeira linha de obstáculos deve-se citar o sistema econômico que permitiu a demarragem de um país atrasado mas que se mostra cada dia menos adaptado ao desenvolvimento de uma grande e moderna potência em todos os campos. Sessenta anos após a Revolução de Outubro e apesar da enorme propor-

ção da população ativa empregada na agricultura (26% contra 14% na França e 5% nos Estados Unidos), esse grande país agrícola não satisfaz nem às suas próprias necessidades alimentares. Na indústria, apesar dos brilhantes êxitos em certos setores em que os dirigentes haviam decidido realizar o esforço, sobretudo naqueles destinados a demonstrar o prestígio e o poder militar da URSS, a produtividade é fraca e o desperdício considerável, em virtude de vícios inerentes ao regime, tais como excessiva centralização, burocracia e irresponsabilidade nos médio e baixo escalões.

De um modo geral, o sistema de planejamento rígido atingiu na Rússia o limite de suas possibilidades devido à complexidade que é própria de uma grande economia moderna.

Entre as resistências, deve-se levar em conta a faculdade de adaptação e, eventualmente, resposta dos países de economia liberal que se oporiam às atividades expansionistas da URSS, na medida em que estas comprometesssem gravemente o futuro do Ocidente; além disso, só o vácuo ou a desordem política e militar seriam capazes de suscitar tais empreendimentos. No Terceiro Mundo, a penetração soviética pode parecer espetacular. Em realidade, povos e governos logo se mostram escabriados com a ideologia e a sem cerimônia da URSS. Assim é que, decorridos dois anos, vimos a denúncia do tratado de amizade egípcio-soviético (março de 1976) e logo (maio de 1977), a expulsão dos "técnicos" soviéticos do Sudão. Recentemente estivemos apreciando a crise nas relações somálio-soviéticas e a consequente perda das "facilidades" em Berbera. Deve ser ainda digna de nota a marcante independência da Síria em relação à Rússia, quando da intervenção armada no Líbano em 1976.

Para a União Soviética parecem mais graves ainda as resistências que ela enfrenta no próprio seio do mundo comunista. O monolitismo do bloco desapareceu com Stalin para dar lugar ao policentrismo, o que torna praticamente impossível para o Kremlin organizar uma conferência mundial dos Partidos Comunistas; a última teve lugar em 1969. Na própria Europa a direção de Moscou foi contestada não só pelos partidos denominados "euro-comunistas" mas também por alguns "partidos irmãos" presentemente no poder. A preparação da reunião dos Partidos Comunistas europeus em 1976 em Berlim foi particularmente laboriosa. O Kremlin teve que momentaneamente renunciar a citar o internacionalismo do proletariado, não conseguindo, mesmo assim, que os seus parceiros assinassem o documento final. Na maioria dos países-satélites europeus as tendências à adoção da "via própria" para o socialismo é manifesta. Em relação a países como a Polônia, Hungria e Romênia, a capacidade de manobra da URSS surge bem reduzida em relação a determinados temas. A própria República Democrática Alemã, durante muito tempo "satélite modelo", começa a apresentar problemas.

A longo prazo a URSS pode ser ameaçada dentro de suas próprias fronteiras. O regime repousa em uma ideologia que está em vias de enfraquecimento, particularmente entre jovens. Isso é tanto mais grave quanto, escudada pela ficção de um Estado Federal, e de princípios marxistas, ela permanece como um império

colonial sob direção russa. Nas camadas dirigentes do Partido e no Alto-Comando militar, a presença dos alógenos é até negligenciável. Ora, levando-se em conta o desequilíbrio no crescimento demográfico da União, os Grandes Russos (53,4% da população em 1971) serão minoritários antes de 1990 e os eslavos, em seu conjunto terão sua preponderância fortemente reduzida antes do final do século. Os povos submissos ao império dos Czares, que o regime soviético não cessou de elevar em seu nível cultural, não deixarão, por certo, de contestar a supremacia da etnia dominante.

Existe nisso um perigo que pode ser agravado pelo resplendor que a nova potência chinesa parece querer apresentar na Ásia. Os dirigentes soviéticos disso têm consciência e por tal motivo é que sua estratégia visa, em particular, a realizar o cerco pelo sul de seu vizinho asiático, para restringir sua liberdade de ação. No resto do mundo e notadamente na África, os esforços que a URSS desenvolve para modificar a relação de forças a seu favor, parecem, no momento, visar as posições ocidentais na rota do petróleo e das matérias-primas. Porém, além disso, parece que deseja se conciliar com os novos regimes socialistas antes que a China esteja em condições de poder concorrer em um terreno em que possa atrair para si a solidariedade do Terceiro Mundo.

TRANSCRITO DA REVISTA "DÉFENSE NATIONALE"

(MAIO/1978)

TRADUÇÃO DO MAJ CAV PAULO MARCOS



CONHECENDO O INIMIGO INTERNO

A. De Lannes

"A tarefa da união da juventude consiste em realizar sua atividade prática de modo que permita aprender, organizar, grupar, lutar e converter em comunistas seus membros e todos os que a reconhecem como guia. Toda a educação, toda a instrução e toda preparação da juventude contemporânea deve incutir-lhe a moral comunista."

LÉNIN — 1920

OMovimento Comunista Internacional (MCI) coloca como uma das suas tarefas mais importantes, e não menos demoníacas, a subversão da juventude. De longa data os comunistas conhecem o valor das gerações novas para o futuro de uma nação. Conquistar a juventude significa investir seguramente no sucesso do comunismo a médio ou longo prazo.

O idealismo do jovem, somado ao seu despreparo para a vida, permite uma manipulação que os comunistas realizam sem o menor escrúpulo e com a maior prioridade.

O artigo que se transcreve nesta seção é uma amostra do que os comunistas são capazes de fazer com os jovens.

O JOVEM E A SUBVERSÃO

INTRODUÇÃO

Talvez não exista, atualmente, nos países democráticos, mais sério proble-

ma de ação subversiva, por seus efeitos amplos, profundos, duradouros e de maior alcance do que a gradual e insidiosa penetração da subversão comunista no seio da juventude e, em particular, da grande massa estudantil.

Não tem escapado aos analistas mais perspicazes que os marxistas-leninistas desviaram o esforço da doutrinação política e do trabalho de propaganda do proletariado industrial para dirigi-lo sobre a mocidade, pois consideram que, em nossos dias, os jovens constituem a mais importante força social que a revolução comunista mundial pode utilizar, como detonador da luta expansionista do bolchevismo.

Mas são os próprios comunistas que o confessam. Assim, Porfirio Miranda afirma: "Nunca houve, no mundo, uma classe como a dos estudantes, tão numerosa, tão aparelhada qualitativamente de conhecimentos e de elementos de julgamento, tão independente e livre economicamente para a revolução marxista".

E Stalin explicava: "A juventude é livre do peso do passado e assimila melhor do que ninguém, os preceitos leninistas. É justamente por causa disso, por assimilar melhor do que ninguém os preceitos leninistas, que a juventude está convocada a impulsionar os desanimados e vacilantes".

A Komsomol leninista, organização política da juventude soviética, é o paradigma. É considerada como a vanguarda do movimento juvenil comunista internacional.

Em todo os países, comunistas ou democráticos, organizações ostensivas, disfarçadas ou clandestinas, procuram difundir a doutrinação comunista e conduzir os jovens aos variados caminhos do marxismo-leninismo.

Não é pois figura de retórica o afirmar-se que, em nossos dias, se travam, na área da juventude, as batalhas mais importantes dessa multiforme disputa entre os sistemas políticos.

Se fizermos um retrospecto da atividade subversiva no País, nos últimos anos, com base nos dados disponíveis nos Órgãos de Segurança e Informações, constataremos que um elevado número de jovens milita nas organizações subversivas e, mais ainda, muitos dos que hoje, em idade adulta, militam nestas organizações, foram aliciados durante a sua juventude.

No decorrer de 1975, constatou-se novamente um grande número de jovens, particularmente de nível universitário, integrando os diversos organismos do Partido Comunista Brasileiro — PCB, os quais, pode-se afirmar, sem medo de errar, constituem hoje a viga-mestra da organização. Sentindo o envelhecimento de seus quadros profissionais, o PCB criou um "Setor Jovem" e "Comitês Universitários", que nada mais significam que a reestruturação da antiga União da Juventude Comunista — UJC. Aqueles que maiores pendores apresentaram, foram encaminhados à ESCOLA DE QUADROS na URSS para Curso de Capacitação Política, isto é, para a preparação dos futuros profissionais da subversão.

Na elaboração do presente relatório foram feitas transcrições ou anexados depoimentos, cujos autores são omitidos, por razões óbvias, exceto daqueles que renegaram publicamente a subversão.

O COMBATE À SUBVERSÃO

É inegável que o Movimento Comunista Internacional — MCI — procura, por todos os meios, realizar uma campanha insidiosa e constante de solapamento da estrutura social e política do País, uma verdadeira agressão perpetrada, financiada e coordenada do estrangeiro. Este fato somente é negado por ingênuos ou por elementos interessados, por estarem diretamente envolvidos nesse processo. É por si só justificável, portanto, a atuação do Estado contra esse tipo de agressão.

Entretanto, no que concerne à subversão, há duas maneiras de combatê-la: de forma preventiva ou de forma repressiva. A primeira dirige-se às suas causas; a repressiva, às suas consequências. O ideal, por ser muito mais eficiente, é combater o mal em suas origens, impedir o seu surgimento e crescimento, em vez de procurar extirpá-lo ou combater suas perturbações após o surgimento. É muito mais seguro e eficaz imunizar um corpo, do que curá-lo após contrair a moléstia. Se no caso da doença física isso é difícil, no caso da doença social torna-se muito mais complicado.

Como dissemos, a subversão é uma doença da sociedade, cujas causas precisam ser previamente diagnosticadas. Lamentavelmente, em um país de dimensões continentais, com problemas crônicos, torna-se mais difícil tal diagnóstico.

Se as causas forem diagnosticadas e adotadas medidas preventivas efetivas, a repressão será episódica. Em outras palavras, o peso do combate, o esforço principal caberá à ação preventiva e à ação repressiva será destinado um papel secundário.

A repressão será sempre necessária, não tenhamos ilusões a respeito, pois a ação preventiva não elimina os desgarrados e os estróinas — refratários ao tratamento preventivo — os velhos militantes e os já contaminados. Entretanto, a repressão desempenhará um papel complementar, será um acessório da ação preventiva.

Após o 31 Mar 64 e o 13 Dez 68, como não poderia deixar de ocorrer, o esforço foi canalizado para a extirpação do mal. Havia um "câncer social" que ameaçava rapidamente tomar conta de todo o corpo nacional e era preciso que fosse extirpado. Teriam que prevalecer, como de fato prevaleceram, inicialmente, as medidas de caráter repressivo. Entretanto, hoje, concomitantemente com a repressão, deve ser dada uma atenção prioritária ao combate preventivo, sem o que, num futuro próximo, teremos imensas dificuldades para combater a subversão.

PORQUE O JOVEM ABRAÇA A SUBVERSÃO

Na pesquisa das razões que levam o jovem à subversão está a chave de todas as medidas que precisam ser tomadas para evitar o aliciamento do jovem inexperiente e desavisado.

Através da observação pessoal, do contato direto com os jovens, procurando estudá-los e compreendê-los, e, principalmente, na análise de seus depoimentos de próprio punho, encontramos as razões que impelem o jovem para a subversão.

Vejamos alguns casos concretos:

1) Em 1972 foi presa uma jovem universitária, em BRASÍLIA. Eis um extrato de seu depoimento:

"Fui criada numa família sem problemas. Nada me faltava: tinha o carinho e o afeto de meus parentes e um razoável padrão de vida (classe média) onde via satisfeitas todas as minhas necessidades materiais.

Nossa família podia ser classificada como uma família de padrão tradicional: o respeito e a obediência aos mais velhos, educação religiosa cristã com missas dominicais quase obrigatórias, aversão aos modismos (cabelos, roupas extravagantes, etc.), hábitos e horários rígidos, etc.

Entrei para a Faculdade muito cedo, dezessete para dezoito anos. Fiquei atrairrida com o ambiente que encontrei. Não entendia o linguajar de meus companheiros e relutava em aceitar hábitos correntes como fumar coletivamente (eu nem fumava), permitir certas licenciosidades, sair junto com rapazes, usar certos trajes, etc.

Era tachada por meus colegas de "quadrada", "retrógrada" e outros epítetos. Eles evitaram minha companhia e passei a viver numa espécie de "gelo".

Foi então que um companheiro (não é preciso dizer que era subversivo) condonou-se de minha situação e começou a me procurar. Exultei com isso. Ele então foi me ensinando, isto é, doutrinando, a seu modo, para uma nova realidade que eu desconhecia.

Paralelamente a isso os professores faziam sua contribuição: 95% dos livros recomendados eram de autores marxistas. Como perdi uma prova e estava na iminência de ser reprovada numa dada matéria, o professor exigiu de mim uma monografia baseada num livro de autor comunista, com o que me seria dado o grau necessário, o que de fato ocorreu. Eu não tive escolha. Eu não tive alternativa."

2) Em outubro de 1975, foi presa uma jovem militante do PCB, em S. Paulo. Seu depoimento não difere muito do anterior:

"Entrei para o curso de Ciências Sociais, da atual Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, em 1968. Já nessa época, preocupava-me com os problemas sociais. Meus pais sempre tiveram situação econômica regular e, como sou filha única, sempre vivi em boa situação. Entretanto, chocava-me a diferença existente entre mim e as pessoas pobres, diferença essa para a qual eu não encontrava explicações. Em parte devido a essa busca de explicações, escolhi fazer o curso de Ciências Sociais.

O ambiente que encontrei no curso foi, porém, muito diferente do esperado por mim. Havia muita agitação e pouco estudo, o que impedia um melhor conhecimento dos problemas. A grande maioria dos alunos participava das assembleias e passeatas que predominaram no ano de 1968. Desta forma, participei também.

Por outro lado, as leituras obrigatórias do curso tinham marcado conteúdo de esquerda. A cadeira de Política era a que mais se destacava nesse sentido.

Lemos, logo no primeiro ano, as seguintes obras, para citar apenas as mais importantes: uma parte da *Ideologia Alemã*, de KARL MARX, outra da *História e Consciência de Classe*, de LUKACS, e alguns capítulos de *O Capital*.

Em 1969, o curso de Ciências Sociais foi transferido para a Universidade, juntamente com os cursos de Letras e Filosofia. Durante o ano de 1968, discutiam-se abertamente, tanto nas dependências do prédio da Rua Maria Antônia — que abrigava os três cursos acima referidos — quanto nos bares adjacentes aos prédios, as teses das organizações esquerdistas. A tese que predominava de modo quase absoluto era a da ALN, de que devia-se lutar para a implantação imediata do socialismo no país, através da luta armada. Desta forma, pouco importava o estudo e a solução dos problemas escolares. Para se realizar qualquer atividade no meio estudantil, era preciso haver, preliminarmente, uma estratégia e uma tática. A estratégia era o socialismo e a tática, a luta armada.

Durante os anos de 1969 e 1970, o ambiente no curso de Ciências Sociais foi extremamente tenso. Todos tinham medo de todos e ninguém conversava com ninguém. As leituras obrigatórias do curso, sobretudo da cadeira de Política, continuaram, porém, a ter acentuado caráter de esquerda. O livro *O 18 Brumário de Luiz Bonaparte*, de KARL MARX, foi o ponto de partida obrigatório para o trabalho final do curso de Política II, em 1969.

Após um seminário realizado no segundo semestre de 1970, um grupo de estudantes, entre os quais eu me encontrava, resolveu reabrir o Centro de Estudos Universitários, Pesquisas e Estudos Sociais — CEUPES, que era o Centro Acadêmico das Ciências Sociais.

Apesar das nossas intenções, não conseguimos pôr em prática nossos objetivos. Toda vez que elaborávamos um plano de trabalho e convocávamos reuniões para debatê-lo, os grupinhos políticos, existentes nas Ciências Sociais conseguiam desviar a discussão para assuntos políticos do seu interesse. Pediam eles que a diretoria do CEUPES definisse uma estratégia e uma tática, em termos políticos, para aí enquadrar as propostas da escola. Como não tínhamos respostas às questões levantadas, os grupinhos consideravam que os nossos planos não eram válidos e o trabalho não se desenvolvia.

A dificuldade que a ausência de uma definição de estratégia e tática traziam para o CEUPES, fez com que eu me interessasse por essas questões.

Entretanto, eu não aceitava as teses sobre estratégia e tática do pessoal das Ciências Sociais, porque todas visavam tirar o estudante da faculdade.

Por volta de julho de 1971, meu ex-marido apresentou-me a JOSÉ MONTENEGRO DE LIMA ("LIMA"), dirigente nacional do Setor Universitário do PCB que passou a conversar continuamente comigo sobre a Universidade, os centros acadêmicos e as idéias do PCB sobre o meio estudantil.

Em dezembro de 1971, resolvi entrar para o PCB. Discuti, então, os Estatutos e a Resolução do VI Congresso do PCB, com JOSÉ MONTENEGRO DE LIMA,

tendo concordado suficientemente com o conteúdo dos documentos para poder militar."

A CAUSA PRINCIPAL: O DESVIRTUAMENTO NA ADOLESCÊNCIA

A adolescência é uma fase crucial na vida do homem. É neste período de sua existência que ele verdadeiramente se encaminha, se orienta, constrói os alicerces, a infra-estrutura de sua vida de adulto. Na adolescência, mais do que nunca, ele precisa de apoio e de orientação. Para uma melhor compreensão, vejamos a definição de *adolescência*, que encontramos na Enciclopédia de Moral e Civismo do MEC (página 13): "Do ponto de vista sócio-cultural, o adolescente apresenta, entre outras, as seguintes manifestações: a) aumento do espírito crítico; b) culto à personalidade; c) preocupação altruística; d) vacilação religiosa; e) afetividade transbor-dante; f) timidez e arrogância; g) Inconformismo; h) variações do excessivo entusiasmo às profundas depressões. Sobre os pais e mestres recai a delicada tarefa de canalizar, convenientemente, todas estas manifestações, ajudando o adolescente a encontrar-se a si mesmo".

No adolescente estão reunidas, numa concentração impressionante, várias, se não todas, das *condições objetivas* para o trabalho dos propagandistas e aliciadores da subversão.

Aliando-se a isso o tremendo poder de penetração e desenvolvimento que atingiu a informática nos dias de hoje, veremos um indivíduo emocionalmente instável, sensível e receptível, profundamente chocado pela diferença entre o mundo perfeito de seus sonhos e a cruel realidade do dia-a-dia.

Esse jovem, nesta situação de desarvoramento e desorientação, torna-se alvo fácil ao propagandista inimigo, ao qual não faltam argumentos tentadores e "soluções milagrosas", sempre aureoladas de "profundo altruismo" e amor pelos "desvalidos do sistema", de cujas "contradições" tanto gostam de falar.

Isto se passa, afinal de contas, por que a geração de hoje é de transviados? De desajuizados? Ou mesmo, como dizem alguns, "uma geração perdida"? Que já não é como as de antigamente? Pura falácia. Primeiro, porque se assim fosse, a culpa caberia à geração mais antiga, que a educou. Em segundo lugar, não há na realidade, diferença intrínseca alguma entre os jovens de ontem e os de hoje.

As *condições extrínsecas*, essas sim, é que mudaram bastante. De tal sorte que a situação que o adolescente enfrenta hoje é completamente diferente da que enfrentaram seus pais ou avós. Bastaria lembrar para justificar tal pensamento que, "naqueles tempos", o indivíduo só tinha acesso aos problemas sócio-político-econômicos, na casa dos vinte e poucos anos quando, praticamente, já tinha seu caráter formado pelos padrões educacionais da época e também já tinha atravessado aquela fase de efervescência psico-emocional do adolescente. Em outras palavras, já tinha adquirido uma boa dose de bom senso. O que ocorre hoje em dia é que a visão

das mazelas sociais chega ao jovem mais cedo e numa intensidade nunca antes alcançada ou experimentada pelas gerações mais velhas, atingindo-o em cheio, numa situação de completo despreparo analítico e racional. E os pobres pais que nunca viveram tal problema, nem puderam antever o que ocorreria a seus filhos, estão muitas vezes despreparados para corrigir a distorção surgida. E juntamente com os pais está a própria sociedade.

Acrescente-se a tudo isto, o enorme crescimento do número de indivíduos nos cursos secundários e universitários (que são a própria concentração de adolescentes com acesso ilimitado à informática) e o resultado é fácil de ser previsto.

Os jovens de nossos dias, de uma maneira geral, principalmente os secundaristas e universitários, são indivíduos imensamente mais preocupados e desnorreados com os problemas de seu País, do que os de antigamente. E as *gerações mais velhas*, além de não terem sido capazes de prever o problema, ainda os chamam de "geração perdida". Perdida sim, em parte por nós mesmos, os mais velhos, ao tentarmos atribuir toda culpa à eficiência maquiavélica dos propagandistas. Na realidade, o que estes últimos fazem, nada mais é do que trabalhar o terreno fertilíssimo da mente do jovem, aproveitando o vazio deixado pelos responsáveis pela sua formação e educação. Mais do que nunca temos de fazer coro com o autor de "Diagnóstico de Nossos Tempos" (KARL MANHEIN), o apologista da democracia militante, a qual não é apática, nem estática, nem filosoficamente condescendente, mas vigilante, atuante, previdente, educadora, precursora e saneadora. E para com os desajustados e os estróinas, se preciso for, repetir com JOHN STRACKEY: *"A Democracia não deve mais dizer aos subversivos: concedo-vos em nome de meus princípios a liberdade que me negareis em nome dos vossos princípios, a liberdade que me exigis em nome dos meus"*.

CONCLUSÃO

Este documento procura alertar a todos, sem exceções, autoridades, pais e responsáveis e aos próprios jovens, sobre a grande problemática da juventude e a subversão.

De uma maneira geral, o *aliciamento* do jovem para a subversão decorre, nas áreas estudantis e intelectuais, de frustrações profissionais ou da necessidade de afirmações pessoais.

Os casos citados são exemplos bastante elucidativos de como decorre o processo de aliciamento.

Uma vez *aliciado*, o jovem passa a levar uma vida dupla: uma legal e aberta; a outra, ilegal e clandestina. Nesta, há duas fases distintas: inicialmente, encantos e esperanças; posteriormente, desilusões e desencantos, isto porque, à medida que o jovem se integra na estrutura da subversão, vai percebendo que as coisas não são exatamente como ele queria ou pensava que fossem.

Por outro lado a capacidade de análise e reflexão do jovem é tolidada pelo envolvimento emocional, e aos poucos ele vai perdendo a capacidade de indepen-

dência de crítica, pois é bombardeado, diariamente, com centenas de informações através da televisão, do rádio, de jornais e da própria comunicação humana (o que chamamos de informática); porém, a análise dessas informações e da situação internacional, nacional, ou do ambiente onde vive, é realizada, exclusivamente, com militantes, seus companheiros de organização subversiva e dentro da ótica e dos interesses da organização.

Existem centenas e centenas de declarações de próprio punho onde os jovens fazem uma análise do seu envolvimento com as organizações subversivas, onde abordam, inclusive, os motivos que os levaram à subversão.

Para a recuperação desses jovens, seria de todo conveniente que fossem instituídos órgãos específicos, dotados dos meios em pessoal e material, para essas tarefas de magna importância.

Das experiências que mostramos de alguns jovens (e são centenas) fica, para aqueles que convivem com eles, uma demonstração expressiva de que há necessidade de se reformular o relacionamento com os mesmos.

É imperiosa a necessidade de modificações urgentes dos esquemas de aula, principalmente no que se refere à *Educação Moral e Cívica e Problemas Brasileiros*.

As deficiências de nossas Universidades, que são flagrantes, ensejam a existência de "bandeiras" que a subversão levanta e agita, aglutinando os estudantes que reconhecem a validade destas reivindicações que são assim envolvidos pelas organizações comunistas.

É preciso que todos — e aqui ressaltamos os pais e responsáveis — encarem com maior seriedade o problema do combate à atuação comunista no meio estudantil, único caminho, efetivamente eficiente, para aliviar a carga de trabalho que atualmente sobrecarrega os dispositivos destinados à manutenção da ordem interna.

Ainda resta alertar àqueles que, numa conclusão simplista, acham que o despreparo político da esquerda é um mal crônico e motivo para suspirarem aliviados, na certeza de que, por isso mesmo, nunca ela conseguirá sucesso. O que é um erro grosseiro, pois muito mais que um mal crônico a subversão é um atestado de uma deficiência de nossa parte. Em vez de nos regozijarmos ante uma possível fraqueza da esquerda, devemos nos convencer de que necessitamos tratar dessa ferida que, se deixada como está, poderá não vir a tomar todo o corpo, mas também é verdade que jamais se fechará. Por que então deixarmos que ela permaneça, ou mesmo que se multiplique, se dispomos de um antisséptico eficaz que é a informação e a orientação?

Abordamos exclusivamente o problema dos jovens universitários, que representam a grande massa de subversão em nossa Pátria. Guardadas as devidas proporções, o problema é o mesmo entre os jovens estudantes do 1º e do 2º graus, bem como entre os jovens operários.



AS LINHAS FLUIDAS DA AÇÃO MULTILATERAL DO BRASIL

Wayne A. Salcher

Praticamente todos os principais estudos sobre as relações exteriores do Brasil adotam uma perspectiva bilateral, examinando um determinado relacionamento (como aquele mantido com os Estados Unidos ou Argentina), ou o conjunto de todas as relações de maior importância.

Depois de optar por essa abordagem durante alguns anos, em especial no tocante ao Brasil e à África, tomei consciência de que a análise das relações multilaterais de um país oferece um quadro mais completo da maneira através da qual ele se enquadra no sistema internacional, onde isso acontece e de como reage às questões de interdependência mundial, como aquelas referentes a população, recursos, desenvolvimento e direitos humanos.

Tendo em mente essas considerações, realizei, durante três anos, um estudo comparativo, a respeito das relações multilaterais do Brasil, dando ênfase aos assuntos econômicos e comerciais e às suas interações com outros países em desenvolvimento, em uma grande variedade de organizações internacionais.

Minhas conclusões basearam-se em fontes documentais em um grande número de entrevistas realizadas nos Estados Unidos e no Brasil e em análises estatísticas exaustivas, sendo algumas feitas por computadores. Tais conclusões foram recentemente publicadas sob o título de "Brasil's Multilateral Relations: Between First and Third Worlds" (As Relações Multilaterais do Brasil: Entre o Primeiro e o Terceiro Mundos, editor Frederick A. Praeger, "Westview Press", Boulder, Colorado, 1978).

O estudo tem como objetivo mostrar como as relações multilaterais se ajustam a todo o programa das relações exteriores do Brasil. Este programa se enquadra nas atividades de várias organizações internacionais, destacando-se o período de 1965 a 1977. É de especial interesse a descrição do "estilo diplomático" do Brasil, uma expressão usada com o intuito de designar sua estratégia e táticas características e inconfundíveis. Segundo esta estratégia ele atua a partir de uma determinada percepção do mundo e trata de diversas questões, com objetivos variáveis e em interação com muitos tipos de países.

Mais do que qualquer outra, a perspectiva multilateral permite-nos tracar a configuração dos interesses de um país, apresentar seu estilo diplomático como uma função da mesma e assinalar sua posição na hierarquia internacional.

Embora tenha sido considerado outrora um agente eminentemente latino-americano, o Brasil vem definindo, coerentemente, no decorrer desta década, suas preocupações e desejos, em termos que transcendem bastante as fronteiras delimitadas pelos hemisférios. Sua crescente importância e diversificação econômicas proporcionam tanto maiores possibilidades na política externa, quanto um maior reconhecimento por parte de potências maiores e menores.

Independentemente do fato de situá-lo como uma futura "grande potência", ou de sugerir qualquer outro tipo de "status", o Brasil passará a desempenhar um papel mais amplo nas organizações internacionais, seja por seus próprios méritos, seja por sua posição dominante na América Latina, seja, ainda, por ser o mais industrializado dos países em desenvolvimento, com aspirações e qualidades potenciais para uma mobilidade ascendente.

À medida que aumentam sua participação e seu envolvimento no sistema internacional, o Brasil aplica a diplomacia multilateral a uma série mais extensa de problemas, porque o governo começou a pensar em termos gerais e a considerar os interesses do país à luz das condições mundiais.

A participação do Brasil nas organizações internacionais não pode ser classificada em categorias estanques, às quais se justapõem rótulos comuns como América Latina, Terceiro Mundo, Oriente-Ocidente, alinhados — não alinhados ou Norte-Sul, porque ela não incide clara e integralmente em qualquer filiação distinta, e tampouco o conjunto de suas filiações consegue esgotar suas relações internacionais. O Brasil é suficientemente grande e complexo para possuir diversos interesses em muitas áreas, é bastante flexível para seguir variados cursos de ação em diferentes assuntos.

Essas pressões cruzadas dão origem a um pragmatismo moderado, no estilo diplomático nacional, porque o Brasil é, sobretudo, um país "médio" ou "intermediário", com características econômicas tanto já industrializadas, quanto em processo de industrialização.

Na qualidade de potência média em ascensão, e contando com relações favoráveis em uma enorme variedade de nações, desenvolvidas ou em desenvolvimento, o Brasil se encontra em boa posição para manter uma atitude receptiva à cooperação com nações de todos os níveis do sistema internacional.

PERÍCIA DIPLOMÁTICA

Tirando partido da crescente difusão do poder econômico mundial, em meio a um fluido ambiente político internacional, o Brasil está auferindo benefícios de seu padrão e dinamismo econômicos, perícia diplomática e superioridade regional. É vantajoso ao Brasil, dentro de sua mobilidade ascendente, manobrar entre agrupamentos internacionais, estimular uma maior distribuição do poder político e econômico do mundo e cooperar, em sentido tático, com outros que visam aos mesmos fins.

Cada uma das filiações internacionais do Brasil — como a Comunidade Ocidental, América Latina, as nações em desenvolvimento — adquire relevância apenas para a consecução de determinados objetivos limitados, ao invés de cercear toda a gama de suas linhas de ação. A pertinência de cada filiação ao assunto em pauta sofrerá variações na medida em que o governo conformar os interesses nacionais, nesse assunto específico, aos interesses comuns ao grupo. Assim, consequentemente, o Brasil deixou de ser tolhido pelo antigo dilema estéril, provocado pela lealdade devida ao Primeiro versus Terceiro Mundo, porém passou a cooperar com o consenso de cada grupo, conforme ele se ajusta aos objetivos nacionais. Em resumo, a "inexistência de alinhamentos automáticos" significa, na prática, que a orientação e as atitudes do Brasil nas questões multilaterais são entendidas com maior clareza, quando se considera que partem de um país com aspirações a se transformar em grande potência, tentando permanecer livre dos compromissos ou movimentos internacionais contrários aos seus interesses. Mas procura paralelamente, aproveitar as correntes gerais, como a multipolaridade ou a unidade dos países em desenvolvimento, nas organizações de âmbito internacional, quando elas seguem caminhos compatíveis com seus interesses.

Embora essa posição estratégica e atitude de independência ampliem as opções do Brasil, na medida em que o capacitam a buscar livremente vínculos diversos para incrementar o desenvolvimento, elas, na verdade, acarretam alguns problemas. A "ausência de alinhamentos automáticos" ou uma postura sempre arredia podem ser interpretadas por outros como oportunismo, quando o apoio esperado não se mostra disponível; em casos extremos, podem ocasionar o risco de uma "falta de aliados automáticos" e criar perigos de isolamento político.

O "status" e o nível de potencial intermediários do Brasil, afinal, são compartilhados por poucos países. Por isso, sua influência política tende a diminuir dentro de qualquer agrupamento distinto. Reduz, também, a atenção que ele dispensa ao mesmo, por não ser um membro representativo e, portanto, não se encontrar em uma posição de liderança na formulação do consenso.

Como consequência dessa posição delicada, o Brasil tem desempenhado um papel um tanto discreto na maioria das grandes organizações internacionais. Disso ressalta um intenso contraste com os ruidosos papéis assumidos por países como o México, a Venezuela, a Argélia, a Arábia Saudita ou a Nigéria, pois estes investem, muito, e com energia, nas filiações — em número de uma ou duas — das quais dispõem, a fim de ressaltar o papel de seus porta-vozes dentro do grupo de países em desenvolvimento, ou de um de seus subgrupos.

Para uma nação do seu porte, o Brasil, na realidade, empreendeu poucas iniciativas de importância nas organizações internacionais, durante esta década, apesar de suas ocasionais esperanças, efêmeras e ilusórias, de funcionar como uma "ponte" entre os países desenvolvidos e aqueles em desenvolvimento.

Além disso, o Brasil aparentemente não dá mostras de desejar fazer concessões políticas ou exercer coações, cujos resultados são às vezes incertos, que uma "liderança" estável dos países em desenvolvimento tornariam necessárias, e tampouco tem as condições exigidas por uma liderança de frente ampla, como aquela mantida pela Argélia nas Nações Unidas, há alguns anos.

Sendo um país cuja renda situa-se entre a média e a alta, e o maior dos países em desenvolvimento, o Brasil já espera ser mais respeitado do que os outros, e também contar com alguma vantagem inicial, em virtude de seu maior poder. Por si só, essa atitude pode provocar ressentimentos entre os países em desenvolvimento mais fracos. Os exemplos mais óbvios de problemas derivados do tamanho comparativo do Brasil manifestaram-se nas organizações internacionais do Hemisfério Ocidental, nas quais o Itamarati mostrou-se cauteloso, no sentido de não despertar temores hispano-americanos, em relação ao "Colosso do Sul".

A política da Organização Internacional do Café também assinalou tensões provocadas pela grande influência do país entre os países em desenvolvimento que são membros daquela organização, principalmente no tocante aos da América Central e da África.

RELACIONES BILATERAIS

O interesse e a participação do Brasil em organizações internacionais mundiais são explicados por sua concepção de que a criação de uma nova ordem econômica internacional, destinada a facilitar o desenvolvimento, exige um tratamento multilateral abrangente, a nível mundial. Isso, como um objetivo, corresponde à sua expansão de relações bilaterais e de comércio em escala mundial, e é encorajado por sua crescente medida de dependência do sistema econômico internacional e sua extensa lista de preocupações econômicas globais.

Nas organizações internacionais, a diplomacia preenche funções mais amplas — sejam sistemáticas, sejam voltadas para a manutenção de um clima geral próprio — e dá ensejo à cooperação conjunta com Estados que possuem interesses complementares. Evidentemente, porém, Brasília encara as relações bilaterais como mais independentes, a curto prazo, mesmo nos assuntos financeiros. Os esforços internos e as relações bilaterais compõem a tônica principal do governo; contudo, a diplomacia multilateral presta-se a um papel auxiliar de apoio, mais notadamente nas áreas do comércio, navegação, produtos, finanças, transferência de tecnologia e acesso a recursos (como nas negociações da lei dos mares).

Em essência, mais do que apoiar uma reestruturação radical do sistema internacional, como faz a maioria dos Estados afro-asiáticos, o Brasil está tentando tornar mais maleáveis os acordos existentes, de modo a ter condições de atuar mais eficaz e competitivamente, frente aos países poderosos. O principal esforço da diplomacia multilateral do Brasil concentra-se nas esferas econômicas, financeiras e tecnológicas porque o modelo de industrialização nacional escolheu, a curto e médio prazos, confiar muito no setor externo, para a receita das exportações, empréstimos e investimento direto.

O crescimento do mercado externo, as finanças internacionais e a obtenção de matérias-primas são, portanto, as tarefas principais, tanto de sua diplomacia bilateral, quanto da multilateral. Os interesses políticos são intrínsecos ao desejo de mudar os processos internacionais, para facilitar o desenvolvimento e a obtenção de um "status" mais alto e de maior participação nas tomadas de decisões mundiais. As preocupações com a segurança são mínimas e mínimo também o interesse demonstrado em relação aos programas culturais e sociais.

Os principais alvos brasileiros de desenvolvimento, segurança, soberania e prestígio formam um conjunto que orienta o país na direção de diversos *alvos políticos*, que requerem uma diplomacia defensiva, a fim de impedir a formação de um consenso internacional adverso ou cerceador — o Tratado de não-proliferação, poluição, controle populacional, lei dos mares, Itaipu, direitos humanos etc.

Seus *alvos econômicos*, em certo contraste, procuram motivar a ação por parte dos países desenvolvidos, para que forneçam ajuda sob a forma de acesso a mercados financeiros, transferências de tecnologia, e assim por diante.

Os *alvos políticos* deram margem a uma divergência um pouco mais declarada com o consenso dos países em desenvolvimento do que os *alvos econômicos*. Porque aqueles estão mais estreitamente vinculados às esperanças de o Brasil se transformar em grande potência e às suas preocupações a respeito do congelamento de "status" com as quais os países em desenvolvimento, em geral, não compartilham.

Para preservar a receptividade em todo o mundo e enfrentar alguns aspectos delicados de sua posição, a eficiente diplomacia multilateral do Brasil não se esquece da consideração política de ordem prática de que muitas vezes é melhor medir as palavras, ou permanecer em silêncio, do que indispor ou ofender, principal-

mente em questões que não lhe dizem respeito direto. Por esse motivo, ao mesmo tempo em que o nível de atividade do Brasil tem sido alto, em determinados assuntos técnicos e econômicos, ela não se tem salientado em tópicos políticos polêmicos, como os da África e Oriente Médio. (As posições oficiais do Brasil no tocante aos acontecimentos que tiveram lugar nessas duas últimas regiões provocaram críticas consideráveis no país, porém tiveram impacto muito menor no exterior.)

O estilo diplomático tem sido não-ideológico, a fim de impedir que a energia necessária à competitividade concentre-se em disputas de pouca relevância para o país, ou em alianças políticas que transcendam casos específicos. Como consequência disso, o Brasil pode negociar satisfatoriamente, dentro da linha bilateral, com países como a Líbia e Israel, que se encontram em franca desavença nas Nações Unidas.

LISTA DE ÉXITOS

Em comparação com outras nações em desenvolvimento, o Brasil pertence a uma série ampla de organizações internacionais (cerca de setenta) e nelas tem como companheiros, na maioria dos casos, outros países do hemisfério ocidental, com os vínculos mantidos com co-participantes da Europa Ocidental, em segundo lugar. O Brasil mostra um interesse considerável e crescente em organizações internacionais cujo raio de ação ultrapasse o hemisfério ocidental.

Nas Nações Unidas, ele desfruta de uma excelente lista de êxitos em eleições para as juntas governantes das representações funcionais, os comitês da Assembléia Geral e as cadeiras não permanentes do Conselho de Segurança. A delegação brasileira enviada às Nações Unidas é uma das maiores dos últimos anos e infunde muito respeito por sua perícia. Em valor absoluto do total de contribuições financeiras às Nações Unidas, o Brasil encontra-se entre os dez principais contribuintes, entre os países em desenvolvimento, e tem sido um dos grandes beneficiados pela ajuda técnica e de recursos para o desenvolvimento da organização.

Ao mesmo tempo em que o Brasil possui diversas divergências no campo dos interesses econômicos, com os países industrializados, já exaustivamente analisadas por outros autores, sua economia mais avançada e maiores possibilidades na política externa criaram, também, uma série de divergências no tocante aos interesses e estilo no caráter geral de suas relações multilaterais com outros países em desenvolvimento. Isso acontece porque, em comparação com a maioria desses países, o Brasil tem uma renda "per capita" e um índice de alfabetização maiores, uma economia mais diversificada e forte, maiores companhias estatais, níveis técnicos mais altos, classes profissionais mais amplas, base de recursos mais extensa, maiores instalações industriais e um índice de crescimento mais elevado. Esses e outros fatores conferem ao Brasil uma aresta indiscutivelmente competitiva em relação aos países em desenvolvimento mais fracos, mesmo que ele ainda não tenha atingido o estágio de completa industrialização.

As características nacionais de moderação e conciliação também são incorporadas às relações multilaterais, sendo extremamente difícil que uma delegação brasileira recorra à retórica florida, típica do Terceiro Mundo. Sentindo-se parte das tradições culturais do Ocidente, ainda que critique certos aspectos de algumas nações ocidentais, o Brasil não compartilha da prevenção em relação a eles, tantas vezes encontradas nos discursos, feitos nas Nações Unidas por representantes de países socialistas, ou daqueles que se libertaram do jugo colonial mais recentemente.

Embora as extensas áreas de compatibilidade dividida com o Grupo de 77 países em desenvolvimento (que hoje conta com cerca de 120 membros) e com o grupo de países não-alinhados, tenham dado ao Brasil condições de concordar com eles quanto à maior parte das generalidades discutidas nas conferências internacionais, as singularidades dos interesses brasileiros muitas vezes funcionam como obstáculo à completa concordância sobre assuntos específicos. (No livro há uma análise dos numerosos problemas táticos criados por essa situação.) Em geral, o Brasil apresenta uma propensão a manter um enérgico ativismo, na condição de paladino dos direitos dos países em desenvolvimento, quando orienta um país mais fraco e sente a necessidade de complementar seus próprios meios unilaterais ou bilaterais para atingir um objetivo, como o aperfeiçoamento da paridade de preços ou a expansão dos mercados para exportações. Encontra-se sempre alerta para se defender de medidas multilaterais que possam ameaçar sua própria liberdade de ação, quer sejam sugeridas por países desenvolvidos, ao considerar que eles fazem uma tentativa no sentido de "congelar" o poder internacional, quer pelas maioriais radicais dos países em desenvolvimento que procuram impor padrões políticos inaceitáveis.

Sustentando que a interdependência adotada sem qualquer medida anterior de soberania ou independência eficazes significa simplesmente a persistência da dominação dos fracos pelos fortes, o Brasil mostra uma grande resistência em delegar parte de seu poder de decisão a uma organização internacional, ou de abrir mão de vantagens com as quais já conta.

Com uma série muito mais ampla de instrumentos de política externa unilateral, bilateral e multilateral e um excelente corpo diplomático, o Brasil — ao contrário da maioria dos países em desenvolvimento — não é tão dependente da política de bloco das organizações internacionais. Mais do que os outros, ele pode fazer distinções entre as diversas questões e desempenhar vários papéis, de acordo com as necessidades.

Podem-se realmente constatar as diferenças mais radicais entre o Brasil e outros países em desenvolvimento nas sessões de comitês ou fechadas, porque, em consideração à unidade desses países, a delegação brasileira, no plenário, presta maior apoio à posição comum ao Grupo dos 77 e, no interesse da importância e clareza conferidas às questões, minimiza as divergências. Os funcionários do departamento de política externa de Brasília demonstram que Washington e outras capitais estão preocupadas com a atual ou iminente promoção do Brasil ao "status"

de grande potência. Essa situação não deveria funcionar como obstáculo aos auxílios para o desenvolvimento do país (através de exigências comerciais) ou como um empecilho ao favorecimento da cooperação multilateral com outros países em desenvolvimento. Na verdade, é vantajoso para o Brasil manter seu "status" de "país em desenvolvimento" pelo máximo de tempo possível, a fim de continuar qualificado para o tratamento preferencial; no futuro, porém, será cada vez mais difícil fazê-lo.

Como exemplo das diferenças de abordagem aos problemas multilaterais, em comparação com outros países em desenvolvimento, podemos mencionar a área do comércio exterior, na qual o Brasil situa-se em décimo terceiro lugar, no setor das importações, e em décimo quinto no campo das exportações em âmbito mundial, classificação muito superior à de todos os países em desenvolvimento não-exportadores de petróleo.

Em valor de produtos alimentícios exportados, encontra-se em segundo lugar perdendo apenas para os Estados Unidos e pode ser classificado com justiça como uma potência agrícola. É um dos maiores exportadores de produtos manufaturados. Com todos esses elementos em jogo, em comparação com os outros países em desenvolvimento, o Brasil normalmente adota uma visão de maior alcance e mais abrangente de qualquer proposta. Prefere o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) à Junta de Comércio e Desenvolvimento das Nações Unidas (UNCTAD) e preocupa-se mais com a estabilidade financeira internacional. Mostra-se também mais cioso do tratamento dispensado aos produtos manufaturados, remessas e outros fatores "invisíveis" do comércio.

MAIORIA DE PAPEL

Enquanto o grupo afro-asiático tem feito pressões no sentido de obter uma redistribuição radical da riqueza existente no mundo, através de concessões unilaterais por parte dos países ricos, como uma forma de compensar erros passados, as declarações e estratégia brasileiras têm, mais comumente, enfatizado o espírito de iniciativa (responsabilidade nacional pelo desenvolvimento) e a criação de mais riqueza, em termos mundiais, através da distribuição de oportunidades iguais de comércio e de "know-how" tecnológico.

Lançando mão de assistência pública financeira multilateral, ao invés de bilateral, o Brasil tem menos necessidade de se preocupar com a imposição de condições do que os países mais fracos. Por estar comprometido com um sistema econômico, em grande parte voltado para os mercados, e não para o socialismo comum à África e à Ásia, o Brasil se mostra mais ansioso pelo capital estrangeiro e menos crítico em relação às corporações multinacionais.

As delegações brasileiras mostram-se cheias de dúvidas quanto à eficácia dos objetivos de publicidades teatrais, pelos quais foram promovidas grandes conferências multilaterais, e tampouco aprovam as "maiorias de papel" automáticas, que impõem resoluções devastadoras através das representações das Nações Unidas.

favorecendo integralmente as nações mais pobres e ignorando as restrições dos países desenvolvidos, cuja cooperação é necessária para colocá-las em vigor.

As propostas brasileiras elaboradas com maiores e mais flexíveis detalhes denotam maiores conhecimentos técnicos, e são mais suscetíveis à transigência, com vistas a uma solução viável, em termos negociáveis, com as potências industrializadas.

A polarização das conferências internacionais, de acordo com as diretrizes de desenvolvimento, evidentemente encontra-se fora da esfera de interesse do Brasil, e seus representantes fazem o possível (por mínimo que seja) a fim de impedir que o processo de discordância arruine uma reunião.

Por volta de 1974, o Brasil pôs fim à oposição à formação de consenso, ou às questões de estilo entre os países em desenvolvimento, dos quais fazia restrições. Já não tentava "desviar a corrente" da radicalização do Terceiro Mundo, mas ao invés disso — e, em especial, no tocante às questões de impacto econômico significativo — passou a dispensar pouca atenção às exigências iniciais feitas por países que tentam obter uma capitalização política na questão. Nas fases posteriores e mais técnicas da discussão, o Brasil toma precauções no sentido de assegurar sua presença ou influência, quando um grupo menor de trabalho repassa os detalhes de acordo com seriedade maior. Mais interessado em trabalhos consistentes, por parte dos comitês, do que em exibições espetaculares no plenário, as delegações brasileiras preferem usar, com discrição, a significação de seu país e a importância do fato de representá-lo, sua experiência profissional e a atenção que dedicam aos detalhes, para conseguir passar à condição de membros nos grupos de contato que, ao invés de manchetes para os jornais, oferecem decisões significativas. Desta e de outras maneiras, o estilo e habilidade da diplomacia multilateral do Brasil, assemelham-se mais aos seus antigos modelos norte-americanos e europeus do que aos padrões dos estados afro-asiáticos mais novos.

Nas relações hoje existentes entre o Terceiro Mundo, o Brasil possui o máximo de afinidade com os membros moderados e conservadores do movimento, porque o exato aglutinante ideológico, usado de maneira bastante ativa, e responsável pela coesão desse grupo heterogêneo de aproximadamente cento e vinte países, é o ponto de muitas discórdias do Brasil com os objetivos do grupo. Para defender, com maior eficácia, seus interesses nas relações Norte—Sul, o Brasil foi obrigado a assumir posições mais de reação do que de iniciativa, pois, nos últimos anos, outros países criaram as idéias e "slogans" do Terceiro Mundo, adotados nas Nações Unidas. O Brasil simplesmente não assume uma posição muito clara ou evidente, a respeito de diversas questões políticas polêmicas, nas assembleias, durante os debates ou justificativas dos votos, preferindo sempre expor-se pouco, em uma atitude deliberada. Preocupados com aquilo que designam como a "delicada" posição de seu país (isto é, suas vulnerabilidades e divergências políticas com o consenso dos países em desenvolvimento), os diplomatas brasileiros tendem a enfrentar esse conflito, seguindo uma estratégia passiva, orientada pela minimização de prejuízos, e que, através de uma postura de conciliações preventivas, diminui algumas

das contribuições que poderiam ser feitas pelo Brasil. Em sentido mais amplo, essa timidez solapa a influência do Brasil nas organizações internacionais, em virtude das restrições que ele próprio se impõe.

Sem dúvida, os países em desenvolvimento são afetados por diversas divisões, e a unidade que parecia inquestionável em 1975, tem apresentado sinais de desintegração. As relações multilaterais do Brasil com outros países em desenvolvimento são influenciadas por essas divergências internas do grupo, sendo possível observar diversos padrões regulares. Como seria de se esperar, o Brasil dá preferência muito maior aos trabalhos realizados com o grupo de orientação reformista dos 77, do que aqueles feitos com o grupo militante dos países não-alinhados, no qual, desde 1958, é apenas um observador. Enquanto o Grupo dos 77 se encontra nas questões econômicas, em um estilo um tanto voltado para o crescimento análogo ao do Brasil, os não-alinhados em geral assumiram posições políticas mais de acordo com as concepções comunistas e, como grupo, possuem sistemas políticos situados muito mais à esquerda do que o sistema brasileiro. Ao contrário dos ideologicamente não-alinhados, o Brasil avalia as questões baseando-se em cada caso isolado, ao invés de impor uma filosofia doutrinária aos acontecimentos. O método agressivo de chegar às decisões nas conferências dos não-alinhados, dominadas pelos participantes mais brilhantes, contraria a predisposição brasileira de obter uma decisão de grupo, através de negociações.

O Brasil também sabe que seus interesses nas organizações multilaterais coincidem, com mais regularidade, com aqueles dos países importadores de petróleo do que com a OPEP, com os países em desenvolvimento de renda mais alta do que com os mais pobres, com latino-americanos, ao invés dos diversos países associados à Comunidade Econômica Européia, com os estados litorâneos, mais do que com os mediterrâneos e ilhas, e com as economias de mercado do que com os socialistas do Terceiro Mundo.

DUAS FRENTE

Há muitos anos atrás, o Terceiro Mundo encontrava-se dividido entre uma área nova relativamente rica, o miserável Quarto Mundo dos mais pobres, e o grupo de países novos ricos, composto pelos exportadores de petróleo. Após a reorganização, o Brasil colocou-se no ponto mais alto da escala do Terceiro Mundo, nutrindo esperanças, ainda, de algum dia ingressar nas fileiras do Primeiro Mundo. À medida que diversos países menos favorecidos desceram no nível do crescimento econômico, o Brasil começou a subir, por melhorar sua posição relativa. Ele se transformou em um membro daquele que pode ser classificada como a nova "classe média do mundo", com índices de crescimento que hoje, já inspiram confiança na comunidade econômica estrangeira.

A energia que o Brasil deve devotar à manutenção de suas "credenciais de Terceiro Mundo", demonstra as limitações de sua solidariedade com outros países em desenvolvimento. No tocante aos assuntos econômicos, os diplomatas têm a

sensação de já estarem lutando em duas frentes, porque o Brasil não obteve os desejados privilégios de economia industrializada, porém está sendo assediado pelo outro flanco, por pedidos de concessões e exceções, feitos pelos menos desenvolvidos. Contudo, é inviável uma associação formal com os países desenvolvidos, através de uma instituição como a Organização para o Desenvolvimento e Cooperação Econômica, porque o nível de desenvolvimento do Brasil não é tão alto.

À luz dessa posição na hierarquia internacional, e considerando-se suas próprias qualidades potenciais, que são consideráveis, bem como sua capacidade de luta, o Brasil tem apresentado uma tendência frequente mais de prosseguir sozinho ou bilateralmente, com parceiros escolhidos com cuidado, com base na contribuição que possam fazer, do que no sentido de confiar em acordos multilaterais. Na diplomacia multilateral, espera-se a principal recompensa ao nível das relações bilaterais com associados importantes, enquanto as relações bilaterais favoráveis, por sua vez, podem apresentar algumas oportunidades para a cooperação multilateral, voltada para a mudança sistemática em termos de princípios (como no caso das esperanças nutridas no tocante às relações com a África). Basicamente, as decisões eficazes, ou seja, aquelas que não são simplesmente retóricas, tomadas pelas organizações internacionais, são encaradas como reflexos das qualidades potenciais de poder nacional — lição que foi reforçada por experiências como a posição influente do Brasil na Organização Internacional do Café e por sua recente ascensão a uma posição importante em questões marítimas internacionais. Assim, por exemplo, o Brasil busca um melhor acesso de mercado, nas economias industrializadas, mais vigorosamente nas negociações bilaterais com capitais nacionais, do que dentro das conversações Norte—Sul na Junta de Comércio e Desenvolvimento das Nações Unidas, ou mesmo nas Negociações Multilaterais de Comércio (Genebra). Por outro lado, as boas relações bilaterais com os Estados Unidos e a imagem favorável da economia brasileira, nesse mesmo país, foram úteis na obtenção do apoio norte-americano crucial, para que ele conseguisse grandes empréstimos das instituições financeiras internacionais. Os acordos deliberativos bilaterais, assinados pelo Brasil com diversas grandes potências, em 1975 e 1976, foram considerados vantajosos. Interpretou-se, em Brasília, que foram propícios, de maneira indireta a um "status" mais elevado e mais influente nas relações multilaterais.

As linhas de ação multilaterais do Brasil são fluidas, e não dogmáticas e, assim, sofrerão variações com as mudanças do sistema internacional, e da posição nacional dentro dele. Pode-se esperar que elas sejam subordinadas ao fomento do desenvolvimento nacional e da competitividade, alerta em relação aos métodos de aumentar a participação nacional no poder internacional de tomada de decisões, ainda ao lado de tentativas de capitalizar no tratamento preferencial, como país menos desenvolvido. À medida que crescem sua economia e sua participação no comércio mundial, o Brasil demonstrará mais interesse em um papel ativo nas organizações internacionais, de âmbito mundial, pelo menos em questões especiais, e talvez seja obrigado a fazer algumas escolhas mais difíceis, relacionadas à distinção entre países desenvolvidos e menos desenvolvidos do que até hoje se viu na iminência de fazer.

Esse período de transição, rumo a uma influência mais significativa na comunidade mundial, será difícil, pois incluirá a aceitação de maiores responsabilidades, frente a Estados mais fortes e mais fracos. E, sobretudo, incorrerá em uma reformulação psicológica da imagem do Brasil, de seu próprio papel no mundo e das imagens que dele têm os países em todo o mundo.

Transcrito do Jornal "O ESTADO DE SÃO PAULO"



AS FORÇAS DE MANUTENÇÃO DA ORDEM NA FRANÇA

por Lucien Mandeville,
Jean-Louis Loubet del Bayle
Alain Picard

Este artigo retoma um tema apresentado no X Congresso Mundial da Associação Internacional de Ciências Políticas (Edimburgo, 16-21 de agosto de 1976), na moldura do Comitê de Pesquisa de Sociologia Política. Apresenta a questão da profissionalização em matéria de manutenção da ordem.

Lucien Mandeville é diretor do Centro d'Études et de Recherches sur l'Armée, de Toulouse; Jean-Louis Loubet de Bayle dirige um centro recém-criado no Institut d'Études Politiques, de Toulouse, o Centro de Estudos e de Pesquisas sobre a Polícia (CERP); Alain Picard, que é membro do C.E.R.S.A., é oficial de polícia e comanda a Companhia de Toulouse Le Mirail.

Os problemas da manutenção da ordem assumiram na França, a partir de 1968, uma ressonância particular, suscitando debates e controvérsias. Portanto, apesar dessa atualidade, apesar também da originalidade das soluções nacionais que são, por exemplo, sensivelmente diferentes das práticas anglo-saxônicas, trata-se de um domínio pouco explorado pelos pesquisadores franceses,¹ o que pode se explicar pela amplidão da matéria, por seu caráter de controvérsia ou ainda por certas prevenções de ordem ideológica. O pesquisador que se aventura nesse terreno vê-se confrontado tanto com a ambigüidade da terminologia quanto com a arbitrariedade dos modelos.

1 — À diferença, por exemplo, dos pesquisadores norte-americanos, entre outros, Robin Higham em "Bayonets in the Streets: the Use of Troops in Civil Disturbances" (U.P. of Kansas, 1969); Paul Scheips em "Use of Troops in Civil Disturbances since World War II (3 vol.) Washington Center of Military History, 1971-1974; e também Martin Blumenson em "On the Function of the Military Civil Disorders", in Roger Little, ed. Handbook of Military Institutions (Sage, 1971).

Que se deve entender, por exemplo, pela expressão "forças armadas"? Deve-se incluir nelas, ao lado das categorias militares, outras categorias de detentores dos meios de violência, como unidades para-militares, milícias, polícia militarizada? Certos autores anglo-saxônicos utilizam o conceito de "terceira força" ou "força intermediária", sem que se distinga bem a partir de que ponto de vista eles o definem. Trata-se de uma definição de natureza orgânica: as forças intermediárias seriam diferentes ao mesmo tempo da Polícia e das "Forças Armadas", ou antes de uma definição funcional negativa: a terceira força seria aquela que teria missões diferentes das atribuídas à Polícia e às "Forças Armadas"?

Por outro lado, a noção de ordem pública não é das mais claras, e os juristas conhecem bem as dificuldades encontradas para defini-la. Da mesma forma, a expressão "manutenção da ordem" não é unívoca: trata-se de manter a ordem no sentido técnico e policial, de restaurar a ordem ou mesmo de impor uma ordem, casos em que escorregamos para um problema diferente, o da intervenção dos militares no domínio político, eventualmente pelo estabelecimento de regimes militares.

Além disso, o estudo do problema é obscurecido por esquemas de natureza mais ou menos ideológica, apresentando um conteúdo normativo. Assim é que se encontra em certos autores um modelo que consiste em atribuir às "Forças Armadas" e à Polícia funções a priori diferentes: às Forças Armadas, as tarefas de segurança externa; à Polícia, as funções de manutenção da ordem. Com esse conceito, originário da ideologia democrática e liberal, formam par as análises, de inspiração marxista notadamente,² que se recusam a distinguir entre Exército e Polícia, vendo nessas duas instituições "aparelhos repressivos do Estado", tendo ambas por função essencial tarefas de segurança interna.

Tais análises não correspondem à realidade. É evidente que as análises de inspiração marxista escamoteiam as responsabilidades do exército. Quanto ao modelo liberal, ele se acha desmentido tanto pela história quanto pela atualidade. As Forças Armadas da França, dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha, para não citar senão esses três exemplos, têm participado ou participam de operações de manutenção da ordem. Tais intervenções estão em conformidade com a ortodoxia democrática, pelo menos quanto ao plano constitucional. Como expõe o "Field Manual" (1958), para o Exército dos EUA, a legitimidade da missão de manter a ordem é evidente. A acreditar em opiniões autorizadas, as Forças Armadas britânicas não parecem considerar que seu emprego na Irlanda do Norte as faça sair de seu papel.

2 — Esta teoria é hoje notadamente dos esquerdistas (cf. Patrice Buffotot, "La Politique Militaire de Deux Organisations d'Extreme-Gauche: l'Antimilitarisme Révolutionnaire", relatório apresentado no colóquio sobre os sistemas militares britânico e francês, Toulouse, setembro de 1976). Ela tem origens antigas: ver a obra de Don Deschamps, considerado como o primeiro autor comunista francês com "Le Vrai Système" (1770).

E dava-se o mesmo com as forças francesas na Argélia, nas operações qualificadas de manutenção da ordem.

Entretanto, a análise que criticamos se apóia num certo número de dados psicológicos: a observação das atitudes dos atores do sistema militar nos obriga a registrar uma espécie de rejeição das tarefas de manutenção da ordem. Esse fenômeno é corroborado pelo argumento segundo o qual a utilização das Forças Armadas para a manutenção da ordem não é adequada nem no plano técnico nem no plano da oportunidade. Em primeiro lugar, é preciso assinalar as reticências, constatar a franca repugnância expressa por grande número de membros das Forças Armadas. Comparem-se os propósitos desabusados do herói de Stendhal sobre "la guerre des coups-choux"³ com os sombriamente amargos de Alfred de Vigny.⁴ Essa atitude adquiriu hoje uma certa agudeza e se apóia numa doutrina que considera que é perigoso engajar o Exército em tarefas de manutenção da ordem. Antes de tudo, o objetivo fundamental deste é a segurança externa da nação, e fazê-lo intervir nos problemas internos é desviar uma parte de suas energias de sua missão primacial. Por outro lado, o Exército deseja dispor, em sua tarefa de defesa, do apoio de toda a nação e teme que esse consenso não seja alcançado por sua participação em operações de manutenção da ordem. Essas reticências são singularmente agravadas no caso de um exército de conscrição, como o Exército Francês.

Um outro argumento contra o emprego do Exército se coloca no plano técnico, fazendo valer que as exigências funcionais das tarefas de manutenção da ordem são diferentes daquelas tarefas militares "clássicas", em razão de:

- natureza do adversário; não se trata de inimigos, mas de cidadãos perturbando a ordem pública;
- lugar de ação, que se situa no território nacional, muitas vezes em zonas urbanas;
- fim colimado, que é a supressão da desordem e não a destruição do adversário;
- limites rigorosos, legais e regulamentares, nos quais se inscrevem as operações.

Essa especificidade de manutenção da ordem acarreta, para as forças que a isso estão encarregadas, modalidades de ação e comportamentos diferentes daqueles requisitos exigidos para as operações militares "clássicas", como mostra o quadro comparativo adiante.

3 — Lucien Leuwen é oficial num regimento de lanceiros, engajado na tarefa de manutenção da ordem nos primeiros anos da Monarquia de Julho.

4 — "Servidão e Grandeza Militar", Livro I, capítulo II.

TÁTICA

- Manobra de enquadramento
- Manobra nas retaguardas
- Interdição dos caminhos de retirada
- Dar ao inimigo a impressão de que ele está perdido
- Destruição sistemática:
 - de abrigos
 - de acantonamentos
 - de organizações
 - de bens inimigos
- Liberdade de incursão nos lugares, quaisquer que sejam
- Destruição do inimigo
- Perseguição em caso de retirada
- Busca ao efeito de surpresa
- Obrigação de deixar sempre aos manifestantes a possibilidade de deixar os lugares ocupados
- Não empregar os movimentos "em tenazes" tendentes ao cerco
- Jamais colocar os manifestantes numa situação irremediável para não os levar a gestos de desespero
- Respeito estrito à propriedade
- Inviolabilidade do domicílio
- Dispersão dos manifestantes
- Nada de perseguição
- Ação preventiva e deslocamento ostensivo de forças em numerosos casos

COMPORTAMENTO

- Formações diluídas, arejadas
- Camuflagem
- Iniciativa individual do combatente, imaginação destrutiva
- Uso sistemático e rápido de todas as categorias de armas
 - Tiro a priori
- Formações compactas, maciças, cotovelo a cotovelo
- Demonstração de força (mostrar para não a utilizar)
- Nada de iniciativa individual. Ação coletiva no quadro rígido das leis e dos regulamentos.
- Uso excepcional de fogo, estritamente limitado: execução, tipo de arma autorizada.
- Tiro de legítima defesa

Pondere-se, entretanto, que uma tropa de profissionais exercitados deve ser capaz de utilizar táticas variadas ou de adotar comportamentos diferentes. Essa observação é verificada pela avaliação, feita por Martin Blumenson, dos resultados do emprego da 82ª Divisão Aerotransportada, quando dos motins de Detroit numa parte da cidade, enquanto que a outra metade era atribuída à guarda nacional de Michigan: "O setor onde os soldados regulares se mostraram voltou rapidamente à calma; a agitação continuou na outra: a diferença de resultado provinha do contraste entre a aparência, a disciplina e a moderação das duas forças. As tropas regulares deram prova de comedimento e muitos tinham experiência de combate. Eles haviam conhecido o batismo de fogo e permaneceram calmos. Seus fuzis não estavam carregados. As guardas nacionais, menos treinadas, estavam nervosas e excitadas.

Na verdade, por conseguinte, esses argumentos de ordem técnica militam sobretudo contra o emprego de forças inexperientes, milícias ou conscritos, e recomendam a utilização de profissionais perfeitamente disciplinados e altamente treinados.

As contradições que acabamos de destacar não se explicam pelo caráter complexo da noção de manutenção da ordem, que encobre realidades bastante diferentes, se bem que apresentando, uma com relação à outra, pontos de interrelação.

Em nossa opinião, é possível propor um modelo que, apesar de grosseiro, possui um certo valor explicativo e que se aplica a diferentes sistemas nacionais.

O modelo proposto é obtido graduando-se de um lado os atentados à segurança interna, e de outro as reações das forças da ordem, segundo uma escala crescente de gravidade. Empregando-se uma terminologia suscetível de revisão, chega-se à classificação seguinte:

a) *A proteção da ordem pública*, que mistura ao mesmo tempo certos elementos do célebre artigo 97 do Código francês de administração comunitária⁶ e, em parte, o conceito de proteção pública utilizado pelo Ministério do Interior e que inclui, por exemplo, a proteção de edifícios públicos ou o controle das manifestações pacíficas;

b) *A manutenção da ordem (stricto sensu)*, entendendo-se por isso as intervenções por ocasião de manifestações violentas de objetivo não político (greves, movimentos setoriais de camponeses, de comerciantes, etc.) ou político (6 de fevereiro de 1934 ou maio de 1968).

c) *A defesa da ordem ou a restauração da ordem*, no caso de situações muito graves, nas quais as operações de manutenção da ordem tomam o aspecto de uma verdadeira luta antiinsurreccional, cujas características se aproximam daquelas das operações clássicas de guerra.

6 — "A polícia municipal tem por finalidade assegurar: 1º a boa ordem, a segurança e a salubridade públicas. Compete-lhe notadamente... 2º o cuidado de reprimir atentados à tranqüilidade pública, rixas e disputas acompanhadas de motins de rua... os ajuntamentos... 3º a manutenção da boa ordem nos lugares onde se façam grandes reuniões de pessoas."

É com referência a esse modelo que se descreverá a situação francesa. De modo particular sempre que se utilizar a noção de "manutenção da ordem", esta se referirá principalmente às situações da segunda categoria acima delimitada. Convém lembrar, entretanto, que, na realidade, as distinções entre as diferentes categorias de situações não são tão nítidas como no modelo e que se pode passar de uma a outra dessas categorias sem mudança sensível.

A essa graduação de situações correspondem diferenças no emprego e na organização das forças públicas encarregadas de lhes fazer face. Diante da primeira categoria de situações, empregam-se habitualmente as forças policiais. As duas outras pedem o emprego de grupamentos humanos e hierarquizados, ou seja, pessoal militar ou militarizado. É assim que se explica o recurso ao Exército para a defesa da ordem tanto quanto para a manutenção da ordem (*stricto sensu*). Nesse último caso, duas outras soluções são ainda possíveis:

a) O apelo à milícia, do qual um exemplo nos é dado pela utilização da Guarda Nacional nos Estados Unidos, utilização que hoje parece cada vez mais discutida além-Atlântico;

b) O emprego de forças especializadas, solução sustentada na França ao cabo de uma longa evolução.

* * *

Até 1921, a manutenção da ordem na França combinou as forças encarregadas das tarefas policiais, cotidianas e, em segunda instância, quando aquelas eram ultrapassadas, o Exército de linha.

Durante todo o século XIX, a manutenção da ordem foi principalmente assegurada pela Gendarmeria, instituição francesa completamente original e específica, cujas características convém destacar. Com efeito, recebendo missões civis de polícia, a Gendarmeria pertence às Forças Armadas, das quais ela constitui uma arma, em pé de igualdade com a engenharia ou a artilharia. Quanto às suas missões em matéria de polícia e de manutenção da ordem, estas são claramente determinadas pelos textos que lhe concernem.

Por outro lado, o Exército de linha muitas vezes envolveu-se em operações de manutenção da ordem. Alguns dados mostram a importância desse envolvimento. De 1816 a 1911, no curso da totalidade das operações dirigidas pelas tropas francesas, 4.760 oficiais foram mortos e 11.584 feridos. Nessas cifras descontam-se 284 oficiais mortos e 887 feridos por ocasião de distúrbios internos, manifestações, insurreições e motins. Esse apelo ao Exército de linha, longe de cessar com o advento da III República, tornou-se mais necessário do que nunca, em fins do século XIX e em princípios do século XX, com a multiplicação dos distúrbios sócio-econômicos. Entretanto, tornou-se muito mais delicado com a adoção do serviço militar universal e com a criação de uma força armada composta, a partir de 1889, quase que exclusivamente de conscritos: estes constituem tropas pouco treinadas para esse gênero de operações e que, de outra parte, podiam-se revelar pouco seguras.

suscetíveis de intervir frouxamente contra concidadãos; era menos para crer que essas tropas pudessem algumas vezes se transformar, em conluio com os mentores dos distúrbios.

Esses temores se concretizaram em 1907, por ocasião dos distúrbios provocados na região do Meio-Dia. Uma crise vinícola provocou uma série de manifestações cada vez mais violentas, que levaram o Governo a fazer intervir o Exército para restabelecer o respeito à legalidade. Mas esse intervenção acarretou motins nos regimentos cujos conscritos eram originários dessa região e, em sua maior parte, filhos dos vinicultores; em um desses regimentos um terço do efetivo pactuou durante dois dias com os manifestantes.

Esse caso apresentou claramente o problema da utilização de conscritos para operações de manutenção da ordem. Diversos projetos foram então elaborados para a criação de um corpo especializado de profissionais. Entretanto, nenhuma providência sobreveio antes da guerra de 1914. Em compensação, as coisas se modificaram depois dela, de um lado em razão da multiplicação dos distúrbios do pós-guerra imediato (1.800 greves em 1920), e de outro em razão da impossibilidade moral de fazer intervir contra uma parte da população um exército que vinha de simbolizar, durante quatro anos, a unidade nacional. Essa situação acarretou, com a lei de 21 de julho de 1921, a criação da "Guarda Republicana Móvel", corpo de militares de carreira, especializado em operações de manutenção da ordem e anexado à Gendarmeria. O objetivo era, então, para não fazer apelo ao Exército de linha, o de se voltar para a Gendarmeria. Mas, para não se desorganizar a Gendarmeria territorial, criaram-se, ao lado dela, "pelotões prontos a serem acionados ao primeiro sinal".

Aparecendo como complementar da Gendarmeria departamental, desvinculando-se de missões de manter a ordem, a Guarda Móvel foi rapidamente integrada no conjunto da Gendarmeria Nacional. Os acontecimentos iriam permitir-lhe tirar a prova de sua utilidade. As greves e os movimentos sociais subsequentes à crise de 1929, os acontecimentos de fevereiro de 1934, os distúrbios sobrevindos entre 1935 e 1939, nas iniciativas com vistas à nacionalização das minas do Norte, foram ocasiões para a Guarda Móvel mostrar sua eficácia, limitando ao mínimo as esfinges de sangue. Correlativamente, o Governo favoreceu seu desenvolvimento: os efetivos triplicaram entre 1921 e 1927; em 1934 atingiram 15.000 guardas, depois 21.000 em 1939, e é então previsto o aumento de efetivo para 27.000. Esse desejo de desenvolvimento fez com que, em 1939, existisse uma legião da Guarda Republicana Móvel em cada região militar, assim como em cada um dos territórios da Argélia, Marrocos e Tunísia.

Essa foi a primeira evolução que modificou o sistema francês de manutenção da ordem e parece que a causa essencial dessa evolução foi de ordem estrutural. Com efeito, a partir de 1889, a estrutura orgânica do Exército francês de linha — a de um Exército de conscrição — tornou-se cada vez mais inadequada para operações de manutenção da ordem. É significativo constatar que a adaptação se realizou pelo desenvolvimento de um corpo específico das forças armadas — a

Gendarmeria — que, de um lado, sempre participara de tarefas de manutenção da ordem e que, de outro, era exclusivamente composto de profissionais de carreira.

Se o aparecimento da Guarda Republicana Móvel correspondeu a uma evolução lógica, não se dá o mesmo com a segunda transformação, constituída pela criação das Companhias Republicanas de Segurança (CRS) cujas origens parecem mais acidentais: elas estão ligadas à guerra de 1940 e ao período da Ocupação. Com efeito, a Guarda Móvel, considerada forma militar, foi abrangida pela Convenção do Armistício: seus efetivos foram limitados a 6.000 na zona livre, e ela desapareceu na zona ocupada. O governo de Vichy, assim limitado em suas possibilidades de recorrer aos meios militares para fazer face às perturbações da ordem pública, foi levado, em 1941, a criar uma força civil de manutenção da ordem: os "Grupos Móveis de Reserva" (GMR), força composta de civis mas dotada de uma organização de tipo militar.

Esses GMR não sobreviveram à Libertação e foram dissolvidos no dia 8 de dezembro de 1944. Mas, no mesmo dia, o General De Gaulle assinou um decreto criando as Companhias Republicanas de Segurança no modelo dos GMR, isto é, como uma força civil especializada nas operações de manutenção da ordem. Uma parte do pessoal dos GMR foi então integrada nas CRS, sendo o efetivo restante recrutado entre o pessoal da Resistência.

Pode-se considerar o atual sistema francês, fruto da evolução histórica que acabamos de mostrar, da maneira seguinte: a atribuição cada vez mais exclusiva das operações de manutenção da ordem a corpos especializados, distintos tanto das forças militares de linha como das forças policiais clássicas. Com efeito, se o Exército de linha permanece juridicamente competente para intervir nas tarefas de manutenção da ordem por quanto ser "força de terceira categoria", a evolução acima descrita torna cada vez mais hipotético esse tipo de intervenção, salvo em distúrbios de tipo insurreccional.

Por outro lado, ainda que a Gendarmeria departamental e a polícia urbana possam ser empregadas para operações de manutenção da ordem, esta se torna, de fato, uma utilização cada vez mais excepcional que só se realizará quando falharem as forças especializadas. Em consequência, depois de 1944, existe uma clara dualidade, no plano orgânico, de forças especializadas na manutenção da ordem.

A *Gendarmeria Móvel* (nova denominação depois de 1954 da guarda móvel) constitui um dos ramos de Gendarmeria nacional. Está subordinada ao Ministério da Defesa, ligada à Diretoria da Gendarmeria e da Justiça Militar, cujo responsável é um civil, um magistrado. Os gendarmes móveis são militares de carreira e seu estatuto é militar; portanto, não têm direito a greve e nem podem constituir sindicatos. A colocação da gendarmeria em ação exige da parte da autoridade civil o recurso a um processo especial: a requisição.⁶

6 — A requisição é o processo pelo qual a autoridade civil pede à autoridade militar a intervenção das forças militares, o que permite um controle da legalidade da decisão da autoridade civil, porque a autoridade militar não é obrigada a assentir senão com uma requisição de acordo com a lei.

A Gendarmeria Móvel conta atualmente com 18.320 gendarmes, agrupados em 125 esquadrões com dispersão geográfica bastante forte. Dispõe de equipamentos individuais adaptados às necessidades modernas de manutenção da ordem (capacete com viseira, escudo, armamento leve, granadas lacrimogêneas etc.). Mas está equipada também com meios mais importantes, dos quais alguns (metralhadoras automáticas leves, carros de combate AMX) são reservados para as missões militares de defesa operacional do território, enquanto que outros (como veículos blindados sobre rodas) podem, em certas ocasiões, ser utilizados para as operações de manutenção da ordem.

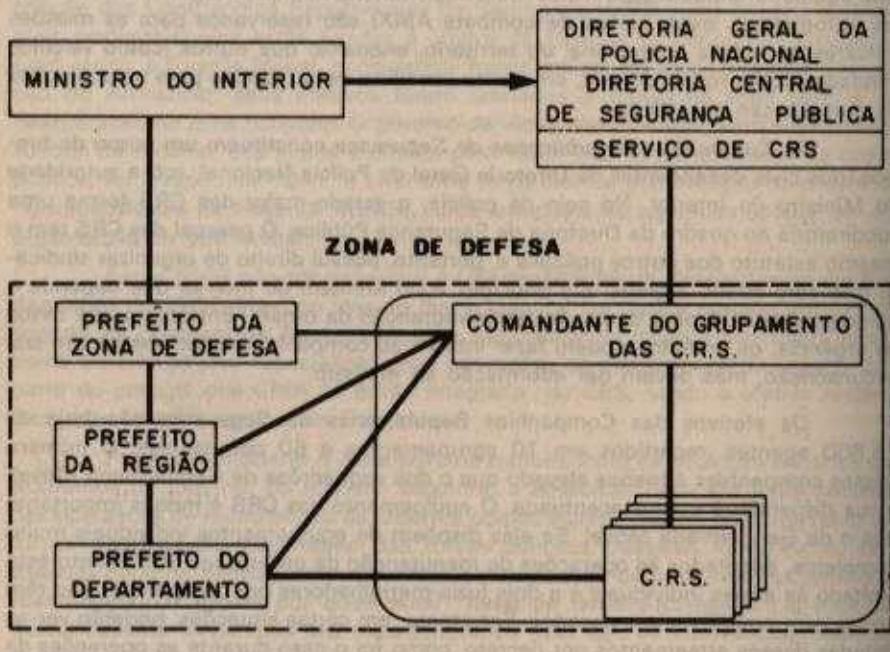
As *Companhias Republicanas de Segurança* constituem um corpo de funcionários civis dependentes da Diretoria Geral da Polícia Nacional, sob a autoridade do Ministro do Interior. No seio da polícia, o estado-maior das CRS forma uma subdiretoria no quadro da Diretoria de Segurança Pública. O pessoal das CRS tem o mesmo estatuto dos outros policiais e, portanto, possui direito de organizar sindicato mas sem direito a greve. Em princípio, é do Ministro do Interior que depende o emprego das CRS para operações de manutenção da ordem. Entretanto, em casos de urgência, os prefeitos podem fazer intervir as companhias estacionadas em sua circunscrição, mas devem dar informação ao ministro.

Os efetivos das Companhias Republicanas de Segurança são hoje de 15.800 agentes, repartidos em 10 agrupamentos e 60 companhias. O número dessas companhias é menos elevado que o dos esquadrões de Gendarmeria Móvel, e sua dispersão é menos acentuada. O equipamento das CRS é menos importante que o da Gendarmeria Móvel. Se elas dispõem de equipamentos individuais muito completos, adaptados às operações de manutenção da ordem, seu armamento está limitado às armas individuais e a dois fuzis-metralhadoras por companhia. Não têm armas nem equipamentos pesados. Entretanto, em certas situações, poderão ver-se dotadas desses armamentos por decreto, como foi o caso durante as operações da Argélia.

A existência dessa dualidade não é logicamente evidente e, periodicamente têm surgido proposições tendentes seja a suprimir as CRS, seja a fundi-las com a Gendarmeria Móvel. Para tal dualismo pode-se dar várias explicações.

A primeira, já mencionada, é de ordem histórica: a criação *accidental* das GMR-CRS, devidas às contingências da guerra de 1940 e do período de Ocupação; criação que não foi tornada sem efeito devido ao respeito às situações adquiridas, que muitas vezes caracteriza a vida administrativa. A manutenção dessa dualidade pode se explicar também pelo cuidado, de ordem política, de limitar os riscos que esse "exército do interior" pode apresentar, em que se constituem as forças especiais de manutenção da ordem. Com efeito, alguns temem que essas forças sejam tentadas a intervir na vida política e constituem uma ameaça "pretoriana" contra as instituições republicanas. Esses temores foram expressos, também, quando da criação da guarda móvel, bem como quando da criação das CRS, e é significativo que, cada vez, se tenha inserido a palavra "republicana" nos títulos das novas formações, como para exorcizar essa ameaça.

ESQUEMA DA ARTICULAÇÃO E DA DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DAS COMPANHIAS REPUBLICANAS DE SEGURANÇA



A partir dessa perspectiva, e em se referindo ao velho adágio "Divides ut imperes", pode-se pensar que a permanência dessas condições parece a alguns como um meio de neutralizar, como uma garantia suplementar, contra todo risco de uma aventura "pretoriana".

A essas duas explicações pode-se acrescentar uma justificativa técnica, a vontade de criar com as CRS um escalão intermediário na hierarquia dos meios de intervenção, entre a manutenção da ordem pelas forças da polícia ou da gendarmeria não especializada e a manutenção da ordem pelo recurso a essa primeira categoria de força militar, que constitui a Gendarmeria Móvel. A esse respeito, pode-se notar que a utilização das CRS é talvez um pouco mais flexível que a da Gendarmeria Móvel. De uma parte, os meios das CRS são mais leves; de outra, as CRS são mais fáceis de serem postas em ação, já que basta para isso uma ordem do Ministro do Interior, não sendo necessário recorrer ao processo relativamente complicado da requisição. Em apoio a essa tese pode-se mencionar, depois de inciden-

tes recentes, no curso dos quais choques armados foram registrados, as declarações feitas por certos sindicatos das CRS que consideraram, nesse caso, a necessidade de serem substituídos pelas forças militares. É verdade que outras declarações (especialmente as feitas por M. Cochard, diretor da Gendarmeria, no curso de uma entrevista em 15 de abril de 1975, dada a Yves Mourouse e Dominique Bromberger) afirmam que as tarefas da manutenção da ordem são repartidas igualmente entre as CRS e a Gendarmeria Móvel, sem referência à gravidade das situações consideradas.

Em suma, o sistema francês de manutenção da ordem, fruto da evolução descrita, atribui um papel preponderante a duas forças especializadas, papel que distingue inegavelmente seu estatuto orgânico.

Não se pode, entretanto, encontrar entre elas certos elementos de aproximação que, além de uma perspectiva puramente funcional, permite dar um certo conteúdo ao conceito de "terceira força"?

Não se pode também perguntar se, do seio das duas forças, não estaria surgindo de maneira ainda difusa, uma espécie de nova profissão que teria por especialidade a manutenção da ordem? Se, para retomar os conceitos de Huntington e de Janowitz, não estaria surgindo um processo de "profissionalização"?

Antes de mais nada, a história da Gendarmeria Móvel e das CRS mostra as peculiaridades de suas situações no seio do Exército e no seio da Polícia, aos quais essas duas forças estão em princípio vinculadas. Parece que se poderia afirmar que seu desenvolvimento se faz e se processa em consequência de uma espécie de *dúplo recalcamento* das tarefas de manutenção da ordem pelas forças militares de linha e pelas forças policiais clássicas, duplo recalcamento que tende, por sua vez, a reforçar sua individualidade respectiva no seio do Exército e da Polícia e a aproxima-las. Esse recalcamento se apóia tanto em exigências funcionais como em considerações psicológicas de oportunidade.

No plano *funcional*, como já foi visto, o *comportamento* exigido nas operações de manutenção da ordem se diferencia daquele que é necessário às operações militares. Pode-se assinalar que a manutenção da ordem não deixa de apresentar analogias com a manutenção da paz internacional.⁷ Nos dois casos, não se trata de destruir o adversário, mas de impedir o prosseguimento de distúrbios e de desordens limitando o mais possível o recurso à força. Uma tal postura, que parece concretizar o célebre conceito de "Constabulary Force"⁸ desenvolvido por Janowitz, não poderá ser obtida senão por tropas experimentadas e perfeitamente obedientes a seus chefes. É isso o que explica a peculiaridade da Gendarmeria Móvel, ramo da

7 — Cf. Samuel P. Huntington "The Soldier and the State", Nova York, 1975; Morris Janowitz "The Professional Soldier", 1960; Bengt Abrahamsson "Military Professionalization and Political Power", Sage, 1972.

8 — Cf. Georges Vilalta "Les Casques Bleus — Une Nouvelle Fonction pour les Armées Nationales" Cahiers de la Fondation pour les Études de Défense Nationale", 1977.

9 — N. do T. — Força de Polícia.

Gendarmeria Nacional cujo pessoal é constituído de militares de carreira e cuja reputação de disciplina já está consolidada. Portanto, a manutenção da ordem supõe uma capacidade de manobra e uma organização de tipo militar, como mostram as estruturas especiais¹⁰ colocadas em ação quando se utiliza a polícia urbana ou a gendarmeria departamental para as operações de manutenção da ordem. É por isso que as CRS têm, no seio da polícia, uma estrutura organizacional particular, que as aproxima das estruturas militares e diferem sensivelmente da organização de outras unidades de polícia. Essa especificidade estrutural encontra sua justificação, por exemplo, nas dificuldades que a polícia britânica encontrou nos distúrbios urbanos de Notting Hill (30 de agosto de 1976), no decurso dos quais trezentos policiais foram feridos depois de terem sido obrigados a utilizar tampas de latas de lixo à guisa de escudos improvisados.

No plano *psicológico* há que se lembrar a repugnância dos integrantes do Exército de linha com relação a operações de manutenção da ordem e, "paralelamente", se assinala a preocupação dos policiais responsáveis "clássicos" de "não sujar as mãos" nas ações "repressivas" e de não comprometer sua imagem e seus relacionamentos com a população.

Cumpre notar entretanto, ao contrário, que certos responsáveis pela segurança pública são, por vezes, mais reticentes no que concerne ao apelo a forças especializadas, observando que estas conhecem mal o terreno sobre o qual vão ter de manobrar¹¹ e que, de outra parte, suas intervenções, sendo localizadas e limitadas no tempo, tais forças tendem a não se preocupar com as consequências a longo prazo de sua ação. Por fim, alguns consideram que o desenvolvimento dessas forças especializadas desvia os recursos destinados à polícia urbana e constitui uma forma de desperdício.

Mas a convergência entre a Gendarmeria Móvel e as CRS não tem apenas um conteúdo negativo. Resultado do duplo recalcamento já assinalado, ela é talvez, também, o produto de uma tendência ao aparecimento de uma profissão nova. É preciso, portanto, pesquisar em que medida as forças francesas especializadas na manutenção da ordem se encontram engajadas na linha da "profissionalização". Num estudo recente¹², o sociólogo Charles Moskos lançou-se a uma tentativa análoga a propósito das forças de manutenção da paz internacional, com a ajuda de um certo número de critérios: em inglês "expertise", "certification", "code of ethics", "expression of authority". Levando em conta a validade heurística confirmada dessa pesquisa, levá-la-emos em conta.

10 — Dessa maneira foram criadas, para esse objetivo, na polícia urbana, as Companhias de intervenção da polícia urbana ou reagrupamentos dos efetivos da gendarmeria departamental em PGRM (Pelotão de Gendarmeria de Reserva Ministerial). Cumpre notar que essa utilização da gendarmeria departamental é rara e parece que se tornará ainda mais rara depois de alguns anos, com a integração de conscritos que podem fazer seu serviço militar na gendarmeria departamental.

11 — Sobre a importância do conhecimento do "terreno" para a manutenção da ordem, ver Maurice Grimaud "En Mai Fais Ce Qu'il de Plait", Paris, 1977.

12 — "Peacekeeping: the Quest for Professionalism", relatório apresentado na Conferência do Research Committee on Armed Forces and Society (Copenhague, 1976).

O primeiro critério é o da função e das competências. Uma "profissão" tem tendência a se constituir logo que corresponda a uma função específica, pondo em ação técnicas específicas. No caso que estudamos, essa especificidade é bem pouco contestável. É evidente com relação à função militar tradicional, quando vista de um prisma mais alto. Do mesmo modo, existe uma especificidade de tarefas de manutenção da ordem, a partir de um certo nível, com relação às tarefas cotidianas da polícia. O fenômeno do "duplo recalcamento" já evocado ilustra bastante claramente a existência e a consciência dessa especificidade.

Se a especificidade funcional dessas corporações é incontestável, é preciso entretanto esclarecer um pouco essa afirmação, observando que se essas duas corporações são dedicadas com prioridade às missões de manutenção da ordem, essa vocação não é exclusiva, porque elas são também conduzidas a colaborar com missões do Exército (defesa operacional do território) ou com missões da Gendarmeria departamental e da Polícia urbana, por exemplo, em matéria de polícia de circulação rodoviária¹³.

MISSÕES	Policiais Urbanas	Policia Municipal Prefeitura de Po- lícia	C.R.S.
Manutenção da ordem e da segurança do Estado	0,9%	4,3%	26%
Ação contra a delinquência	22,6%	3,6%	1%
Proteção pública	44,3%	61,5%	36%
Outras missões	8,4%	2,8%	8%
Estado-Maior, formação e apoio	23,8%	27,8%	29%

O segundo critério é o da formação. Há "profissão" quando o exercício desta supõe um saber ou uma habilidade, e quando o acesso a isso supõe a aquisição dessa competência no curso de um período de formação. Essa formação específica existe; entretanto, o fenômeno é mais nítido nas CRS que na Gendarmeria Móvel. Na Gendarmeria, a formação para as tarefas de manutenção da ordem não é senão um dos elementos da formação inicial dos gendarmes e dos oficiais de gendarmeria, completada por um aprendizado "em grupo" no seio das unidades de Gendarmeria Móvel. Não existe, pois, formação específica na Gendarmeria Móvel. Nas CRS, em troca, os guardas são objeto de uma formação específica nas CRS durante seis meses, nos centros regionais de instrução. Quanto aos oficiais das CRS,

13 — A distribuição do tempo na segurança pública, tal como foi fornecido em 1975 pelo Serviço de informação e de relações públicas do Ministério do Interior.

depois de terem partilhado durante um ano a formação dos oficiais da Polícia uniformizada, eles se beneficiam de uma formação complementar de seis a doze meses no quadro de uma escola própria das CRS. Por fim, nos dois corpos, um sistema de "brevets" consagra a competência e o aperfeiçoamento dos "graduados" (equivalentes ao que representam os suboficiais no exército).

Assim sendo, pode-se tentar, ao encontro dessa idéia de especificação do pessoal, buscar argumento na osmose que existe entre o pessoal da Gendarmeria Móvel e da Gendarmeria departamental de uma parte e, de outra, entre as CRS e a Polícia uniformizada. Com efeito, o argumento não é totalmente convincente. De fato, se é verdade que os gendarmes e os oficiais da gendarmeria fazem apenas uma passagem no seio da Gendarmeria Móvel (ainda que essa passagem possa durar de seis a oito anos para os gendarmes), esta dispõe entretanto de um arcabouço permanente composto pelos "graduados", cuja carreira se desenrola, em princípio, na Gendarmeria Móvel. O papel desses "graduados" é considerável, tanto pelo trabalho de formação que lhes é próprio junto aos gendarmes, como pela colaboração que eles dão aos oficiais. Do mesmo modo, nas CRS, se o princípio é o da possibilidade de passagem no corpo de polícia urbana, esse fenômeno é praticamente inexistente para os oficiais, e é relativamente reduzido para os guardas, e deverá se amenizar ainda nos próximos anos. Existe, por conseguinte, na prática uma especialização bastante nítida do pessoal.

O terceiro critério da "profissionalização" é o da "ética" ou dos "valores". Existe "profissão" sempre que seus membros se referem a um certo número de valores comuns e específicos. Aqui ainda esses valores comuns e específicos existem e estão em relação principalmente com as condições nas quais se exercem as funções e com aquela que constitui o traço característico dessas funções, a saber, o emprego mínimo da força. Isso acarreta a formulação de um código ético que privilegia valores como o domínio de si, a disciplina, o respeito à legalidade. Tome-se como testemunha, por exemplo, o juramento dos gendarmes quando entram em função: "juro obedecer a meus chefes em tudo que concerne ao serviço para o qual fui chamado, no exercício de minhas funções, de não fazer uso da força que me é confiada, senão para manutenção da ordem e a execução das leis". O regulamento interno das CRS reflete a mesma inspiração, insistindo na disciplina "que deve responder ao mesmo tempo às exigências da profissão e às necessidades da vida em comunidade" e que deve "se aplicar de conformidade com a lei e com os regulamentos... de modo a... reservar sua ação (das CRS) ao serviço exclusivo da República".

O quarto critério, ao qual Moskos se refere, é constituído pelo *desenvolvimento de influência*, da autoridade, da importância do corpo considerado. A apreciação aqui é mais delicada que para os critérios precedentes. Parece, entretanto, que o desenvolvimento da violência, de um modo bastante geral constatado nas sociedades modernas, atua no sentido de um reforço da importância dessas forças. E, correlativamente, parece existir uma crença de sua influência no seio do sistema militar e do sistema policial. Assim é que, há muitos anos, um certo número de aspirantes saídos da Escola de Saint-Cyr optou por servir na Gendarmeria. Pode-se

também interpretar nesse sentido a reivindicação dos oficiais das CRS de serem reconhecidos na qualidade de oficiais da polícia judiciária.

Enfim, a esses critérios utilizados por Moskos, pode-se incluir um quinto ao qual se referem outros autores, o do "espírito de corpo" ("corporateness"). Segundo esse ponto de vista, é certo que a Gendarmeria Móvel e as CRS são, cada qual, muito conscientes da especificidade de suas respectivas corporações. Entretanto, esse espírito de corporação é mais acentuado nas CRS que na Gendarmeria Móvel, que conserva o sentimento de sua vinculação à Gendarmeria. Portanto, pode-se interrogar sobre a existência de uma comunidade de sentimentos e de aspirações entre os membros dessas duas forças. A situação sobre esse ponto é mais ambígua. De uma parte, existe entre a Gendarmeria Móvel e as CRS uma rivalidade e, até certo ponto, inveja. Mas, de outro lado, o fato de exercerem funções análogas, de estarem submetidas a sujeições análogas (disponibilidade, mobilidade etc.) tende a fazer nascer entre os gendarmes móveis e os membros das CRS o sentimento de interesses comuns, e não é raro ver os gendarmes móveis levarem em conta as reivindicações expressas pelos sindicatos das CRS.

* * *

A análise acima descrita permite explicar a evolução do sistema francês de manutenção da ordem.

Apagando-se a diferenciação orgânica que existe entre a Gendarmeria Móvel e as Companhias Republicanas de Segurança, ela dá um conteúdo positivo ao conceito de "terceira força".

Ela pode ao menos servir de quadro de previsão para a evolução ulterior sobre a qual não se pode formular senão hipóteses: se o dualismo dos corpos especializados na manutenção da ordem não parece destinado a desaparecer, sua similaridade parece continuar crescendo. Mas, o sentido dessa reaproximação é difícil de precisar, porque é função de duas variáveis, talvez contraditórias, cuja previsão é conjectural: tendência à "civilização" do sistema militar, gravidade crescente dos problemas de manutenção da ordem.

Transcrito da Revista "Défense Nationale", França, julho de 1977.



A DEFESA CIVIL E AS CALAMIDADES

Hélio de Magalhães Tibery

Coronel R/1 de Engenharia, possui os cursos militares da Academia Militar das Agulhas Negras, Básico Aeroterrestre para Para-quedista Militar, Observador Aéreo, Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, e Informações da Escola Superior de Guerra.

Diplomado em Direito e Técnico de Administração, possui também o curso de Salvamento e Socorristismo, realizado na Organisation Internationale de Protection Civile (OIPC), Genebra, Suíça.

Foi Chefe da DSI do Ministério do Interior e professor de Teoria Geopolítica e Aspectos Sul-Americanos do Curso Superior da Academia Nacional de Polícia.

Com vários trabalhos publicados, destacando-se "A Proteção Civil no Brasil", tem realizado conferências e palestras sobre Defesa Civil. É atualmente o Coordenador Regional do Grupo Especial de Calamidades Públicas (GECAP) da Região Sudeste.

No mundo atual, uma das organizações indispensáveis para a defesa da população civil contra as calamidades é o que foi denominado de Defesa Civil ou de Proteção Civil. Os países de idioma anglo-saxônico, em geral, optaram pela primeira denominação e os de língua francesa pela segunda.

Contudo, seja qual for o seu rótulo, é indiscutível a sua efetiva colaboração para a qualidade de vida das populações no mundo moderno. A sua atuação se faz presente, tanto na situação de paz como na guerra, procurando evitar ou diminuir os riscos a que estão sujeitas as populações durante os conflitos armados ou calamidades quaisquer, preservando ainda o moral da população e restaurando os seus serviços vitais.

Oficialmente, em nosso país, a calamidade pública é entendida como uma situação provocada por fatores que afetam gravemente a vida de uma comunidade privando-a, total ou parcialmente, da satisfação das suas necessidades essenciais ou ameaçando a existência e integridade dos elementos que a compõem.

A análise desse conceito nos leva ao entendimento de que os fatores capazes de gerar uma calamidade podem ter várias origens, mas genericamente poderiam ser consideradas como provocadas por fatores naturais ou deles não dependerem diretamente.

Assim o consideram os estudiosos da matéria quando declaram que a sua origem pode ser interna ou provocada pelo homem e externa ou provocada por fenômenos da natureza.

Entre os de origem humana toma vulto a guerra que indiscutivelmente não encontra paralelo em nenhuma das outras calamidades existentes e vem acompanhando o homem através dos milênios.

Paradoxalmente, a fim de gerar esse tipo de calamidade ou dela se preservar vem a humanidade se aperfeiçoando cada vez mais através da criação de forças bem treinadas e equipadas para ações terrestres, nos mares e no ar. Recentemente o sistema vem sendo aperfeiçoado e não está longe o surgimento de forças armadas organizadas para atuação através dos espaços cósmicos.

Poderíamos, portanto, afirmar que para esse tipo de calamidade já existe uma estrutura que vem sendo aperfeiçoada através da própria história da humanidade. Assim, as guerras convencionais, nucleares, químicas, radiológicas ou bacteriológicas constituem desafios de tal monta que a Defesa Civil não se aventura em demasiado no campo dos estrategistas responsáveis por tais estudos, embora acompanhe o assunto com o maior cuidado e interesse.

Evidentemente os sistemas de Defesa Civil, que nasceram com estrutura organizada das necessidades impostas pela 2ª Guerra Mundial, encaram a guerra como a maior de todas as calamidades e por isso mesmo devem se preparar para enfrentá-la em caráter de elevada prioridade, como uma complementação necessária à defesa proporcionada pelas Forças Armadas. São variadas as calamidades de origem humana, sendo citadas entre elas as crises sociais, os incêndios, desastres de tráfego e epidemias às quais podemos somar as decorrentes da poluição do meio ambiente e da fome que vem cobrando de forma crescente o seu saldo de vítimas no dia-a-dia.

As calamidades consideradas como de origem externa ou independentes da participação do homem, a rigor não nos parecem totalmente independentes da sua ação.

Inicialmente deveremos considerar a existência de cidades, bairros ou núcleos populacionais em locais absolutamente inadequados desde o início da sua construção e de outros conjuntos de sub-habitações que continuam surgindo, principalmente junto às grandes capitais, sem qualquer infra-estrutura de obras ou de saneamento básico.

Não podemos, por exemplo, atribuir às causas externas as calamidades decorrentes da prática, em certas regiões do nordeste brasileiro, de ser tentado, por força das circunstâncias, plantações de subsistência no leito de rios não perenes que em certas épocas do ano são simples filetes de água.

Ocorre, por vezes, que fortes chuvas nas cabeceiras desses rios provocam a normalização das águas que, mesmo sem enchentes que extravasem o seu leito normal, levam de roldão as plantações e habitações do seu leito tornando os infelizes agricultores ainda mais empobrecidos.

Da mesma forma não é desconhecido o fato de constantes aterros e detritos lançados aos rios provocarem a diminuição substancial da sua calha normal. Além disso os incêndios florestais surgem, na sua quase totalidade, devido à imprevidência decorrente das queimadas ou fogueiras dos caçadores. De uma forma geral, muitos fenômenos geológicos ou meteorológicos que podem provocar catástrofes ou acidentes não iriam por si mesmos gerar as calamidades. Essa nossa afirmação, nos dias atuais em que a Ciência e a Tecnologia sofreram tremendo impulso, é compreensível até mesmo nos países chamados de terceiro mundo.

O estudo da ocorrência desses fenômenos através da Meteorologia, da Sismologia, da Sociologia e de muitas outras ciências e a aplicação de recursos tecnológicos como a sonda radar, materiais incombustíveis, etc., além da formulação de leis com larga visão que sejam realmente cumpridas visando um desenvolvimento a serviço do homem, são recursos atuais que fariam diminuir sensivelmente as calamidades atualmente atribuídas aos fenômenos da natureza.

Ressaltamos tais aspectos porque não é possível à Defesa Civil aceitar tranquilamente a passividade decorrente de se atribuir a um determinismo da natureza, calamidades que poderiam e deveriam ser evitadas a todo custo.

Os recursos científicos e tecnológicos da atualidade já estão permitindo, embora ainda com limitações, a formação de chuvas artificiais e a previsão dos abalos sísmicos. Além disso a indústria de construção civil tem reais possibilidades de fornecimento de materiais incombustíveis, que nem sempre são utilizados devido aos custos atuais de produção e à imprevidência dos usuários.

Deve também ser considerado que o tipo de construção adotado é muito importante em regiões sujeitas a abalos sísmicos. Se na Guatemala as construções fossem de concreto armado e não, na sua maioria, de tijolos fabricados com palha amassada, seguramente a catástrofe que se abateu em fevereiro de 1976 naquele país teria consequências muitíssimo menores.

Contudo, para efeito de uma classificação, feitas tais considerações, iremos nos alinhar a alguns estudiosos da matéria que apresentam a lista de calamidades naturais como se segue:

Geológicas: Terremotos, Maremotos, "Tsunâmis", Erupções Vulcânicas, Deslizamentos.

Meteorológicas: Furacões, Tornados, Trombas-d'Água, Avalanches, Inundações, Secas, Granizo, Nevadas, Vendavais, Raios, Incêndios Florestais, Geadas.

Siderais: Meteoróides.

Origem Animal: Pragas Animais.

Origem Vegetal: Pragas Vegetais.

O nosso país felizmente é poupadão por quase todos os fenômenos geológicos passíveis de causarem calamidades, embora com exceção dos terremotos, maremotos, "Tsunâmis" e erupções vulcânicas, os demais, principalmente encheres ou secas, ocorram ou tenham possibilidade de vir a ocorrer.

Os deslizamentos ocasionados pela infiltração de águas de chuvas nas encostas ou escarpas provocam problemas em nosso território, principalmente nas regiões montanhosas sujeitas a chuvas intensas em certas épocas do ano. São freqüentes as notícias de deslizamentos nas rodovias existentes em regiões montanhosas, onde os taludes em cortes ou aterros não são protegidos devidamente.

Em 1974 nas serras de Baturité e de Ibiapaba verificou-se o que ali é chamado de fenômeno do "derretido", em que grandes massas de terra caíram sobre inúmeras moradias matando ou ferindo os seus ocupantes.

Estes deslizamentos de terra são muito freqüentes em nossa Região Sudeste, onde a topografia é extremamente movimentada. Além destas, em outras regiões, como em Santa Catarina, tais tipos de calamidades já surgiram, ocasionados não apenas pelas chuvas em solos inconsistentes mas também pelo desflorestamento predatório. São ainda comuns em todo País as notícias de desastres rodoviários causados pela queda de rochas, terra e detritos nos cortes de estradas e do deslizamento dos aterros.

Existem outras classificações de calamidades que procuram dividi-las como consequentes de causas naturais e artificiais, o que nos conduz para um campo sujeito a controvérsias, no qual a verdadeira causa poderia ser um somatório de causas naturais somadas à imprevidência humana.

Como em geral as definições e classificações das calamidades são ainda motivo de controvérsia, preferimos não expor aqui as opiniões sobre como seriam vistas sob o ponto de vista da extensão, amplitude e quais as que seriam realmente provocadas pelas forças da natureza ou por intermédio do homem.

No Brasil ao nos fixarmos apenas nas dimensões da faixa territorial atingida estaremos encarando o assunto dentro de uma ótica distorcida, pois uma calamidade considerada de grande extensão territorial perderia o sentido se fosse tornada, ao mesmo tempo, em termos dos Estados do Amazonas e de Sergipe, por exemplo; pois uma enchente de pequenas proporções no primeiro destes Estados iria cobrir toda a área territorial do segundo, com repercussões inteiramente desproporcionais.

Contudo, uma das grandes calamidades que aflige grande parte da humanidade é o estado de fome e miséria que atinge permanentemente quase 942 milhões de pessoas de um total de cerca de 4 bilhões em todo o mundo.

O costume diplomático internacional já dividiu o mundo em quatro faixas que denominaram de primeiro, segundo, terceiro e quarto mundos, cujos países integrantes teriam populações, respectivamente, da ordem de 662 milhões, 1,2 bilhão, 903 milhões e 942 milhões.

As rendas "per capita" desses países apresentam enormes desniveis onde nos mais desenvolvidos, considerados do primeiro mundo, atingem 3.720 dólares, seguidos, pela ordem, pelos índices de 1.049, 784 e 149 dólares.

O que isto representa em termos de desnutrição, epidemias e outros males para os 36 países do quarto mundo e para a maioria dos 70 arrolados como pertencendo ao terceiro, não pode ser avaliado apenas por tais cifras.

A renda "per capita" obtida pelo quociente da divisão do Produto Nacional Bruto de cada país pelo seu número de habitantes, fornece aos economistas importantes dados sobre desenvolvimento econômico. Entretanto, a realidade social desses países, principalmente os considerados como do terceiro e quarto mundos, não é constatada por esse sistema de aferição, pois nestes a riqueza e bem-estar social ficam normalmente concentrados em parcela mínima da população.

O problema de ajuda econômica aos países subdesenvolvidos já vem sendo intensamente debatido na Organização das Nações Unidas em reuniões especiais, cujas resoluções freqüentemente encontram os mais sérios obstáculos em termos de realização prática.

É indiscutível e todos concordam que a pobreza de certos países já se configura como uma calamidade permanente, mas em geral a contribuição dos países já desenvolvidos é dada quase sempre de maneira formal ou de promessas que na prática não são cumpridas.

Com o problema mundial surgido com a crise do petróleo, o primeiro mundo foi sacudido por uma onda de solidariedade imposta pelas circunstâncias adversas que atingiram principalmente os terceiro e quarto mundos.

A ajuda técnica e financeira que passou a ser proporcionada atingiu, entretanto, apenas um pequeno número de países em desenvolvimento, permanecendo os demais com sérios problemas para a sua economia já debilitada.

Os países pobres, não dotados de instrumentos de pressão econômica proporcionados pelo petróleo ou outras matérias-primas estratégicas, ao reivindicarem facilidades de exportação aos mais ricos, recebem freqüentemente respostas evasivas ou comentários de não ser possível a aceitação de propostas irrealistas.

Não têm havido, portanto, modificações substanciais que favoreçam ao terceiro e quarto mundos e o que é muito pior, estamos caminhando para uma nova divisão que comportaria países de um quinto mundo com milhões de habitantes lutando apenas pela sua sobrevivência.

Durante as Conferências Internacionais focalizando tais problemas, a maioria dos países participantes aplaudem, sem entretanto adotarem ações concretas, as medidas de larga visão como as preconizadas por Franklin Delano Roosevelt em janeiro de 1941 quando tratou das Quatro Liberdades: Liberdade de pensamento e de expressão, Liberdade de Crença e a liberação da miséria e do medo.

Contudo, a visão dos grandes estadistas vai muito além do que a maioria dos homens imagina e as suas declarações são fruto de uma genialidade que infelizmente não se manifesta de forma contínua.

Os responsáveis por decisões de alto nível nacional ou internacional já chegaram à conclusão de que a solidariedade política e econômica entre as nações é, antes de tudo, uma questão de lógica, e que no mundo moderno não há lugar para isolacionismos ou colonialismos.

Muitos deles verificam que a evolução da humanidade impõe a ajuda honesta de países mais desenvolvidos aos mais pobres, não através de auxílios que pouco ou nada resolvem, mas ajuda e cooperação em termos de compreensão, para que as nações menos favorecidas possam livremente se desenvolver através do seu próprio esforço sem o pagamento de pesados tributos que alienem as suas liberdades, como bem apontou Roosevelt em 1941.



CONTAINER: UMA TECNOLOGIA À DISPOSIÇÃO DOS TRANSPORTES MILITARES

Luiz Alberto Chagas Braga

Cap Eng. QEM, da Turma de 1 Dez. 64. Promovido ao posto atual em 25 Dez. 70.

Possui os cursos da Academia Militar das Agulhas Negras e de Engenharia de Construção e Fortificação do Instituto Militar de Engenharia.

Serviu no 1º Btl. Ferroviário, onde trabalhou nos projetos e na construção de variantes ferroviárias do corredor de exportação do Rio Grande, RS.

Cursa atualmente pós-graduação em Transportes no IME e sua tese para a obtenção do Mestrado em Ciências versa sobre a utilização dos Containers em transportes de natureza militar, da qual foi extraído este trabalho.

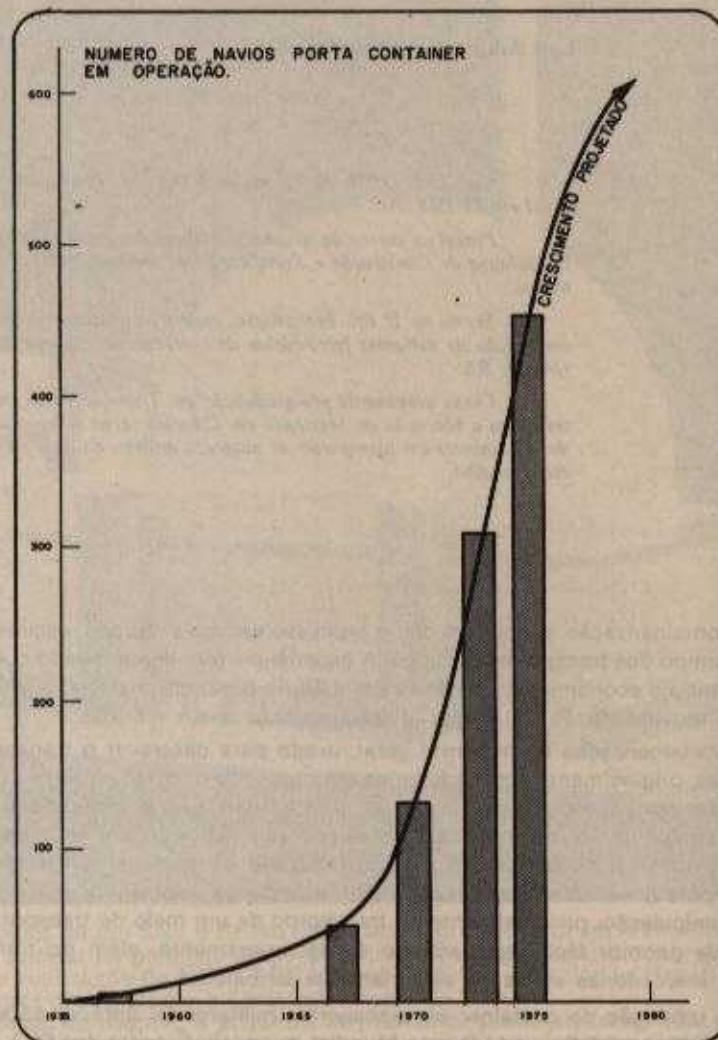
A containerização é, hoje em dia, o processo em mais rápido crescimento no campo dos transportes de carga. A experiência tem demonstrado que substanciais economias monetárias em mão-de-obra, em material e tempo resultam da movimentação de cargas utilizando containers.

Containerização é um termo geral, usado para descrever o transporte de mercadorias, originalmente acondicionadas em pequenos pacotes ou soltas, que são consolidadas em um recipiente (container), com a finalidade de facilitar seu manuseio com equipamento mecânico. O container é por definição um recipiente com capacidade mínima de um metro cúbico, fabricado de material suficientemente resistente para possibilitar a sua reutilização, munido de dispositivos que o tornem de fácil manipulação, principalmente no transbordo de um meio de transporte para outro. Deve permitir fácil carregamento e descarregamento, além do transporte seguro de mercadorias soltas ou sumariamente embaladas.

A utilização do container em transportes militares foi anterior ao seu uso comercial e remonta à Segunda Guerra Mundial, quando o Exército dos EUA passou

a reunir os suprimentos comuns, de tamanhos uniformes, em engradados, os quais eram levados rapidamente e sem grandes dispêndios, por processos mecânicos, de um meio de transporte a outro. Ao chegar ao destino, o engradado era aberto e os artigos distribuídos.

Após a guerra, os elementos do serviço de transporte do Exército americano concluíram, ao cabo de diversos estudos, que cerca de 42% de todas as merca-



dorias secas enviadas para apoio das tropas eram constituídas de pequenos pacotes manuseados desde o produtor até o destino final de consumo. Em consequência, um mesmo artigo, conduzido em embalagens de diversas dimensões, era levado ao porto por ferrovia, armazenado, transportado do armazém ao píer de embarque e embarcado no navio. No porto de destino era então levado por um trem ou caminhão para o depósito, continuando depois a sucessão de transbordos manuais até o destino final. Surgiu então a idéia de se utilizar um recipiente padronizado de aço, recuperável, para transporte de pequenos volumes. Em 1947 começou-se a experimentar esses recipientes (containers), que visavam não só a proteção e a reunião de pequenos pacotes, como também eliminar as despesas de embalagem. Essas experiências tiveram êxito e foram então criados os containers para uso militar ou CONEX (container express). Em 1954 a Força Aérea dos EUA se reuniu ao Exército para a exploração conjunta do sistema CONEX.

Hoje em dia estima-se que 80% de toda carga seca movida pelo Exército Americano é containerizada, contando para isso com mais de 200.000 "CONEXes".

As empresas de transportes comerciais começaram a utilizar o container em meados da década de 50. Desde então, a frota americana porta-containers cresceu dos seis iniciais, transformados de navios de carga geral, para aproximadamente 218 navios. Esse salto na indústria em direção à containerização continua; a maioria dos navios de carga construídos nos últimos 5 anos, encomendados ou planejados para o futuro, são navios porta-containers.

Padronização

A necessidade de padronização dos containers é óbvia, pois seria muito difícil não só a execução do transporte intermodal como também a operação nos terminais com a diversidade de equipamentos necessários para movimentar containers das mais diversas dimensões, pesos e dispositivos para manuseio.

A padronização é pré-condição para o crescimento da utilização do container e os benefícios derivados de sua introdução incluem:

- Diminuição dos tempos de manuseio nos portos, terminais ferroviários especializados e terminais intermodais;
- Redução dos custos de transporte, devido ao aumento das densidades de tráfego, que produz maior utilização do equipamento;
- Melhoria da produtividade do trabalho;
- Melhoria do nível do serviço devido à redução do tempo total do transporte.

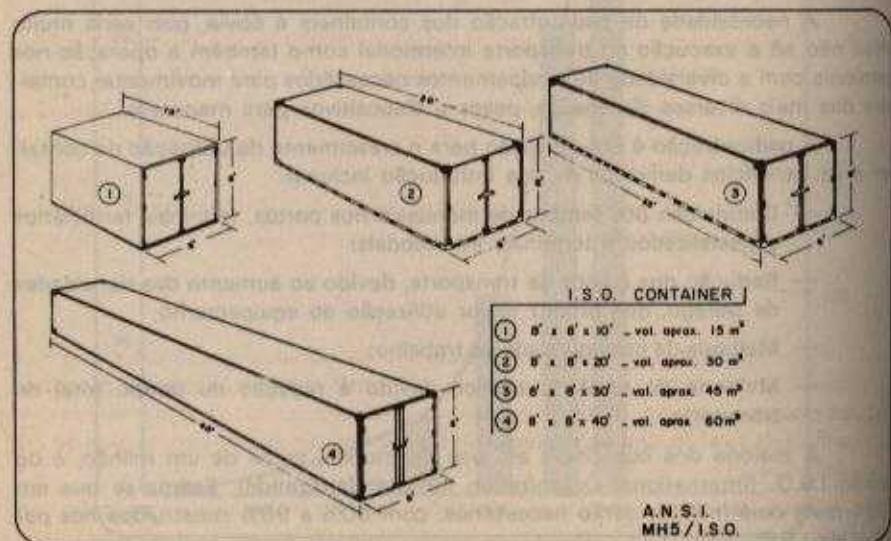
A maioria dos containers em uso no mundo, cerca de um milhão, é do padrão I.S.O. (International Organization for Standardization). Estima-se que em 1984 mais dois milhões serão necessários, com 80% a 90% construídos nos padrões da I.S.O.

A padronização I.S.O. abrange três itens:

- Dimensões externas;
- Características de manuseio e guarnições de canto para possibilitar o manuseio;
- Resistência mecânica.

O quadro abaixo apresenta as características de alguns containers padronizados pela I.S.O.

CATEGORIA	10	20	30	40
Comprimento Pés	10	20'	30'	40'
	Metros	2,93	6,05	9,12
Altura	8' = 2,43	8' = 2,43	8' = 2,43	8' = 2,43
Largura	8' = 2,43	8' = 2,43	8' = 2,43	8' = 2,43
Carga Útil	8,5 t	17,5 t	22,0 t	27,0 t
Volume (aprox.)	15 m ³	30 m ³	45 m ³	60 m ³



Os containers destinados ao transporte aéreo foram padronizados pela I.A.T.A. (International Air Transport Association). Devido à forma da fuselagem dos aviões e a relativamente reduzida capacidade de carga, os containers para transporte aéreo tiveram que ser projetados de modo a aproveitarem integralmente o volume interno da fuselagem, além de serem leves para possibilitar maior carga útil. Com isso eles perderam sua forma cúbica e parte da resistência. Os modernos jatos em operação já permitem hoje em dia o transporte de containers I.S.O. de seção transversal 8' x 8'.

Tipos de Containers

Praticamente existem containers para todas as espécies de mercadorias, excetuando-se aquelas de grande volume ou forma, que não cabem dentro do container, e aquelas muito pesadas e de pequeno valor como, por exemplo, minérios, pedra britada, areia, etc.

Assim, temos como tipos de containers, entre outros:

- Container fechado: tem a forma de um paralelepípedo retangular, é hermético e dotado de portas nas laterais e na frente, e pode ser desmontável. Presta-se para o transporte de carga geral.
- Container aberto no teto: difere do container fechado por ser aberto na parte superior para facilitar o carregamento; é adequado ao transporte de grãos.
- Container de meia altura: é semelhante ao fechado, tendo contudo a altura reduzida à metade para adequá-lo ao transporte de mercadorias de grande densidade; em geral é de teto aberto.
- Container para transporte de líquidos: consta de um tanque para líquidos, colocado dentro da armação normal do container.
- Container para transporte de automóveis: possui dispositivos especiais para prender o automóvel sem danificá-lo; pode transportar de três a quatro veículos.
- Containers especiais: frigoríficos ventilados, isotérmicos de umidade controlada, este último ideal para transporte de armamento.

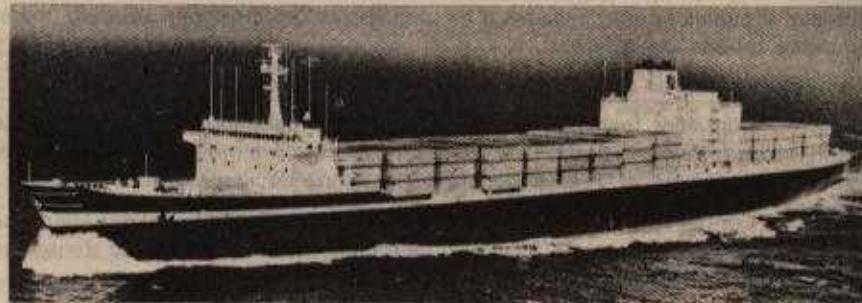
Meios de Transporte

Ferroviários: os vagões para transporte de containers são extremamente simples, constando apenas de um chassi com dispositivos para fixação do container. Vagões-prancha também podem transportar containers, desde que munidos de dispositivos de fixação. Um vagão ferroviário pode transportar três containers de 20' ou o equivalente.

Rodoviários: são utilizados caminhões comuns, reboques e semi-reboques dos mais diversos tipos. Entretanto, à semelhança das ferrovias, os chassis especiali-

zados no transporte de containers são cada vez mais usados, pois são muito simples e leves. Existem modelos para transportar um container de 20' e outros mais robustos para transportar um container de 40' ou dois de 20'.

Marítimos: os navios utilizados são especializados uma vez que a eficiência dos de carga geral é muito baixa. Os porta-containers dispõem de elevadores para movimentar a carga dentro do navio e de guindastes especiais para descarregar os containers nos portos. As vantagens desses navios especializados são a rapidez com que efetuam carga e descarga, resultando numa considerável economia de tempo nas escalas, o que proporciona um aumento da velocidade de rotação desses barcos em até 60%. Os navios porta-containers modernos têm capacidade para transportar de 1.000 a 2.200 containers de 20' ou o equivalente, atravessando o Atlântico em 4 a 5 dias, e o Pacífico em 7 a 8,5 dias.



Um típico navio-container, de 2.000 ton

Aéreos: as imposições econômicas do transporte aéreo, ou seja, a redução dos custos através de uma rotação acelerada dos aviões, a simplificação das operações de carregamento e a redução da mão-de-obra empregada levam as companhias aéreas a utilizar um serviço de containers que se adapte aos aviões cargueiros em serviço. Atualmente o transporte aéreo de carga containerizada está em franca expansão. Os jatos cargueiros em uso são os da família BOEING, o L 500 LOCKHEED e os militares C 5A. O turbo-hélice HERCULES C-130 também tem sido utilizado.

Transporte Militar

O container por suas características adapta-se perfeitamente às necessidades do transporte militar.

A seguir, apresentaremos e discutiremos as mais importantes dessas características:

- O container presta-se sobremaneira ao transporte intermodal, ou seja, é um dispositivo que facilita o transbordo de um meio de transporte para outro, evitando as demoras dessa operação. Os suprimentos militares

são embarcados, na maioria das vezes, em navios, transferidos para trens e destes para caminhões, passando por depósitos até chegarem finalmente a seu destino. Um equipamento que reduza os tempos necessários nesses transbordos seria muito útil. Com os mesmos meios de transporte conseguir-se-ia aumentar a quantidade de suprimentos entregues às unidades apoiadas.

- O container, quando necessário, pode servir de depósito de suprimentos. Muitas vezes o local escolhido para uma base logística não possui depósitos em quantidade suficiente, ou estes foram destruídos pela ação do inimigo. Esses containers, servindo de depósitos, oferecem ainda uma vantagem adicional que é a de poderem ser mais facilmente camuflados, graças às suas dimensões relativamente pequenas. Isso proporciona muita flexibilidade para a localização das instalações logísticas, que podem ser colocadas nos pontos mais convenientes sem se prenderem à necessidade da existência de grandes armazéns para depósitos. Os containers podem ainda servir como locais para P.C., estação de rádio, oficina mecânica, alojamento e qualquer outra destinação afim.
- Cada container poderia conter uma parcela do quantitativo diário de um determinado tipo de suprimento para um dado tipo e tamanho de unidade, de maneira que pudesse ser transportado pelas viaturas militares orgânicas dessas unidades. Os suprimentos seriam então distribuídos e contabilizados em cargas de containers que poderiam ser trocadas por containers cheios pela simples apresentação do vazio. Para isso seriam projetados containers com dimensões tais que coubessem dentro de um container padrão I.S.O. e vários deles formariam exatamente a carga desse container, evitando inclusive perda de espaço interno. No caso de alguns suprimentos, tais como rações de combate, munição etc., esses "minicontainers" poderiam ter seu carregamento feito nas fábricas, remetidos dentro dos grandes containers I.S.O. para instalações logísticas do T.O. onde seriam abertos e os "minicontainers" armazenados ou enviados às unidades da linha de frente, tudo isso sem o manuseio direto da mercadoria. Outros procedimentos poderiam surgir ditados pelas mais variadas situações, todos eles com vantagens para o sistema logístico. Esse sistema de "minicontainers" apresenta como reais vantagens a facilidade de manuseio, proteção da carga e a simplificação burocrática.
- Nas operações de descarga de navios ao largo, utilizando embarcações de desembarque ou helicópteros, os containers facilitam e aceleram esse serviço. Essas operações, muito freqüentes, são executadas não somente para apoiar algum desembarque anfíbio, como também devido à vulnerabilidade dos portos a ataques aéreos inimigos, como foi observado no Vietnã onde os portos estavam sempre congestionados, ou

ainda para proporcionar maior flexibilidade logística. O container também protege os suprimentos já descarregados nas praias.

- Algumas situações particulares também são resolvidas pela utilização dos containers. A operação de transferência de combustível de um vagão-tanque ferroviário para um caminhão-cisterna, em local onde não haja reservatório para armazenagem, é muito problemática e algumas vezes impraticável. O emprego de containers-cisterna resolveria completamente esse problema, pois bastaria um guindaste para transferir os containers dos vagões para os caminhões.
- Existem outras tecnologias que também se adaptariam às necessidades militares, tais como os navios LASH (Lighter Aboard Ship) e os navios Roll-On/Roll-Off. Os primeiros são navios porta-barcaças, que têm a vantagem de, fundeados ao largo, "desovar" e receber barcas que são conduzidas por rebocadores, inclusive por vias interiores. As principais desvantagens desse sistema é que as barcas pelo seu tamanho e peso não se prestam ao transporte intermodal. Os navios Roll-On/Roll-Off são embarcações especializadas no transporte de veículos sobre rodas. Sua grande vantagem é a rapidez de carga e descarga, pois os veículos entram e saem rodando por aberturas nas laterais ou na popa da embarcação. Também muito usado é o sistema Piggy-Back, isto é, reboques rodoviários sobre vagões-plataforma.

Conclusões

Recapitulando, vemos que o container como tecnologia tem as seguintes vantagens:

1. Permite fácil transbordo de um meio de transporte para outro, desde que se tenha equipamento para isso.
2. Redução dos equipamentos (facilidades) de terminais e armazéns.
3. Redução da mão-de-obra para manuseio de carga nos terminais.
4. Facilita a operação do transporte porta a porta, pois o container pode ser fechado na origem e aberto apenas no seu destino final.
5. Economia de embalagem e marcação.
6. Redução de perdas, danos e violações.
7. Simplificação burocrática.
8. Protege cargas do mau tempo, quando não há armazéns.
9. Serve de Posto de Comando, estação de rádio, oficina mecânica etc.

Suas principais desvantagens são:

- Altos custos de investimento para a implantação do sistema (navios porta-containers, terminais especializados, equipamentos para manuseio, e os próprios containers).

— Para haver rentabilidade na operação é necessário que haja carga de retorno, em quantidades semelhantes à de ida, para que o container não volte vazio. Atualmente, já existem containers desmontáveis, destinados a minimizar esse problema.

Um estudo patrocinado pela ONU (Organização das Nações Unidas) e analisado no Containerization International Yearbook 1972 chegou, entre outras considerações, a que, em uma viagem redonda (ida e volta) de 10.000 milhas, se tomado como 100 o custo por metro cúbico transportado em navios convencionais, o mesmo custo em navios porta-containers seria de 81. Essa economia é devida, entre outros fatores, ao menor tempo de permanência do navio porta-container no porto para carga e descarga, podendo fazer uma viagem mais rápida, com menos custo de estiva e taxas de seguros mais baixas.

Atualmente, a infra-estrutura brasileira para containers ainda é incipiente. Apenas 4% de toda a carga operada no país o é por containers. Temos alguns fabricantes, algumas empresas transportadoras que já iniciaram a operar, e alguns poucos vagões ferroviários e navios especializados. Parece entretanto ter havido uma conscientização por parte dos setores responsáveis, que já começaram a elaborar legislação sobre containers, executando estudos de viabilidade para implantação do sistema e tomar medidas mais concretas anunciando a construção de terminais especializados nos portos de Santos, Rio de Janeiro e Rio Grande.

O Brasil deve iniciar sem perda de tempo a operar em larga escala com containers, sob pena de ter seus produtos manufaturados de exportação, bem como os importados, gravados com um custo mais elevado de transporte.

Uma vez desenvolvido o sistema de containers no comércio exterior, a interiorização desse serviço virá em decorrência.

A implantação de um sistema de containers no Exército dinamizaria e modernizaria inegavelmente o seu sistema de suprimento, adequando-o à realidade de uma instituição que vem dia a dia se atualizando.

Quanto ao investimento necessário, não seria de valor muito elevado, pois aproveitar-se-ia a infra-estrutura civil já montada no país (containers, terminais e meios de transporte). Ter-se-ia, isso sim, é que elaborar manuais técnicos de operação e controle dos containers, dotar as unidades logísticas de pessoal e material especializado para operar containers e também algum tipo de container específico para uso militar, que as companhias civis não utilizem, bem como adequar as viaturas militares ao transporte de containers.

Estas são as ações mais evidentes. Outras poderão e deverão surgir em face de um estudo mais aprofundado do assunto. Como conclusão final, apenas um alerta: os problemas logísticos nem sempre despertam grande entusiasmo e, algumas vezes, têm sido relegados a um segundo plano. Napoleão, o grande cabo de guerra francês, dizia que os exércitos marchavam sobre seus estômagos. A modernização desse pensamento talvez fosse o seguinte: a potência de uma força armada no campo de batalha não devia ser apenas avaliada em termos do seu poder de combate, mas também em função de sua capacidade logística.



INFORMAÇÕES

ÁFRICA I — INFLUÊNCIA SOVIÉTICA

O Instituto Internacional para Estudos Estratégicos, com sede em Londres e integrado por membros de 50 países, divulgou um relatório no qual assinala que a União Soviética — auxiliada por tropas cubanas — está estendendo sua influência na África, de Angola ao Mar Vermelho. O Instituto afirma que "as facilidades de deslocar equipamentos e forças militares, a disposição de envolver-se ativamente e a insistência dos Estados Unidos em não responder da mesma forma, dão chance para que aumente a influência soviética em áreas de atrito no Terceiro Mundo".

O citado relatório acrescenta que "a capacidade soviética de transferir seu poderio militar em escala maciça para os focos de conflito já

repercuteu nas negociações da Namíbia (África do Sudoeste) e Rodésia, coisa impensável há alguns anos atrás mas agora fato corrente da política africana".

A ação soviética no "Chifre da África", primeiro apoiando a Somália e depois mudando de lado, dando respaldo à Etiópia, foi considerada no relatório "mais cruel e perigosa" do que a ação em Angola. "O objetivo principal não foi estabelecer uma área de influência permanente na África, não importa quão atrativa pudesse parecer, mas converter-se em fator permanente da política africana, provando constantemente a capacidade (da URSS) de deslocar suas forças a pontos distantes."

O Instituto assinalou também que a União Soviética poderia ter lucros adicionais com sua intervenção na África. "O êxito do regime mar-

xista etope fortaleceria, por sua vez, aqueles governos do Oriente Médio que, confiando no apoio soviético, não quiseram se envolver nas negociações entre o Egito e Israel."

A análise abrange apenas o primeiro ano da administração Carter. Sobre este período, o Instituto afirma que os novos programas do governo norte-americano não foram bem recebidos fora dos Estados Unidos.

ÁFRICA II — REAÇÃO A INFLUÊNCIA SOVIÉTICA

O massacre ocorrido na cidade mineira de Kolwezi, no Zaire, finalmente despertou o interesse do mundo ocidental para o que se passa na África, onde os conflitos vão além dos limites estritamente ideológicos.

De um lado, os soviéticos a tirarem partido das diferentes etnias que formam os países africanos e da consequente fragilidade de suas estruturas políticas e, do outro, os países ocidentais a disputarem entre si as antigas zonas de influência.

Dos países ocidentais, graças à discreta atuação norte-americana no continente, até então, é a França que mantém o maior contingente de tropas na África, com cerca de 15.000 homens. Cuba,

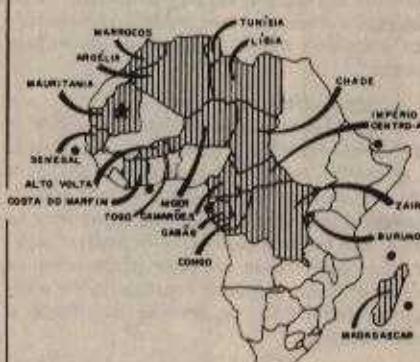
todavia, tem mais do que o dobro desse efetivo, dispondo de cerca de 35.000 homens, embora distribuídos em menor número de países.

Na segunda quinzena de maio, a França promoveu em Paris a V Conferência de cúpula franco-africana, reunindo 21 dos 49 Chefes de Estado do continente africano. Na oportunidade, reivogrou sua proposta de criação de uma força interafricana para contrabalançar a intervenção cubana em favor dos regimes alinhados com Moscou.

A participação cubana na invasão da província de Shaba parece hoje comprovada e é muito lógica, pois responde a antiga aspiração soviética: a formação de um cinturão vermelho, cortando o sul da África, do Atlântico, em Angola, no Índico, na Tanzânia.

Quando esta informação foi redigida, os Estados Unidos, França, Inglaterra, Alemanha e Bélgica estavam reunidos em Paris e encontravam sérias dificuldades para adotar uma posição comum capaz de responder à crescente influência soviética no continente africano. Apesar dessas dificuldades, houve uma real mudança de atitude, em particular, por parte dos EUA, e isso pode ser sentido pela reação dos comunistas franceses e pelas análises de conhecidos comentaristas filocomunistas nos meios de comunicação social.

Africa



LEGENDA

- Tropas Francesas



Cubanas



- Bases Francesas



AFRICA III — CENTRO DO TERRORISMO INTERNACIONAL

O jornal alemão Bild An Sontag informou que os quatro terroristas alemães presos a 12 de maio último, em Zagreb, Iugoslávia, planejavam refugiar-se em Angola, com a ajuda de agentes cubanos. Segundo o jornal, doze cubanos estavam preparados e tinham um aviso para essa operação, que fracassou porque Stefan Wisniewsky, que estava organizando a viagem de outros terroristas alemães para Zagreb, foi preso em Paris, em meados de maio.

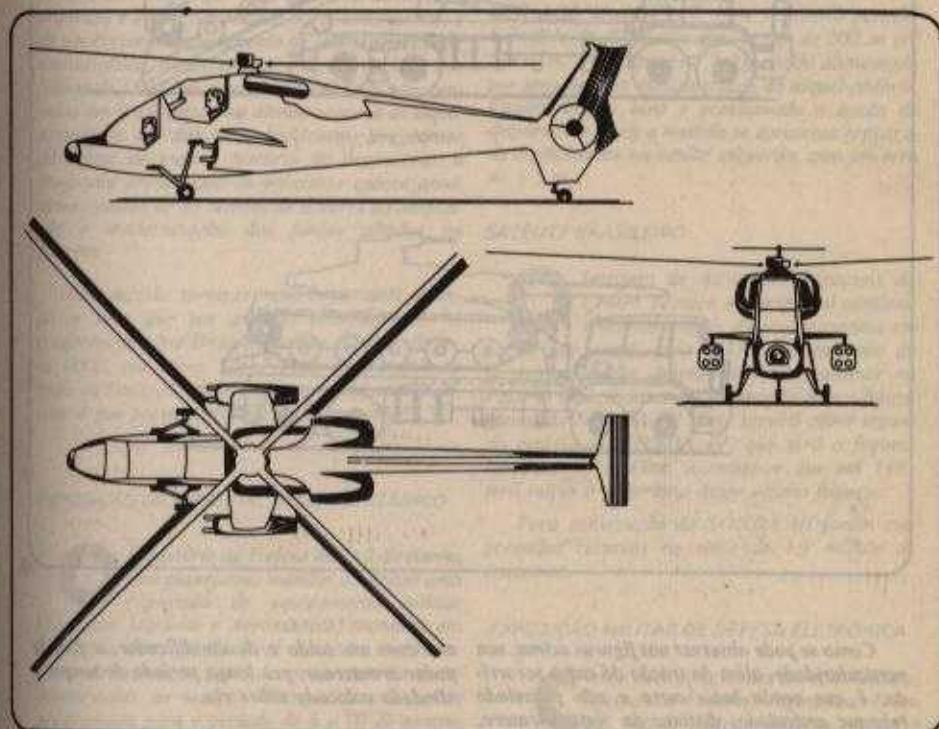
De acordo com a mesma fonte, Angola é considerada agora o novo centro de recrutamento do terrorismo internacional.

PAH-2 — HELICÓPTERO ANTICARRO

Dentro de seu programa de avançada geração de helicópteros, a Messerschmitt-Bolkow-Blohm apresentou os primeiros detalhes de uma nova série de helicópteros. Entre eles está o PAH-2, do programa do exército alemão.

A nova geração de helicópteros está sendo desenvolvida juntamente com a Aérospatiale. Com o suporte financeiro do Ministério da Defesa Alemão, a MBB declarou desejar, inicialmente, adotar uma nova composição de material e desenvolver a tecnologia do "titanium", em combinação.

O resultado esperado é um leve peso, baixo custo, menos partes e bem melhor segurança do que a da presente geração de helicópteros.

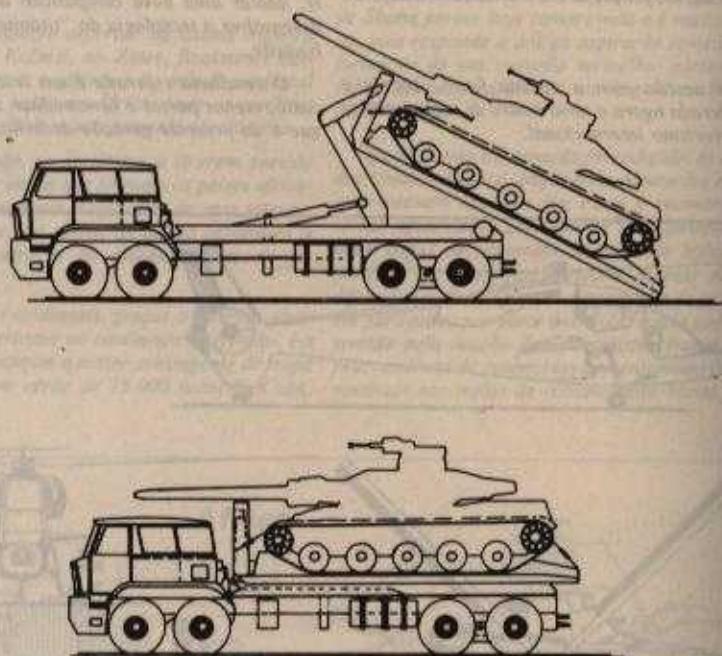


Arma da Internacional

SOCORRO/TRANSPORTE DE CARROS

A Companhia Perez e Raimond-Paris, da França, desenvolveu uma viatura-socorro de carro de combate, que transporta, em vez de tracionar, veículos blindados pesados. Conhecida como "Ampliroll", essa

viatura é movida por um motor de 435 HP, pode transportar uma carga de 40 toneladas e vencer rampas de até 30°. Seis de suas oito rodas são motoras. Esses elementos permitem-lhe desenvolver velocidade de 100 km/h em estrada e alcançar 70 km/h através do campo.



Como se pode observar nas figuras acima, sua particularidade, além da tração do carro socorrido, é que sendo mais curta e não possuindo reboque articulado, distinto da viatura-tratora, seu manejo é mais fácil que o dos transportes de carro conhecidos. Essa viatura foi projetada para

uso com um toldo e desumidificador, a fim de poder armazenar, por longo período de tempo, o blindado colocado sobre ela.

ESTREMECIMENTO DO DIALOGO LESTE-OESTE

A crescente influência soviética na África e o seu poderio bélico sempre em expansão na Europa Central parecem estar colocando um fim na "Détenie" e reconduzindo o mundo a novo período de "guerra fria". A situação agravou-se com o adiamento da assinatura do novo tratado de limitação de armas estratégicas — SALT II, após quatro anos de negociações — e com o massacre de Kolwezi.

Como se recorda, os EUA cederam em Helsinque, reconhecendo e ratificando a situação russa na Europa, e esta, mais uma vez, obtido seu objetivo, deixava de dar a reciprocidade que os norte-americanos esperavam obter na assinatura do SALT II, além de continuar nas constantes violações dos direitos humanos.

A impressão de que ingressamos em novo período de guerra fria decorre da reação do governo e dos sinais que têm dado ultimamente a imprensa e a opinião pública norte-americana, e de um crescente aguçamento de sua sensibilidade anti-soviética. Acrescenta-se a isso a decisão dos líderes de 15 países-membros da OTAN que, reunidos em Washington na última semana de maio, aprovaram um dos mais ambiciosos programas de defesa de toda a história do organismo: o programa prevê, para os próximos quinze anos, investimentos de 80 bilhões de dólares na ampliação e modernização das forças aliadas na Europa.

Essa decisão torna-se mais importante quando se sabe que seu anúncio coincidiu com a Conferência sobre Desarmamento, promovida pela ONU, em Nova York. Tudo indica que ao invés da limitação de armas, a corrida armamentista é que prevalecerá nos próximos anos.

EXPOSIÇÃO DE MATERIAL BÉLICO BRITÂNICO

O Ministério da Defesa da Grã-Bretanha está planejando mandar ao Brasil uma exposição de equipamento militar (Exército, Marinha e Aeronáutica) montada em um navio auxiliar da Real Armada Britânica. Parte da exposição seria desembarcada para demonstrações no terreno. Tal visita está sendo programada para o período de 6 a 10 de novembro de 1978, e terá por centro o Rio de Janeiro. Esse tipo de exposição itinerante é promovido

pela Organização de Vendas de Material Bélico, do Ministério da Defesa Britânico, que tem como um de seus objetivos ajudar a indústria nacional a vender seus produtos.

TELÉMETRO LASER

Em 1976, o Exército Brasileiro importou um telêmetro a laser sobre tripé, para Artilharia, o qual foi desmontado e analisado em profundidade pelo Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento. Aquele Instituto concluiu pela viabilidade de sua fabricação no Brasil. O telêmetro a laser, embora utilize tecnologia bastante moderna, é de concepção simples e sem grandes sofisticadas técnicas.

Recentemente, com o patrocínio da Casa Wild, foi feita uma demonstração, no CPM, de um telêmetro a laser, binocular, portátil, o LASER AGE Modelo LP7. Esse telêmetro permite a medida de distâncias que variam de 200 m até 6.000 m. Pesa apenas 1,7 kg, sendo alimentado por uma bateria miniaturizada de níquel-cádmio. Enquadrado o alvo e pressionado o botão de disparo, em 2 seg a medida se apresenta registrada digitalmente na ocular esquerda, com um erro de + 5 m.

SATÉLITE BRASILEIRO

O Instituto de Atividades Espaciais do Centro Técnico Aeroespacial continua vencendo etapas do seu programa espacial que prevê, para 1987, o lançamento do primeiro satélite desenvolvido inteiramente no País. O estágio atual foi alcançado com o lançamento do SONDA III. Este servirá como segundo estágio do SONDA IV, que será o foguete lançador do satélite. Acredita-se que em 1981 terá início o programa desse último foguete.

Para consecução do SONDA III foram empregados recursos no valor de 1,5 milhão de cruzeiros.

EXPOSIÇÃO MILITAR DE DEFESA ELETRÔNICA

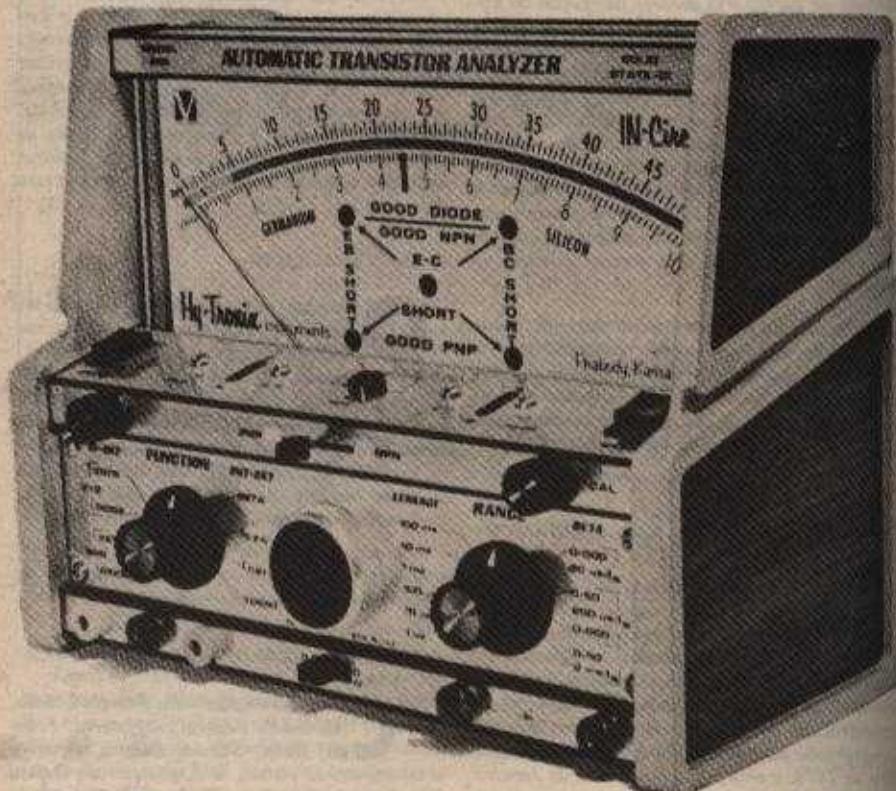
Com a participação dos Estados Unidos, Alemanha Federal, Inglaterra, França, Itália, Suécia, Bélgica, Israel e diversos outros países, a Exposição de Defesa Eletrônica Militar Expo'78, programada para os

dias 4, 5 e 6 de outubro em Wiesbaden, RFA, apresenta um número impressionante de modernos artefatos eletrônicos de emprego militar, dentre os quais se destacam os seguintes:

Analisador Automático para Transistores

O analisador automático Modelo 900 é um sistema testado de manutenção, feito para proporcionar um método muito exato e muito rápido onde indivíduos semi-especializados possam, com uma das mãos, isolar em questão de segundos, folhas em painéis e chassis de circuitos totalmente transistorizados, através de provas de toda con-

fiança. No circuito ou fora dele, em semicondutores individuais, tais como transistores, diodos de Zener, retificadores, diodos de sinais, diodos de túnel, varistores, tiristores de silício (SCR), etc. sem conhecimento anterior de acoplamento (diretamente acoplados a outros semicondutores ou não) ou aplicação do aparelho a ser testado. Uma vez que o provador automático não requer muitas instruções para ser conectado, o usuário não precisará perder tempo tentando estabelecer qual a terminal que é emissor, base, coletora, anódio, catodo, etc. (Fabricante: Hy-Tronix Instruments, Inc. EUA).



Equipamento de Medidas e Teste de Radar

SIAL MD 60, um instrumento de ondas curtas para medir distâncias para fins geodésicos e militares, é capaz de medir distâncias de 20 metros a 150 quilômetros. Sua precisão não é afetada por nuvens, chuva ou neve. O dispositivo passivo de visão noturna permite reconhecer e observar sem ser visto. A sensibilidade desse instrumento é tal que a luz remanescente, mesmo em

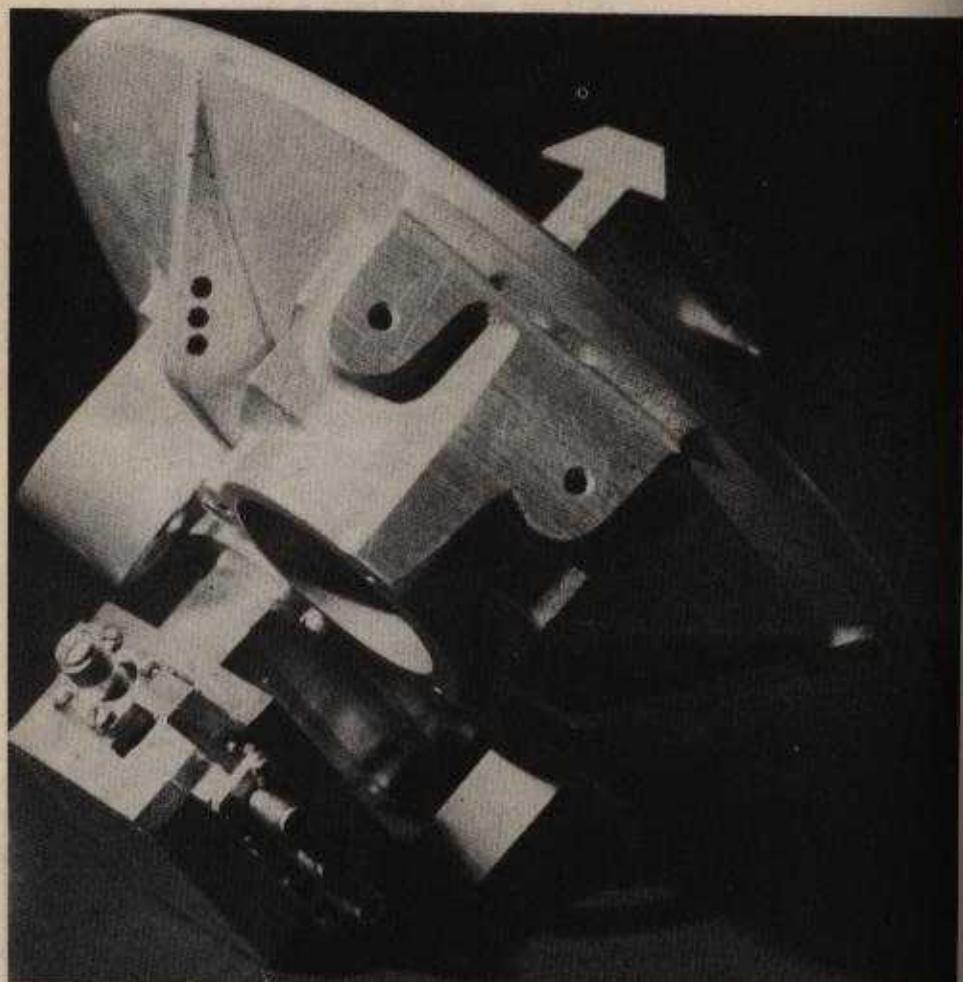
noites sem luar, é suficiente para prover uma imagem brilhante e definida. O equipamento de medidas e teste do radar é especialmente desenvolvido pela Siemens-Albis para manutenção e separação fáceis em instalações de retaguarda. Esses instrumentos portáteis e de fácil manuseio permitem a rápida detecção e troca de módulos defeituosos. (Fabricante: Siemens-Albis, Zurique, Suíça.)



Missil de Multifinalidade — Sistema "Monopulse"

A figura mostra uma antena de seletor parabólico ASPIDE, usando um conjunto de quatro conectores traseiros de alimentação que permitem a integração por soma e diferença das redes de trabalho. A rede é estabelecida por cobre eletrolítico em torno de quatro guias de onda dielétricos, cujas paredes comuns incluem "phase

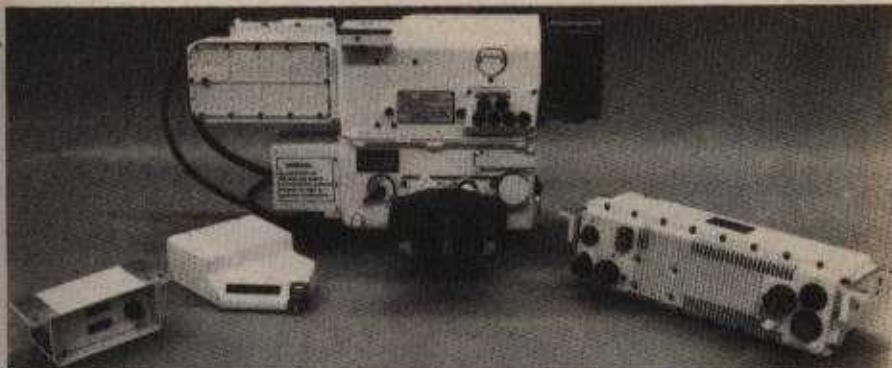
shifters", acopladores direcionais e transientes de saída. O "mixer" de balanceado e o circuito distribuidor do oscilador local são montados na retaguarda do alimentador e incorporam técnicas de CIOC (circuitos integrados de ondas curtas), por onde os circuitos são impressos em ouro numa base de alumínio. (Fabricante: SELENIA — Radar & Missile Systems Division, Roma, Itália.)



Telêmetro Laser SABCA

Um telêmetro laser (CBL-Bélgica ou SELENIA-Itália), um visor ótico (OIP-Bélgica) e um certo número de sensores são incluídos no sistema para o tanque Leopard. Todos os dados assim recebidos, bem como o movimento da linha de visão, quando o artilheiro seguir um objetivo móvel, são introduzidos no computador da SABCA, que tem em depósito as tabelas de fogo das diversas munições e calcula os dados necessários para uma pontaria automática do canhão. A tarefa do artilheiro é muito simplificada: trazer e

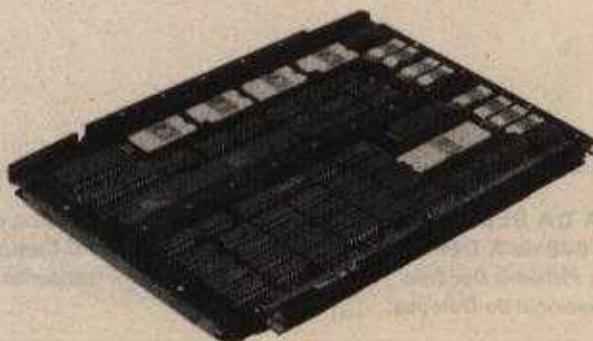
manter sua retícula sobre o alvo, soltar o laser, ler a distância introduzida no computador, dar a ordem para perseguir, se o alvo for móvel, e atirar. Durante essas operações, a retícula permanece no centro do campo visual, e os olhos do artilheiro não deixam o objetivo. Tal sistema aumenta consideravelmente a probabilidade de primeiro impacto, permite um alcance maior e um fogo mais rápido, três pontos vitais para a sobrevivência do tanque... e sua tripulação. A configuração do sistema é flexível: uma versão simplificada equipa, entre outros, os combatentes blindados do Exército Belga.



Microcomputador SECS 80/10A

Para organizações que exigem microcomputadores resistentes, a EEM/SESCO está oferecendo o SECS 80/10A que equivale, funcionalmente, aos computadores compactos de mesa comercialmente existentes. Esse completo sistema

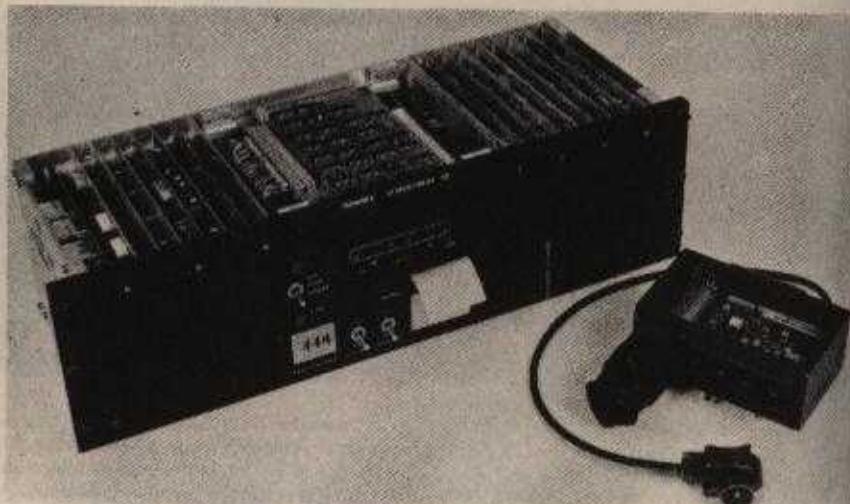
de computador num bloco de 9×6 polegadas tem plena compatibilidade ATR e inclui UCP, memória e E/S. Tem uma escala de temperatura de -55°C a +85°C e satisfaz às especificações MIL-E-5400, MIL-E-16400 e MIL-E04158. (Fabricante: EEM/SESCO Severe Environment Systems Co., Chatsworth, Califórnia, EUA.)



Treinador de Controle de Fogo

O treinador SIM 760 destina-se ao treinamento de baterias de caixões antiaéreos e podem simular até 1.000 diferentes programas de treinamento, controlados manualmente ou a partir de um gravador de fita. Dependendo do grau de complexidade exigido para tornar realístico o treinamento, é possível simular um alvo fixo ou alvos passando a diferentes velocidades sem o envolvimento de qualquer aeronave. Também é possível simular dois alvos ao mesmo tempo. Ou-

trois parâmetros que podem ser variados são: altitude do alvo, direção de voo, ângulo de lançamento do alvo, ângulo de mergulho, etc. Os resultados obtidos em treinamento podem ser gravados continuamente. Além de simular um alvo no painel do treinador, o equipamento também simula um eco no aparelho prevíor de radar. Para imitar condições reais, vários tipos de interferência de radar podem ser gerados. (Fabricante: Tekniska Utvecklingar AB, Norsborg, Suécia.)



NOTA DA REDAÇÃO: Por um lapso de editoração, deixou de constar, no nº 678 de **A DEFESA NACIONAL**, que o artigo "O Campo de Batalha no Próximo Decênio", do Cel Kurt Hoffmann, foi transcrito da Revista Internacional de Defesa.



LIVROS

MEMÓRIAS DE GUERRA, Charles de Gaulle, tradução de Faure da Rosa, Biblioteca do Exército Editora, Rio de Janeiro, 305 págs.

O "Apelo" é o grito angustiado de um soldado que não aceita a derrota de sua pátria. É o chamado às armas para os que se negavam a acreditar na derrota da França, para os que apenas viam no desastre de 1940 uma batalha perdida, mas não a guerra.

Aquele chamado, aquele apelo, é perfeitamente apresentado por seu próprio autor, o General Charles de Gaulle, no primeiro volume de sua trilogia "Memórias de Guerra".

No segundo volume, também distribuído pela Biblioteca do Exército Editora, o General De Gaulle apresenta "A Unidade", a luta para manter unido e coeso o que restou da França, de seu

território, de suas colônias, de seus soldados, de seus cidadãos e de seu prestígio de grande nação.

Em estilo frio e cortante como a lâmina de uma espada, o "Grande Charles" coloca o leitor a par do que foi aquela luta, aquele combate moral e espiritual contra o dominador alemão, contra o dominado governo de Vichy e, até mesmo, contra seus aliados ingleses e americanos.

A estratégia aliada, no que dizia respeito à França, é combatida com vigor e tenacidade pelo autor, quase sozinho, inconformado com a possibilidade de ver a França, a sua gloriosa França, relegada à situação de potência de segunda classe. Quando o Marechal Smuts, Primeiro-Ministro da União Sul-Africana, fez a declaração de que "a solução para a França é ingressar na Commonwealth", sente-se a revolta extravasar da pena do autor.

O reconhecimento pelos aliados da "França Livre", da "França Combatente", do "Comitê Francês da Libertação Nacional" e, finalmente, do "Governo Provisório da República Francesa", é a sua grande vitória. A "Unidade" das colônias, das forças armadas combatentes, das forças do interior ("maquis") e do próprio território metropolitano libertado após o desembarque na Normandia, em torno do "Governo de Argel", do seu governo, era uma realidade.

A França, que perdera uma grande batalha, ainda estava efetivamente em guerra com o Eixo. A bandeira tricolor ainda tremulava, alta, irmanada aos demais pavilhões aliados. A França sentar-se-ia à mesa dos vitoriosos para receber a rendição do inimigo vencido. A "Unidade" possibilitara essa realidade.

O grande soldado sente o justo orgulho de mais uma etapa vencida. Mas não repousa sobre os louros. Mantém erguidos os ombros cansados e lança o olhar, brilhante de amor pela pátria, na direção da última etapa, da vitória!

"A Vitória" será, assim, o terceiro volume da trilogia "Memórias de Guerra", do General Charles de Gaulle, cuja edição é aguardada com grande interesse e ansiedade, para completar essa importante obra, imprescindível aos estudiosos do grande conflito humano que foi a Segunda Guerra Mundial.

Ten.-Cel. Cav. QEMA Roberto Machado de Oliveira Mafra — IV Ex.

BRAZIL — FOREIGN POLICY OF THE FUTURE WORLD POWER. Ronald M. Schneider, Editora Westview Press, Boulder, Colorado, EUA.

O autor Ronald Schneider já é bastante conhecido no Brasil. Catedrático de Ciências Políticas do Queen's College da City University of New York, PHD pela Universidade de Princeton, o professor Schneider notabilizou-se nos Centros de Estudos norte-americanos e no Brasil pela repercussão de seu livro "The Political System of Brazil" editado em 1971. Publicações várias e teses difundidas em Congressos e Seminários realizados nos Estados Unidos têm mantido o professor Schneider entre as mais prestigiadas inteligências universitárias de seu país, voltadas para o estudo da política brasileira.

Seu último livro, "Brazil — Foreign Policy of a Future World Power", representa um trabalho sério em que analisa, com alta dose de conhecimentos e de experiência, as projeções do poder brasileiro no campo internacional, em futuro próximo.

Com este último livro o professor Schneider fecha o ciclo de 25 anos de estudos dedicados à política brasileira, completando com uma visão internacionalizada de nossa posição mundial os estudos e obras anteriores que envolveram essencialmente nossa problemática interna.

Abre seu livro com um conceito que valeria como síntese de uma conclusão: "O Brasil, apesar de ainda insuficientemente definido, é geralmente reconhecido como podendo vir a se constituir em respeitável poder — a primeira estrela do Hemisfério Sul na galáxia mundial e a primeira grande potência a emergir no cenário internacional desde a ascensão da China, após a Segunda Guerra Mundial. O impeto de energia que empurra o Brasil para cima e para fora resulta, largamente, de impulsos econômicos e os objetivos concretos do país são essencialmente econômicos — embora os brasileiros tenham uma verdadeira aspiração de grandeza, com uma expectativa de sucesso ao menos até o ano 2000. Nas condições presentes, o Brasil está se movendo rumo a um acentuado nacionalismo, embora a tática e a intensidade desse movimento possam variar em função de mudanças de fatores internos ou externos. Em qualquer hipótese, o peso do Brasil em assuntos internacionais deverá crescer firmemente — embora o ponto real de decolagem tenha sido alcançado — sua política exterior e seu processo político decisório merecem ser atentamente estudados".

Para justificar a sua tese de que o Brasil adquiriu um novo peso na balança de poder internacional, o professor Schneider estende-se sobre o surto do desenvolvimento brasileiro nesses últimos 14 anos, oferecendo ao mercado mundial a imagem de um país "bem organizado e preparado para conduzir uma diplomacia ativa (podendo exercitar um certo tipo de pressão econômica, se necessário), tendo em vista assegurar o crescimento de sua exportação para obter os bens e capitais necessários ao progresso econômico do País".

Para o professor Schneider, a política exterior do Brasil atual não se alia mais aos valores de potência continental e se projeta firmemente na esfera mundial. Em apoio a esta tese, afirma,

"vigorosa atividade de política econômica internacional em busca dos interesses brasileiros é vista como a estratégia mais efetiva para atingir a meta de potência mundial, do que disputas por lideranças de bloco ou em busca de posição de prestígio em estruturas multinacionais". Este pensamento de Schneider sobre a estratégia de política exterior do Brasil é apoiada por argumentos vários, estatísticas e citações de inúmeros autores. Sobre o acerto desta estratégia internacional de ação indireta, cita o professor do Queen's College da City University of New York, entre outros, as pesquisas do Instituto de Estudos Estratégicos e da Política Internacional da Universidade de Georgetown, Washington, que coloca o Brasil hoje como sexta potência mundial, suplantado apenas pelos Estados Unidos, União Soviética, China, França e Alemanha Ocidental.

Sobre a nova posição que o Brasil passou a desfrutar no prato da balança de poder mundial, sustenta-se o professor da City em estudos de vários avaliadores do meio universitário norte-americano e do próprio Henry Kissinger, ex-secretário de Estado.

Não foge o professor Schneider à tese, amplamente difundida entre os universitários norte-americanos, de que o Brasil persegue uma política de acesso ao Pacífico. Acreditamos que esta equivoca crença, tão repetida em estudos sérios, é suscitada pelos nossos vizinhos sul-americanos que vêm a nossa política amazônica com uma índole predominantemente internacionalista, quando o que desejamos é incorporar nossa Amazônia à nossa sócio-economia; é vertebrá-la com o resto de nosso território; é dar prosseguimento à geopolítica de integração do território nacional.

As dificuldades brasileiras no campo de energia, nos próximos 20 anos, são objeto de valioso estudo prospectivo.

Analisa o autor, igualmente, o papel da Presidência, do Presidente e das Forças Armadas na orientação da política externa. Sobre o Ministério das Relações Exteriores, destaca: "os diplomatas brasileiros são hábeis em aprender através da experiência; são extremamente hábeis em dedicar-se a uma contínua reavaliação de oportunidades e desafios apresentados por situação internacional cambiante, muito mais efetivamente se o presidente os estimula no rumo a seguir". Assim é que a substancial mudança de posição do Brasil em relação aos países árabes, em 1974, representa uma modificação da linha política tradicional,

visando a servir aos interesses vitais do país: "interesses econômicos essenciais passaram a ter prioridade sobre as considerações de ordem tradicional". Eis ai uma maneira de ver o nosso pragmatismo responsável.

Ao comércio exterior e aos tecnocratas dedicava várias e substanciais páginas, assim como aos atores não governamentais de política exterior. Alguns conceitos que emite sobre o processo decisório na esfera da política exterior não coincidem com a realidade do funcionamento de nosso sistema mas, seria demais querer-se que o professor Schneider acertasse em todas as suas apreciações.

No último capítulo de seu livro, o professor Schneider tenta uma prospectiva para a nossa política exterior antevendo o ano de 1985. Diz o autor: "dadas as incertezas da situação econômica internacional e o grande apetite do desenvolvimento brasileiro, os dois maiores alvos da política exterior deverão continuar a ser a expansão da exportação e a diversificação de mercados". Prevê uma melhoria de nossas relações com os Estados Unidos, mas admite que a maior expansão do nosso comércio será com a Alemanha Ocidental, como decorrência do Acordo Nuclear. Em segundo lugar virá o Japão, em face da escala progressiva dos investimentos nipônicos em nosso País. Não registra importância no nosso comércio com os países africanos.

Voltando à análise das relações Brasil-Estados Unidos afirma o autor "a despeito da retórica em contrário, usada por ocasião de certas cerimônias, o velho companheirismo entre Brasil e Estados Unidos é coisa do passado. A era de Getúlio Vargas e Oswaldo Aranha de um lado e de Roosevelt e Summer Wells de outro já é de histórica memória, somente um pouco mais longínqua do que do Barão do Rio Branco e uma aliança não escrita com os Estados Unidos antes da Primeira Guerra Mundial. Poucos veteranos da Força Expedicionária Brasileira estão ainda em serviço, e eles cedo passarão à inatividade. Entre os que ocupam hoje o poder no Brasil há uma pequena dose de sentimentalismo quando se lembram dos bons e velhos tempos; o que eles hoje desejam é um novo estilo de relações baseado na igualdade sem limitações para o Brasil que não valham para os Estados Unidos. Os tempos mudaram, e os Estados Unidos estão se tornando relativamente menos importantes para o Brasil, uma vez que já não se preocupa esse país com a tradicional necessidade de contrabalançar suas

rivalidades no hemisfério através de estreitos laços com os Estados Unidos. Deveras, o Brasil tornou-se tão diversificado nos seus interesses e relações, que nenhum país, nem mesmo os Estados Unidos, pode oferecer posição singular importante em suas relações exteriores. Os Estados Unidos não são mais o principal parceiro comercial, a preponderante fonte de capital e financiamento, ou o exclusivo fornecedor de armamentos. Realmente, essa situação perdurou na maior parte do século XX".

Finalizamos esta apresentação do professor Schneider destacando dois aspectos: a vastidão de seus conhecimentos sobre o nosso País e sua indisfarçável confiança no futuro do Brasil. Prova esse sentimento de confiança nas últimas palavras de seu livro: "Jovem! Olha para o Sul, para o Brasil, hoje um país forte que lembra aqueles Estados Unidos que dobraram o século no limiar de sua arrancada para ocupar um lugar de grande poder mundial".

C.M.M.

A Dersa torna estradas mais humanas e seguras. Uma questão de princípio.

Os sistemas rodoviários sob responsabilidade da DERSA - Desenvolvimento Rodoviário S.A. podem ser igualados aos mais seguros do mundo.

Na Rodovia dos Imigrantes, por exemplo, tudo foi estudado para que tecnicamente pudesse oferecer conforto e segurança aos usuários, formando com a Via Anchieta um só sistema rodoviário.

Quando os primeiros 100 quilômetros da Via Anhangüera passaram para a sua jurisdição, a DERSA logo tratou de tornar essa estrada tão segura quanto a Imigrantes ou a Anchieta.

Recapou as pistas, construiu novos trevos, defensas e passarelas, equi-

pou-a com sinalização mais eficiente e implantou o Sistema de Ajuda ao Usuário (SAU), com serviços de carros-quinchão, socorro mecânico, ambulâncias e rede hospitalar de retaguarda.

A técnica usada na construção da Imigrantes e os equipamentos e serviços existentes, tanto nessa estrada como na Anchieta e Anhangüera, também estarão presentes na Rodovia dos Bandeirantes (Via Norte), que será entregue em outubro de 1978. Com a introdução de todos estes elementos de segurança, o índice de acidentes baixou, em 1977, em 37%.

Para a DERSA, humanizar as estradas é isso.

DERSA
Desenvolvimento
Rodoviário S.A.

SECRETARIA DOS TRANSPORTES

Governo do Estado de São Paulo
Desenvolvimento para todos.

